



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
Linha de pesquisa: Comportamento Ambiental do Espaço Urbano e
das Edificações

Talita Micheleti Honorato da Silva

O USO DO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS
EM JOINVILLE - SC

Defesa de Dissertação de Mestrado
submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Arquitetura e
Urbanismo – PósARQ, da Universidade
Federal de Santa Catarina. Orientador:
Profa. Dra. Alina Gonçalves Santiago.

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Talita Micheleti Honorato

O uso do espaço livre público nas manifestações
culturais em Joinville - SC / Talita Micheleti
Honorato Silva ; orientadora, Alina Gonçalves
Santiago, 2017.
236 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós
Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis,
2017.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Apropriação. 3.
Eventos Culturais. 4. Espaços Livres Públicos. 5.
Joinville. I. Santiago, Alina Gonçalves. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Talita Micheleti Honorato da Silva

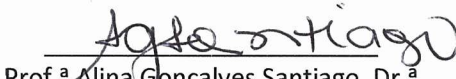
**O USO DO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS
EM JOINVILLE - SC**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de
"Mestre" e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-
Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Florianópolis, 17 de fevereiro de 2017.

Prof. Renato Tibiriçá de Saboya, Dr.
Coordenador do Curso


Banca Examinadora:




Prof.^a Alina Gonçalves Santiago, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Adriana Marques Rossetto, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Renato Tibiriçá de Saboya, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.^a Vanessa Casarin, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Fábio Mariz Gonçalves, Dr.
Universidade de São Paulo

*Dedico esse trabalho à minha família,
sem vocês nada disso seria possível.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Ney e Ivete, por me ensinarem a perseguir meus sonhos, pelo incentivo e apoio incondicional. Obrigada por serem meu porto seguro! Ao meu irmão Pedro, pela ajuda a cada pedido e por todos os favores!

À minha querida orientadora Alina, por sempre me instigar a melhorar, por acreditar em mim e por toda a paciência, carinho e atenção ao longo desses anos de orientação. Obrigada por todos os conselhos e recomendações, sobretudo pelo apoio à todas as minhas decisões, ainda que elas tenham alterado nossos planos iniciais.

Aos membros da banca de qualificação e defesa: Adriana Rossetto, Fábio Mariz, Renato Saboya, Tarcísio Vanzin e Vanessa Casarin, pelas contribuições ao trabalho.

À Mariany e Adriana, por transmitirem calma e tranquilidade nos momentos de ansiedade. Que bom que o PósArq tem vocês!

À Prefeitura Municipal de Joinville, FCJ e IIPPUJ, pela disponibilização de dados e informações que permitiram a realização dessa pesquisa.

À Arquitetura, pelos amigos incríveis que ela me permitiu fazer. Cláudia e Gabriela, obrigada por me acompanharem desde a graduação, obrigada pela amizade. Carrego vocês sempre no coração!

Aos amigos do PósArq, Angela, Amanda, Bruna, Deisy, Filipa, Luciana e Timóteo, obrigado por compartilharem essa experiência e os momentos de alegria e angústia!

À Raquel, vizinha de porta, minha eterna consultora quando o assunto é SIG, com quem aprendi muito! Obrigada por sempre ter uma resposta na hora certa, pelo incentivo e por tornar os últimos anos em Floripa mais leves!

Aos amigos arquitetos que a Residência me trouxe, por me fazerem crescer enquanto pessoa. Nosso ano intenso se refletiu nesse trabalho!

Ao Rafael, parceiro da vida, por ter embarcado comigo nessa jornada! Obrigada por toda a paciência, pelo carinho, por trazer amor e alegria aos meus dias!

A todos, que, direta ou indiretamente, contribuíram para essa pesquisa, o meu muito obrigada!

RESUMO

O espaço livre público é o local da vida pública, o principal local de interação social nas cidades, o palco para as manifestações cotidianas da sociedade. Diante da revalorização do espaço livre público como local social, multiplicam-se as demandas pela realização de atividades, eventos e manifestações culturais nestes locais. Entretanto, a influência dessas atividades no uso e na apropriação dos espaços livres públicos é pouco explorada. Esta dissertação tem o objetivo de analisar a influência das manifestações culturais no uso da Praça Nereu Ramos. Para isso, caracterizou-se o cenário cultural municipal e foram comparados o uso da praça durante a realização de manifestações culturais e no cotidiano. A metodologia adotada se baseia nos estudos sobre o sistema de espaços livres e sua apropriação, bem como, nos estudos Ambiente-Comportamento. Os principais métodos adotados foram a coleta de dados *in loco*, através do mapeamento comportamental dos usuários no espaço selecionado e a aplicação de entrevistas. As análises estão estruturadas em três dimensões: Estrutural, Experiencial e Perceptiva. A análise estrutural caracterizou a dinâmica da área central dando enfoque aos espaços livres públicos contidos no centro, em especial a Praça Nereu Ramos. A análise experiencial identificou como a praça é vivenciada, tanto no cotidiano quanto durante a realização de um evento cultural. Essa análise se baseou nos mapas comportamentais para compreender os usos do espaço e nas entrevistas para caracterizar o perfil dos usuários. A análise perceptiva se baseou nas entrevistas para interpretar a percepção que os usuários têm do espaço da praça, em relação à sua infraestrutura e à realização de eventos culturais em espaços públicos da cidade. Como resultado observou-se que a presença do evento cultural atraiu um público específico para a praça que somou novos usos e atividades aos observados no cotidiano, enriquecendo sua vida pública. Entretanto, esse público demonstrou uma menor compreensão do espaço, e não estabeleceu relação afetiva com ele, o que demonstra um estágio inferior de apropriação em relação ao usuário cotidiano. As políticas públicas de difusão cultural e incentivo ao uso dos espaços livres foram bem avaliadas pelos entrevistados, indicando a necessidade de manutenção e ampliação dessas ações.

Palavras-chave: Eventos culturais. Apropriação. Espaço livre público.

ABSTRACT

The public open space is the place of public life, the main place of social interactions and the stage for the cultural and everyday manifestations of a society. In face of revaluation of the public space as a social place, demands for the realization of activities, events and cultural manifestations in this public space are multiplying. However, studies explored poorly the influence of these activities on the use and appropriation of these places. This dissertation aims to analyze the influence of cultural manifestations in the use of Nereu Ramos Square. For this, the municipal cultural scene was characterized and the use of the square was compared during a cultural manifestation and in the daily life. The methodology bases on studies about the free space system and its appropriation, as well as, in the Environment-Behavior studies. The main methods adopted were the collection of data in loco, through the behavioral mapping of the users in the selected space and the application of interviews. Analyzes are structured in three dimensions: Structural, Experiential and Perceptive. The structural analysis characterized the dynamics of the central area, giving focus to the public spaces contained in the center, especially the Nereu Ramos Square. The experiential analysis identified how people experienced the square, both in the daily life and during a cultural event. This analysis bases on behavioral maps to understand the uses of space and on interviews to characterize the profile of users. The perceptive analysis uses the interviews to interpret the perception that the users have of the space of the square, in relation to its infrastructure and the presence of cultural events in public spaces of the city. As a result, it was observed that the presence of the cultural event attracted a specific group to the square that added new uses and activities to those observed in daily life, enriching its public life. However, this group has shown less understanding of space, and has not established an affective relationship with it, which demonstrates a lower stage of appropriation than the everyday user. In addition, the interviewees evaluated well the public policies of cultural diffusion and incentive to the use of free spaces, indicating the need to maintain and amplify these actions.

Keywords: Cultural events. Appropriation. Public open space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização de Joinville e principais acessos.	44
Figura 2. Divisão Política e Administrativa do município de Joinville.	45
Figura 3. Rua do Príncipe em 1866.	47
Figura 4. Bondinho na estação ferroviária em 1911.	48
Figura 5. Vista Panorâmica de Joinville em 1926.	48
Figura 6. Evolução urbana de Joinville – 1860 a 2015.	50
Figura 7. Idade dos parcelamentos em Joinville.	51
Figura 8. Densidade demográfica líquida do perímetro urbano.	54
Figura 9. Índice de Infraestrutura Urbana Instalada no perímetro urbano.	55
Figura 10. Renda Média do perímetro urbano do município.	56
Figura 11. Mapa de distribuição dos espaços livres públicos de Joinville. .	58
Figura 12. Praça Hercílio Luz (Praça do Mercado Municipal) - Centro	61
Figura 13. A. Lazer Bucarein – Bucarein (Região Central).....	61
Figura 14. Praça Padre Érico – Fátima (Região Sudeste).	61
Figura 15. A. Lazer Novos Horizontes – Comasa (Região Nordeste).....	61
Figura 16. Praça Antônio Rosa – Costa e Silva (Região Noroeste).	61
Figura 17. A. Lazer Catharina Baumer – Vila Nova (Região Noroeste).	61
Figura 18. Praça Tiradentes – Floresta (Região Sudoeste). Diversidade de equipamentos.	61
Figura 19. Estádio da Baixada – Itinga (Região Sudeste). Concessão de uso - associação de moradores.	61
Figura 20. Espaços Livres Públicos de Lazer – Parques.	62
Figura 21. Rede de equipamentos públicos de cultura de Joinville.	78
Figura 22. Concerto Matinal na Casa da Memória.	86
Figura 23. Sábado na Estação - Mercado de Pulgas.....	86
Figura 24. Feira do Príncipe (Rua do Príncipe).	88
Figura 25. Feira do Príncipe (Praça Nereu Ramos).	88
Figura 26. Feira do Floresta (tendas).	88
Figura 27. Feira do Floresta (praça).	88
Figura 28. Feira do Vila Nova.	88
Figura 29. Artesã Feira do Vila Nova.	88
Figura 30. Festa do Colono S.E.R Piraí.....	89
Figura 31. Mapa de delimitações territoriais da pesquisa.	94
Figura 32. Rebatimento do núcleo inicial de ocupação do território sobre a malha urbana atual de Joinville.	110
Figura 33. Núcleo central de ocupação do território joinvilense. Planta de 1852.	111

Figura 34. Recorte planta de Joinville de 1924 com identificação do jardim da Intendência Municipal (posteriormente Pr. Nereu Ramos) e Pr. Lauro Mueller.....	111
Figura 35. Recorte plantas de Joinville de 1946 com identificação da Pr. Nereu Ramos e Pr. Lauro Mueller.....	111
Figura 36. Jardim Lauro Mueller em 1910.	113
Figura 37. Praça Nereu Ramos na década de 1940.....	113
Figura 38. Praça Nereu Ramos e Correios na década de 1940.	113
Figura 39. Alameda Brüstlein em 1903.	113
Figura 40. Vista aérea do centro de Joinville em 1964.	113
Figura 41. Mapa de contexto urbano do centro tradicional de Joinville.	116
Figura 42. Mapa de acessibilidade através do transporte público e ativo no centro tradicional de Joinville.	118
Figura 43. Zoneamento do bairro Centro - Lei Complementar n.312/2010.	119
Figura 44. Mapa de uso do solo no centro tradicional de Joinville.	121
Figura 45. Mapa de gabarito das edificações no centro tradicional de Joinville.	122
Figura 46. Mapa de fluxos de pedestre no centro tradicional de Joinville.	124
Figura 47. Mapa de fluxos de pedestre no centro tradicional de Joinville.	127
Figura 48. Continuidade do passeio entre calçada da Rua do Príncipe e Praça Nereu Ramos.....	128
Figura 49. Mapa de permanências no centro tradicional de Joinville.	129
Figura 50. Praça Lauro Mueller setor próximo a R. Eng. Niemeyer.	131
Figura 51. Praça Lauro Mueller setor próximo a R. Nove de Março.	131
Figura 52. Praça Nereu Ramos.	131
Figura 53. Rua das Palmeiras.	131
Figura 54. Praça da Bandeira.	131
Figura 55. Praça Castelo Branco.....	131
Figura 56. Praça Nereu Ramos.	133
Figura 57. Planta de implantação da Praça Nereu Ramos.	134
Figura 58. Praça Nereu Ramos em dois momentos: sem e com estruturas móveis montados.....	134
Figura 59. Mapa Comportamental Cotidiano – Final de Semana.	136
Figura 60. Mapa Comportamental Cotidiano – Dias úteis período da manhã.	137
Figura 61. Mapa Comportamental Cotidiano – Dias úteis período da tarde.	138

Figura 62. Ambiência das mesas de jogos, porção sudeste da praça.	139
Figura 63. Tenda montada durante o Festival de Dança.	145
Figura 64. Mapa Comportamental Festival de Dança (26.07.15).	146
Figura 65. Mapa Comportamental Festival de Dança (28.07.15).	147
Figura 66. Mapa Comportamental Festival de Dança (31.07.15).	148
Figura 67. Presença de crianças e famílias utilizando a Pr. Nereu Ramos durante o Festival de Dança.	151
Figura 68. Mapa de densidade de apropriação – Cotidiano.	176
Figura 69. Mapa de densidade de apropriação – Evento.	176
Figura 70. Mapa de densidade de apropriação – Evento sem considerar a atividade “assistir”	177

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Processo de construção do SNC e PNC.	32
Quadro 2. Mapa conceitual do Plano Municipal de Cultura de Joinville. ...	67
Quadro 3. Diretrizes e ações do Plano Municipal de Cultura de Joinville articuladas com o uso dos espaços livres públicos.	73
Quadro 4. Calendário de eventos tradicionais de Joinville.	81
Quadro 5. Eventos culturais realizados em espaços livres públicos em 2016.	84
Quadro 6. Cronograma das observações comportamentais.	100
Quadro 7. Critérios para elaboração de categorias de análise.	105
Quadro 8. Síntese da percepção de afeição do usuário em relação à Praça – Categoria cognitiva de Espaço.	165
Quadro 9. Síntese da percepção de afeição do usuário em relação à Praça – Categoria cognitiva de Lugar.	166
Quadro 10. Rede de equipamentos públicos de cultura de Joinville.	197

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de empregos formais em 31 de dezembro de 2013.	52
Tabela 2. Faixas etárias população de Joinville.	53
Tabela 3. Número de usuários e atividades observadas na Praça Nereu Ramos.	174

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMC	Conferência Municipal de Cultura
CMPC	Conselho Municipal de Política Cultural
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
EL	Espaço Livre
ELP	Espaço livre público
FAUUSP	Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo
FCJ	Fundação Cultural de Joinville
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPUJ	Fundação Instituto de Pesquisa de Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville
QUAPÁ	Quadro do Paisagismo no Brasil
PEC-SC	Plano Estadual de Cultura de Santa Catarina
PMC-JLLE	Plano Municipal de Cultura de Joinville
PNC	Plano Nacional de Cultura
SEL	Sistema de espaços livres
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SIMDEC	Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura
SIRGAS	Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas
SMC-JLLE	Sistema Municipal de Cultura de Joinville
SNIIC	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
SNC	Sistema Nacional de Cultura
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura MinC - Ministério da Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1.1 JUSTIFICATIVA	5
1.2 OBJETIVOS	8
1.2.1 Objetivo geral	8
1.2.2 Objetivo específicos	8
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO	8
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	11
2.1 ESPAÇO, PAISAGEM, LUGAR E VIDA PÚBLICA	11
2.1.1 Percepção: processos de apropriação, categorias cognitivas espaço e lugar, apego ao lugar	16
2.2 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	19
2.2.1 Vida Pública: influência da forma e da qualidade ambiental no uso do espaço.....	22
2.2.2 Dimensões de estudo do espaço livre urbano e vida pública	24
2.3 POLÍTICAS CULTURAIS E SUA TERRITORIALIZAÇÃO.....	29
2.3.1 Sistema Nacional de Cultura e Plano Nacional de Cultura	33
2.3.2 Municipalização das políticas públicas de cultura	38
3. O MUNICÍPIO DE JOINVILLE	43
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	43
3.1.1 Aspectos históricos e processo de ocupação do território	46
3.1.2 Aspectos socioeconômicos	52
3.2 SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS.....	57
3.3 CENÁRIO CULTURAL MUNICIPAL.....	63
3.3.1 Políticas culturais municipais em Joinville	64

3.3.2 Plano Municipal de Cultura de Joinville: articulação da política cultural com o espaço público municipal	69
3.2.3 Rede de equipamentos públicos de cultura	77
3.2.2 Eventos culturais.....	80
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	91
4.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: CENTRO TRADICIONAL.....	92
4.2 PESQUISA DOCUMENTAL.....	95
4.3 OBSERVAÇÕES.....	96
4.3.1 Levantamento Espacial.....	96
4.3.2 Observações Comportamentais	98
4.4 ENTREVISTAS.....	101
4.4.1 Critérios de categorização	104
4.5 MAPAS DE SUPERFÍCIE DE DENSIDADE	106
5. LEITURA URBANA DO CENTRO TRADICIONAL DE JOINVILLE	109
5.1 ANÁLISE ESTRUTURAL.....	109
5.1.1 Formação Histórica	109
5.1.2 Contexto urbano: acessibilidade e atratividade	114
5.1.3 Tecido urbano: uso e ocupação do solo.....	119
5.1.4 Permeabilidade.....	123
5.1.5 Ambiências	128
5.1.6 Praça Nereu Ramos: atributos locais.....	132
5.2 ANÁLISE EXPERIENCIAL	135
5.2.1 Vivência cotidiana.....	135
5.2.2 Vivência durante a realização de um evento	144
5.3 ANÁLISE PERCEPTIVA	153
5.3.1 Afeição do usuário em relação à Praça	153

5.3.2 Afeição do usuário em relação aos eventos culturais	169
5.4 COMPARAÇÃO ENTRE PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO.....	173
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS.....	185
APÊNDICE A.....	197
APÊNDICE B.....	202
APÊNDICE C.....	204

INTRODUÇÃO

As cidades contemporâneas passam por um período de transição provocado, em grande parte, pela acelerada mudança das dinâmicas econômica, tecnológica e social, decorrentes do processo de globalização (HALL, 2002; CASTELLS, 2005; SEIXAS, 2013). Essas mudanças socioeconômicas se refletem diretamente nas dinâmicas do espaço urbano que se tornam cada vez mais complexas em função do acelerado processo de urbanização e crescimento, especialmente nas grandes cidades brasileiras. As relações de trabalho se modificam e com isto a própria vivência da cidade, que ganha autonomia e se organiza a partir do ritmo de vida de cada indivíduo (BENFATTI; QUEIROGA; SILVA, 2010).

Assim, a esfera de vida pública¹ contemporânea também se amplia e adquire complexidade, desenvolvendo-se tanto nos espaços públicos quanto nos privados que possuem visibilidade e acesso público, incluindo ainda a comunicação nos meios virtuais (QUEIROGA, 2012). Portanto, a vida pública se refere ao conjunto de ações protagonizadas pelas pessoas nos espaços públicos possibilitando a copresença e o contato entre diferentes grupos sociais, econômicos e culturais (TENÓRIO, 2012). A “vida entre os edifícios”, como definida por Gehl (2006), vai além da circulação de pedestres e das atividades sociais e recreativas e compreende todo o espectro de atividades que se combinam para dar significado e tornar atrativos os espaços públicos urbanos.

Atualmente, verifica-se a valorização da esfera de vida privada com o avanço de novos padrões arquitetônicos produzidos para atender uma estratégia mercadológica, como condomínios residenciais e loteamentos fechados. A projeção da linguagem da esfera privada sobre o espaço urbano tende a diminuir a sociabilidade e a vida pública existente nesses espaços. Como consequência a produção privada reduz sua preocupação com a apropriação dos espaços públicos, dando origem

¹ A conceituação de esfera pública realizada por Queiroga (2012) se baseia nas teorias de Hannah Arendt e Jürgen Habermas e procura relacioná-la ao espaço de propriedade pública, a fim de evitar a polissemia com o termo “espaço público”. Além disso, busca uma inter-relação entre a vida cotidiana e a esfera pública, reforçando que a vida em público, ou vida pública como utilizamos, pode atuar de forma potencializadora para o fortalecimento da esfera pública política de Habermas.

a áreas homogêneas que se distanciam, muitas vezes, das expressões de diversidade que deveriam se manifestar nesses locais (NETTO, 2012).

Todavia, para Queiroga (2014) esse cenário de valorização do privado não se reflete no total declínio da vida pública, principalmente nos espaços livres na escala das cidades. Com base no projeto temático "Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea", coordenado pelo Lab QUAPÁ (FAUUSP)², o autor aponta a forte demanda e uso crescente dos espaços livres de lazer e circulação, em especial os predominantemente ocupados por pedestres, tanto nas áreas centrais tradicionais quanto nas novas centralidades. Além disso, também aponta que os novos meios de comunicação virtual potencializam a interação entre grupos culturais diversos que se organizam em redes e promovem a apropriação de espaços físicos sob diferentes agendas: política, social e cultural.

Compreendido como todo o espaço não edificado, os espaços livres desempenham nas cidades significativos papéis funcionais, ambientais, sociais e culturais, devendo ser considerados tão importante quanto o espaço construído. Sua relação com o contexto urbano e as atividades nele desenvolvidas são de extrema importância para a vivência da cidade (CUNHA, 2002). Esta pesquisa terá um enfoque nos espaços livres de edificação que apresentam um caráter público, ou seja, aqueles que são mais acessíveis e facilmente apropriados pelos atores urbanos como ruas, calçadas, avenidas, passeios, parques, praças, largos, bordas de água, entre outros. Em especial, concentra-se nos espaços livres públicos de lazer e recreação, definidos por Macedo (1995) como todos os espaços livres destinados ao lazer ativo e/ou passivo, ou seja, espaços que permitam real apropriação e estadia do usuário em seu interior.

O espaço livre público, principalmente o de uso coletivo, é por excelência o ambiente que potencializa a vida pública (QUEIROGA et al., 2011). Ele caracteriza-se como o lugar das trocas e interações sociais, sendo o cenário perfeito para as manifestações culturais e cotidianas de uma sociedade. Segundo Kliass e Magnoli (2006) os espaços livres

² Além da coordenação do Lab QUAPÁ a pesquisa foi realizada pela Rede Nacional de Pesquisa QUAPÁ-SEL, constituída por mais de vinte núcleos de pesquisa sediados em universidades de todas as macrorregiões do país, dentre os quais se encontra o Núcleo Floripa na Universidade Federal de Santa Catarina.

possuem um caráter de bem público, promovendo o reencontro do homem com a natureza e servindo como cenário para as atividades urbanas em todas as suas escalas. Logo, a qualificação dos espaços livres públicos potencializa seu uso e apropriação, bem como favorece o desenvolvimento da vida pública e uma dimensão de comunicação mais intensa e rica (QUEIROGA, 2012).

Embora sejam referenciais simbólicos e visuais, os espaços livres públicos no Brasil são muitas vezes negligenciados pela carência em sua distribuição, perda da qualidade de alguns projetos, descontinuidades no tecido urbano e desarticulações do território, agravando o quadro das cidades contemporâneas que se encontram fragmentadas territorialmente (MACEDO, 2012). Este contexto leva a uma série de influências negativas, da dificuldade de compreensão do espaço e diminuição de áreas verdes e áreas de recreação, até uma diminuição significativa dos encontros interpessoais não programados (KOHLS DORF, 2002).

Mesmo diante deste cenário é possível observar uma série de ações de retomada do espaço livre público, ou como apontado por Queiroga (2012) de fortalecimento da cidade enquanto lócus da vida pública. Mais próximo à esfera pública política, acompanhou-se a partir de 2011 a eclosão de uma onda de mobilização e protestos sociais de proporções globais da África à Europa e América, como debatido por Harvey (2012). No Brasil, os protestos de 2013 se espalharam por cidades de todas as regiões questionando o direito à cidade, a forma de fazer política e o modelo de desenvolvimento, como discutido na coletânea de textos de Maricato et. al. (2013). Esses movimentos se reapropriaram do espaço livre como ruas e praças enquanto local para a expressão política e manifestações contrárias às estruturas institucionais vigentes, reafirmando o caráter político existente no espaço livre público (NETTO, 2012).

Por outro lado, numa dimensão de vida pública cotidiana também têm emergido nas cidades brasileiras iniciativas que procuram valorizar as dimensões públicas do espaço a fim de intensificar seu uso e apropriação (QUEIROGA, 2012). Assim, surgem políticas públicas como a abertura de ruas para uso recreativo, realização de eventos culturais e também ações de coletivos e grupos da sociedade civil organizada que ampliam a esfera de participação social e realizam intervenções locais. Aliado a esta maior demanda pela utilização dos espaços livres públicos,

as políticas públicas culturais do país passaram por um importante processo de reestruturação. Adotou-se uma visão mais inclusiva, respeitando a diversidade cultural e reconhecendo a cultura de forma mais abrangente a partir de três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

Portanto, novos mecanismos institucionais foram desenhados procurando democratizar a gestão cultural nas diferentes esferas de governo. Através do Ministério da Cultura, o governo federal propõe a organização do Sistema Nacional de Cultura (SNC) com o objetivo de formular e implantar políticas públicas de cultura, de caráter democrático e permanente, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil. Tendo como principal finalidade promover o desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais (BRASIL, 2011a).

Com isso, as políticas públicas de cultura que sempre atuaram de forma centralizada na esfera federal iniciaram um processo de descentralização que delegou aos municípios uma maior participação na gestão cultural (CARVALHO; SILVA; GUIMARÃES, 2009). Tendo em vista, a necessidade da implantação de um Sistema Municipal de Cultura articulado ao Sistema Nacional os municípios ganham relevância na proposição das políticas públicas de cultura. Logo, mesmo que a reestruturação da política cultural tenha sido definida e formatada em nível federal, a sua aplicação e desenvolvimento se dará no nível municipal (KUPSKI, 2012), exigindo um fortalecimento institucional do setor.

Para Botelho (2001) o setor cultural deve ter clareza de suas responsabilidades frente aos outros setores de governo, assumindo um papel de articulador de programas conjuntos. A autora ainda aponta que o setor de cultura precisa realizar uma articulação política com as demais áreas da gestão pública para efetivamente se estabelecer enquanto política pública que tenha impacto sobre a qualidade de vida da população. Deste modo, a territorialização das políticas culturais, que está em curso, deve considerar os desafios locais na implantação de seus mecanismos de gestão cultural. Por isso, é importante compreender como a implementação dessas políticas culturais se reflete nos espaços urbanos, em especial aquelas direcionadas à intensificação do uso dos espaços livres públicos e potencialização da vida pública nestes locais.

1.1 JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento de políticas culturais, nacionais e regionais, abre um novo espaço para a discussão do papel da cultura no processo de planejamento urbano e das implicações de sua incorporação na paisagem urbana brasileira. Desde 2003 o governo federal se esforça para renovar os mecanismos de gestão pública da cultura, o que culmina na aprovação da Lei nº 12.343 que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), em 2010 e na implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), em 2012. A construção desse amplo aparato de política cultural se baseia num longo processo participativo e de luta social e política pela preservação e valorização das expressões artístico-culturais em todo o território nacional, visando a descentralização das ações culturais que se concentram apenas nos grandes centros urbanos (CARVALHO; SILVA; GUIMARÃES, 2009).

Para efetivação de uma organização sistêmica da gestão cultural tanto a União, quanto os Estados e Municípios precisam implantar seus próprios Sistemas de Cultura em conjunto com os elementos que o constituem. Dentre os quais, destacam-se os Planos de Cultura que são instrumentos de planejamento estratégico, para um horizonte de dez anos, que organizam, regulam e norteiam a execução das políticas públicas de cultura. Construídos de forma participativa os planos de cultura, em geral, são compostos de: diagnóstico, princípios, objetivos, diretrizes, estratégias, ações e metas, que são utilizados para orientar a condução da política cultural (BRASIL, 2011a; PEIXE, 2013; ROCHA, 2013).

Assim, da mesma forma em que o Plano Nacional de Cultura norteia a execução da política nacional de cultura, os planos municipais de cultura devem organizar e regular a política pública de cultura de cada município. Assim, o governo federal induz uma municipalização das políticas públicas de cultura, estabelecendo para todas as esferas de governo as atribuições do poder público na gestão pública da cultura. A aderência ao SNC é realizada através de um Acordo de Cooperação formalizado entre a União e os Estados e Municípios. Entretanto, apesar da alta aderência dos entes federativos aos SNC são poucos os estados e municípios que de fato conseguiram implementar seus próprios mecanismos de gestão cultural.

Segundo dados do monitoramento do SNC de outubro de 2016 e do suplemento sobre cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, realizada pelo IBGE em 2014, dos vinte e seis estados que assinaram o acordo de cooperação apenas três efetivaram seus planos estaduais de cultura. Em relação aos municípios, mesmo com a aderência de 2.230 municípios ao SNC (40% dos municípios brasileiros), apenas 326 deles (5,9%) possuíam Plano Municipal de Cultura (PMC) instituído e regulamentado por instrumentos legais, frente a 3.785 municípios (68%) sem PMC ou previsão de implementação de seus planos (IBGE, 2015).

Isto posto, os municípios que aprovaram seus planos de cultura se destacam no cenário nacional e apontam para uma necessidade de discussão das implicações e possíveis avanços trazidos à gestão cultural após a implementação desse mecanismo. No campo da Arquitetura e Urbanismo é importante compreender se a reestruturação das políticas de cultura teve impacto sobre a paisagem urbana, na vida pública e na forma urbana. Destacamos aqui, que as políticas culturais apresentam algumas sobreposições com nosso campo de estudo em temas como o patrimônio histórico e cultural; o planejamento urbano, desde a articulação da rede de equipamentos públicos até a proposição de áreas de preservação ou incentivo cultural³; e o estudo dos sistemas de espaços livres. Em especial, essa pesquisa procura discutir a relação entre algumas ações de difusão cultural e o espaço livre público onde elas são realizadas, buscando estudar a influência que elas exercem no uso desses lugares públicos.

A escolha de Joinville como estudo de caso se deu pela existência de uma legislação cultural avançada, estruturada em um Sistema Municipal de Cultura (SMC), implementado em 2010, que é responsável pela gestão cultural municipal e cuja finalidade é a integração dos órgãos, programas e ações culturais do governo municipal e instituições parceiras. Seguindo as recomendações federais, a cidade também já aprovou em 2012 o seu Plano Municipal de Cultura, baseado em um diagnóstico participativo do cenário cultural municipal. Aliado ao SMC, o

³ Sobre a proposição e demarcação de áreas de interesse cultural sugerimos a pesquisa de alguns instrumentos do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei nº 16.050/2014): (i) Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem – TICP e (ii) Zonas Especiais de Preservação Cultural – ZEPEC. O PDE da cidade de São Paulo, pode ser acessado no site < <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>>.

município também conta com uma política exclusiva de fomento à produção artístico-cultural local, o Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (SIMDEC), bem como, orçamento próprio incluído no orçamento geral do município. Em relação à esfera de participação popular a cidade conta com um Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) instituído e atuante e têm realizado bienalmente, desde 2007, suas Conferências Municipais de Cultura. Além desta base legal, o município também apresenta uma grande diversidade de manifestações culturais, algumas delas com destaque no cenário nacional.

As políticas culturais, em especial o Plano Municipal de Cultura de Joinville (JOINVILLE, 2012), apontam a importância da valorização da diversidade cultural e proposição de ações de difusão por todo o território do município. Nesse sentido, pode-se dizer que existem articulações entre a política cultural e sua territorialização no espaço livre público, principalmente em relação ao gradual aumento na promoção de eventos culturais apoiados pela Fundação Cultural de Joinville (FCJ). Conciliando ações de difusão cultural e fomento ao desenvolvimento de uma economia cultural estão os programas que buscam promover feiras, mostras e exposições artísticas, a fim de dar visibilidade ao artesanato e produção artística local, em conjunto com atividades de difusão cultural nas áreas periféricas da cidade.

Para Landry (2000), as manifestações culturais como feiras, mercados populares e eventos locais tradicionais, podem ser exploradas como formas de promoção da distinção e identidade local, incentivando o comércio local e o desenvolvimento do turismo. Dalonso et. al. (2012), também entendem que, diante de uma sociedade contemporânea dominada pelo espetáculo, os eventos e as produções artísticas e culturais são criados visando fomentar o turismo, e, consequentemente, atrair as pessoas a uma cidade ou espaço. Para isso, esses eventos buscam aliar a vivência do espetáculo aos aspectos genuínos da localidade, a fim de manter a autenticidade do lugar. Entretanto, apesar da popularidade, impacto sobre a dinâmica urbana e regional, e relevância econômica e cultural para as comunidades e cidades que os sediam, os eventos e manifestações culturais são poucos explorados pela produção acadêmica e pelo planejamento urbano (CARVALHO; MAGALHÃES; GALINDO, 2012).

Compreendendo que a vitalidade do espaço público também está relacionada às suas características morfológicas, ou como apontado por Netto (2012) por suas condições materiais, urbanas e arquitetônicas, e valendo-se do pressuposto de que a realização de um evento cultural é um atrativo ao uso de um espaço livre público de lazer, temos a seguinte pergunta de pesquisa: De que forma o desenvolvimento de programas de difusão cultural, como a realização de eventos culturais, influencia o uso dos espaços livres públicos?

1.2 OBJETIVOS

A seguir são apresentados os objetivos geral e específicos desta pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a influência das manifestações culturais no uso dos espaços livres públicos centrais de Joinville – SC.

1.2.2 Objetivo específicos

- a. Caracterizar o cenário municipal quanto às políticas públicas de cultura.
- b. Identificar a distribuição dos espaços livres públicos na área central de Joinville e caracterizá-los quanto ao seu contexto, atributos locais e vida pública.
- c. Comparar o uso da Praça Nereu Ramos, em Joinville, durante a realização de manifestações culturais e no cotidiano.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo são apresentados o tema, a justificativa, bem como os objetivos que se pretende alcançar com o desenvolvimento da pesquisa.

O segundo capítulo apresenta os fundamentos teóricos da dissertação, apresentando uma revisão conceitual e atualizada dos temas centrais da pesquisa: a esfera de vida pública, os processos de apropriação do espaço, os espaços livres públicos e as políticas culturais.

Com relação aos espaços livres são apresentados enquanto elemento fundamental da forma, paisagem e cotidiano das cidades. São discutidas as definições e conceitos relacionados aos espaços livres públicos, bem como os usos e apropriações que se combinam para dar significado e vida pública a esses espaços. Ainda no capítulo dois, são discutidas as políticas culturais e sua articulação com o espaço urbano, apresentando as principais alterações nos mecanismos de gestão cultural no nível federal e seu impacto na municipalização dessas políticas e sua consequente territorialização.

O terceiro capítulo contextualiza a cidade de estudo em relação ao aspecto históricos e sua evolução urbana, aspecto geográficos, aspecto socioeconômicos, e seus sistema de espaços livres. Na sequência, o cenário cultural municipal é contextualizado e a articulação entre políticas públicas de cultura, manifestações culturais e espaços livres públicos é delineada.

No quarto capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos de acordo com os objetivos geral e específicos da pesquisa. A partir do diagnóstico municipal delimita-se como área de estudo o centro histórico de Joinville e define-se como estudo de caso a Praça Nereu Ramos. Na sequência, são detalhados os materiais e métodos adotados para o levantamento, processamento, análise e avaliação dos dados obtidos.

Já o quinto capítulo apresenta uma contextualização da área central e suas dinâmicas e trata do objeto de estudo da pesquisa: a Praça Nereu Ramos, na área central, espaço com intensa vida pública e que recebe uma grande quantidade de eventos culturais. Dessa forma, a praça é analisada sobre três perspectivas a partir do trabalho de campo: uma análise estrutural que caracteriza esse espaço quanto ao seu contexto, atributos locais e vida pública, seguidas da análise experiencial que procura identificar os padrões de usos e por fim uma análise perceptiva que procura entender os níveis de afeição estabelecidos entre os usuários e a praça.

No último capítulo é apresentada uma síntese dos resultados obtidos no estudo de caso, bem como as considerações finais da pesquisa.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Este capítulo busca apresentar os pressupostos teóricos norteadores deste trabalho. Ele se subdivide em três itens que apontam os temas centrais a serem abordados. Inicialmente são apresentados os principais conceitos teóricos que embasam a discussão sobre uso e apropriação do espaço público. O segundo tema abordado é o espaço livre público, apresentando os conceitos e discutindo sua importância como principal local de convívio e interação social. O terceiro tema abordado são as políticas públicas de cultura e sua territorialização no espaço urbano, com enfoque na estruturação dessa política e seu debate no território municipal.

2.1 ESPAÇO, PAISAGEM, LUGAR E VIDA PÚBLICA

Utilizando como referência os estudos de Milton Santos adota-se neste trabalho uma definição de espaço como instância social que se relaciona às instâncias econômica, política e cultural. Deste modo, para Milton Santos (2014) todos os espaços são geográficos porque são determinados, assim como a paisagem, pelo movimento da sociedade em um conjunto de relações, formas, funções e sentidos, que se refletem no território.

Para Milton Santos (2006) o espaço é um híbrido, composto tanto por sua forma quanto por seu conteúdo. Na noção forma-conteúdo apresentada pelo autor, o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, que não podem ser separados e, principalmente, não podem ser entendidos um sem o outro. Portanto, para que cada evento (ação) se realize, se faz necessária uma adaptação, à forma disponível mais adequada, para que as funções almejadas se realizem. Santos (2014), ainda explana que participam desse conjunto que conforma o espaço, arranjos de objetos geográficos, naturais e sociais (sistema de objetos), bem como a sociedade em movimento, ou seja, a vida que os preenche (sistema de ações). Diante disso, o conteúdo (sociedade) não é independente da forma (objetos), pois cada forma abarca uma fração do conteúdo.

A compreensão do espaço depende do entendimento das relações entre o todo e as partes. Por sua característica híbrida, Santos aponta o espaço como totalidade de relações (espaço total) constituído

por categorias internas (subespaços) como o território, a paisagem e o lugar.

A paisagem, é caracterizada por Santos (2006, 2014) como um conjunto heterogêneo formado por frações de formas naturais e artificiais. É o domínio do visível e abarca tanto tamanho e volume, quanto cores, odores, sons, movimento e utilidade. Por isso, a paisagem está vinculada à dimensão da percepção, sendo apreendida de forma diferente por cada pessoa. Assim, é possível que a paisagem assuma escalas diversas, em decorrência da singularidade do olhar de quem a percebe.

Santos (2006, 2014) aponta que a paisagem é suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo e, por isso, além de um conjunto de formas, ela também é um conjunto de objetos de diferentes idades. Portanto, a paisagem não é criada de uma única vez, mas através de acréscimos e substituições, caracterizando-se pela junção de objetos passados e presentes. Ela é uma sobreposição de pedaços de tempos históricos representativos dos diversos modos produtivos e de construção do espaço. Desta forma, a paisagem pode ser vista como um sistema material que é relativamente permanente e imutável, ou seja, ela é a materialização de um instante da sociedade. O espaço, em contrapartida, poderia ser caracterizado como a união da paisagem com a sociedade, cujas ações atuais atribuem dinamismo e funcionalidade à materialidade que é a paisagem.

Magnoli (1982) apresenta um estudo detalhado da evolução do conceito de paisagem desde as práticas rurais das civilizações da Antiguidade, até a abordagem contemporânea das disciplinas que estudam a paisagem e buscam interpretá-la a partir de fatos antrópicos. A partir dessa abordagem relacional, a paisagem é vista como resultado de um processo dinâmico de mudanças ocorridos em um tempo e espaço. Diante disto, para a autora, a presença e vivência do homem em uma determinada porção de paisagem faz com que os aspectos e valores antropocêntricos se destaquem. Em consequência disso, é possível caracterizar a morfologia da paisagem como resultante da interação entre o suporte físico e os processos sociais e culturais, ligados à ação do homem.

Macedo (1993, 2012), complementa a definição de Magnoli (1982), ao conceituar paisagem tanto como produto quanto como sistema. Para o autor, ela se caracteriza enquanto produto por ser

resultado formal de processos sociais e naturais sobre um determinado território, em contrapartida, também é um sistema por apresentar uma reação a qualquer ação sobre ela produzida. Assim, essas duas vertentes se interconectam e são interdependentes. O autor, também destaca a relação da paisagem com a percepção humana, afirmando que essa compreensão será diferenciada para cada indivíduo e terá como base os códigos sociais predominantes ao contexto em que o indivíduo esteja inserido.

A conceituação de paisagem apresentada por Queiroga (2012), sintetiza as anteriores e retoma às conceituações de espaço e paisagem elaboradas por Milton Santos.

A paisagem não é apenas a configuração espacial – forma, materialidade, sistema de objetos –, mas também inclui o domínio da percepção espacial, aí influenciando tanto os aspectos objetivos exteriores e interiores a quem observa a paisagem, quanto os aspectos subjetivos – culturais, simbólicos – de quem a produz e de quem a vivencia. A paisagem inclui, portanto, as formas enquanto formas percebidas, mas não se apreende apenas os objetos geográficos, urbanísticos, arquitetônicos, sinais gráficos e outros elementos visuais, já que contemplar e estar numa paisagem inclui perceber relações mais complexas entre sistemas de objetos e ações. Nesse sentido, a paisagem se aproxima do espaço, pois as ações se manifestam – direta ou indiretamente – na paisagem (QUEIROGA, 2012, p. 211).

Apesar da aproximação entre paisagem e espaço, o autor salienta a distinção entre esses conceitos e aponta a dimensão perceptiva como principal responsável por essa diferenciação. Para Queiroga (2012) a paisagem é uma construção cultural, dinâmica e coletiva, que pode assumir desde a escala do lugar à escala do território, desta forma a apreensão da paisagem usualmente abrange uma dimensão pública. Através da percepção a paisagem se valoriza e se torna um elemento identitário para diversos grupos sociais, permitindo que sua apreensão se dê pela experiência e vivência da paisagem.

A percepção é um processo seletivo de apreensão, pois está relacionada à visão e interpretação distinta e pessoal da realidade. Isto

posto, a percepção que o homem tem dos objetos materiais que o cercam será sempre parcial (SANTOS, 2014). Ver a paisagem requer a capacidade de identificar segmentos da natureza e sua coerência espacial, bem como, a habilidade de distinguir entre o eu e os outros. O homem organiza o espaço a partir de coordenadas centradas no indivíduo, ou seja, busca configurar o espaço para atender suas necessidades biológicas e relações sociais. Portanto, as relações estabelecidas entre pessoa e meio ambiente, são resultado de sua herança biológica, contato físico e fatores culturais (TUAN, 1980, 1983).

Segundo Lynch (1997), a organização e identidade do meio ambiente permite que as pessoas o conheçam, a partir de seus significados e relações. Dessa forma, o espaço indiferenciado se torna um lugar notável e singular, ou seja, o lugar é um espaço caracterizado por sua estrutura e identidade.

Para Santos (2012), o lugar pode ser definido como uma funcionalização do mundo, através do qual é possível obter uma percepção empírica deste. Isto posto, o lugar é um conjunto de objetos cuja significação está atrelada à sobreposição dessas funções exercidas (SANTOS, 2014). Na qualidade de subespaço, o lugar, similarmente, é composto por sistemas de objetos e de ações, assumindo tanto um caráter de singularidade quanto de totalidade, enquanto convive dialeticamente com o local e o global (SANTOS, 2006, 2012). O lugar compreende a dimensão do cotidiano, é o subespaço da copresença onde se desenvolvem as atividades comuns, assumindo o papel de base dos acontecimentos da vida pública.

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas

manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2006, p. 218).

Dentro desta reflexão, adota-se o conceito de lugar público⁴ estabelecido por Queiroga (2012, p. 215), definido como “todo aquele em que se estabelece a esfera pública”, ou seja, o *lócus* da esfera de vida pública. Segundo o autor, essa conceituação permite uma maior compreensão das relações entre espaço e vida pública, contribuindo para o entendimento espaciais das práticas da esfera pública, além de explicitar as diferenças, vinculadas à questão jurídica da propriedade. Os lugares públicos não se estabelecem unicamente em espaços de propriedade pública, pelo contrário, é comum que se desenvolvam na interface entre os espaços de propriedade privada e pública. São lugares que se estabelecem como espacialidade da esfera pública, ou seja, as apropriações públicas dos espaços.

A vida é desenvolvida em todas as suas dimensões, no lugar. Ele é a base de reprodução das relações sociais, a porção do espaço que pode ser experienciada, apropriada e vivida através do corpo, pelos sentidos. Considerando o processo como se dá a percepção, o lugar pode ser analisado pela tríade habitat-identidade-lugar, utilizando uma perspectiva de análise do vivido através do uso, pelo corpo. Diante disto, o uso ou, mais especificamente, o modo pelo qual o homem se apropria do espaço é o que o significa, permitindo que se criem laços de identidade, habitante-habitante e habitante-lugar. O lugar é a representação do mundo onde se produz a existência social do ser humano (CARLOS, 2007).

Como subespaço, conformado por forma e conteúdo, o sistema de ações de caráter público é o responsável por atribuir ao lugar, seu papel enquanto lugar público, ao passo que, o sistema de objetos pode potencializar ou limitar as ações da vida pública (QUEIROGA, 2012).

⁴ Queiroga (2012) propõe a categoria analítica de “lugar público” tendo como base a discussão das relações entre “esfera pública” e “espaço público”. Para isso, o autor estuda o conceito de esfera pública de Hannah Arendt e de Jürgen Habermas, e a construção teórica e de método sobre o espaço humano de Milton Santos. Definindo, em linhas gerais: a esfera pública geral, como toda a vida em público, incluindo as manifestações em espaços de acesso e visibilidade públicos, bem como os meios virtuais da comunicação pública; esfera pública política (estrita), como ações relativas ao debate público, que compreende o debate político, filosófico, científico e artístico; espaço público, como espaços de propriedade pública, incluindo tanto os espaços de uso comum, quanto de uso restrito; espacialidades da esfera pública, como as práticas espaciais da esfera pública, geral e estrita, a apropriação pública do espaço (p. 258).

Portanto, frente aos complexos processos dialéticos socioespaciais, para compreender o lugar público é importante analisar o espaço através de uma abordagem multiescalar, que identifique a dimensão do lugar, sua apropriação e vivência, além dos aspectos estruturais. Sobretudo, é necessário entender como esses espaços criam possibilidades para a manifestação da vida pública, a partir de seus contextos sociais, econômicos, políticos e culturais.

2.1.1 Percepção: processos de apropriação, categorias cognitivas espaço e lugar, apego ao lugar

A percepção é uma atividade de compreensão do mundo, que abarca a resposta sensorial aos estímulos externos e o registro mental e emocional desta experiência. O modo como se dá a percepção humana varia de acordo com cada indivíduo e sua cultura, pois ela depende do desenvolvimento da capacidade de uso dos sentidos e da construção social de visão de mundo (TUAN, 1980). A partir da experiência perceptiva, os seres humanos conhecem e constroem a realidade, pois não é possível apreender o mundo em sua essência, portanto, as pessoas precisam interpretá-lo através dos sentidos e de simbolização (TUAN, 1983).

A apropriação é um dos modos de apreensão da realidade, através do qual o sujeito “se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu” (CAVALCANTE; ELIAS, 2011, p. 63). Esse processo é primordial na interação entre a pessoa e seu entorno, permitindo que sejam impressos marcas e significados que auxiliam a orientação e preservação da identidade. Igualmente o processo de apropriação se relaciona com o exercício de domínio, no sentido de conhecimento seguro e profundo do espaço. Assim, tanto o sujeito se projeta no espaço quanto o espaço se introjeta no sujeito. O processo de apropriação se dá em diferentes graus de intensidade, o primeiro deles é o olhar, que permite o conhecimento das coisas e cria as sensações de domínio e familiaridade. A medida que alterações visíveis são realizadas no objeto ou no espaço, a intensidade do processo é crescente (CAVALCANTE; ELIAS, 2011).

Para explicar o processo de apropriação do espaço Pol (1996) define dois componentes principais e complementares: a apropriação por ação-transformação e a apropriação por identificação simbólica. A componente ação-transformação pode ser definida a partir dos

comportamentos relacionados à manifestação territorial, como atitude de reivindicação, delimitação e defesa de um espaço, considerando a influência da temporalidade e os processos de mudança no indivíduo.

A apropriação por identificação compreende os processos cognitivos, afetivos e interativos que de forma simbólica transformam o espaço em um lugar com significado, permitindo a identificação do sujeito ou grupo social com o entorno. O processo afetivo representa um investimento no espaço na busca pelo bem-estar e na atribuição de valores, sentimentos, metas e preferências ao espaço físico auxiliando o desenvolvimento de uma identidade do local. O processo cognitivo compreende tanto o comportamento biológico humano, quanto a relação pessoa-ambiente e as representações mentais que orientam a conduta espacial do sujeito. O processo interativo remete-se à personalização, ou seja, a adaptação do espaço ao sujeito ou grupo. Através das interações entre o indivíduo e o ambiente surgem os significados e valores que são atribuídos ao espaço (POL, 1996).

O autor também evidencia os aspectos temporal e sequencial da apropriação, uma vez que o processo de apropriação se desenvolve ao longo do tempo através de diferentes padrões de comportamento. Para Pol (1996) os componentes de ação-transformação e identificação simbólica conformam um processo cíclico, onde inicialmente tende a prevalecer os comportamentos de adaptação do espaço para dotá-lo de significado para o sujeito. Em um segundo momento, o sujeito e a coletividade tendem a se identificar e preservar o significado simbólico criado anteriormente, visto que estes significados conferem a identidade ao lugar.

Além de sua importância para compreensão da relação entre pessoa-ambiente o processo de apropriação também é fundamental para a formação das categorias cognitivas de espaço e lugar. Na área de estudo sobre a relação pessoa-ambiente, essas duas categorias expressam diferentes momentos de percepção e apropriação.

O espaço compreende a noção de totalidade que comporta qualquer coisa e qualquer ser, é a base para a organização do ambiente e o palco das ações humanas. Assim, ele pode ser pensado tanto como uma área geométrica concreta quanto como o englobamento onde se situam todos os espaços particulares. Objetos, qualquer matéria e seres se posicionam, interagem e são diferenciados e reconhecidos no espaço, logo o espaço se caracteriza por sua exterioridade em relação ao

indivíduo. Enquanto categoria cognitiva o espaço é neutro, uma vez que não lhe é atribuído significado (CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011).

Por outro lado, o lugar é um espaço que foi identificado, cujos limites são definidos e que é reconhecido enquanto referência. O lugar é o espaço ao qual se atribui valor e que ganha significado pela vivência e pelos sentimentos. A relação entre a pessoa e o espaço é o que o transforma em lugar, assim a partir do momento que a pessoa se insere o espaço e o vivencia este ganha significado (CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011).

Conforme o mundo começa a se tornar familiar, são atribuídos valores aos objetos singulares no espaço, transformando-os em uma rede de lugares. “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 1983, p. 151), isto é, para o autor, os lugares são núcleos de valor significados pela intensidade e qualidade das relações humanas com ele desenvolvidas. Portanto, os espaços se transformam em lugares a medida em que são apropriados pelos usuários, ou seja, no momento em que se tornam extensões corporais dos indivíduos, que agregam valor e sentimento àquele local.

A formação de um lugar é um processo de interação entre pessoa e ambiente que engloba percepção, vivência, atribuição de significado, apego e um envolvimento emocional e físico com o lugar. O aspecto temporal tem influência sobre esse processo, mas não é decisivo, pois a impressão causada pela relação pessoa-ambiente e o vínculo gerado, seja ele de apego ou repulsa ao lugar, são fatores predominantes na construção da noção de lugar (CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011; TUAN, 1983).

Portanto, enquanto categoria cognitiva o lugar representa o espaço significado, ao qual foram atribuídos sentimentos e valores, abrange tanto os vínculos positivos, sentimento de apego ao lugar, quanto os negativos, sentimento de repulsa ao lugar. Este elo afetivo entre pessoa e ambiente físico é denominado topofilia por Tuan (1980, 1983), sentimento que pode variar em intensidade e modo de expressão. O sentimento topofílico está ligado à capacidade de percepção do homem, pois este atribui um valor simbólico ao ambiente. Por isso, ele se expressa sobre uma área bem determinada, cujo tamanho seja suficiente para ser conhecido pessoalmente, ou seja, a topofilia relaciona-se com uma medida humana do espaço.

Abrangendo os conceitos de topofilia, lugar e apropriação, o conceito de apego ao lugar é amplo e os estudos nessa área tem como foco as relações entre as características físico-espaciais do ambiente e os vínculos afetivos e simbólicos decorrentes da interação entre pessoa e ambiente. O apego ao lugar envolve três dimensões: a funcional que aborda a influência do espaço físico nos comportamentos dos usuários; a simbólica que se refere aos aspectos simbólicos, individuais e socioculturais, que permeiam a interação pessoa-ambiente; e a relacional que corresponde a interação entre a vivência cotidiana e as características do ambiente, conectando cognitiva e afetivamente pessoas e ambientes (ELALI; MEDEIROS, 2011).

Além destas dimensões, as autoras destacam que também é necessário considerar o caráter processual do apego ou vínculo com o lugar. Assim, esse processo é contínuo e gradual, alterando-se ao longo do ciclo de vida do indivíduo e sendo influenciado por suas necessidades, identidade e familiaridade com o local. Isto posto, as experiências e memórias relacionadas ao lugar, bem como as expectativas associadas ao mesmo ganham relevância para o entendimento deste sentimento. Outro desdobramento significativo do apego ao lugar é a construção de um sentimento de comunidade que surge quando as pessoas se sentem pertencentes a um grupo e um lugar específico, desenvolvendo uma relação única entre ambos.

Através dos conceitos apresentados é possível caracterizar como as pessoas experienciam os aspectos ambientais no seu entorno, o que auxilia a compreensão de suas condutas e comportamentos em um local, bem como as relações simbólicas construídas a partir dessas interações.

2.2 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Ao se pensar na paisagem urbana duas definições primordiais são evidentes, o espaço livre (EL) e o espaço edificado. Magnoli (2006b) diz que todas as intervenções humanas sobre a paisagem urbana se expressam sobre o solo em espaços edificados e não-edificados. Lynch (1997) também se refere aos espaços abertos como um contraponto aos espaços fechados representados pelas edificações.

Macedo (1995, p.16) define os espaços livres como “todos aqueles espaços não contidos entre as paredes e tetos dos edifícios construídos pela sociedade para sua moradia e trabalho”. Essa definição

se baseia na de Magnoli (1982 apud MACEDO, 1995, p. 53), onde “o espaço livre é todo o espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz) ao redor das edificações a que essas pessoas têm acesso”.

Deste modo, em uma conjuntura urbana os espaços livres são predominantes, pois é por eles que as pessoas usualmente circulam e exercem atividades de lazer ou trabalho. Esses espaços podem estar inseridos no perímetro urbano de uma cidade, sendo denominados espaços livres de edificação ou podem se localizar em um território ainda não urbanizado recebendo, então, a denominação espaços livres de urbanização (MACEDO, 1995).

Os espaços livres devem ser compreendidos não apenas como um ‘vazio’, mas como um elemento contínuo (MAGNOLI, 2006a), por isso se caracterizam por sua organização em sistema, tanto nas áreas urbanizadas quanto nas livres de urbanização. Queiroga et al. (2011) entende como sistema de espaços livres (SEL) os elementos e as relações que ordenam o conjunto de todos os espaços livres de um recorte urbano, independente da escala, se inter-relacionando em diferentes níveis.

O SEL urbano contém todos os espaços livres urbanos existentes num determinado recorte escalar, independentemente de sua dimensão, qualificação estética, funcional e de sua localização e propriedade, sejam elas públicas ou privadas. A ideia de sistema de espaços livres está vinculada à sua vinculação funcional e organizacional (socioambiental), já que fisicamente somente os espaços públicos estão conectados entre si, principalmente pelo sistema viário (QUEIROGA et. al., 2011, p. 13).

Os espaços livres não são necessariamente conectados fisicamente, esta é apenas uma das formas de relação entre eles. Da mesma forma que podem ou não ser vegetados sendo que os espaços não vegetados também são de grande importância para as manifestações culturais como feiras, festas, manifestações políticas, e valorização da paisagem e do patrimônio cultural (QUEIROGA et al., 2011). Ou seja, muitas vezes a apropriação dos espaços livres influencia

a presença de massas vegetais mais densas ou esparsas e até mesmo a sua ausência.

Portanto, toda a cidade possui um SEL que está em constante processo de transformação e adequação, sendo um elemento básico na existência da cidade. Os autores também ressaltam que, esse sistema é fundamental ao desempenho da vida cotidiana, à constituição da paisagem e forma urbana, bem como sua memória, história e imagem da cidade, além de participar da constituição da esfera de vida pública e privada.

Os espaços livres urbanos formam um sistema complexo, inter-relacionado com outros sistemas urbanos (SCHLEE et al., 2009). Não existe um SEL padrão ou ideal, pois ele é resultado das características específicas do tecido urbano, sua formação histórica, características socioeconômicas e relação com o suporte físico local. Assim, a estrutura fundiária é um condicionante na construção da cidade e de seus espaços livres, os quais podem ser classificados em termos de propriedade do solo em públicos e privados (QUEIROGA et al., 2011).

Como já afirmavam Santos e Vogel (1985), o espaço fechado (edificado) e o espaço aberto (livre), também se relacionam às formas de uso, o primeiro mais privativo e o segundo de caráter coletivo. Desta forma, para esses autores o espaço público é o cenário da vida social que permite aos indivíduos assumirem identidades, desempenhar determinados papéis e, até certo ponto, escolher os enredos que irão participar.

Kliass e Magnoli (2006 p. 247) afirmam que “o conceito urbanístico de espaço livre está intimamente ligado à vida das cidades; estas são sentidas por suas ruas, praças e parques, que caracterizam a paisagem urbana”. Por desempenharem diversas funções, esses espaços aceitam a diversidade e podem se beneficiar dela através da articulação de seu sistema de espaços livres, que devem considerar também as especificidades do contexto urbano. Entre seus múltiplos papéis, por vezes sobrepostos, estão a circulação e a drenagem urbanas, atividades de lazer, conforto, preservação, conservação, requalificação ambiental e convívio social (SCHLEE et al., 2009).

Mesmo apresentando tipologias diversas, os espaços livres podem ser enquadrados em três tipos padrão: 1) EL de circulação, convívio, lazer e recreação, como calçadas, ciclovias, mirantes, ruas, parques e praças; 2) EL de preservação ou conservação ambiental, como

áreas de proteção ambiental e áreas de preservação permanente; 3) EL de usos específicos, compreendem os espaços de redes de infraestruturas, como estações de tratamento d'água, de esgotos, aterros sanitários, cemitérios, entre outros (CUSTÓDIO et al., 2011).

2.2.1 Vida Pública: influência da forma e da qualidade ambiental no uso do espaço

Os espaços públicos são locais de uso comum das pessoas, como ruas, praças, parques e todos os lugares de apropriação pública, onde são realizadas ações da esfera pública. São o local onde pode-se observar as relações entre elementos construídos e livres, os fluxos de pessoas e mercadorias e as interações sociais. Dessa forma, os espaços livres se aproximam da esfera pública por serem territórios próprios à vida pública e às manifestações de conflitualidades, englobando espaços citadinos e abertos ao público (ALVARES; VAINER; QUEIROGA, 2009).

Diante da relação entre espaços livres e esfera de vida pública, os espaços livres públicos (ELP), sobretudo os de uso comum, configuram-se por excelência nos locais da esfera pública geral (QUEIROGA et al., 2011). A esfera de vida pública representa a própria esfera de vida ativa e ação política, no sentido amplo. Ela envolve tanto a produção cultural quanto a construção da cidadania, sendo parte fundamental da história das civilizações. A esfera pública constitui, portanto, o domínio da liberdade e da instância cultural (ALVARES; VAINER; QUEIROGA, 2009).

Enquanto a vida privada e social tem seu maior suporte nos espaços edificados, a vida pública tem nos espaços livres públicos seu maior suporte físico-material. Os espaços livres públicos representam os ambientes de maior acessibilidade, de maior capacidade para receber a diversidade, a pluralidade e o imprevisto, que são características de uma esfera pública rica. Portanto, a forma e a qualidade do espaço podem potencializar ou não a vida pública (QUEIROGA et al., 2011).

Essa relação também é apontada por Gehl (2013), ao afirmar que o uso do espaço público pelas pessoas tem uma estreita ligação com a qualidade desses espaços e sua adequação a uma dimensão humana. Da mesma forma em que as cidades podem convidar as pessoas para uma vida urbana, a qualificação de um espaço pode incentivar o desenvolvimento de um padrão de uso totalmente novo. Para o autor, essa relação é aparentemente válida para diferentes contextos urbanos, diferentes culturas e partes do mundo. Assim, a atratividade à realização

de uma determinada atividade em um espaço é uma questão de planejamento, ou nas palavras do autor (p.17), “uma questão de se trabalhar cuidadosamente com a dimensão humana e lançar um convite tentador”.

A apropriação dos espaços livres públicos expressa sua qualificação e é caracterizada pelo seu uso. Este uso é para Whyte (2012), objeto de verificação da qualidade do espaço. Para ele as praças melhores usadas são lugares sociáveis, com mais grupos circulando e pessoas se encontrando. Logo, como espaço social, quando apropriado os ELP dão origem aos lugares na cidade, em função da relação afetiva e simbólica desenvolvida entre as pessoas e o ambiente (BENEDET, 2008). Um espaço livre público pode desempenhar múltiplas funções que são alteradas segundo as necessidades dos usuários e a dinâmica social. Os usos específicos que indicam como o espaço é apropriado são decorrentes das atividades ali desenvolvidas (SILVA, 2009).

A distribuição de espaços livres para serem apropriados pelo homem, em um sistema de espaços livres, fica vinculada às maneiras de acessos disponíveis em cada uma das escalas de urbanização, bem como à frequência dos usuários, ou seja, periodicidade de tempo despendido no espaço. Assim, em uma escala local, é provável que os usos sejam diários e tenha uma duração reduzida. Em contrapartida, para uma atividade de longa duração, o tempo de acesso não tem tanta relevância, o que permite sua inserção em uma escala regional (MAGNOLI, 2006c).

As motivações ao uso de um espaço público e as atividades nele desenvolvidas são múltiplas e variam conforme o comportamento, os desejos e as necessidades dos usuários (JACOBS, 2011; WHYTE, 2012). Assim, baseado na possibilidade de escolha das pessoas, Gehl (2006) classifica as atividades realizadas nos espaços públicos em três tipos: atividades necessárias, atividades opcionais e atividades sociais.

As atividades necessárias são partes integrantes, não opcionais, do dia a dia. Ou seja, aquelas que as pessoas realizam porque fazem parte de sua rotina diária e obrigações, por exemplo ir ao colégio, ao trabalho, sair às compras, esperar pelo transporte público. Mesmo que condições climáticas sejam ruins, mesmo que o entorno não lhes ofereça um mínimo de suporte, as pessoas utilizam o espaço porque não há outra escolha. As atividades opcionais, por outro lado, são realizadas pelo desejo e escolha do usuário. A qualidade da cidade é uma condição decisiva para esse importante grupo de atividades, pois elas só

ocorreram quando as condições externas forem favoráveis ou o espaço possuir algum atrativo. Assim, as pessoas usam o espaço público por vontade própria pois foram instigadas por algum fator interessante, muitas vezes estando relacionadas com o lazer e diversão.

Por fim, as atividades sociais são aquelas que dependem da presença de outras pessoas para acontecerem. Elas incluem todo o tipo de contato entre as pessoas e ocorrem em qualquer lugar onde existam pessoas nos espaços da cidade. São também chamadas de atividades resultantes porque, em quase todas as instâncias, elas evoluem de atividades ligadas às outras duas categorias. As atividades sociais acontecem de forma espontânea, como uma consequência direta das pessoas circulando e permanecendo em um mesmo espaço. Isso implica que as atividades sociais são indiretamente suportadas, sempre que forem dadas às atividades necessárias e opcionais, melhores condições nos espaços públicos.

Tenório (2012) reforça que a qualidade do espaço físico está profundamente ligada ao tipo de experiência vivenciada pelo usuário ao desenvolver uma atividade no ELP. Da mesma forma, Benedet (2008) considera que a apropriação será adequada, apenas se quem o usa desenvolve um sentimento de pertencimento, mais especificamente, quando o usuário se sente à vontade, confortável e dialoga com o espaço inculcando-lhe símbolos e significados. Portanto, para atender as demandas sociais os SELs têm que passar por um constante processo de transformações e adaptações.

O planejamento urbano deve buscar, segundo Kliass e Magnoli (2006), um desenvolvimento urbano vinculado às questões sociais e a diversidade do território. Já que, a disponibilidade de recursos, os padrões culturais e as políticas públicas devem garantir um melhor atendimento aos anseios da sociedade (QUEIROGA et al., 2011).

2.2.2 Dimensões de estudo do espaço livre urbano e vida pública

O estudo da percepção ambiental é fundamental para o entendimento das relações entre o homem e o meio ambiente, bem como suas condutas e expectativas sobre o espaço. Nesta área de estudo, a análise do ambiente físico é realizada por meio dos processos de percepção e cognição dos indivíduos, em relação ao espaço, os quais influenciam suas reações comportamentais e suas atitudes (DEL RIO; OLIVEIRA, 1996; DEL RIO; DUARTE; RHEINGANTZ, 2002; REIS; LAY, 2006).

Portanto, a percepção ambiental se relaciona ao modo como as pessoas experienciam os aspectos ambientais no seu entorno, sendo essencial para a compreensão dos processos de apropriação e identificação com os espaços e ambiente (KUHNEN, 2011).

Nesta abordagem, o ambiente compreende tanto o meio físico em que se vive, natural ou construído, quanto as condições sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que o configuram. Assim, nesta visão multidimensional, o ambiente precisa ser estudado a partir das diversas dimensões ambientais que conformam esse todo. É preciso que sejam relacionadas as percepções, atitudes, sentimentos e comportamentos das pessoas (dimensão perceptiva), com os aspectos físico ambientais (dimensão física), compreendendo que os mesmos estão imersos em dimensões mais amplos, tais como a social, econômica, política e cultural (CARVALHO; CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011).

De modo semelhante, Kuhnen (2011) aponta, com base nos estudos de García Mira, dois aspectos predominantes nos estudos de percepção ambiental: o objetivo e o subjetivo. O aspecto objetivo provém das características físicas do ambiente, analisados a partir de parâmetros objetivos, como número de edifícios, formas arquitetônicas, densidade populacional, entre outros. Já os aspectos subjetivos se originam nas experiências vividas que são representadas, incorporadas a significados e projetadas em comportamentos.

Valendo-se do arcabouço teórico dos estudos de percepção ambiental, Lineu Castello propõem uma metodologia de análise e intervenção ambiental para avaliar a qualidade do ambiente urbano da cidade de Porto Alegre, dentro da esfera de pesquisa do Projeto MAB (*Man and the Biosphere*) da UNESCO. A pesquisa procurou determinar áreas de intervenção urbana através da identificação de padrões espaciais e elementos estruturadores da paisagem. Essa identificação de elementos foi realizada por meio de três categorias analíticas: estrutural, perceptual e experiencial. Na primeira categoria foram analisados os aspectos morfológicos e funcionais da área estudada, identificando os padrões espaciais homogêneos, os principais elementos tectônicos, as características referenciais do tecido urbano e a conexão entre os elementos estruturadores. Na segunda categoria foram identificadas as imagens e leituras mentais que os usuários faziam da área, a partir de mapas mentais. A última categoria examinou as experiências cotidianas

de uso e fruição da área pela comunidade, procurando determinar e compreender como o ambiente era vivenciado. Também buscou-se identificar o que atribuía valor ao ambiente e qual o nível de afeição que a população mantinha pela área (CASTELLO, 1996).

Frente a abordagem da percepção ambiental é possível destacar que os espaços, equipamentos e serviços urbanos, são diretamente impactados pela qualidade ambiental. Ou seja, a existência de consequências cognitivas geradas pelos estímulos do ambiente, nos direciona a respostas positivas ou negativas sobre um determinado ambiente construído (DEL RIO; DUARTE; RHEINGANTZ, 2002).

Ancorada nos estudos que relacionam o comportamento humano e o ambiente, Cunha (2002) considera três fatores, ou dimensões, para a avaliação dos espaços livres públicos: adequação física e funcional, adequação ambiental e adequação comportamental. Para a autora a adequação física e funcional é o indicador de qualidade relacionado à conformação formal, distribuição espacial e dimensões do espaço e aos equipamentos e aos elementos construtivos que possibilitam o uso do ambiente para diversas finalidades. Enquanto a adequação ambiental, está relacionada às condições de salubridade, conforto ambiental, estado de conservação de pisos e mobiliários urbanos e conforto proporcionado pelos materiais utilizados.

A adequação comportamental apontada pela autora se refere a percepção do ambiente construído em função do comportamento e atitudes sociais do usuário no espaço. Os padrões comportamentais estão diretamente relacionados à apropriação dos lugares, pois indicam os ajustes e desajustes do ambiente em relação aos seus usuários. Tendo em vista que, o ambiente físico exerce uma influência no comportamento humano, quando bem estruturado, o espaço poderá catalisar as relações humanas e potencializar a vida pública (CUNHA, 2002).

Procurando estabelecer meios que orientem a criação e adequação de espaços públicos para que favoreçam a vida pública, Tenório (2012) aponta a necessidade de examinar o espaço urbano sobre vários enfoques e propõe um método de análise e intervenção em espaços públicos. Esse método procura dar subsídios para observação, avaliação e manipulação dos principais atributos do espaço público que incidem em seu desempenho sociológico. Desenvolvido a partir de uma extensa revisão de literatura, o método se estrutura em cinco etapas que

compreendem: o conhecimento geral do objeto de estudo; o levantamento da vida pública, por meio de observações dos sujeitos das atividades desenvolvidas; a avaliação da vida pública se relaciona principalmente as pessoas e as ações por elas desenvolvidas no espaço público; a avaliação dos espaços públicos por meio do estudo dos seus elementos de configuração (atributos globais e locais); e por fim recomendações para o aprimoramento do lugar.

As avaliações da vida pública e do espaço público reúnem um conjunto de vinte e sete variáveis que devem ser analisadas. A avaliação da vida pública se estrutura em dois grandes itens de verificação, sujeitos e atividades, reunindo oito variáveis de análise: número de pessoas; variedade de pessoas; distribuição das pessoas ao longo do tempo; presença da atividade de passagem (quantidade de pessoas); presença da atividade de permanência (quantidade e duração); encontros (ocorrências e tipos); manutenção e vigilância (ocorrência e tipos); e, diversidade de atividades (quantidade, características de origem e tipos).

Já a avaliação do espaço público apresenta uma estrutura mais complexa reunindo as variáveis referentes aos elementos de configuração em relação aos seus atributos globais e locais, e sob diferentes dimensões de análise. Assim, a avaliação dos atributos globais do espaço corresponde a uma análise da configuração da área da cidade onde se localiza o espaço público estudado, identificando o papel desenvolvido por essa área na cidade, a partir de duas dimensões, a sociológica e a funcional. A dimensão sociológica reúne duas variáveis: a relação entre os espaços livres e a cidade (quantidade e dimensões do espaço); e a integração global, baseada na teoria da sintaxe espacial. A dimensão funcional agrupa três variáveis: oferta de atividades ou tipologias de uso do solo (variedade, distribuição espacial, complementariedade e distribuição temporal); oferta de habitação (variedade, distribuição espacial e densidade); e mobilidade (estrutura para pedestres, ciclistas, transporte público e particular).

Depois de considerado o papel do espaço público no contexto da cidade é necessário analisá-lo segundo suas características físicas e dos elementos que o delimitam, ou seja, por seus atributos locais. Assim, essa análise compreende as dimensões sociológica, funcional, bioclimática, econômica, topoceptiva, simbólica, afetiva e estética, com maior enfoque nas duas primeiras. A dimensão sociológica reúne cinco

variáveis: localização, com base na teoria da sintaxe espacial (integração global e integração local); limites e dimensões (clareza dos limites, contiguidade dos limites, separação público-privada e dimensões); tipos edifícios; portas e janelas (espaços cegos, número de portas, relação público-privada, fronteiras suaves e número de janelas); e, nivelção do piso.

A dimensão funcional agrupa três variáveis: acesso e circulação (acesso por transporte público, acesso por pedestres e ciclistas, conexões e circulação); atividades nos limites e arredores do lugar (variedade, distribuição espacial, complementariedade e distribuição temporal); e oferta de atividades no lugar (variedade, distribuição espacial, complementariedade e distribuição temporal). A dimensão bioclimática corresponde a variável de conforto (higrotérmico, luminoso, sonoro e qualidade do ar). A dimensão econômica compreende a variável de custos de implantação e manutenção. A dimensão topoceptiva contém a variável de orientabilidade e identificabilidade. A dimensão simbólica corresponde a variável de significação e simbolização. A dimensão afetiva se relaciona à percepção ambiental que o usuário tem do espaço cuja variável afeto pode ser negativa ou positiva. Por fim a dimensão estética compreende a variável de beleza e manutenção e conservação do espaço e seus elementos (TENÓRIO, 2012).

Frente a esta breve revisão de literatura sobre as dimensões de estudo do espaço e da vida pública fica evidente a necessidade de utilização de diferentes categorias analíticas para o estudo da relação entre pessoas e ambiente. Contudo, algumas dessas dimensões são recorrentes, nos diversos materiais consultados, como as dimensões físicas, funcionais e perceptivas (também nomeadas perceptual, comportamental, afetiva e simbólica), reforçando a importância de incluí-las em qualquer estudo cujo enfoque seja o uso de um ambiente, o processo de apropriação do espaço e a interação entre pessoa e ambiente.

2.3 POLÍTICAS CULTURAIS E SUA TERRITORIALIZAÇÃO

As políticas culturais nacionais passaram, nos últimos anos, por um processo de modificação quanto ao seu entendimento, desenvolvimento e implementação⁵. As principais modificações ocorreram pela adoção de uma visão inclusiva da cultura, o que levou a criação de políticas culturais que buscam acolher a diversidade cultural brasileira e democratizar a gestão das políticas públicas (KUPSKI, 2012). Se fortaleceu no país uma compreensão da cultura em suas múltiplas dimensões: simbólica, cidadã e econômica, que norteiam, desde de 2003 as políticas, programas e ações culturais desenvolvidas pelo Ministério da Cultura (BRASIL, 2011a).

O papel do Estado na gestão pública da cultura é repensado tendo como base o entendimento da cultura como um direito humano, um vetor de desenvolvimento e inclusão social. A ideia da cultura como um direito, já estava presente na Constituição Brasileira de 1988, que afirma no Art. 215: “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Com isso, a Constituição legitima as intervenções do Estado no campo da cultura, ao qual cabe o planejamento e fomento das atividades culturais, a preservação e valorização do patrimônio cultural e o estabelecimento de marcos regulatórios (BRASIL, 2011a).

O texto constitucional enfatiza o direito de acesso à cultura, a legitimidade da diversidade cultural brasileira e o papel do Estado nessa construção, além de ampliar a capacidade de financiamento de estados e municípios. Entretanto, os ventos liberalizantes e a ausência de um pacto federativo entre as instâncias de governo levaram grande parte dos estados e municípios a mimetizarem a

⁵ É importante esclarecer que as políticas culturais nacionais estudadas correspondem aquelas implantadas pelo Governo Federal durante os anos de 2003 e 2015, e que tiveram impacto direto no processo de construção das políticas culturais municipais, incluindo a cidade de Joinville. Frente ao processo de crise política vivenciado no país no ano de 2016, esse recorte temporal é fundamental devido a indefinição do papel da cultura e do direcionamento das políticas culturais a partir de agora. Não era objetivo deste trabalho desenvolver uma análise da evolução dessas políticas em nível nacional, para isso pesquisas como Kupski (2012), Carvalho, Silva e Guimarães (2009) podem ser indicadas.

política baseada em incentivos fiscais, em mecanismos de renúncia fiscal e numa estrutura de gerenciamento de recursos similar à verificada em nível federal (CARVALHO; SILVA; GUIMARÃES, 2009, p. 673)

A compreensão da cultura como direito, aliada a ampliação de seu conceito, que passa a englobar todas as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, torna necessária a “construção de um aparato institucional bem mais robusto do que o existente até então na área da política cultural” (HOLLANDA, 2011, p. 13). Neste contexto, em 2003, o governo propõe a organização do Sistema Nacional de Cultura (SNC), visando institucionalizar e fortalecer a gestão pública da cultura, através da implantação de políticas públicas permanentes de cultura, pactuadas entre os entes federativos – União, estados e municípios – e a sociedade civil, que se organizem em seus respectivos sistemas de cultura de forma autônoma e colaborativa, tendo como principal finalidade garantir o pleno exercício dos direitos culturais a todos os brasileiros (BRASIL, 2011a).

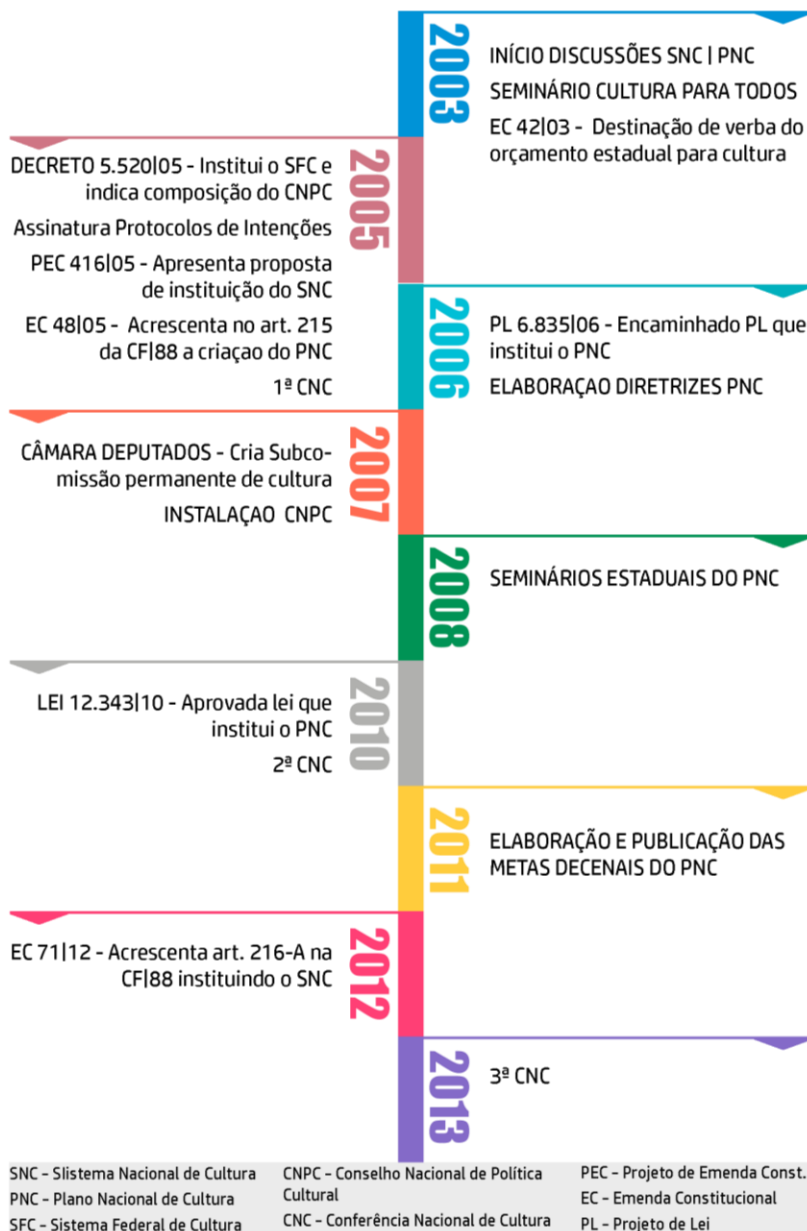
Assim, o Sistema Nacional de Cultural, é uma ampla política cultural que busca respeitar a pluralidade e a vasta distribuição territorial da cultura no país, buscando preservar e valorizar as expressões artístico-culturais de todo o país e não só dos grandes centros urbanos (CARVALHO; SILVA; GUIMARÃES, 2009). Com esse entendimento, o governo, especialmente o Ministério da Cultura, assume um papel mais presente e propositivo no campo cultural brasileiro, deixando como legado um processo de fortalecimento institucional.

Dentro desse novo momento político, a participação da sociedade é incentivada, por meio de conferências, conselhos, consultas e seminários promovidos em todo o país, ampliando o conceito de cultura e englobando setores antes marginalizados. Em função disto, tem-se como resultado as Conferências Nacionais de Cultura, o Plano Nacional de Cultura, sancionado em 2010, o Sistema Nacional de Cultura, instituído em 2012, e programas estruturantes com intenção de ampliar a atuação das políticas públicas culturais. Os principais passos percorridos, segundo Brasil (2011a, p. 40), na construção de um aparato institucional consistente foram:

a assinatura pela União, estados e municípios do Protocolo de Intenções, visando criar as condições institucionais para a implantação do SNC; a realização das Conferências de Cultura (municipais, intermunicipais, estaduais e nacional), que mobilizaram o setor em todo o país; a criação do Sistema Federal de Cultura; a reorganização do Conselho Nacional de Política Cultural e o ciclo das Oficinas do Sistema Nacional de Cultura; a elaboração do Plano Nacional de Cultura e o seu debate público, com Seminários realizados em todos os estados e Distrito Federal; a implementação de programas e projetos do Governo Federal, em especial o Programa Mais Cultura, em parceria com estados e municípios; a redefinição, no plano nacional, da política de financiamento público da cultura com a apresentação e debate da nova legislação que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – PROCULTURA. Todas essas iniciativas criaram expectativas favoráveis ao SNC. Ações paralelas no âmbito do MinC, como a criação dos Colegiados Setoriais (Música, Teatro, Dança, Artes Visuais, Circo e Livro e Leitura) e a reestruturação administrativa do Ministério reforçaram aqueles passos.

Na tentativa de organizar os principais eventos que constituíram o processo de construção desses dois instrumentos de gestão, SNC e PNC, elaborou-se um quadro temporal que compreende tanto os marcos legais como os principais momentos de participação popular (Quadro 1).

O percurso de construção coletiva do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura é trilhado desde 2003 e compreendeu um longo processo de debates, em todos os fóruns e instâncias culturais do país. Da mesma forma, ao longo deste período, uma série de articulações políticas, programas e definição de marcos legais foram estabelecidos visando criar as condições institucionais para a implantação do SNC e seus componentes. Entretanto, ainda existem desafios e ações necessárias para a real consolidação do SNC, como sua regulamentação e ampliação de recursos para investimento.

Quadro 1. Processo de construção do SNC e PNC.

Fonte: Elaborado pela autora sobre Brasil (2008; 2011a).

2.3.1 Sistema Nacional de Cultura e Plano Nacional de Cultura

O Sistema Nacional de Cultura (SNC), constitui-se num novo modelo de gestão cultural, elaborado a partir de um conceito sistêmico. Têm como base políticas públicas construídas democraticamente, integrando a sociedade civil e os três níveis da federação, visando obter uma justa e equilibrada aplicação dos recursos públicos (BRASIL, 2011a). O Art. 216-A da Emenda Constitucional nº. 71, de 29 de novembro de 2012, demonstra esse conceito:

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

A organização do SNC, se inspira em outros sistemas de articulação de políticas públicas já instituídos no Brasil, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e adota a estrutura federativa, constituída por sistemas correspondentes nas três esferas de governo. A estrutura básica é reproduzida em cada esfera, com atenção às especificidades locais, conforme estabelece o § 4º da Constituição Federal (PEIXE, 2013).

O § 1º do artigo 216-A da Constituição Federal estabelece os doze princípios que sintetizam os fundamentos do SNC e norteiam todas as suas ações. Esses princípios expressam uma qualificação da política cultural proposta pelo SNC, indo além da estruturação sistêmica e buscando assegurar: as articulações com políticas públicas locais, como educação, esporte, desenvolvimento socioeconômico e o planejamento urbano; a fluidez e atualização do sistema através da participação popular; e, a correção de distorções históricas na distribuição dos recursos decorrente da centralização administrativa até então adotada. Assim, esses princípios ilustram parte do impacto direto que a proposta do SNC exerce sobre a municipalização, articulada, das políticas culturais.

A estrutura do SNC tem um caráter misto e é composta por um núcleo estático e um núcleo dinâmico. O primeiro é formado por elementos centrais na constituição do sistema, que possuem um caráter de maior permanência, e compreende as leis e normativas que o estruturam, bem como, o conjunto da infraestrutura cultural. O segundo é menos permanente e se caracteriza por estabelecer os processos de pactuação e negociação, ou seja, é a esfera onde reside o exercício da política, possibilitando maior agilidade às alterações necessárias, permitindo a incorporação de especificidades locais e, consequentemente, flexibilizando a implantação do SNC (CARVALHO; SILVA; GUIMARÃES, 2009; BRASIL, 2011a).

Diante dessa característica mista, o sistema tem o Ministério da Cultura como órgão gestor e coordenador, no nível nacional, enquanto as secretarias estaduais e municipais de cultura, configuram os gestores nas outras esferas de governo. Os componentes que conformam as instâncias de articulação, pactuação e deliberação⁶, principalmente conselhos e conferências, são os principais espaços de participação social e de intervenção política para a formulação de estratégias e controle da execução das políticas públicas de cultura estabelecidas no SNC (CARVALHO; SILVA; GUIMARÃES, 2009).

Dentre os instrumentos de gestão do SNC, os Planos de Cultura, o Sistema de Informações e Indicadores e o Programa Nacional de Formação na Área da Cultura, se caracterizam como ferramentas de planejamento técnico. Enquanto, o Sistemas de Financiamento à Cultura, aliado ao Orçamento Público, que deve destinar recursos à cultura em seu planejamento (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA), são as ferramentas financeiras do sistema (BRASIL, 2011a; PEIXE, 2013). Neste

⁶ Os Conselhos de Política Cultural são instâncias colegiadas permanentes, de caráter consultivo e deliberativo, integrantes da estrutura básica do órgão gestor da cultura, em cada esfera de governo, com composição paritária entre Estado e sociedade civil, cujos representantes são eleitos democraticamente. As Conferências de Cultura são espaços de articulação entre Estado e sociedade civil para analisar a conjuntura da área cultural e propor diretrizes para as políticas culturais. A representação da sociedade civil deve ser, no mínimo, paritária em relação ao poder público e em cada conferência serão eleitos delegados que participarão das conferências nas instâncias superiores. As Comissões Intergestores, que podem assumir o formato Tripartite (organizada no âmbito nacional) e Bipartite (organizada no âmbito estadual), são instâncias de negociação e pactuação para implementação, gestão e operacionalização do SNC, têm caráter permanente e devem funcionar como órgãos de assessoramento técnico aos conselhos de política cultural (BRASIL, 2011).

trabalho, a implantação e gestão das políticas culturais no âmbito municipal terão maior relevância, por isso daremos maior enfoque aos elementos do SNC que atuam como ferramentas de planejamento técnico.

Os Planos de Cultura podem ser compreendidos como instrumentos de planejamento estratégico, de médio e longo prazo, que organizam, regulam e norteiam a execução das políticas públicas de cultura. Eles devem contribuir para que as ações planejadas sejam executadas num horizonte de dez anos, contribuindo para dar estabilidade e institucionalizar as políticas culturais no país. Sua elaboração é responsabilidade dos órgãos gestores e dos conselhos de política cultural, tendo como base as diretrizes definidas nas conferências de cultura. Os planos de cultura, em geral, são compostos de: diagnóstico, princípios, objetivos, diretrizes, estratégias, ações e metas, que são utilizados para orientar a condução da política cultural (BRASIL, 2011a; PEIXE, 2013; ROCHA, 2013).

Dessa forma, o Plano Nacional de Cultura (PNC) é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Nacional de Cultura na perspectiva do SNC. Partindo de um abrangente diagnóstico sobre as condições em que ocorrem as manifestações e experiências culturais, no país, propõe orientações para a atuação do Estado para um período decenal (BRASIL, 2011a; ROCHA, 2013). O PNC foi instituído com a aprovação da Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005, passando a integrar a Constituição Federal através do Art. 215 § 3º que instituiu:

3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional.

Entretanto, apesar de sua instituição em 2005, apenas em 2010 é promulgada a lei específica que aprova o PNC, em conformidade com o

Art. 215 da Constituição Federal. Assim, a Lei nº 12.343 de 02 de dezembro de 2010 é promulgada após um complexo percurso de construção coletiva. Este processo, sob a supervisão do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)⁷ e ancorado principalmente na 1ª Conferência Nacional de Cultura que estabeleceu as diretrizes para a organização e planejamento da Política Nacional de Cultura, também foi enriquecido através de estudos e pesquisas, discussões públicas e ações conjuntas entre governo, sociedade civil e iniciativa privada, como o Seminário Nacional Cultura para Todos, as Câmaras Setoriais e as pesquisas do IBGE e do IPEA sobre o setor cultural, encomendadas pelo Ministério da Cultura (BRASIL, 2008; KUPSKI, 2012).

A Lei nº 12.343/2010, aponta os deveres do poder público, que vão desde a proteção e promoção da diversidade cultural de todos os grupos sociais em todo o território, o estímulo à produção e ao empreendimento cultural, até a articulação das políticas culturais com outras políticas públicas como educação, ciência e tecnologia e planejamento urbano. Ainda é dever do poder público incentivar a adesão de organizações e instituições do setor privado e entidades da sociedade civil às diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura, cujo principal articulador é o SNC. A vinculação dos entes federativos ao PNC será feita através de um termo de adesão voluntária, depois desta, os entes têm um prazo de um ano para elaboração de seu Plano de Cultura.

As metas do Plano Municipal de Cultura foram elaboradas e publicadas em 2011, após a análise das diretrizes, estratégias e ações presentes na lei que aprovou o PNC, em conjunto com a realização de consulta pública. Assim, a versão final do documento delinea 53 metas, que deverão ser realizadas até 2020, apontando os indicadores para sua avaliação e as fontes de aferição, existentes ou a serem desenvolvidas com auxílio do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) (BRASIL, 2011b; ROCHA, 2013). Essas metas devem ser entendidas como um instrumento de co-responsabilidade entre as diferentes instâncias do poder público e a sociedade civil, como apontado por Kupski (2012). Assim, a execução das metas depende da

⁷ O CNPC é um órgão colegiado que faz parte do Ministério da Cultura (MinC) e foi estruturado a partir do Decreto nº 5.520/2005. Ele foi criado para colaborar na formulação de políticas públicas e promover a articulação e o debate entre a sociedade civil e os governos municipais, estaduais e federal (BRASIL, 2013).

eficiência nessa articulação federativa e implementação do Sistema Nacional de Cultura, além do comprometimento de todos esses agentes em compreender as necessidades culturais locais e traduzi-las nos planos estaduais e municipais de cultura.

Além de aprovar o Plano Nacional de Cultura, a Lei nº 12.343/2010 também cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), que busca integrar os cadastros culturais e os indicadores coletados pelos municípios, estados e Governo Federal, permitindo que sejam geradas informações e estatísticas da realidade cultural brasileira. O SNIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, tendo como premissa a ampla publicidade e transparência de informações (BRASIL, 2011a; BRASIL, 2013). Portanto, esse sistema oferece subsídios para as operações de gestão, monitoramento e avaliação das políticas implementadas pelo SNC; e também para a construção de modelos de economia baseados em atividades culturais.

Dentre os instrumentos de gestão do SNC que se caracterizam como ferramenta técnica, também se destaca o Programa Nacional de Formação na Área da Cultura cujo objetivo central é capacitar os gestores públicos, agentes do setor privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de cultura. Tendo em vista que, a formação de pessoal em política e gestão culturais é estratégica para a implementação e gestão do SNC e que existe uma lacuna profissional nesse campo, parcerias com o Ministério da Educação e articulação com os demais entes federados se fazem necessárias (BRASIL, 2011a; PEIXE, 2013).

Através desses três instrumentos de gestão apontados, poderão ser efetivamente executadas as políticas e estratégias formadas e pactuadas ao longo do processo de construção do SNC, sendo indispensável o suporte de uma política estável de financiamento da cultura, como apontado por Carvalho, Silva e Guimarães (2009). Aliado a isto é fundamental que estados e municípios elaborem seus próprios planos de cultura para consolidação do SNC. Dessa forma, as ações locais poderão ser implementadas de modo contínuo e efetivo, potencializando a participação da cultura no planejamento das cidades.

2.3.2 Municipalização das políticas públicas de cultura

As políticas públicas culturais no Brasil sempre tiveram o Estado como principal agente, atuando de forma centralizada sobre ações e rumos da cultura e suas instituições. A construção do Sistema Nacional de Cultura, assim como o de outros sistemas no país, promove uma descentralização que coloca em evidência os municípios e suas estruturas de governo (CARVALHO, SILVA e GUIMARÃES, 2009). Como apontado anteriormente, nota-se uma expansão nas políticas nacionais de cultura que buscam fomentar ações culturais em todo o país, evitando privilegiar regiões e contando com intenso processo de construção coletiva. Dessa forma, mesmo tratando-se de políticas definidas e formatadas em nível federal, elas serão desenvolvidas no nível municipal (KUPSKI, 2012).

A tendência de descentralização das políticas governamentais do nível federal para o municipal foi estimulada na Constituição Federal de 1988, que estabelece competências comuns à União, Estados e Municípios, como o cuidado com saúde e assistência pública, a proteção dos bens de valor cultural e do meio ambiente, e a melhoria das condições de vida da população. Além dessas competências comuns a Constituição também delega atribuições específicas aos municípios, dentre as quais destacam-se a prestação de serviços de saúde e educação infantil e fundamental, em cooperação com os outros entes federativos; ordenamento territorial, mediante planejamento urbano; e prestação de serviços públicos de interesse local.

Assim, as políticas públicas, especialmente aquelas de caráter social, foram descentralizadas da União diretamente para os municípios que aumentaram sua carga de responsabilidade e sua competência na prestação de serviços públicos. Esse processo descentralizador foi mais intenso durante as décadas de 1990 e 2000, tendo início com a saúde e educação, como apontado por Kupski (2012), e seguindo para o planejamento urbano, com a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001 que estipula a obrigatoriedade de elaboração de Planos Diretores municipais, e a cultura com a proposta de implementação do SNC e demais políticas públicas culturais que articulam convênios diretamente com os municípios, como é o caso da Política Nacional Cultura Viva.

Calabre (2007) aponta que as competências legais comuns entre os entes da federação levam a uma sobreposição de órgãos responsáveis pela gestão cultural sendo comum a todos eles os problemas de carência

de recursos. Diante disto, a autora aponta como fundamental a definição das relações entre estes vários órgãos públicos entre si e com outras áreas governamentais e a sociedade civil.

Botelho (2001) afirma que uma política pública de cultura deve delimitar seu universo de atuação, sabendo com clareza quais são suas responsabilidades frente a outros setores de governo. A cultura, em seu sentido mais amplo, precisa de uma articulação política efetiva de todas as áreas da gestão pública para se estabelecer enquanto política pública que assuma uma abrangência cotidiana e tenha impacto sobre a qualidade de vida da população. Por isso, o setor cultural deve funcionar como articulador de programas conjuntos com os outros setores governamentais, assumindo um compromisso global de governo. Além disso, a autora ainda chama atenção para um aspecto estrutural:

(...) se é possível afirmar que a cultura, do ponto de vista antropológico, é a expressão das relações que cada indivíduo estabelece com seu universo mais próximo, em termos de uma política pública, ela solicita, por sua própria natureza, uma ação privilegiadamente municipal. Ou seja, a ação sociocultural é, em sua essência, ação micro que tem no município a instância administrativa mais próxima desse fazer cultural. Embora esta deva ser preocupação das políticas de todas as esferas administrativas, o distanciamento que o Estado e a Federação têm da vida efetiva do cidadão dificulta suas ações diretas. No entanto, é claro que não as impede. Em primeiro lugar, seu apoio as legitima politicamente. Em segundo, estas duas instâncias podem ter ações diretas, mas sempre em parceria com o nível municipal – que deve ser sempre o propulsor de qualquer ação conjunta (BOTELHO, 2001, p.75).

A visão da autora reflete-se nas proposições do SNC quanto a descentralização da gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura. Neste contexto, é importante ressaltar que o SNC foi concebido em meio a um processo de enfrentamento da histórica centralização das políticas culturais e sua atuação, da desvalorização da cultura local e das manifestações populares em todo o território e do pouco conhecimento da diversidade das expressões culturais do país (CARVALHO, SILVA e

GUIMARÃES, 2009). Por isso, o processo de territorialização das políticas culturais é de suma importância, apesar de ainda ser incipiente mesmo após a aprovação do SNC. Calabre (2012) aponta que essa transição é muito mais complexa do que a simples criação de mecanismo de repasse de recursos e de projetos do nível federal para o municipal. Ela abrange a fragilidade dos órgãos gestores de cultura municipais, a escassez de equipamentos e de políticas culturais municipais, a multiplicidade de práticas e atividades culturais locais, e até mesmo a diversidade urbana e socioambiental do país.

Atualmente, segundo dados do monitoramento do SNC de outubro de 2016, todos os 26 estados e o Distrito Federal já assinaram o acordo de cooperação de aderência ao Sistema, bem como 2.230 municípios brasileiros (40% do total). Entretanto, de acordo com o suplemento sobre cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, realizada pelo IBGE em 2006 e 2014, apenas três estados brasileiros tinham plano de cultura formalizado, no ano de 2014: Amazonas, Mato Grosso e Alagoas, sendo o último o único regulamentado por um instrumento legal. Todos os demais estados declararam que seus planos estavam em elaboração em diversos estágios, como o caso do estado de Santa Catarina em que o plano de cultura encontra-se no legislativo aguardando apreciação.

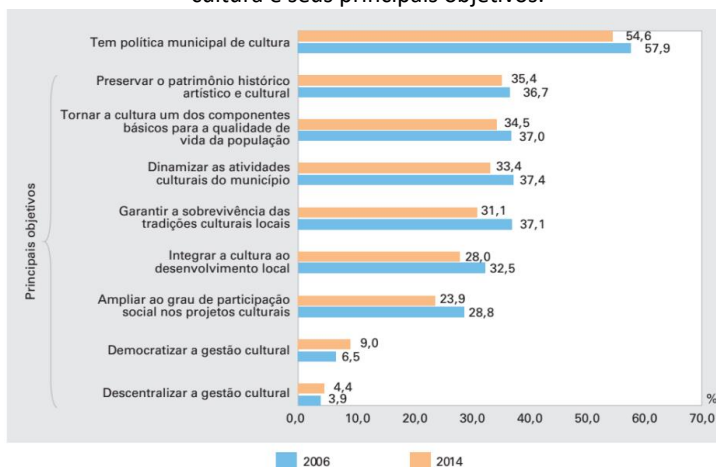
O estado de Santa Catarina assinou o acordo de cooperação e iniciou o processo de construção do Plano Estadual de Cultura (PEC-SC) em 2013. O estado ainda se destaca, junto com Rondônia, como os únicos dois estados onde a pasta da cultura está em uma secretaria que agrega outras políticas públicas, como o turismo, o esporte e o lazer. No caso de Santa Catarina o órgão gestor da cultura é a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL), cuja sigla refere-se a antiga Secretaria de Estado da Organização do Lazer, reestruturada em 2005 pela Lei Complementar nº 284/2005, que estabelece o modelo de gestão para a Administração Pública Estadual e a estrutura organizacional do Poder Executivo.

Em relação aos municípios o mesmo estudo do IBGE (2015) aponta, que no ano de 2014, a maioria dos municípios (94,5%) possuem alguma estrutura organizacional para tratar da cultura. Entretanto, dentre esses municípios os órgãos gestores de cultura se distribuem em diferentes arranjos institucionais: em 57,3% a cultura é parte de uma secretaria em conjunto com outras políticas, normalmente responsável

também pela educação, turismo, lazer e esporte; em 20,4% existe uma secretaria exclusiva para tratar das políticas culturais; em 15,9% o setor cultural está subordinado a outra secretaria; em 4,2% a cultura está vinculada diretamente à chefia do Executivo; e, em 2,3% o órgão gestor cultural faz parte da administração indireta, como fundações públicas, sendo este o caso do município de Joinville.

No âmbito municipal a presença de uma estrutura específica para a gestão da política de cultura fica mais evidente, assim a pesquisa do IBGE (2015) constatou que os municípios com secretaria exclusiva e fundações públicas também apresentaram maiores percentuais de instrumentos de gestão, participação e mecanismos de financiamento, ou seja, possuíam uma política cultural mais consolidada. Em 2014, pouco mais da metade das cidades brasileiras (54,6%) tinham alguma política para o setor cultural, o que representou um declínio de 3,3% em relação ao total de cidades que haviam declarado ter essas políticas em 2006 (Gráfico 1).

Gráfico 1. Percentual de municípios brasileiros com políticas municipais de cultura e seus principais objetivos.



Fonte: IBGE (2015, p. 43).

A pesquisa levantou ainda quais eram os principais objetivos das políticas culturais, para estes dois anos, identificando uma alteração no padrão de importância desses objetivos. No ano de 2006, os objetivos mais relevantes estavam ligados a um modelo de gestão tradicional da cultura, já em 2014, a relação de prioridade desses objetivos começa a

se modificar, buscando assumir um sentido mais dinâmico e percebe-se um pequeno crescimento das políticas culturais com objetivo de democratizar e descentralizar a gestão cultural.

Todavia, se for considerado apenas a existência de Planos Municipais de Cultura observa-se que essa política ainda é inexpressiva no conjunto dos municípios brasileiros, mostrando uma lacuna para o exercício da função cultural na esfera local. Somente 5,9% dos municípios contavam com plano de cultura regulamentado por instrumento legal em 2014, 2,5% possuíam o plano sem regulamentação por instrumento legal e outros 23,6% declararam que o plano estava em elaboração, frente a 68% de municípios que não têm plano.

Diante dos dados apontados pelo IBGE, Calabre (2012) se questiona sobre a efetiva capacidade dos municípios em serem protagonistas de um novo modelo de gestão de políticas públicas. Botelho (2001), também reforça essa dúvida ao afirmar que a política cultural usualmente é vista como secundária no conjunto das políticas públicas. Aliado a isso tem-se ainda, conforme Peixe (2013), a fragilidade das administrações municipais e a baixa compreensão do papel da cultura pelos governantes locais.

Portanto, a territorialização das políticas culturais, que está em andamento, deve considerar esses desafios no processo de desenvolvimento do seu modelo de gestão cultural. Assim, a definição de políticas culturais municipais deve ser estruturada a partir de um diagnóstico da realidade local, buscando o envolvimento dos agentes atingidos por elas em seus processos de concepção e decisão. Para Calabre (2007), a base desse novo modelo de gestão da cultura é o reconhecimento da diversidade cultural e a criação de canais de participação democrática. Aliado a isto, Peixe (2013) reforça a importância da capacitação dos gestores e conselhos, a formulação de planos de cultura consistentes e a disponibilização de recursos para execução das propostas. Nesse contexto, é necessário que estudos que analisem a implementação das políticas culturais nos municípios comecem a ser desenvolvidos, a fim de compreender as implicações dessa territorialização.

3. O MUNICÍPIO DE JOINVILLE

Este capítulo, apresenta um diagnóstico do município de Joinville em relação ao sua história e processo de ocupação, aspectos socioeconômicos e culturais. Na sequência são identificados e caracterizados o sistema de espaços livres públicos e o cenário cultural municipal.

O sistema de espaços livres públicos de Joinville é identificado a partir das bases cartográficas e leis municipais e classificado em espaços livres de preservação ou conservação e espaços livres de lazer e recreação, adotando tipos semelhantes à Custódio et al. (2011). O cenário cultural municipal é caracterizado quanto às políticas públicas de cultura, rede de equipamentos públicos de cultura e principais eventos culturais.

O capítulo também aborda as questões necessárias para o entendimento do caso estudado nas leituras urbanas realizadas no capítulo 5.

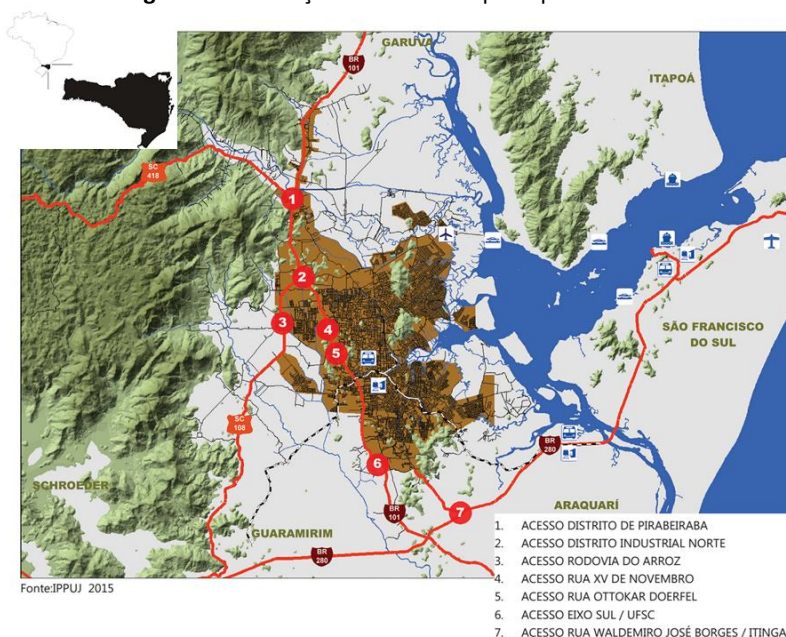
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Localizada na região nordeste de Santa Catarina, Joinville é a sede da Mesorregião do Norte Catarinense, formada pela união de 26 municípios. As cidades que compõem essa mesorregião passaram também a conformar a Região Metropolitana do Norte-Nordeste Catarinense instituída no ano de 2010 pela Lei n. 495/2010 e Lei n. 523/2010, sendo Joinville a sede dessa região metropolitana. Também, integra a Associação dos Municípios do Nordeste do estado de Santa Catarina (AMUNESC), em conjunto com outros 8 municípios, Araquari, Barra do Sul, Campo Alegre, Garuva, Itapoá, Rio Negrinho, São Bento do Sul e São Francisco do Sul, destacando-se em termos populacionais e econômicos.

Além da importância regional, Joinville é o município mais populoso do estado, com 515.288 habitantes (IBGE, 2010) distribuídos pelos 1.125,70 km² de extensão, resultando em uma densidade demográfica média de 457,74 hab/km². A cidade apresenta um dos maiores índices de desenvolvimento humano municipal (IDHM) do estado (0,809) estando em 21º lugar no ranking nacional e 4º no ranking estadual. O município foi implantado na planície litorânea entre a Serra

do Mar e a Baía da Babitonga e é cortado por três rodovias, a BR-101, principal acesso à cidade tanto no sentido norte quanto sul; BR-280, que conecta o litoral norte catarinense ao extremo oeste do estado; e SC-301, ligação com planalto norte do estado (Figura 1).

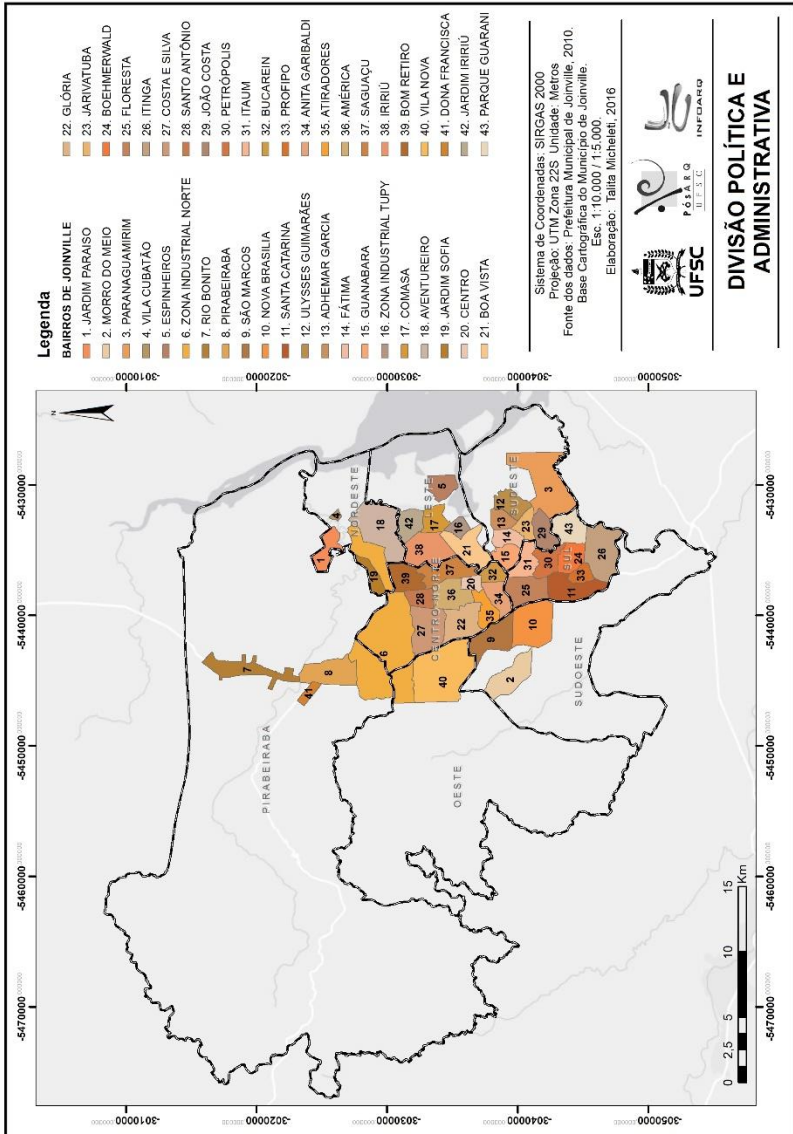
Figura 1. Localização de Joinville e principais acessos.



Fonte: Elaborado pela autora sobre IPPUJ (2015).

A divisão política e administrativa do município compreende os distritos Sede e o distrito de Pirabeiraba (Figura 2). O perímetro urbano municipal, está contido majoritariamente no distrito sede, concentrando 38 bairros, enquanto no distrito de Pirabeiraba localizam-se 3 bairros. O perímetro urbano contém ainda duas zonas industriais: Zona Industrial Norte e Zona Industrial Tupy. No ano de 2013, foi promulgado o Decreto n. 20.718/2013, que criou oito subprefeituras em substituição as antigas Secretarias Regionais municipais. As subprefeituras têm o objetivo de promover a descentralização administrativa através da coordenação, fiscalização e execução dos serviços e obras regionais delegados pela Administração Municipal.

Figura 2. Divisão Política e Administrativa do município de Joinville.



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados vetoriais do IPPUJ (2015).

3.1.1 Aspectos históricos e processo de ocupação do território

A fundação da cidade de Joinville, em 9 de março de 1851, está ligada a imigração europeia para colonização das terras da Colônia Dona Francisca. Entretanto, a ocupação do território é bem mais antiga, e a construção da cidade contou com a presença de diversos grupos sociais e uma pluralidade de etnias. Desta forma, a história da cidade teve início há milênios com a ocupação dos sambaquianos, seguida pela vinda das famílias luso-brasileiras, acompanhados pelos afro-brasileiros e só então, tem-se a vinda dos imigrantes teutos (germânicos), a partir da contratação da Sociedade Colonizadora de Hamburgo em 1849 (MARTINS, 2013; IPPUJ, 2015).

Os povos sambaquianos foram os primeiros a habitar a região, nas proximidades do litoral, deixando vestígios como os sambaquis, artefatos e oficinas líticas (MARTINS, 2013; IPPUJ, 2015), que hoje constituem um importante patrimônio arqueológico municipal. Povos indígenas ainda ocupavam a região quando chegaram os primeiros imigrantes. A presença de famílias luso-brasileiras podia ser observada no final do século XVIII, e ao contrário do que ocorreria na posterior ocupação, a presença dos escravos podia ser notada neste período. Essa população era oriunda, provavelmente, da capitania de São Vicente e da cidade de São Francisco do Sul.

A população luso-brasileira estabeleceu-se em sesmarias na região leste, próximas da Baía da Babitonga e dos rios existentes, nas regiões do Cubatão, Bucarein, Boa Vista e Itaum. Como principal atividade econômica tinham o cultivo agrícola de mandioca, cana de açúcar, arroz e milho (IPPUJ, 2015). Discorrendo sobre a presença dos escravos na cidade, Martins (2013) afirma que ela foi mais significativa do que os relatos mostraram. A pesquisadora aponta a concentração da população afro-brasileira nos bairros Bucarein, Floresta, Itaum e Guanabara, todos na porção sul do município, e relaciona essa ocupação a uma menor valorização dessas áreas.

Motivadas pelas crises sociais, econômicas e políticas que afligiam a Europa, a partir da década de 1840, e pelo incentivo ao estabelecimento de uma colônia europeias na região, a Colônia Dona Francisca, cerca de 17 mil pessoas, entre 1850 e 1888, deixaram o continente europeu com destino à Joinville. Assim, uma das características do processo de ocupação e construção de Joinville foi a diversidade étnica presente no território: povos indígenas, negros, luso-

brasileiros, germânicos (alemães, suíços, noruegueses, austríacos, suecos, dinamarqueses, belgas e holandeses), franceses e italianos (BRÜSKE, 2002; MARTINS, 2013; IPPUJ, 2015).

O núcleo inicial de ocupação, atual área central, localizava-se as margens do Ribeirão Mathias, afluente do Rio Cachoeira, que se configurava como uma importante conexão para o núcleo que se formava (BRÜSKE, 2002). A ocupação do sítio que deu origem a cidade, nas proximidades do Rio Cachoeira, foi uma determinação da Companhia de Hamburgo por possuir as melhores características físicas para o acesso à colônia e o escoamento da produção.

O parcelamento do solo deu origem a minifúndios e a grandes lotes criando uma malha esparsa e pouco adensada que misturava usos residências, produção agrícola e posteriormente indústrias (IPPUJ, 2015). A malha definida a partir dos princípios do urbanismo germânico tinha como principal elemento a via comercial, na época a Rua do Porto, atual Nove de Março, que era a confluência dos principais caminhos e também se caracterizava como o lugar de encontro (BRÜSKE, 2002). Na Figura 3 pode-se ver a Rua do Príncipe no ano de 1866, via que conectava a antiga Rua do Porto à ocupação localizada ao sul do núcleo inicial.

Figura 3. Rua do Príncipe em 1866.

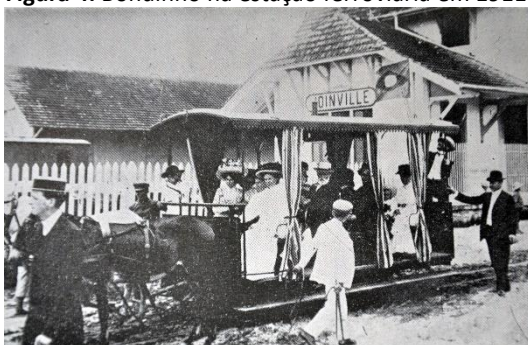


Fonte: IPPUJ (2016).

As primeiras indústrias, têxteis e metalúrgicas, surgiram em 1880, o grande produto exportado era a erva-mate e sua comercialização deu origem a um importante ciclo econômico (BRÜSKE, 2002). No período do Ciclo do Mate Joinville já contava com inúmeras associações culturais, escolas, igrejas, hospitais e corpo de bombeiros, cujo modelo de organização seguia os costumes dos países de origem germânica.

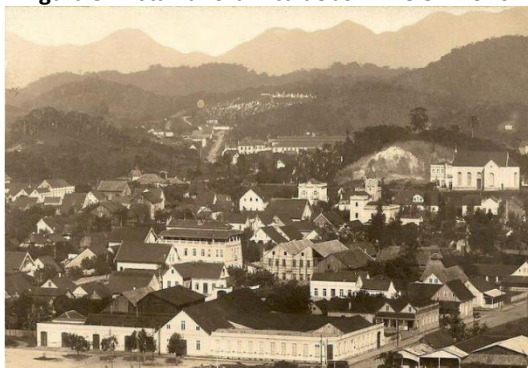
No início do século XX o desenvolvimento da cidade foi acelerado por uma série de fatores: inauguração da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, que passava por Joinville em direção ao porto de São Francisco do Sul (Figura 4); surgimento da energia elétrica; primeiros automóveis, telefones e sistema de transporte coletivo; a reforma educacional e o fortalecimento do setor metal mecânico (BRÜSKE, 2002).

Figura 4. Bondinho na estação ferroviária em 1911.



Fonte: FICKER (1965).

Figura 5. Vista Panorâmica de Joinville em 1926.



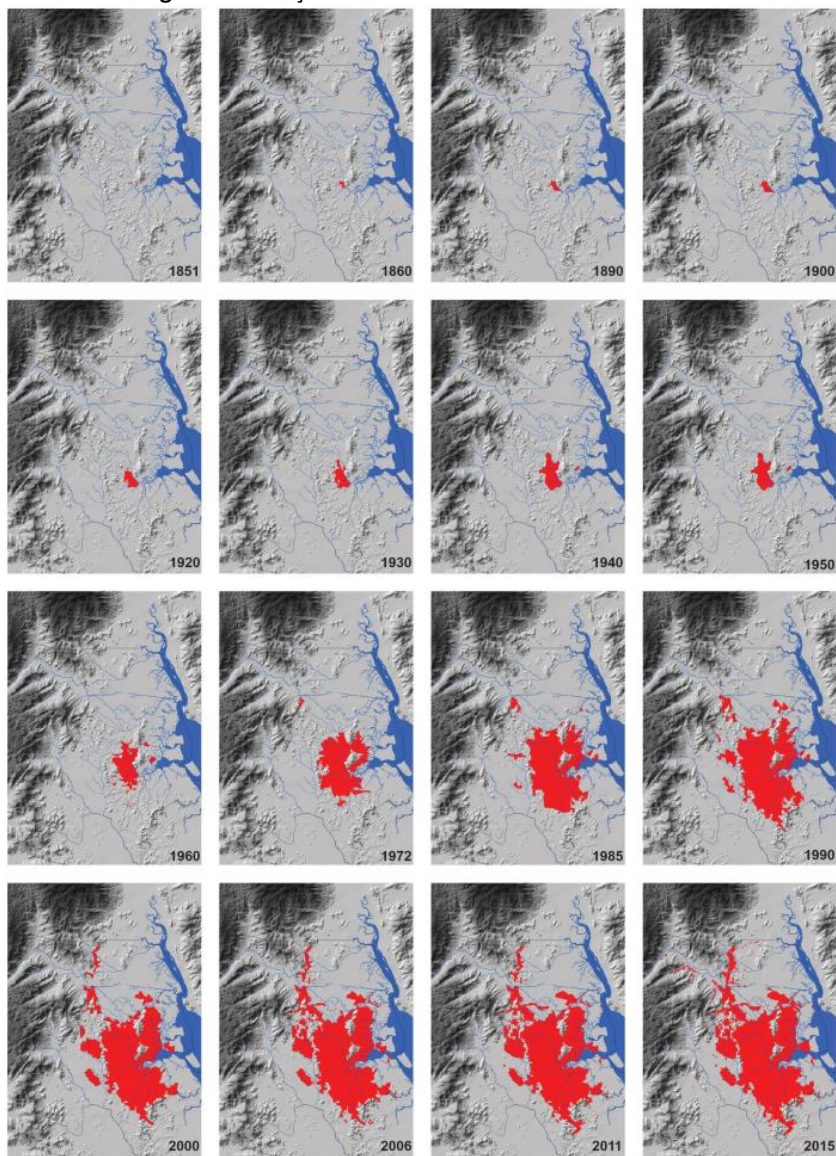
Fonte: IPPUJ (2016).

Na década de 1920 (Figura 5) a cidade já tinha uma população próxima aos 50 mil habitantes (IPPUJ, 2015). Porém a partir de 1938, com a Campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas a cidade passou por período de recessão. A língua alemã foi proibida e inúmeras associações e clubes foram fechados. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial a repressão na cidade foi intensificada, a vivacidade cultural do início do século foi extinta e foi apenas com o final do conflito que a cidade volta a crescer. Essa explosão de crescimento, entre as décadas de 1950 e 1980, está ligada ao processo de industrialização e fortalecimento do mercado interno brasileiro, em função da crise econômica externa relacionada à reconstrução dos países destruídos pela guerra. Assim a cidade se estabelece como um dos principais polos industriais do país, e passa a receber a migração de pessoas das mais diferentes regiões (IPPUJ, 2015).

A estrutura urbana da cidade foi definida nos primeiros 10 anos de colonização (Figura 6), com o desenvolvimento da malha viária no sentido Norte-Sul. A abertura de novas vias manteve o traçado tradicional em quadras e expandiu-se radialmente a partir do centro. Ainda durante a primeira metade do século XX, a malha urbana manteve-se concentrada no entorno do pequeno centro onde estavam instalados o comércio e a indústria (BRÜSKE, 2002; IPPUJ, 2015).

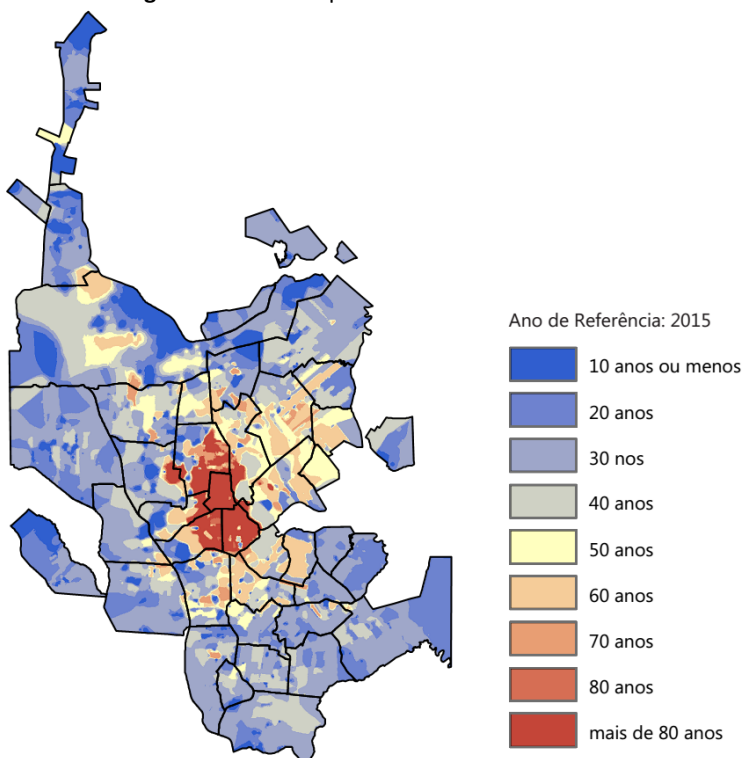
Na década de 1950, Joinville era formada basicamente pela atual área central e o bairro Bucarein, entretanto, a partir da década de 60, com o processo de fortalecimento da indústria, o vetor de crescimento urbano estendeu-se para as regiões sul e leste. A ocupação das áreas de mangue em Joinville teve início na década de 1970, aliada a uma demanda por terrenos de baixo custo que viriam a ser ocupados pela população migrante de trabalhadores atraídos pela expansão do parque industrial da cidade (BRÜSKE, 2002). Ainda nessa década é visível o alongamento da mancha urbana na direção oeste, entretanto o maior crescimento ocorreu nos anos seguintes, com o adensamento da ocupação nos sentidos sul e leste, além da expansão em direção ao distrito industrial ao norte (Figura 7).

Figura 6. Evolução urbana de Joinville – 1860 a 2015.



Fonte: IPPUJ (2016)

Figura 7. Idade dos parcelamentos em Joinville.



Fonte: IPPUJ (2015, p. 55)

A expansão urbana joinvilense está intimamente vinculada ao seu desenvolvimento econômico e a evolução do setor industrial. A criação das duas principais zonas industriais da cidade influenciou decisivamente sua ordenação territorial. A primeira, criada na década de 1950 a Zona industrial Tupy, impulsionou o desenvolvimento de toda zona leste da cidade, da mesma forma a criação do Distrito Industrial na década de 1970 impulsionou o crescimento da zona oeste (JOINVILLE, 1987).

Atualmente Joinville possui uma malha urbana extensa, pouco verticalizada e com densidade média baixa, o que reforça sua característica de espraiamento territorial, fortemente condicionada por seu sítio físico.

3.1.2 Aspectos socioeconômicos

Joinville é o terceiro polo industrial da região sul, responsável por cerca de 20% das exportações catarinenses. Grande parte da atividade econômica da cidade se concentra na indústria, principalmente nos setores metalúrgico, metal mecânico, têxtil, plástico, químico e farmacêutico. Entretanto, verifica-se uma crescente expansão do setor terciário, com a abertura de comércios e serviços de elevada complexidade, que já ultrapassou a indústria na participação do PIB do município, um dos maiores do país (IBGE, 2010). Além disso, é possível destacar alguns setores emergentes como a fabricação de artefatos têxteis, tecnologia da informação, design e serviços de arquitetura e engenharia (SEBRAE, 2010). Todavia, a classificação dos empregos formais, por categoria de atividades (Tabela 1), confirma o peso do setor industrial e de serviços no mercado de trabalho de Joinville (MTE, 2013).

Tabela 1. Número de empregos formais em 31 de dezembro de 2013.

IBGE Setor	Empregos Formais	% Total
Extrativismo Mineral	438	0,22%
Indústria da Transformação	76.139	37,76%
Serviços da Indústria de Utilidade Pública	1.818	0,90%
Construção Civil	7.945	3,94%
Comércio	38.540	19,11%
Serviços	65.490	32,48%
Administração Pública	10.763	5,34%
Agropecuária	501	0,25%
Total	201.634	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base em RAIS/MTE - Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda - Dados por Município (2013).

Em relação a sua população, a cidade de Joinville apresenta uma diversidade étnica presente desde o processo de colonização, a esse perfil somam-se hoje pessoas das mais diferentes origens, provenientes de todas as regiões brasileiras, com destaque para o Sudeste de onde provém mais de 65% das migrações nacionais (IBGE, 2010). Joinville apresentou um crescimento acima da média nacional e estadual entre 2000 e 2010, esse crescimento concentra-se no núcleo urbano e é impulsionado pela grande necessidade de mão-de-obra requerida pelas indústrias e pelo grande número de profissionais que integram o setor

de prestação de serviços, não significativa relação de fluxo entre população urbana e rural (LOPES, 2011).

Distribuindo-se a população em faixas etárias (Tabela 2), fica evidente um amadurecimento populacional. Ademais, verifica-se uma maior concentração populacional justamente nas faixas que correspondem a população economicamente ativa, ou seja, uma importante parcela da força de trabalho municipal.

Tabela 2. Faixas etárias população de Joinville.

Faixa Etária	População urbana		% Total
	Homens	Mulheres	
0 a 9 anos	32.087	30.487	12,3%
10 a 19 anos	44.178	42.714	17,1%
20 a 29 anos	49.754	47.514	19,1%
30 a 39 anos	43.065	43.302	17,0%
40 a 49 anos	37.371	38.915	15,0%
50 a 59 anos	26.086	27.446	10,5%
60 a 69 anos	12.406	14.362	5,3%
70 a 79 anos	5.440	7.710	2,6%
Mais de 80 anos	1.807	3.679	1,1%
Total	252.194	256.129	100%

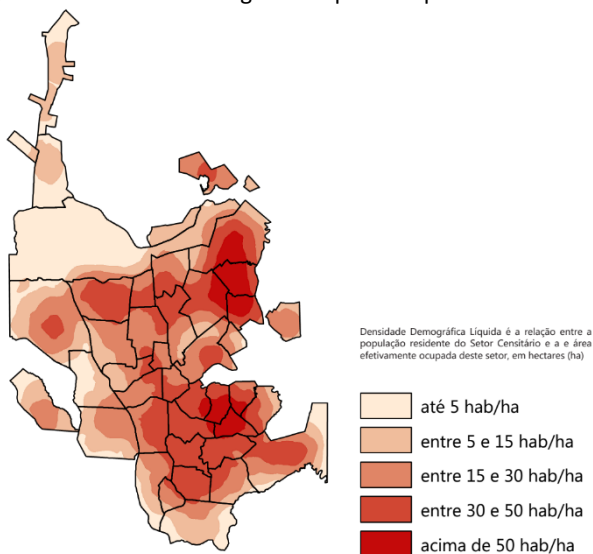
Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE (2010).

Ainda em relação a faixa etária da população, é possível relacionar a proporção de população residente alfabetizada, que se aproxima dos 99% para as faixas de 10 a 14, 15 a 19 e 20 a 49 anos. Entretanto, ao se verificar o grau de escolaridade, observa-se que uma grande parcela da população, 32,48%, possui o ensino fundamental incompleto, frente aos 23,32% com ensino médio completo e os 4,83% com superior completo (IPPUJ, 2015). Atualmente existem em Joinville 14 instituições de ensino superior, sendo apenas 3 delas públicas, IFSC, UFSC e UDESC, as quais concentram seus cursos na área tecnológica como engenharias, sendo que a área da saúde a única outra abrangida pelo curso técnico em enfermagem e o tecnólogo em gestão hospitalar do IFSC.

Em relação à distribuição demográfica espacial dados do IPPUJ (2015), com base nas coletas do Censo 2010, apontam os bairros Aventureiro (região nordeste), Paranaguamirim (região sudeste) e Costa e Silva (região noroeste) como os mais populosos de Joinville. Fato que pode ser comprovado observando a densidade demográfica líquida do município (Figura 8), onde fica evidente essa concentração populacional

na região nordeste e sudeste. Assim, os maiores adensamentos localizam-se nos bairros mais afastados do centro, onde o parcelamento do solo é predominantemente horizontal, em contraste com os bairros centrais mais verticalizados (LOPES, 2011).

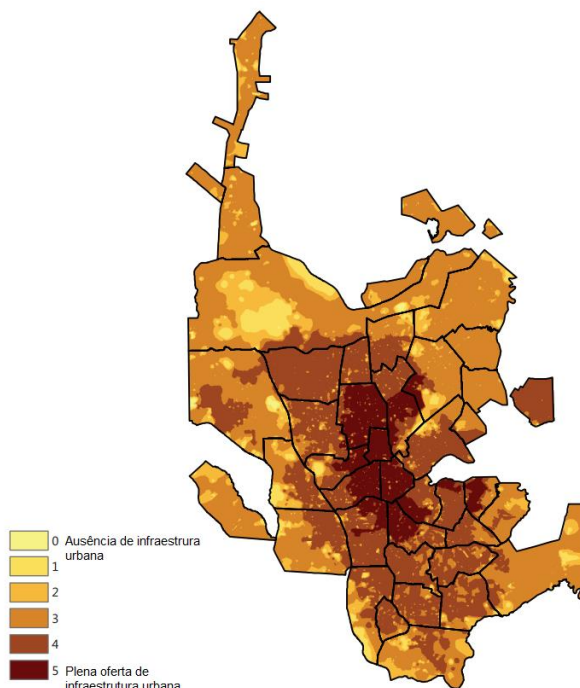
Figura 8. Densidade demográfica líquida do perímetro urbano.



Fonte: IPPUJ (2015, p. 56)

Buscando identificar as porções do território urbano que possuem melhor oferta de equipamentos e serviços urbanos o IPPUJ desenvolveu o Índice de Infraestrutura Urbana Instalada (Figura 9). Este modelo agrega variáveis urbanas em uma forma de cálculo que computa: os equipamentos públicos de saúde, educação, assistência social e lazer em sua totalidade; as redes de abastecimento de água, esgoto sanitário, coleta de lixo, energia elétrica e drenagem pluvial; e a acessibilidade ao transporte coletivo e o tipo de pavimentação viária. O modelo é atualizado anualmente para abranger a ampliação das redes de infraestrutura e novos equipamentos públicos. Como resultado é apresentado um mapa gradual com escala que varia entre 0 e 5, onde zero corresponde à completa falta de infraestrutura urbana e 5 a plena oferta de todos os equipamentos e serviços urbanos (IPPUJ, 2016a).

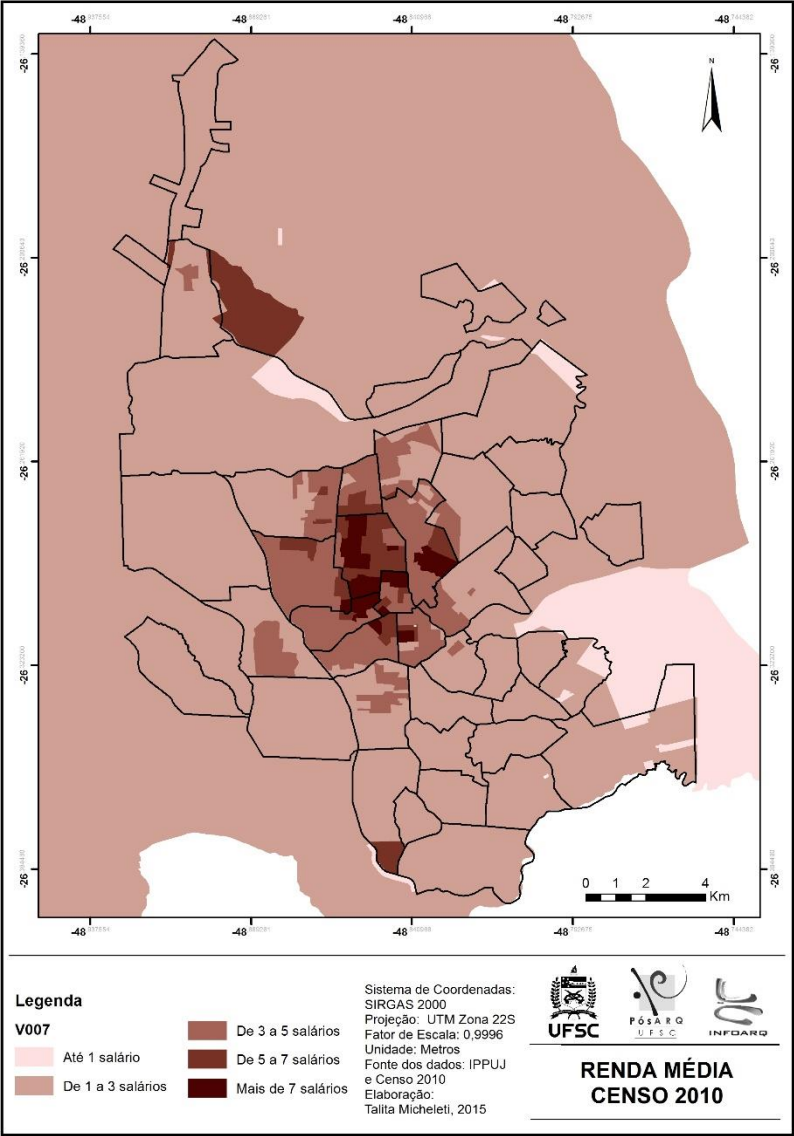
Figura 9. Índice de Infraestrutura Urbana Instalada no perímetro urbano.



Fonte: Adaptado de IPPUJ (2016a).

Ao se comparar a densidade demográfica com o Índice de Infraestrutura Urbana Instalada é visível o desequilíbrio entre acesso a uma boa infraestrutura urbana e a concentração populacional. Os bairros da região nordeste apresentam uma oferta mediana de equipamentos e serviços públicos, frente a uma grande densidade populacional. A partir do centro tradicional da cidade, localizada junto a sua porção geográfica central, irradiam as principais conexões centro-bairro. A característica radial do sistema viário joinvilense reforça a dependência da área central não apenas quanto aos deslocamentos, mas também em relação à concentração de atividades e equipamentos de interesse público nessa área. Em relação a renda média do município (Figura 10), na qual foi considerado o valor do rendimento médio mensal dos responsáveis por domicílios, verifica-se que os bairros que concentram rendas mais elevadas localizam-se no centro expandido do município.

Figura 10. Renda Média do perímetro urbano do município.



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados vetoriais do IPPUJ (2015) e IBGE (2010).

Comparando a densidade líquida, o Índice de Infraestrutura Urbana Instalada e a renda média do município, nota-se que esses bairros também são privilegiados com um melhor acesso às infraestruturas urbanas, mesmo apresentando um menor número de moradores. Os dados de caracterização das subprefeituras municipais, reforçam essa disparidade existente em relação a distribuição de renda no município. Enquanto as subprefeituras Pirabeiraba, Leste, Nordeste, Oeste, Sudeste, Sudoeste e Sul apresentam rendas médias per capita que variam de 1,41 a 1,84 salários mínimos, a subprefeitura centro têm uma renda média per capita de 4,06 salários. (IPPUJ; SEPLAN, 2013).

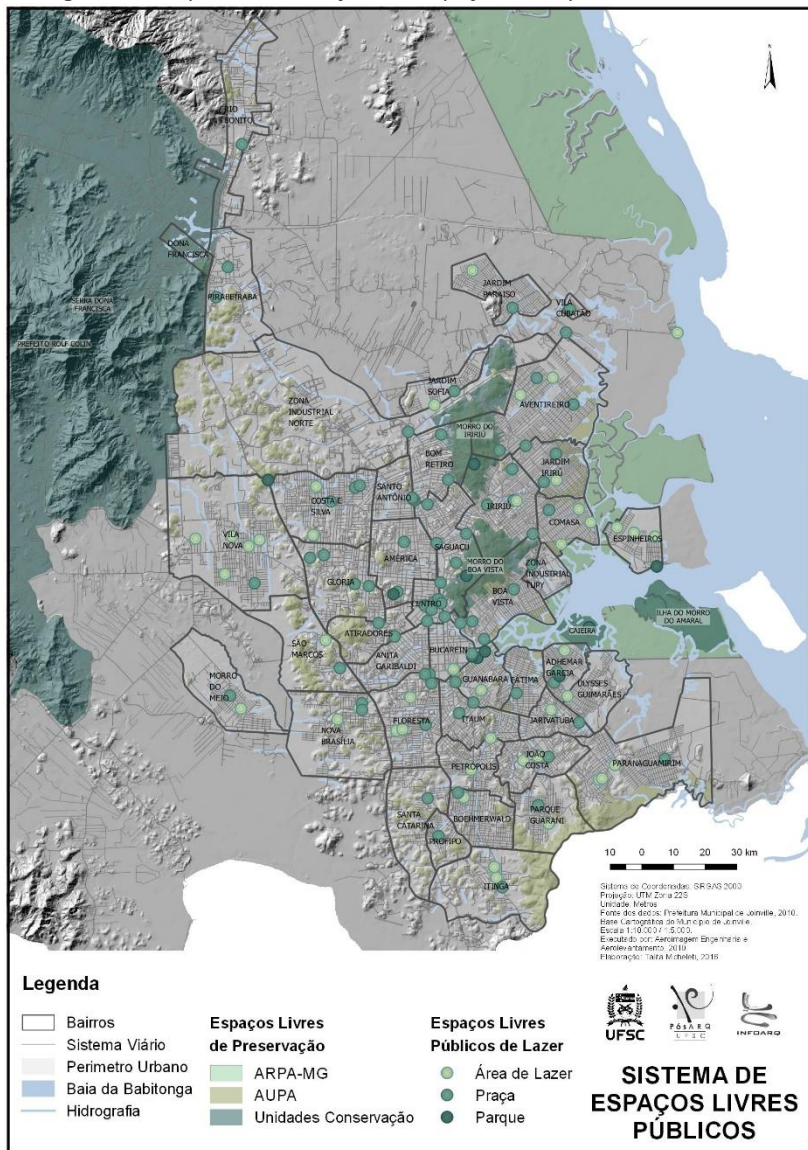
Como aponta Villaça (2011), uma produção desigual do espaço urbano cria uma imagem de cidade irreal. É considerado como “cidade” apenas a porção do território de interesse da classe dominante, que pode estar relacionado a áreas residenciais de alto padrão, concentração de empregos e serviços, e a mobilidade. Para o autor, se reproduzem nas cidades brasileiras uma dominação pela desigual distribuição das vantagens e desvantagens do espaço produzido.

3.2 SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

A cidade de Joinville apresenta uma malha urbana extensa, delimitada por barreiras físicas como a Baía da Babitonga e Serra do Mar, que condicionaram a expansão urbana do município no sentido Norte-Sul. Em função do seu relevo e hidrografia a cidade apresenta algumas discontinuidades em seu tecido urbano, com destaque para o Morro do Boa Vista e Morro do Iriríú, e para a região de mangue junto a Baía da Babitonga. Essas características morfológicas dificultam uma visão sistêmica dos espaços livres por parte do Poder Público, que tem organizado seu processo de planejamento e gestão a partir de dois enfoques: conservação ambiental e lazer e recreação.

Essa classificação realizada pela gestão municipal se assemelha aos tipos padrões apontados por Custódio et al. (2011): I – Espaço Livre de circulação, convívio, lazer e recreação; II - Espaço Livre de preservação ou conservação ambiental; e III - Espaço Livre de usos específicos. A partir dessas tipologias, os Espaços Livres Públicos são classificados e sua distribuição pode ser visualizada na Figura 11.

Figura 11. Mapa de distribuição dos espaços livres públicos de Joinville.



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Joinville (2010).

Os Espaços Livres Públicos de Preservação Ambiental (ELPP) correspondem às áreas legalmente protegidas, como as Unidades de

Conservação Municipais (UCM), Áreas Rurais de Proteção do Ambiente Natural (ARPA) e Áreas Urbanas de Proteção Ambiental (AUPA) demarcadas no Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Joinville (Lei n. 261/208) pelo Macrozoneamento Rural e Urbano.

Atualmente, existem 9 UCM demarcadas em Joinville, seis delas na área rural e três inseridas no perímetro urbano do município. As ARPA se subdividem em três subáreas: Área de Proteção da Encosta da Serra do Mar (ARPA-En); Área de Proteção dos Mananciais (ARPA-Mn) e Área de Proteção dos Mangues (ARPA-Mg), que aparece no mapa anterior por sua proximidade com o perímetro urbano e tem por objetivo proteger os manguezais como bem comum. Já as AUPA são regiões que apresentam grandes fragilidades ambientais, abrangendo encostas e topos de morros, áreas de mananciais, orlas e reservas paisagísticas, que necessitam de restrições de ocupação para efetiva proteção.

Entre as UCM localizados na área rural, destaca-se a Área de Proteção Ambiental da Serra Dona Francisca, maior unidade de conservação do município. Ela abrange uma área de 408,4 km² e é relevante em relação aos recursos hídricos e turismo rural. As unidades inseridas na área urbana, compreendem o Parque Municipal do Morro do Finder, com 0,5 km², e as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Morro do Boa Vista e do Morro do Irirú, respectivamente com 3,9 km² e 5,2 km². Mesmo não estando totalmente inserido no perímetro urbano o Parque Natural Municipal da Caieira, com 1,2 km², se destaca por sua proximidade com a área urbanizada na região sul de Joinville.

Apesar da demarcação, por parte do Poder Público municipal, de um grande número de áreas de preservação elas encontram-se desconexas e fragmentadas no território. A pressão pela ocupação faz com que muitas dessas áreas apresentem uma urbanização consolidada, conflito que pode ser verificado especialmente junto aos corpos hídricos. Dentre os ELPP as UCM têm sido alvo de uma maior atenção por parte da prefeitura, que tem buscado equipar esses espaços também para um uso de lazer, normalmente vinculado à educação ambiental e prática esportiva. Nesse, sentido a ARIE do Morro do Boa Vista, o Parque Municipal do Morro do Finder e o Parque Natural Municipal da Caieira são exemplos dessa sobreposição de funções

inerente aos espaços públicos, agregando tanto o caráter de conservação ambiental quanto o de lazer.

Os Espaços Livres Públicos de Lazer e Recreação (ELPLR) foram classificados em área de lazer, praça e parque, seguindo as mesmas categorias adotadas pelo Poder Público no Inventário de Espaços Públicos de Lazer de Joinville (IPPUJ, 2016b). Ao todo a cidade conta com 132 espaços livres públicos de lazer e recreação sendo: 44 áreas de lazer, 78 praças e 8 parques - 7 implantados e um em fase de projeto.

Neste estudo a Prefeitura considera como praça os espaços com maior diversidade de usos, mobiliários e infraestrutura, enquanto as áreas de lazer apresentam infraestrutura mais específica para atividades esportivas e de recreação. Em função disso, as praças, em geral, apresentam uma maior preocupação com seu desenho, por mais simples que seja o projeto. Elas possuem ao menos um mobiliário urbano básico: bancos, iluminação e lixeiras, bem como costumam ter algum projeto paisagístico. As áreas de lazer, por outro lado, se caracterizam em geral pela presença de um campo, quadra de areia ou equipamento infantil. A existência de mobiliário urbano não é recorrente e muitas vezes esses espaços estão vinculados a associações de moradores, que possuem concessão de uso da área.

Buscando ilustrar as nuances entre as características desses espaços, agrupamos uma sequência de imagens de praças e áreas livres da cidade (Figura 13 a 19) a fim de compararmos algumas das diversas situações encontradas.

Os parques compreendem espaços com maiores dimensões e estão fortemente vinculados aos aspectos ambientais do município. No ano de 2006 a Prefeitura Municipal de Joinville firmou contrato com o Fundo Financeiro de Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) para o financiamento do Programa Linha Verde que prevê a estruturação de uma rede de parques ambientais e a implantação do projeto eixo ecológico leste. O programa tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável do município através da consolidação de uma rede de espaços e equipamentos urbanos voltados ao lazer e recreação. Igualmente, busca promover a recuperação e preservação ambiental, aproveitando o potencial natural da região e incentivando a integração física do município (FONPLATA, 2016).

Figura 12. Praça Hercílio Luz (Praça do Mercado Municipal) - Centro



Figura 13. A. Lazer Bucarein – Bucarein (Região Central)



Figura 14. Praça Padre Érico – Fátima (Região Sudeste).



Figura 15. A. Lazer Novos Horizontes – Comasa (Região Nordeste).

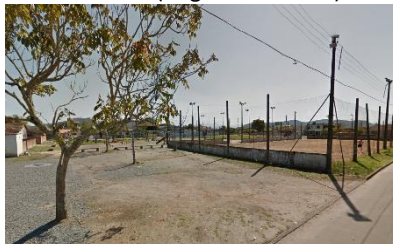


Figura 16. Praça Antônio Rosa – Costa e Silva (Região Noroeste).



Figura 17. A. Lazer Catharina Baumer – Vila Nova (Região Noroeste).



Figura 18. Praça Tiradentes – Floresta (Região Sudoeste).
Diversidade de equipamentos.



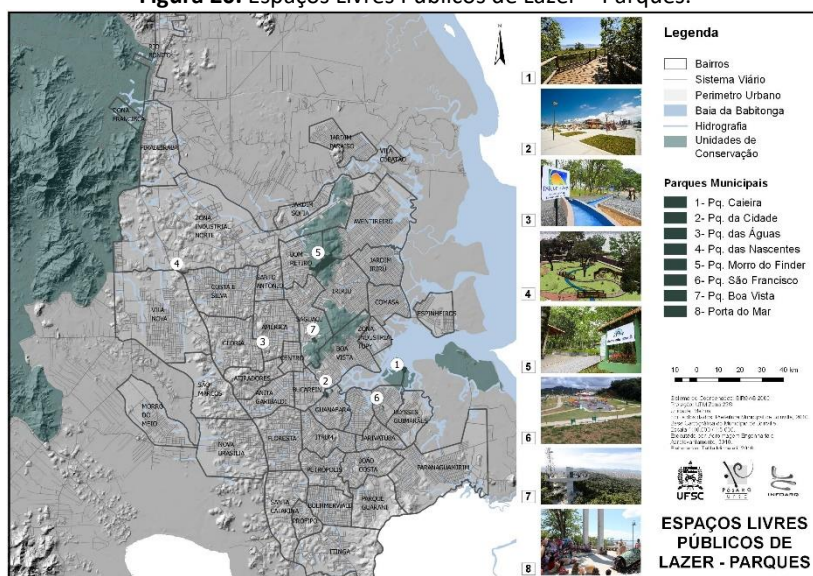
Figura 19. Estádio da Baixada – Itinga (Região Sudeste). Concessão de uso - associação de moradores.



Fonte: Google Street View (2015).

Dentre as ações do programa estão a reestruturação dos parques do Boa Vista, Morro do Finder e Caieira, bem como a implantação dos parques Porta do Mar, da Cidade, São Francisco, das Águas, das Nascentes e Morro do Amaral. Destes, os dois últimos ainda estão em fase de projeto, e os demais já foram entregues. Além desses espaços, o Programa Linha Verde também prevê a conexão entre esses espaços através de uma malha ciclovitária e a qualificação do complexo viário junto à orla da Lagoa do Saguazu, conectando os bairros do Comasa e Jardim Iriirú (IPPUJ, 2016).

Figura 20. Espaços Livres Públicos de Lazer – Parques.



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Joinville (2010).

Atualmente, o programa Linha Verde representa a principal ação do Poder Público em relação ao planejamento e gestão dos espaços livres públicos de Joinville. Todavia, apesar dos avanços na implantação dos parques, pouco ainda foi feito em relação a qualificação dos espaços livres de circulação que conectam esse sistema.

Observando a distribuição dos ELPLR, em relação às classes estabelecidas, é possível verificar que, com exceção das duas zonas industriais, apenas um dos bairros do município não possui sequer um espaço livre público de lazer e recreação. Entretanto, essa distribuição

não é homogênea para todas as regiões da cidade. As áreas periféricas reúnem praticamente a totalidade das áreas de lazer existentes, enquanto a área central possui mais praças. O Centro se destaca, entre os bairros da cidade, por apresentar a maior quantidade de espaços livres públicos, no total são nove praças: Adolar Linzmeyer, Castelo Branco, Carlos Ficker, Praça da Bandeira, Dário Sales, Hercílio Luz, Lauro Muller, Nereu Ramos e Alameda Brüstlein (Rua das Palmeiras).

Ainda em relação ao número de ELPLR por bairros, existe um descompasso entre a população residente e a oferta de praças e áreas de lazer. O grupo de bairros que conforma o centro expandido, por exemplo, é bem servido pelos espaços livres públicos de lazer, apesar do número de moradores ser inferior ao de outras regiões da cidade. Em contrapartida, nas regiões mais densamente habitadas, como a nordeste e sudeste, predominam os espaços menos qualificados. Levando em conta as características dessas duas categorias de espaços livres públicos no município nota-se que os ELPLR também contribuem para uma maior concentração de infraestrutura na área central.

Diante disso, a ampla distribuição de ELPLR na cidade atende a uma demanda muito mais quantitativa do que qualitativa. A maioria dos espaços são padronizados e não se preocupam em dialogar com seu entorno, o que dificulta a criação de uma ambiência na escala de bairro. Esse cenário se assemelha ao de outras cidades brasileiras que, como apontado por Macedo (2012) têm um sistema de espaços livres públicos desarticulado das demandas da população. A carência de parques, a falta de manutenção e descaso com o programa das praças públicas, o uso dos espaços livres públicos para outros fins e o abandono, são alguns dos problemas que precisam ser enfrentados pelo Poder Público para a qualificação desses espaços.

3.3 CENÁRIO CULTURAL MUNICIPAL

Para compreender o cenário cultural de Joinville é importante conhecer, além de suas políticas públicas de cultura, a rede de equipamentos públicos de cultura da cidade, os principais eventos culturais e suas relações com o cenário urbano.

3.3.1 Políticas culturais municipais em Joinville

Traçando um panorama da gestão cultural em Joinville nota-se que esta é uma iniciativa relativamente recente, tendo em vista que a criação da Fundação Cultural de Joinville (FCJ), como instância governamental responsável pela gestão e proposição de políticas culturais, acontece apenas em 1982 (Lei 1.863/82). Entretanto, mesmo nos primeiros anos da Colônia, em meados do século XIX, as manifestações e as produções culturais eram expressivas e formavam um conjunto significativo e diversificado de instituições culturais. Elas tinham como objetivo o fomento das atividades culturais dos grupos imigrantes e eram apoiadas e mantidas majoritariamente pela sociedade civil (JOINVILLE, 2012).

A partir da década de 1940, instituições públicas culturais começam a ser criadas e outras passam a ser reconhecidas por lei. Em especial a partir de 1970, surgem os principais equipamentos culturais municipais, como a Biblioteca Prefeito Rolf Colin, o Museu Nacional de Imigração e Colonização, o Museu Arqueológico de Sambaqui, a Casa da Cultura e as escolas municipais de música, arte e balé. O poder público também cria, em 1968, o Conselho Municipal de Cultura, como instância consultiva para questões culturais (Lei 951/68). O conselho seria posteriormente reformulado pelas leis 1.152/71, 1.493/76 e 3.893/99, mantendo a escolha dos membros pelo poder executivo municipal.

O intenso processo de institucionalização da cultura em Joinville é acompanhado pela criação de eventos que, aos poucos, se estabeleceram no calendário oficial da cidade e ganharam relevância estadual e nacional. Dentre eles se destacam a Coletiva de Artistas de Joinville, criada em 1971, com o objetivo de divulgar a produção artística local; e o Festival de Dança, criado em 1983, que se consolidou como um dos maiores festivais de dança do mundo.

Na década de 1980, a preservação do patrimônio cultural entra em pauta, com a criação da Comissão de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural (Lei 1.772/80) e de legislação específica de preservação (Lei 1.773/80). O período entre a década de 1980 e 2000 caracteriza-se pelo investimento na ampliação das unidades e espaços da Fundação Cultural de Joinville. São adquiridas novas edificações e inicia-se a construção do complexo Centreventos Cau Hansen, financiado pela Lei Rouanet e destinado a receber eventos de grande porte (JOINVILLE, 2012).

A Lei Orgânica de Joinville de 1990, já previa medidas relacionadas a gestão cultural, estabelecendo competências do município em relação à cultura, patrimônio cultural e artes, de acordo com a Constituição Federal de 1988. Dessa forma, na Lei Orgânica a proteção do patrimônio histórico-cultural local é uma das atribuições do município. Em conjunto com esta, são atribuições do município em parceria com a união e estado: a proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, monumentos, paisagens naturais notáveis, e sítios arqueológicos; o impedimento da destruição de obras de arte e bens de valor histórico, artístico e cultural; e, a criação de meios de acesso à cultura.

A lei também define a destinação de orçamento municipal para investimentos em programas de cultura e indica diretrizes para a política cultural, como apoio a todas as formas de manifestação cultural e gestão administrativa democrática e participativa no planejamento das atividades culturais. Além disso, no Art. 159 a lei tenta assegurar a intersetorialidade entre as políticas de cultura, esporte, lazer e turismo. Aponta ainda, para o desenvolvimento no campo da economia da cultura, no Art. 160, ao estabelecer que o Município apoiará a consolidação da produção de manifestações culturais, com ênfase à produção artesanal como expressão artística local. Dessa forma, a Lei Orgânica estabelece as bases para os futuros sistemas de fomento à cultura.

A primeira tentativa de implementar um sistema de fomento acontece em 1999, com a criação do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura (Lei 3.951/99). Todavia, o mecanismo não foi implantado de forma abrangente e, apenas em 2005, com a instituição do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (SIMDEC) pela Lei 5.372/2005, a cidade passa a efetivamente contar com um sistema de fomento e mecanismos de incentivos fiscais.

O SIMDEC visa estimular a produção e execução de projetos culturais selecionados através de edital anual de inscrição expedido pela Fundação Cultural de Joinville. O sistema é constituído por dois mecanismos: o Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, que financia diretamente projetos culturais aprovados; e o Mecenato Municipal de Incentivo à Cultura, que financia os projetos culturais por meio de captação de recursos e renúncia fiscal dos impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e Propriedade Predial e Territorial Urbana

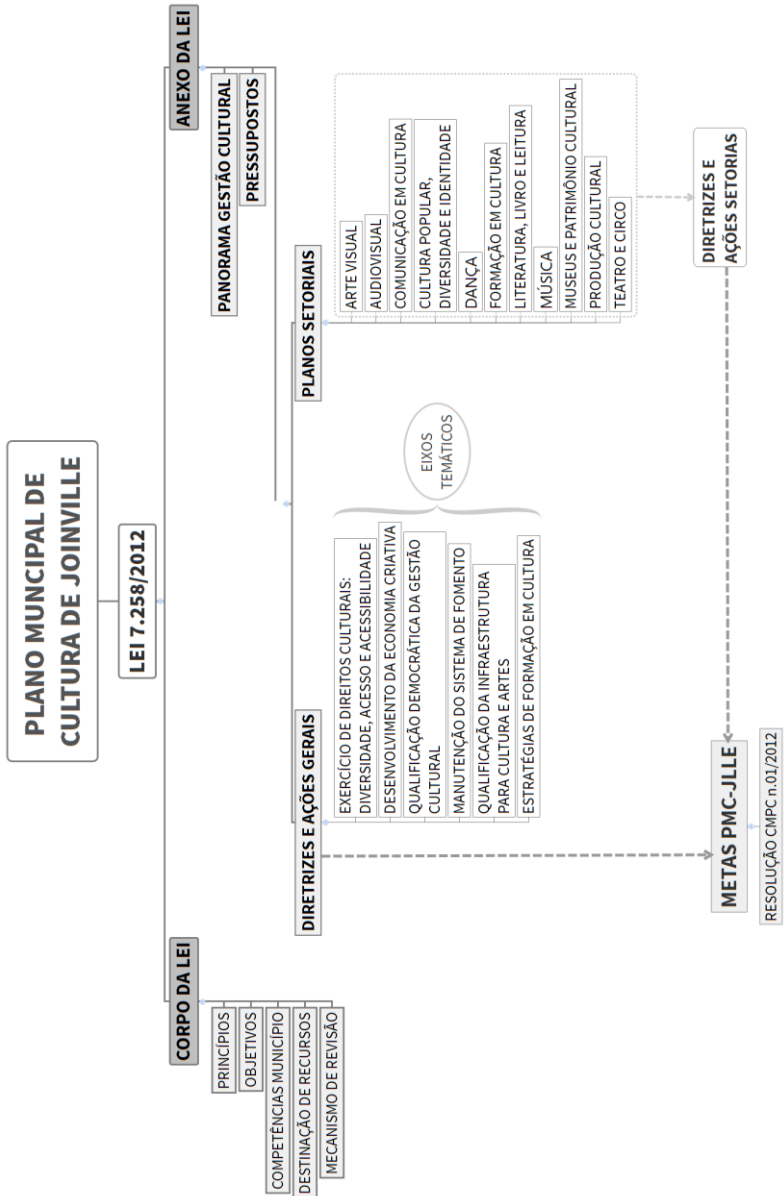
(IPTU). Outro aspecto importante do SIMDEC, frisado por Chati (2012), é a relação que este estabelece entre desenvolvimento e cultura, entendendo que a cultura exerce um importante papel de suporte ao desenvolvimento da cidade.

Nos anos de 2005 e 2006, impulsionado pela iniciativa do governo federal em estabelecer o Sistema Nacional de Cultura, acontecem os primeiros fóruns abertos que começam a estabelecer as bases de preparação da primeira Conferência Municipal de Cultura (CMC). Realizada em 2007, a primeira CMC elegeu os pressupostos ideológicos e propôs ações para uma política cultural efetivamente participativa. Já a segunda CMC, realizada em 2009, retomou as propostas anteriores validando-as para constarem no Plano Municipal de Cultura (PMC-Jlle), cuja elaboração começa a delinear-se na terceira CMC, realizada em 2011, iniciando o estabelecimento de estratégias para a operacionalização do PMC-Jlle.

Paralelamente, implementa-se em 2010, através da Lei 6.705/2010, o Sistema Municipal de Cultura de Joinville (SMC-Jlle), buscando consolidar um sistema público municipal de gestão cultural. O SMC-Jlle tem como principal finalidade integrar os órgãos, programas e ações culturais do governo municipal e instituições parceiras. De forma geral, ele orienta a instituição de marcos legais, com destaque para a efetivação do Plano Municipal de Cultura, e define as formas de participação social, instituindo o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) e a realização das Conferências Municipais de Cultura bianualmente. Ademais, busca o desenvolvimento de processos de planejamento e avaliação de políticas públicas, por meio do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, a ser implantado. Procura também articular os processos de formação em cultura através do Programa Municipal de Formação em Cultura, em implantação. Além de propor a adoção de mecanismos de regulação e incentivo à economia da cultura, assim como a territorialização das políticas culturais.

Principal instrumento de planejamento, previsto no SMC-Jlle, o Plano Municipal de Cultura de Joinville (PMC-Jlle) é sancionado em 2012, com a publicação da Lei 7.258/2012. Com caráter decenal, o PMC-Jlle é a principal política cultural já aprovada na cidade, prevendo suas ações com base em um diagnóstico participativo do cenário cultural municipal. A estrutura do PMC-Jlle, em relação ao seu conteúdo, pode ser observada no mapa conceitual representado no Quadro 2.

Quadro 2. Mapa conceitual do Plano Municipal de Cultura de Joinville.



Fonte: Elaborado pela autora sobre Joinville (2012).

Após a aprovação da Lei que instituiu o Plano de Cultura, suas metas deveriam ser aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural em um período de até seis meses. Assim, com base nas estratégias, diretrizes e ações apontadas no plano, o CMPC aprovou através da Resolução nº1 de novembro de 2012, vinte e nove metas para o decênio 2012-2021. Tais metas resumem os resultados esperados com o cumprimento das estratégias e ações constantes no PMC-Jlle.

Outro elemento do Sistema Municipal de Cultura já aprovado é o Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville (IPCJ), instituído pela Lei 363/2011 e regulamentada pelo Decreto 21.529/2013. Esse instrumento busca ampliar o conhecimento e proteção do patrimônio cultural material e imaterial do município. Além disso, o IPCJ também procura incentivar o restauro e preservação dos bens inventariados através da concessão de isenções de impostos e taxas públicas municipais.

Seguindo as recomendações do sistema e do plano municipal de cultura, a quarta e a quinta Conferência Municipal de Cultura, realizadas respectivamente em 2013 e 2015, tiveram como objetivo a avaliação e monitoramento da execução do PMC-Jlle e suas metas. Aproveitando o fórum de participação popular, também foram discutidas estratégias para auxiliar a consolidação do SMC. Na quarta CMC ainda foram elaboradas proposições encaminhadas para as Conferências Estadual e Nacional de Cultura, bem como foram eleitos os delegados para participar dessa próxima instância participativa. Por outro lado, na quinta CMC foram eleitos os representantes da sociedade civil para o Conselho Municipal de Política Cultural, caracterizando-se como último grande marco da política cultural municipal, para o período estudado⁸.

Este panorama da gestão cultural em Joinville procura identificar os principais marcos regulatórios da política de cultura na cidade, mostrando que esta tem feito avanços institucionais significativos. A cidade aderiu ao Sistema Nacional de Cultura e implementou seu próprio sistema de cultura, antes mesmo do estado de Santa Catarina. Além disso, apresenta a maioria dos elementos que constituem o SMC já implantados e em funcionamento, a exemplo do plano de cultura, das

⁸ A partir de janeiro de 2017 a Prefeitura Municipal de Joinville modifica as estruturas administrativas do município com a aprovação da Lei nº 8.363/2017. As competências e atribuições da Fundação Cultural de Joinville, incluindo a gestão do Sistema Municipal de Cultura, são transferidas para recém-criada Secretaria de Cultura e Turismo. A Fundação Cultural de Joinville mantém a competência quanto aos serviços de radiodifusão, de fins exclusivamente educacionais e culturais, sem finalidade comercial.

instâncias participativas, do inventário e comissões de patrimônio e de sistema de fomento municipal à cultura. Nesse contexto, o SMC-Jlle aproxima-se de uma autossuficiência na proposição e aplicação da política cultural municipal. Ademais, também estabelece ações culturais, através do PMC-Jlle, que visam uma articular intersetorial fazendo com que a política cultural joinvilense comece a estabelecer uma interface com planejamento urbano, em especial com a gestão dos espaços livres.

3.3.2 Plano Municipal de Cultura de Joinville: articulação da política cultural com o espaço público municipal

A Lei 7.258/2012, que institui o Plano Municipal de Cultura de Joinville, estabelece em seu Art. 1º vinte princípios que regem o plano e versam sobre a cultura enquanto direito social, a valorização da cultura como vetor de desenvolvimento social e econômico, o modelo de gestão cultural almejado, a necessidade de participação e controle social das políticas públicas culturais e o fomento à produção, difusão e circulação das ações culturais.

O Art. 2º, define vinte e um objetivos do Plano, dentre os quais destacamos: II – promover a cultura em toda a sua amplitude; IX – desenvolver a economia da cultura e a economia criativa; XI – estimular a organização e a sustentabilidade de grupos, associações, cooperativas e outras entidades atuantes na área cultural; XII – garantir o acesso democrático e transparente aos mecanismos municipais de incentivo financeiro à cultura; XIII – garantir os investimentos destinados à ampliação e à manutenção dos equipamentos públicos, bens e ações culturais; XV - estimular a transversalidade da cultura, em ações integradas às políticas públicas; XIX – implementar, de maneira descentralizada, as políticas públicas de cultura; e, XX – garantir continuidade aos projetos culturais já consolidados e com notório reconhecimento da comunidade.

Esses objetivos estão alinhados com os macros objetivos do Plano Nacional de Cultura, reafirmando o papel transversal da cultura enquanto política de desenvolvimento humano. Mas também, ilustram as particularidades encontradas no município, especialmente quanto a manutenção de coletivos e programas culturais existentes. Além disso, é importante frisar que, por contar com um mecanismo de fomento anterior ao Plano de Cultura e ao próprio Sistema Municipal de Cultura,

a destinação de recursos para execução de ações culturais passa a ser identificada como objetivos do PMC-Jlle.

A lei estabelece ainda as competências do poder público municipal e indica a destinação de verba para execução do PMC através do SIMDEC e de dotação orçamentária. Também prevê a necessidade de monitoramento e avaliação periódica das diretrizes, ações, estratégias e metas do Plano. Essa revisão deverá ser realizada pela Fundação Cultural de Joinville em parceria com o Conselho Municipal de Política Cultural, durante as Conferências Municipais de Cultura, e poderá contar com o auxílio de outros órgãos e agentes públicos e privados. Anexo a Lei 7.258/2012, encontra-se o conteúdo do Plano de Cultura cuja estrutura se dá em quatro capítulos.

O primeiro capítulo traça um panorama da gestão cultural em Joinville e o segundo aponta os princípios gerais e os pressupostos conceituais que guiam as propostas. O terceiro capítulo identifica as diretrizes e ações gerais que dizem respeito às políticas públicas abrangentes e transversais, sendo que as ações possuem prazos de conclusão definidos⁹ em curto, médio e longo prazo. Tanto as diretrizes quanto as ações são apresentadas para seis eixos temáticos: I - Exercício de direitos culturais: diversidade, acesso e acessibilidade; II - Desenvolvimento da economia criativa; III - Qualificação democrática da gestão cultural; IV - Manutenção do sistema de fomento; V - Qualificação da infraestrutura para a cultura e as artes; VI - Estratégias de formação em cultura.

O quarto e último capítulo trata dos Planos Setoriais igualmente debatidos durante as Conferências Municipais de Cultura e os Fóruns Setoriais. Foram desenvolvidos onze Planos Setoriais para as áreas de: Arte Visual; Audiovisual; Comunicação em cultura; Cultura popular, diversidade e identidade; Dança; Formação em cultura; Literatura, livro e leitura; Música; Museus e Patrimônio Cultural; Produção Cultural; e, Teatro e Circo. Os Planos Setoriais apresentam inicialmente um panorama do setor, seguido de alguns dados, como entidades, espaços

⁹ Os prazos de execução das ações do Plano de Cultura Municipal de Joinville, gerais e setoriais, se organizam da seguinte forma: Curto prazo, ações cuja conclusão deve ocorrer em até 2 anos após a aprovação do Plano; Médio prazo, ações com conclusão em até 5 anos após a aprovação do Plano; Longo prazo, conclusão prevista para até 10 anos após a aprovação do Plano; ou de caráter permanente.

ou eventos representativos e, por fim, são indicadas as diretrizes e as ações prioritárias para cada um deles.

Com base nas propostas definidas por esse conjunto foram instituídas as vinte e nove metas do PMC-Jlle. Cada meta aprovada é composta por uma descrição geral, seguida do detalhamento da situação atual e da definição de indicadores e fontes de aferição. As metas se relacionam aos eixos temáticos e versam sobre a valorização da diversidade cultural e proposição de ações de difusão; o desenvolvimento do aspecto econômico da cultura; a implantação de mecanismos de gestão cultural e sua qualificação; o fomento à cultura; a qualificação da rede de equipamentos culturais; e, a formação e capacitação em cultura.

Investigando o conteúdo do PMC algumas articulações se delineiam entre a política cultural e sua territorialização no espaço livre público. Dentre os pressupostos destacam-se os que abordam o caráter transversal da cultura, enquanto potencializadora do desenvolvimento humano, e sua interlocução com o planejamento urbano. Isto posto, o pressuposto cinco do plano, que versa sobre a democratização da diversidade cultural, extrapola a valorização das expressões locais e aponta a necessidade de uma maior valorização da própria cidade enquanto espaço cultural:

5. A democratização da diversidade cultural deve prever o acesso ao conhecimento e à cultura universal, a valorização das manifestações, movimentos e expressões locais legitimados, materiais e/ou imateriais, individuais e coletivos, muitas vezes isolados, excluídos ou em processo de desagregação. A ocupação cultural da cidade, para além de seus espaços culturais tradicionais, onde todos sejam partícipes e atores, é a principal via identitária de democratização e conscientização cultural. (JOINVILLE, 2012, p.36).

Desta forma, o foco da ação se altera dos espaços culturais tradicionais para abranger a totalidade territorial do município, impulsionando o uso dos espaços livres públicos como palco das manifestações culturais.

Aliado a isto, outro pressuposto aponta que a ação cultural não está centrada na espetacularização e não se restringe a promoção de

eventos e atividades de lazer. Pelo contrário, os eventos podem ter um papel de “construção da cidadania, difusão dos saberes, fruição das artes e valorização do patrimônio cultural” (JOINVILLE, 2012, p. 36). Essa visão se refletirá nas ações e metas propostas no PMC e em programas da Fundação Cultural de Joinville como Sábado na Estação, Concertos Matinais e Feiras nos Bairros. Assim, além de descentralizar as ações promovendo o acesso à cultura pela população que reside nas áreas mais periféricas e impulsionar o desenvolvimento pela cultura, a FCJ também incentiva, mesmo que indiretamente, a apropriação dos espaços livres públicos agregando-lhes valor simbólico pela realização dessas ações culturais.

Neste contexto, também se define como pressuposto que a cultura, suas políticas e práticas, devem ser consideradas como parte do processo de desenvolvimento da cidade. Isto é, o desenvolvimento pela cultura é alcançado através da transversalidade e integração da política cultural à outras políticas públicas como educação, assistência social, turismo e planejamento urbano e rural, entre outros. Dessa forma, o desenvolvimento de programas de cultura precisa ser pactuado intersetorialmente, como apontado pela Meta 10 do PMC-Ille, que ilustra a necessidade de manutenção de um programa permanente e intersetorial de cultura.

Guiadas por esses pressupostos, diretrizes e ações gerais foram estabelecidas para o PMC, dentre as quais é possível identificar aquelas que se referem diretamente a utilização dos espaços livres públicos como local para as ações culturais (Quadro 3). Mesmo organizadas em eixos temáticos diferentes, essas ações se complementam e chegam a se sobrepor, assumindo abordagens diferenciadas em função do tema de cada eixo.

No eixo temático I “Exercício de direitos culturais” são definidas diretrizes e ações de valorização da diversidade, reconhecendo, como manifestações culturais, as atividades que intervêm no espaço urbano e se relacionam com os espaços livres públicos, como o grafite e outras artes urbanas. Neste eixo destaca-se ainda, a diretriz e ações que visam incentivar a circulação da produção cultural através da criação de programas de difusão que se aproximem da população que têm pouco acesso às ações culturais. Para isso, busca aumentar a oferta de manifestações culturais e descentralizá-las utilizando como apoio espaços públicos. Também reforça que a realização de eventos culturais

consolidados deve ser mantida como ação da política de cultura, bem como as iniciativas de ruas abertas para atividades de lazer devem ser mantidas e ampliadas.

Quadro 3. Diretrizes e ações do Plano Municipal de Cultura de Joinville articuladas com o uso dos espaços livres públicos.

EIXO TEMÁTICO I - EXERCÍCIO DE DIREITOS CULTURAIS: DIVERSIDADE, ACESSO E ACESSIBILIDADE		
Reconhecer e proteger a diversidade cultural	Promover o acesso aos bens culturais	
Reconhecer como manifestações culturais, no âmbito das políticas públicas, a moda, o design, a gastronomia, as artes urbanas, o grafite, a tatuagem, o bodypiercing e outras expressões de natureza material e imaterial.	Manter e ampliar programas como o “Joinville em Movimento” e outras iniciativas de ruas de lazer, cultura e cidadania, ocupando praças e fechando temporariamente vias públicas, em parceria com outras instâncias do governo municipal e da sociedade.	
Incentivar a circulação da produção artístico-cultural dentro e fora do Município		
Promover ações que permitam às produções culturais alcançarem outros públicos, criando programa de difusão, circulação e intercâmbio das produções musicais e manifestações culturais nas praças, escolas, espaços de memória e centros urbanos e rurais, para difusão das obras artísticas e dos artistas locais.	Assumir como ação de política pública a realização de eventos artístico-culturais consolidados na cidade, investindo também na valorização das manifestações significativas da formação cultural de Joinville.	Adotar critérios facilitadores para a utilização cultural de espaços públicos, especialmente praças e parques.
EIXO TEMÁTICO II - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA		
Fomentar a criação de mercado profissional no âmbito das artes e da cultura		

Reconfigurar, no âmbito da economia criativa, a Feira de Arte e Artesanato como encontro de todas as atividades criativas, em articulação com os diversos movimentos culturais, a ser realizada em locais fixos (Biblioteca Pública, Praça do Mercado, Estação da Memória, Rua das Palmeiras, Rua do Príncipe, Praça Dario Salles) e, de forma itinerante, nos bairros e na zona rural.	Adotar como política pública o apoio à realização de eventos artístico-culturais, entre outros, a Coletiva de Artistas de Joinville, o Salão de Novos, o Festival de Dança, a Mostra de Teatro de Joinville - Cena, a Mostra de Dança, a Mostra Cine Vídeo, a Feira do Livro, o Joinville Jazz Festival, bem como ações voltadas à formação de agentes culturais e de leitura.
EIXO TEMÁTICO III – QUALIFICAÇÃO DEMOCRÁTICA DA GESTÃO CULTURAL	
Fortalecer as relações intersetoriais e institucionais	
Abrir debate público com vistas à revisão e atualização dos aspectos legais que dificultam a realização de atividades em espaços públicos abertos, como ruas e praças.	Garantir o acesso gratuito à internet por meio de cobertura wireless em áreas públicas, telecentros comunitários e outros.
EIXO TEMÁTICO V – QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA A CULTURA E AS ARTES	
Discutir, revisar, equipar e otimizar a estrutura geral dos espaços culturais do município	
Implantar e/ou qualificar espaços transversais e integrados de cultura, lazer e cidadania nos bairros e na área rural - preferencialmente em regiões marcadas pela exclusão - dotados de auditórios com palcos qualificados, bibliotecas, espaços expositivos e dependências para formação e convivência, como iniciativa da municipalidade ou aproveitando espaços potenciais já existentes, tais como associações de bairros, centros comunitários, espaços escolares etc.	Disponibilizar estrutura de palco móvel com sistema de sonorização e iluminação para abrigar com qualidade espetáculos artísticos nos mais diversos locais da cidade.

Fonte: Elaborado pela autora sobre Joinville (2012).

De forma semelhante no eixo II “Desenvolvimento da economia criativa”, as feiras de artesanato são apontadas tanto como uma estratégia de promoção e difusão de atividades culturais, quanto como meio de incentivo econômico ao setor cultural. Igualmente, o apoio aos grandes eventos culturais municipais é visto como uma política pública de manutenção, que pode atuar na formação de agentes culturais. Nesse contexto, as ações apontam a necessidade de simplificar a burocracia envolvida na utilização desses espaços, especialmente em relação aos espaços livres, como parques, praças e ruas, conforme as ações do eixo I e III “Qualificação democrática da gestão cultural”.

As diretrizes e ações do eixo temático V “Qualificação da infraestrutura para a cultura e as artes” também retomam a questão da descentralização das ações culturais, propondo articulações e convênios com os espaços públicos existentes em outros bairros da cidade. Enquanto política pública, essa ação propõe que seja direcionada uma maior atenção na implantação e qualificação de espaços integrados de cultura nas áreas que apresentam maior vulnerabilidade social. Além disso, também indica uma importante medida para a viabilidade dos programas de difusão cultural, a disponibilização de infraestrutura móvel que possa acompanhar as atividades de caráter itinerantes.

Os Planos Setoriais apresentam, em sua maioria, diretrizes e ações semelhantes aquelas já discutidas como gerais, no que tange a articulação com os espaços livres públicos. As principais colocações dos diferentes agentes setoriais apontam para uma carência ou inadequação dos lugares públicos para sediar ações culturais. Acompanhada de uma demanda pela desburocratização dos marcos que regulamentam a execução de atividades em espaços livres públicos como ruas, praças e parques. Assim, aparecem sugestões para efetivação de eventos periódicos que ocupem esses espaços, como feiras de artesanato e apresentações artísticas, valorizando também as manifestações artísticas e culturais que se desenvolvem nos espaços livres públicos, como a arte e as intervenções urbanas (grafite, lambe-lambe, sticker, estêncil e performances). Outra demanda relaciona-se a melhoria da comunicação visual nos espaços livres públicos, promovendo a divulgação das manifestações culturais e impulsionando a atividade turística.

De forma geral as diretrizes e ações procuram incentivar a realização de ações culturais nos espaços livres públicos, procurando

ampliar essa oferta para as áreas urbanas periféricas e para a área rural. O Plano Municipal de Cultura procura reafirmar o papel central dos grandes eventos no calendário cultural da cidade, como o Festival de Dança, a Coletiva de Artistas e a Feira do Livro. Entretanto, ele também procura incentivar as ações locais e de menor escala, buscando um diálogo mais próximo com os artistas e as tradições locais. Isto posto, as diretrizes e ações do PMC exigem uma ação intersetorial para que os programas propostos sejam efetivados. Através do PMC a Prefeitura Municipal e a Fundação Cultural de Joinville reforçam seu papel de gestora cultural, intercalando as intervenções públicas, mais diretas, com outras que almejam facilitar a atuação do setor privado e da sociedade civil como um todo.

Entretanto, nas metas do PMC-Ille, a articulação com o espaço livre público não é abordada como nas diretrizes e ações, mostrando um descompasso entre o pressuposto de buscava uma maior ocupação cultural da cidade e sua efetivação através de uma meta específica que potencializasse essa forma de manifestação. Assim, a utilização do espaço livre público como cenário para a realização de atividades e eventos culturais dá lugar à reivindicação por novas infraestruturas que componham a rede de equipamentos públicos de cultura do município, a exemplo da Meta 21 que indica a construção de novos equipamentos e da Meta 25 que prevê a implementação de espaços culturais junto à rede pública de educação e assistência social.

A Meta 24 “musealização de 4 sítios arqueológicos do tipo sambaqui, disponibilizando-os à visitação pública” (CMPC, 2012), é a única que efetivamente indica uma intervenção clara em um conjunto de espaços livres municipais. A meta prevê a criação de “museus ao ar livre” visando a integração desses sítios arqueológicos às áreas em que estão inseridos. Ela indica a necessidade de ações que vão além da adequação da área para visitas, mas compreendem também uma requalificação urbanística das áreas de entorno, a garantia de acesso e apropriação social do espaço, e a promoção de qualidade de vida através do patrimônio cultural.

Tendo em vista que, no município o sistema de espaços livres públicos está melhor distribuído do que a rede de equipamentos culturais, programas relacionados ao PMC-Ille foram criados, tendo como sede espaços livres público. Um destes programas é o “Feiras nos Bairros” que busca expandir as feiras culturais para os bairros de

Joinville, em parceria com as lideranças locais, estimulando a economia e divulgando o trabalho dos artistas locais. Além dele, também foi idealizada a “Feira do Príncipe”, um dos pilotos do programa “Feiras nos Bairros”, que atualmente se caracteriza como a principal “Feira de Arte e Artesanato” da cidade¹⁰, contando com a participação de um maior número de expositores.

Além desses novos programas outras ações culturais, anteriores à implantação do PMC-Ille, também apresentam uma forte ligação com a ocupação dos espaços livres públicos. A exemplo do Festival de Dança de Joinville, que promove anualmente apresentações gratuitas na Praça Nereu Ramos, no centro da cidade; o Sábado na Estação, que promove atividades culturais e uma feira de antiguidades junto à Estação da Memória, patrimônio cultural do município; e os Concertos Matinais, que realizam apresentações musicais em espaços livres públicos da cidade. Através desses exemplos é possível verificar que existe na cidade de Joinville um costume de promover eventos culturais em espaços livres públicos, aspecto que será tratado mais profundamente em itens seguintes.

3.2.3 Rede de equipamentos públicos de cultura

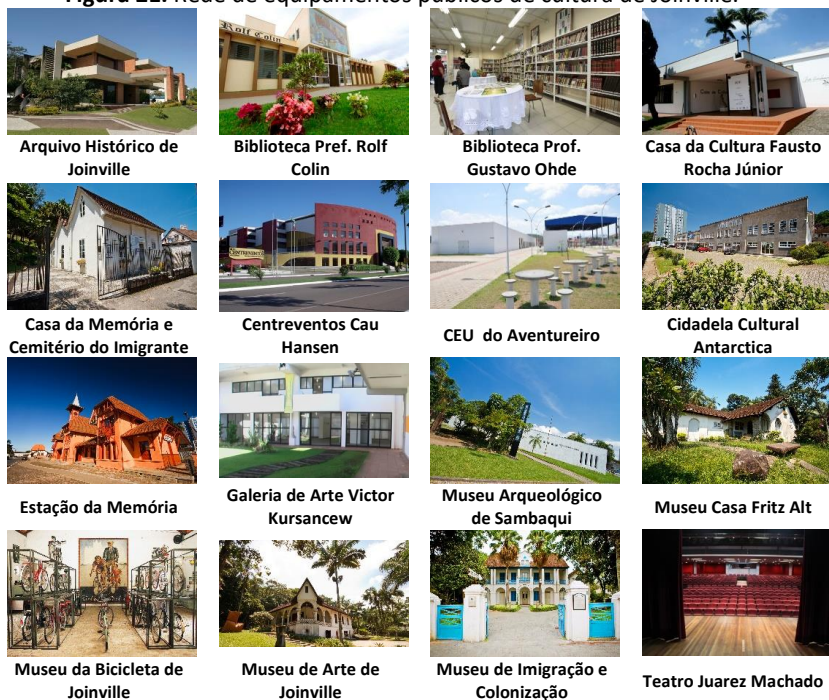
A Fundação Cultural de Joinville (FCJ) é a autarquia responsável pela gestão cultural da cidade, pela elaboração e execução das políticas públicas de cultura e também pela administração de uma série de unidades e espaços que conformam boa parte da rede de equipamentos públicos de cultura do município. Os equipamentos geridos pela FCJ compreendem: cinco museus; três escolas de formação artística, integradas à Casa de Cultura; uma galeria municipal de artes; duas edificações tombadas convertidas em espaços de memória; um arquivo histórico; um centro de artes e esportes unificados; e, quatro espaços destinados à realização de eventos, que conformam o Centreventos Cau Hansen.

Além das unidades administradas pela FCJ, outros equipamentos públicos são importantes para a conformação dessa rede. Dentre eles, estão as duas bibliotecas públicas municipais, geridas pela Secretaria de

¹⁰ Aos moldes da Feira de Artes e Artesanato elencado como ação do PMC-Ille, que necessitaria de ampliação e reconfiguração, conforme destacado anteriormente no Quadro 3.

Educação; e a Cidadela Cultural Antarctica, cedida ao Instituto Luiz Henrique Schwanke para futura implantação do Museu de Arte Contemporânea e utilizada pela Associação Joinvilense de Teatro (AJOTE) e Associação dos Artistas Plásticos de Joinville (AAPLAJ). Para sintetizar as informações sobre a rede de equipamentos públicos de cultura organizamos o Quadro 10, no Apêndice A, que reúne as principais informações sobre cada um dos equipamentos que conforma essa rede pública.

Figura 21. Rede de equipamentos públicos de cultura de Joinville.



Fonte: Fundação Cultural de Joinville (2016), Fundação Turística de Joinville (2016), Prefeitura municipal de Joinville (2016).

Os equipamentos privados de cultura constituem uma rede mais ampla que a pública e abarcam espaços destinados a diversas finalidades, como apresentações e realização de eventos; cinemas; escolas de música, dança e artes; espaços culturais; galerias de artes; museus; clubes e sociedades culturais. O Plano Municipal de Cultura de Joinville, apresenta mais informações sobre as instituições privadas,

organizadas junto aos Planos Setoriais. A identificação de toda a rede privada de equipamentos de cultura é um dos desafios para a implantação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais. A dificuldade em organizar esse cadastro faz com que os dados encontrados sobre esses equipamentos, muitas vezes estejam desatualizados em relação a sua localização e funcionamento. Diante disso, destacamos apenas alguns dos equipamentos privados que possuem parceria com a FCJ para realização de programas ou ações culturais.

A Escola do Teatro Bolshoi, fundada em 2000 é a única filial do Teatro Bolshoi fora da Rússia. Espaço de formação técnica em dança com ensino gratuito, é uma instituição sem fins lucrativos mantida por doações e patrocínios de empresas e pessoas físicas por meio do grupo “Amigos do Bolshoi”. A escola também promove ações socioeducativas e culturais, através de programas e projetos que buscam inserir a comunidade no meio artístico (ESCOLA BOLSHOI NO BRASIL, 2016).

A Sociedade Harmonia Lyra, criada em 1858 como clube social da população imigrante, buscava oferecer atividades recreativas e culturais. Localizada num edifício tombado a nível estadual e municipal, atualmente é um local destinado a eventos que disponibiliza infraestrutura e espaço para as atividades da Orquestra Cidade de Joinville, vinculada à Fundação Cultural de Joinville (SOCIEDADE HARMONIA LYRA, 2016).

O SESC, instituição sem fins lucrativos integrante do Sistema Fecomércio, se destaca como uma das entidades de caráter social mais atuantes em todo o país. A unidade de Joinville possui uma galeria de artes e um teatro utilizado para apresentações e projeções cinematográficas. Assim, o SESC promove uma série de atividades culturais gratuitas como sessões de cinema através do programa Cine SESC, apresentações de teatro e música e exposições artísticas. Além disso, o SESC também promove o Palco Giratório, projeto de difusão de artes cênicas onde espetáculos de vários gêneros, circulam pelas capitais e cidade do interior de todos os estados, desde 1998 (SESC-SC, 2016).

O Instituto Juarez Machado, inaugurado em 2014 é uma instituição sem fins lucrativos idealizada pelo renomado artista joinvilense Juarez Machado. O espaço cultural conta com área para exposições, cursos, palestras e debates. Além de promover exposições de vários artistas também mantém obras dos 50 anos de carreira de

Juarez Machado. O instituto busca desenvolver e disseminar artes, promover ações de democratização e acesso às fontes de cultura (INSTITUTO JUAREZ MACHADO, 2016).

Apesar da diversidade de equipamentos e programas culturais desenvolvidos na cidade, a distribuição espacial dessa rede não acompanha essa pluralidade. Ao contrário, os equipamentos públicos se concentram na região central e no centro expandido, nos bairros América, Anita Garibaldi, Centro e Saguauçu. As ações culturais nos bairros mais periféricos são promovidas, em geral, por associações comunitárias como é o caso da Associação de Moradores e Amigos do Bairro Itinga (AMORABI), do centro cultural Casa Iririú e da Sociedade Kênia Clube. Muitas vezes, a FCJ colabora com a realização de ações e programas nestes locais, especialmente através dos projetos contemplados pelos Editais de Apoio à Cultura do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura.

3.2.2 Eventos culturais

Outra característica do cenário cultural municipal é a frequente realização de eventos culturais e festejos populares, que passam a fazer parte do cotidiano da cidade e muitas vezes são reconhecidos como parte da identidade local. A Fundação Turística de Joinville (2016) disponibiliza um calendário com os eventos tradicionais que ocorrem anualmente na cidade. De forma semelhante, o IPPUJ (2016a) apresenta uma listagem dos principais eventos culturais, esportivos e gastronômicos do município de Joinville, bem como dos principais festivos municipais. A partir desse material e em conjunto com o PMC, organizamos o Quadro 4, um calendário mensal que reúne eventos tradicionais, indicando sua localização e edição, em relação ao ano de 2016.

O calendário ilustra a diversidade nas temáticas desses eventos, da história à gastronomia típica, tanto a área urbana quanto a rural são contempladas com festas e eventos que procuram valorizar a cultura local e promover ações recreativas. Em comum esses eventos atraem um grande número de participantes e já se consolidaram em função do tempo de duração, entidades organizadoras e ou parcerias com o setor público. Dentre eles, destacamos a Coletiva de Artistas, a Feira do Livro e o Festival de Dança por serem eventos ligados à programas da Fundação Cultural de Joinville e terem se tornado ações permanentes.

Quadro 4. Calendário de eventos tradicionais de Joinville.

	EVENTO	LOCAL	ED.	CARÁTER
JANEIRO	Festival Gastronômico (Edição Verão)	Diversos Restaurantes	10 ^º	Urbano
	Festa do Tiro Rei	Soc. Rec. Tiro Alvo D. Francisca (Z. Ind. Norte)	57 ^ª	Rural
	Festival Brasileiro de Hemerocallis	Agrícola da Ilha - R. Ten. Ant. João (Jardim Sofia)	14 ^º	Urbano
FEVEREIRO	Carnaval de rua de Joinville (Desfile)	Mercado Municipal – Av. Dr. Paulo Mendes (Centro)	10 ^ª	Urbano
	Festival Brasileiro de Hemerocallis	Agrícola da Ilha - R. Ten. Ant. João (Jardim Sofia)	14 ^º	Urbano
	Chefes no Parque	Expoville - R. XV de Novembro (Glória)	4 ^º	Urbano
MARÇO	Semana Municipal da Bicicleta	Diversos locais da cidade	3 ^ª	Urbano
	Desfile de Nove de Março (Aniversário)	Av. José Vieira (América)	-	Urbano
	Festa Regional do Palmito Cultivado	Soc. Rio da Prata - SC 418	3 ^ª	Rural
	Feira da Páscoa Rural	Casa Krüger (Pirabeiraba)	-	Rural
ABRIL	Feira do Livro de Joinville	Centreventos Cau Hansen - Av. José Vieira (América)	13 ^ª	Urbano
	Festa do Tiro Rei	Soc. Rec. Tiro Alvo Dona Francisca (Z. Ind. Norte)	57 ^ª	Rural
	Festa da Banana	Igreja N. Sra. Aparecida – Est. Blumenau (Vila Nova)	6 ^ª	Rural
	Rodeio Crioulo Nacional	CTG Chaparral – Est. Ribeirão do Cubatão	40 ^ª	Rural
MAIO	Festa do Arroz	Igreja Cristo Rei - Rod. do Arroz (Vila Nova)	20 ^ª	Rural
	Festa do Bandoneon	Soc. Rio da Prata – SC 418	16 ^ª	Rural
	Festa do Tiro Rei	Soc. Rio da Prata – SC 418	70 ^ª	Rural
	Festival do Anthurium	Chácara Holz – Est. da Ilha	10 ^ª	Rural
	Semana Nacional dos Museus	Museus da cidade	14 ^ª	Urbano
JUN	Festa do Aipim	Soc. Rec. Tiro Alvo D. Francisca (Z. Ind. Norte)	7 ^ª	Rural

JULHO	Festival de Dança de Joinville	Centreventos Cau Hansen (América) e Palcos Abertos	34 ^a	Urbano
	Festival de Dança da Melhor Idade	Teatro CNEC – Av. Getúlio Vargas (Anita Garibaldi)	2 ^a	Urbano
	Festa do Colono	Soc. Rio da Prata - SC 418	54 ^a	Rural
AGOSTO	Festival Gastronômico (Edição Inverno)	Diversos Restaurantes	11 ^º	Urbano
	Festa do Colono	Sociedade Esp. Rec. Piraí – Est. Comprida (Vila Nova)	41 ^a	Rural
SETEMBRO	Festa da Colheita	Soc. Rec. Tiro Alvo D. Francisca (Z. Ind. Norte)	38 ^a	Rural
	Semana Farroupilha	Rancho Timbé – Est. Timbé	16 ^a	Rural
	Festa da Polenta	Igreja Sto. Antônio – Rod. do Arroz (Vila Nova)	22 ^a	Rural
	Festival Nacional de Dança Sacra	Centreventos Cau Hansen (América)	17 ^a	Urbano
OUTUBRO	Stammtisch	Rua Visconde de Taunay - Via Gastronômica (Centro)	8 ^a	Urbano
	Festival Brasileiro de Hemerocallis	Agrícola da Ilha - R. Ten. Ant. João (Jardim Sofia)	15 ^º	Urbano
	Bierville	Expoville - R. XV de Novembro (Glória)	2 ^a	Urbano
NOVEMBRO	Semana da Consciência Negra	Diversos locais da cidade	8 ^a	Urbano
	Festa das Flores de Joinville	Expoville - R. XV de Novembro (Glória)	78 ^a	Urbano
	Festival Brasileiro de Hemerocallis	Agrícola da Ilha - R. Ten. Ant. João (Jardim Sofia)	15 ^º	Urbano
DEZEMBRO	Festival Brasileiro de Hemerocallis	Agrícola da Ilha - R. Ten. Ant. João (Jardim Sofia)	15 ^º	Urbano
	Feira de Natal Rural	Casa Krüger - SC 418 (Pirabeiraba)	-	Rural
	Feirinha de Natal	Estação da Memória – R. L. Ribeiro (Anita Garibaldi)	-	Urbano
Coletiva de Artistas de Joinville (Sem data definida)		Museu de Arte – R. XV de Novembro (América)	45 ^a	Urbano

Fonte: Elaborado pela autora sobre IPPUJ (2016a); Fundação Turística (2016); Joinville (2012) e FCJ (2016).

A Coletiva de Artistas de Joinville, exposição anual de artes plásticas, foi criada na década de 1970 com o intuito de incentivar a produção artística local e divulgá-la. Têm atuado, desde então, na qualificação de artistas locais e ganhou reconhecimento no estado por sua continuidade. Ainda hoje, se caracteriza como um dos principais espaços para a revelação de artistas no município. A Feira do Livro de Joinville é um evento da FCJ em parceria com o Instituto Feira do Livro e Secretaria Municipal de Educação. Criada em 2003, recebe anualmente milhares de visitantes interessados nas diferentes atividades promovidas no evento: debates e palestras, conversa com autores, contação de histórias, concurso literário e estandes de editoras e livrarias (JOINVILLE, 2012).

O Festival de Dança de Joinville foi criado em 1983 pela Prefeitura Municipal, vinculado à Fundação Cultural de Joinville e a Casa da Cultura. Até o ano de 1988 manteve-se sob administração direta da FCJ, em parceria com outros órgãos municipais. Nesse momento, a Prefeitura constatou que devido ao tamanho e consolidação do evento, o empenho do corpo técnico e dos recursos da municipalidade para sua realização se tornaram excessivos, dificultando que outras ações fossem promovidas pela FCJ. Assim, surge a proposta de criação de um instituto para assumir a administração do evento e realizar a captação de recursos (LARRAÍN, 2008). Atualmente o Instituto Festival de Dança coordena o evento através de um contrato de gestão com a FCJ.

Realizado todos os anos durante os meses de julho e agosto, o evento reúne mais de seis mil participantes diretos e atrai um público superior a duzentos mil pessoas, durante os dez dias de evento, numa média de 170 horas de espetáculo. Entre as atividades estão a Mostra Competitiva; mostra infantil Meia Ponta; a Feira da Sapatilha; cursos, palestras e workshops; e apresentações nos Palcos Abertos, espaços fora do Centreventos Cau Hansen que recebem apresentações gratuitas (JOINVILLE, 2012). Os Palcos Abertos buscam difundir o Festival pela cidade e aproximar a população dos bailarinos participantes do evento. Estão localizados em praças, bairros, *shoppings centers*, hospitais e fábricas que são selecionados anualmente para receber essa ação. Como exceção, a Praça Nereu Ramos, no centro, e os shoppings já se consolidaram como locais dessas apresentações gratuitas e as sediam anualmente.

Para identificar os eventos culturais que são realizados em espaços livres públicos utilizamos como referência a Agenda Cultural do município disponibilizada semanalmente pela Fundação Cultural em seu portal. A agenda reúne tanto atividades promovidas e apoiadas pela Fundação Cultural quanto atividades realizadas pela iniciativa privada, procurando realizar uma divulgação ampla das atividades culturais no município. Foram coletados os dados disponibilizados sobre o ano de 2016, cobrindo um período referente aos meses de janeiro a julho e de novembro a dezembro¹¹. A partir desse levantamento organizamos o Quadro 5, que lista os eventos culturais realizados neste período, apontado se o mesmo possui alguma periodicidade e o local onde é realizado.

Quadro 5. Eventos culturais realizados em espaços livres públicos em 2016.

EVENTO	HORÁRIO	LOCAL	FREQ.
Concertos Matinais	10h30	Casa da Memória e Cemitério dos Imigrantes	Semanal
Feira do Príncipe	11h – 16h	Rua do Príncipe e Praça Nereu Ramos	Mensal
Feira do Floresta	11 – 16h	Praça Tiradentes	Mensal
Feira do Vila Nova	9h - 14h	R. São Brás (Terminal Urbano do Vila Nova)	Mensal
Sábado na Estação	11h – 16h	Estação da Memória	Mensal
Festival de Dança	11h – 18h	Praça Nereu Ramos	Anual
Feirinha de Natal	13h - 19h	Estação da Memória	Anual
Stammtisch de Pirabeiraba	9h -17h	R. Pres. Vargas	Anual
8ª Semana da Consciência Negra de Joinville: Aniversário da Umbanda	15h	Rua do Lazer (Av. Hermann A. Lepper)	Anual

¹¹ Esta descontinuidade se deve ao período eleitoral, onde a divulgação de atos do Poder Público é restringida segundo a Lei Federal 9.504/1997 (art. 73, inciso VI, alínea b). Atendendo essa normativa a Prefeitura Municipal e todos os órgãos públicos municipais da administração direta e indireta, suspenderam a divulgação de notícias em todos os seus veículos de comunicação.

8ª Semana da Consciência Negra de Joinville: Homenagem aos Descendentes Afro Sepultados no Cemitério dos Imigrantes de Joinville	10h30	Cemitério dos Imigrantes	Anual
8ª Semana da Consciência Negra de Joinville: Lavagem do Monumento dos Imigrantes	15h	Praça da Bandeira	Anual
8ª Semana da Consciência Negra de Joinville: Cortejo do Afoxé Omilodê de Povo Santo	11h	Praça Nereu Ramos	Anual
Show “Pôr do sol autoral” Ricardo Ledoux	18h	Praça Nereu Ramos	-
Espetáculo “Breve curso prático de administração do tempo”	10h	Cruzamento entre R. Cegonhas e R. Rodrigo Lobo, Iriú	-
MAJ Sounds (Música Arte Ille)	15h – 21h	Praça Hercílio Luz (Mercado Público)	-
1º Encontro de Palhaços e Palhaças: Espetáculo “Amor de Palhaço”	12h	Praça Hercílio Luz (Mercado Público)	-
1º Encontro de Palhaços e Palhaças: Espetáculo “Senhor Palhaço apresenta”	16h	Praça Nereu Ramos	-
1º Encontro de Palhaços e Palhaças: Espetáculo “Bem-te-vida Marmota”	16h	Jardins do Museu de Arte de Joinville	-
1º Encontro de Palhaços e Palhaças: Espetáculo “Circo S/A – O Circo de sombrinho e Alípio”	15h	Parque da Cidade	-
Exposição fotográfica “Um olhar sobre o entorno”	10h - 16h	Cemitério do Imigrante	-
Cantando pra cachorro (Show beneficente)	12h - 19h	Praça Hercílio Luz (Mercado Público)	-
IV Encontro de Arte e Cultura Negra	14h - 19h	Praça Hercílio Luz (Mercado Público)	-
Cantata de Natal com a Banda do 62º Batalhão de Infantaria	20h	Praça Nereu Ramos	-

Fonte: Elaborado pela autora a partir de FCJ (2016).

A partir dessa listagem é importante destacar os programas desenvolvidos pela Fundação Cultural de Joinville, que dão origem a eventos que acontecem com maior frequência no município como: os Concertos Matinais, as Feira nos Bairros, a Feira do Príncipe e o Sábado na Estação. Esses programas surgem como ações de difusão cultural procurando aproximar a comunidade a variadas formas de expressão cultural. Todos eles se desenvolvem em espaços livres públicos proporcionando uma experiência de vivência diferenciada desses espaços e buscando aumentar a sensação de apropriação da população para com eles.

O projeto Concertos Matinais (Figura 22), é uma ampliação do programa Domingos Musicais da Sociedade Cultural Alemã criado em 2002. Promove semanalmente apresentações musicais de estilos variados, do popular ao erudito. Com entrada franca os concertos acontecem aos domingos pela manhã em diferentes pontos da cidade, normalmente na área externa da Casa da Memória, junto ao Cemitério do Imigrante, no 62º Batalhão de Infantaria e na Sociedade Lírica de Joinville. As apresentações têm duração média de uma hora e meia e atraem cerca de trezentos espectadores (JOINVILLE, 2012; PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 2016).

Figura 22. Concerto Matinal na Casa da Memória.



Fonte: Jaksson Zanco (2016) para Jornal Notícias do Dia.

Figura 23. Sábado na Estação - Mercado de Pulgas.



Fonte: Prefeitura Municipal de Joinville (2016).

O Sábado na Estação (Figura 23) é um projeto implantado em 2010 pela Fundação Cultural de Joinville, que procura potencializar a edificação tombada da Estação Ferroviária como um espaço de referência para memória e múltiplas sociabilidades. Realizado mensalmente no terceiro sábado mês, das 9 às 16 horas, o evento conta com número cada vez maior de participantes segundo a Prefeitura

Municipal. Entre as atividades disponibilizadas estão feira de artesanato, brechó, o Mercado de Pulgas (uma feira de antiguidades destinada a venda ou troca de bens antigos e ou usados) e gastronomia, com a comercialização de produtos coloniais. Também conta com apresentações culturais como exposições, música e teatro, organizadas pela FCJ (JOINVILLE, 2012). Diante da renovação das políticas culturais no município, a partir de 2003, esse evento pode ser caracterizado como uma experiência piloto para o desenvolvimento de outros programas de feiras na cidade.

A Feira do Príncipe, criada em 2014, bem como o programa Feiras nos Bairros, criado em 2015 e que atualmente promove a Feira do Floresta e Feira do Vila Nova, podem ser consideradas como algumas das Feiras de Artes e Artesanato idealizadas no Plano Municipal de Cultura de Joinville, como indicamos anteriormente no Quadro 3. As feiras se configuraram como uma atividade de lazer e recreação para a população municipal. Além disto, a ideia central atrelada a realização desses eventos é o desenvolvimento de mercado profissional ligado a produção cultural no município.

Nesse sentido, o papel da Fundação Cultural enquanto gestora pública é proporcionar meios para a divulgação e exposição do trabalho dos artistas e artesões locais. Ademais a FCJ também procura manter e resgatar as manifestações culturais tradicionais, por mais simples que possam parecer, a fim de mantê-las vivas no imaginário da população joinvilense. As atuais feiras que compõem o programa Feiras nos Bairros surgem a partir de demandas da iniciativa local que se articula à FCJ para identificar o potencial e as especificidades do bairro. Por isso, apesar de uma estrutura semelhante, cada evento têm uma característica única, ligada à produção cultural daquele lugar.

Uma vez ao mês, a Rua do Príncipe e a Praça Nereu Ramos sediam a Feira do Príncipe (Figura 24 e Figura 25), que acontece das 11 às 16 horas no segundo domingo de cada mês. Segundo a Fundação Cultural de Joinville (2016) o evento leva ao centro da cidade, cerca de 300 expositores que oferecem opções diversas de artes, artesanato, antiguidades, brechó e gastronomia. As apresentações culturais, como shows, dança e teatro são realizados no palco da Praça Nereu Ramos.

Figura 24. Feira do Príncipe (Rua do Príncipe).



Figura 25. Feira do Príncipe (Praça Nereu Ramos).



Fonte: Prefeitura Municipal de Joinville (2016).

Figura 26. Feira do Floresta (tendas).



Figura 27. Feira do Floresta (praça).



Fonte: Arquivo Pessoal (2015).

Figura 28. Feira do Vila Nova.



Figura 29. Artesã Feira do Vila Nova.



Fonte: Prefeitura de Joinville (2016).

A Feira do Floresta (Figura 26 e Figura 27) é realizada na Praça Tiradentes, no quarto sábado de cada mês, no mesmo horário da Feira do Príncipe. Sua organização é compartilhada com os moradores do Floresta e os principais itens comercializados são o artesanato e a gastronomia dos chefs de cozinha do próprio bairro. Junto a isto, a Feira do Floresta ainda tem como atrativo apresentações musicais e de dança (FCJ, 2016). Seguindo esse formato, a Feira do Vila Nova (Figura 28 e

Figura 29) também expõe apenas o trabalho de moradores do bairro, oferecendo produtos artesanais variados, brechó, venda e troca de livros e gastronomia. Também reserva espaço para que novos artistas do Vila Nova se apresentem, especialmente na área musical. A feira acontece no terceiro sábado de cada mês, das 9 às 16 horas, próximo ao Terminal Urbano do bairro. Sua organização é compartilhada entre a FCJ e representantes do Conselho das Associações do Vila Nova e conta com o apoio da Subprefeitura Oeste (FCJ, 2016).

Os atuais programas e projetos desenvolvidos pela FCJ indicam uma real tentativa de descentralização da cultura na cidade. Nesse contexto, os eventos têm desempenhado um papel essencial nessa política de difusão. Apesar desse esforço, podemos verificar que a área central ainda recebe uma quantidade de ações muito superior a outras regiões da cidade. Essa concentração em parte está relacionada a presença de mais equipamentos públicos de cultura no centro, induzindo a manutenção das atividades e eventos nesta região.

Por outro lado, também aponta uma expressividade dos festejos de caráter rural no município. Apesar da pesquisa se concentrar no perímetro urbano do município, é importante ressaltar que a zona rural também apresenta riqueza em suas manifestações culturais. As festas rurais, a exemplo da Festa da Banana, Festa da Polenta, Festa do Arroz e Festa do Colono, podem ser entendidas como tentativas de reelaborar os significados da realidade vivenciada pelo meio rural, sendo operadas como um espaço de construção da identidade e da memória, bem como, podem se caracterizar como estratégias de resistência diante da desvalorização do modo de vida rural (VICENZI, 2012). Da mesma forma, o espaço rural joinvilense apresenta um grande potencial paisagístico e cultural que pode ser utilizado para o fortalecimento de seu turismo (WALKOWSKI, 2014).

Figura 30. Festa do Colono S.E.R. Piraí.



Fonte: S.E.R. Piraí (2016).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho caracteriza-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa por considerar, como aponta Silva e Menezes (2005), a existência de uma relação dinâmica entre a realidade e objetividade do mundo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser quantificada, pois tem como foco principal o processo e seu significado. Para Minayo e Sanches (1993), a abordagem qualitativa aproxima sujeito e objeto, por se voltar aos motivos, intenções, crenças e valores, atitudes e projetos de atores, a partir dos quais ações, estruturas e relações cotidianas tornam-se significativas.

A pesquisa se propõe a analisar a influência das manifestações culturais no uso dos espaços livres públicos centrais de Joinville – SC. Para isso, foi necessário delimitar uma área e um objeto de estudo, a fim de compreender a dinâmica de uso deste espaço e realizar uma leitura urbana dessa área.

Como referência para definição dos métodos foram utilizados estudos de percepção ambiental, como os apresentados por Del Rio e Oliveira (1996); Del Rio, Duarte e Rheingantz (2002); Rheingantz et al. (2009); e, Cavalcante e Elali (2011). A partir dessa abordagem relacional entre pessoa e ambiente, e da revisão conceitual sobre o estudo do espaço livre urbano e sua vida pública, foram definidas três dimensões de estudo que norteiam às análises da área: dimensão estrutural, dimensão experiencial e dimensão perceptiva. Cada uma delas busca caracterizar parte das relações entre pessoas e ambiente, a partir de um determinado enfoque.

Assim, a Análise Estrutural, apresenta as principais características morfológicas e funcionais da área estudada, sendo uma análise técnica baseada em um levantamento espacial.

A Análise Experiencial, caracteriza as experiências cotidianas e excepcionais de uso e fruição da Praça Nereu Ramos pelos usuários. Assim, essa análise procura determinar como a praça é vivenciada, tanto no cotidiano quanto durante a realização de um evento cultural. Os principais métodos utilizados nesta análise foram as observações comportamentais e as entrevistas semiestruturadas com os usuários. A partir deles, identificaram-se os ambientes mais utilizados, o perfil dos usuários, a frequência de utilização do espaço, bem como a motivação ao uso e as atividades ali desenvolvidas.

Por fim, a Análise Perceptiva procura compreender a percepção que os usuários têm do espaço da praça, em relação à sua infraestrutura e a realização de eventos culturais em espaços públicos da cidade, para isso, também utiliza as entrevistas como principal método. A partir dessa análise, foi detectada a afeição dos usuários pela praça e também pela realização dos eventos neste espaço.

Deste modo, este capítulo apresenta a delimitação da área de estudo, resultado da contextualização do sistema de espaços livres públicos de lazer e recreação municipal e sua relação com as ações culturais promovidas no município. Posteriormente, são apresentados os múltiplos métodos investigativos utilizados para responder ao objetivo principal da pesquisa: pesquisa documental, observações (do sítio físico e do comportamento dos usuários), entrevista e mapas de superfície de densidade. Esses métodos visam reunir as informações necessárias para o desenvolvimento desta dissertação. Assim, são indicados no capítulo a justificativa para escolha de cada método, a explicação das técnicas, a maneira como foram aplicadas e o tratamento dos dados.

4.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: CENTRO TRADICIONAL

Como discutido no segundo capítulo, a vida pública desenvolve-se através do convívio social em diferentes espaços das cidades abrangendo desde as ações cotidianas até as manifestações e eventos culturais esporádicos. Logo, os centros urbanos potencializam o convívio social e a copresença por agruparem uma multiplicidade de atividades e agentes que operam sobre ele (KUPF, 2012).

A partir do diagnóstico sobre o município pudemos notar a amplitude do sistema de espaços livres públicos e do cenário cultural joinvilense, particularmente quanto aos espaços de lazer, às políticas públicas de cultura e ao calendário de eventos culturais. Frente a esse contexto, optamos pela utilização de um recorte de estudo que nos permitisse uma aproximação com a vida urbana desses espaços que sediam manifestações culturais com certa regularidade. Por concentrar uma grande quantidade de espaços livres públicos de lazer, por seu valor simbólico enquanto paisagem de memória e por abrigar uma série de manifestações culturais, oficiais e espontâneas, o centro de Joinville tornou-se o foco da pesquisa.

Dentro do bairro Centro, voltamos nossa atenção para o chamado Centro Tradicional ou Histórico, área com valor simbólico por ser o núcleo inicial de ocupação da cidade. Além disso, é um importante referencial para a identidade da cidade por historicamente ser o local dos encontros, da sociabilidade e das trocas. Assim, o centro é um espaço com um caráter democrático, que abriga as mais variadas atividades e apresenta uma maior tolerância frente às expressões de diversidade.

A partir de observações empíricas e visitas em campo, um recorte mais restrito foi realizado (Figura 31). Este recorte não abrange todo o centro tradicional, ele limita-se às imediações das praças localizadas no centro tradicional: Praça Lauro Mueller, Praça Nereu Ramos, Rua das Palmeiras (Alameda Brustlein), Praça da Bandeira, Praça Dario Salles e Praça Castelo Branco. O segundo recorte foi delimitado de acordo com os percursos realizados a pé, para se chegar de um espaço livres público de lazer a outro. Mais do que uma demarcação rígida, buscamos com esse perímetro uma articulação de lugares públicos significativos para o desenvolvimento da vida pública numa escala da cidade.

A fim de compreender a influência que as ações das políticas de cultura municipais exercem nos espaços livres públicos de Joinville, esta pesquisa se debruça na análise de um dos espaços livres públicos da área central, a Praça Nereu Ramos. A escolha deste espaço está ligada a grande quantidade de manifestações culturais nele realizadas, o que nos permitiu selecionar para a realização da pesquisa de campo eventos vinculados à programas da Fundação Cultural de Joinville, a Feira do Príncipe e Festival de Dança.

O Festival de Dança foi escolhido por ser um evento icônico para a cidade, sua realização influencia a dinâmica de todo o município, que se prepara para receber participantes do evento e turistas. Também é a ação cultural de maior escala realizada na cidade e possui uma abrangência internacional. Sua relação com o espaço livre público tem um caráter contemplativo, tendo em vista se tratar de um dos palcos onde as apresentações de dança são realizadas.

A Feira do Príncipe, por outro lado, é um evento relativamente novo que vem se consolidando na escala municipal como uma importante ação de difusão e promoção cultural. Tem um caráter mais popular e participativo, já que potencializa uma maior interação entre os usuários do espaço durante o evento, expositores e visitantes.

4.2 PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental consistiu na busca de informações com o intuito de responder dois objetivos específicos da pesquisa: caracterização do cenário municipal quanto às políticas públicas de cultura e identificação da distribuição dos espaços livres públicos do município de Joinville.

Isto posto, foram levantadas publicações oficiais como leis, planos, metas e relatórios, bem como foram coletados junto à Prefeitura Municipal de Joinville, por intermédio da Fundação Instituto de Pesquisa de Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville (IPPUJ), dados cartográficos diversos do município: Ortofotos, em formato *Enhanced Compression Wavelet (.ecw)*, referentes aos Levantamentos Aerofotogramétricos dos anos de 2007 e 2010; as respectivas Bases Cartográficas do Município, em formato *Design Web Format (.dwg)*, referentes às restituições aerofotogramétricas para os mesmos anos, bem como a planta baixa da Praça Nereu Ramos; e dados vetoriais, em formato *shapefile (.shp)* contendo as seguintes informações:

- a. Limites Administrativos – limite do município, limite das subprefeituras, perímetro urbano limite dos bairros;
- b. Suporte Físico – curvas de nível, hidrografia, modelo digital do terreno, modelo de sombreamento do terreno;
- c. Macrozoneamento urbano e rural;
- d. Zoneamento – Lei Complementar n. 312/10;
- e. Malha Viária – vias, ferrovia, logradouros;
- f. Malha fundiária – quadras, lotes e edificações;
- g. Espaços públicos – espaços livres públicos de lazer e recreação, unidades de conservação;
- h. Patrimônio Histórico – imóveis tombados e envoltória.

Os dados vetoriais obtidos serviram de base para a construção do mapeamento temático deste trabalho. Antes de sua utilização, os mesmos foram conferidos e, quando necessário, atualizados e complementados com base em levantamentos fotográficos, imagens de satélite e observações *in loco*, com salvaguarda para a manutenção da confiabilidade dos mesmos.

A partir da caracterização do cenário cultural e do sistema de espaços livres foram delimitados a área e o objeto de estudo, respectivamente o centro tradicional de Joinville e a Praça Nereu Ramos, tendo como pano de fundo os eventos culturais Feira do Príncipe e Festival de Dança.

4.3 OBSERVAÇÕES

A partir da definição dos objetos de estudo deu-se início a pesquisa de campo. O método de observações foi empregado com duas finalidades: primeiro, para levantar as informações morfológicas e funcionais sobre a área estudada (levantamento espacial) e segundo, para levantar informações sobre o comportamento dos usuários na Praça Nereu Ramos (observações comportamentais).

O método de observação tem como vantagem o fato de se basear em acontecimentos reais de um espaço, através da avaliação visual de um ambiente e seu funcionamento. Além disso, permite que o pesquisador apreenda as ações dos usuários no ambiente sem influenciá-los. Dessa forma, as observações visam obter dados sobre as atividades desenvolvidas no espaço, a regularidade de comportamento e as limitações e oportunidades de uso propiciadas pelo desenho urbano (CUNHA, 2002).

Nesta pesquisa, as observações tiveram um caráter sistemático e foram registradas por meio de anotações diagramáticas (esquemas, croquis e desenho sobre as plantas das praças), fotografias e descrição dos elementos. Os dados obtidos a partir de observações deram subsídios para a análise estrutural e para a análise experiencial.

4.3.1 Levantamento Espacial

Para Ferrara (1993) podemos ler a cidade através de referências que são capazes de situar contextualmente os diversos pedaços que compõem a estrutura urbana. A história de um ambiente, os aspectos sociais e econômicos que incidem sobre ele, suas características físicas e funcionais são elementos que conformam essa contextualização urbana e que precisam ser levantados, combinados e comparados neste processo de leitura. A observação é um dos modos de construir uma contextualização que permita a identificação social do espaço e sua

caracterização social, econômica e cultural. Para isso, a observação depende da interação entre pessoa e ambiente, do modo de ver das pessoas, a fim de produzir uma leitura.

Dessa forma, este método de levantamento espacial foi utilizado para obter informações sobre os elementos físicos, ambientais, espaciais e funcionais referentes ao recorte de estudo, o centro histórico de Joinville.

Para o desenvolvimento deste método, o trabalho de campo abarcou percursos ao longo do centro histórico e permanências nos seus espaços livres públicos. Essas visitas foram realizadas nos meses de julho e dezembro de 2015. Os dados foram coletados através de observações sistemáticas de aspectos que auxiliassem a compreensão da dimensão física e funcional do ambiente estudado, bem como através de anotações da dinâmica de circulação e permanência das pessoas na área e de registros fotográficos. Como aponta Ferrara (1993) a fotografia também se caracteriza como uma ferramenta para a sistematização dos usos do espaço urbano, possibilitando o registro das ações para posterior análise.

Buscando orientar o levantamento e sua sistematização, foram selecionados quatro aspectos físico-funcionais que permitissem uma contextualização da área estudada. Essa escolha baseou-se nas dimensões de análise físicas, ambientais e funcionais do espaço e da vida pública, discutidas na conceituação teórica deste trabalho, em especial os trabalhos de Cunha (2002), Castello (1996) e Tenório (2012). Essas dimensões guiaram a criação de um roteiro de observação que engloba os seguintes aspectos:

- I. **Acessibilidade e atratividade:** contexto urbano da área, condições de acesso através do transporte público, edificações e espaços atrativos;
- II. **Tecido Urbano:** uso e ocupação do solo e gabaritos;
- III. **Permeabilidade:** relação com o entorno, fluxos, principais caminhos de pedestres e ciclistas;
- IV. **Ambiências:** locais de permanência e convívio social.

Depois de aplicar o roteiro para o levantamento das informações necessárias, os dados foram sistematizados e produzidos mapeamentos temáticos da área de estudo. Assim, o material produzido visou dar subsídios para as caracterizações que conformam a análise estrutural.

4.3.2 Observações Comportamentais

As observações comportamentais foram utilizadas para a compreensão dos padrões de apropriação do espaço livre público analisado, a Praça Nereu Ramos. A observação direta é um método que permite a coleta de dados sobre um determinado aspecto da realidade, como um conjunto de atitudes comportamentais típicos (LAKATOS; MARCONI, 2003). Esse método é muito útil para o conhecimento de fatos ou de situações que tenham certo caráter público, como é o caso do estudo das condutas das pessoas na vida social, a exemplo da convivência social e frequência a lugares públicos (GIL, 2000).

A observação sistemática de comportamento permite a construção de mapas comportamentais, um instrumento que registra as atividades realizadas pelos usuários em um determinado ambiente. O mapa comportamental permite a identificação de usos, regularidades de comportamento, arranjos espaciais, fluxos e relações espaciais observadas. Além disso, permite uma representação gráfica das interações e distribuição dos usuários no ambiente estudado (RHEINGANTZ et al., 2009).

Nesta pesquisa, as observações comportamentais na Praça Nereu Ramos aconteceram em dois momentos distintos: durante a realização de uma manifestação cultural e no cotidiano. Tendo em vista que, o espaço físico é o mesmo, mas abriga atividades culturais esporádicas que alteram sua dinâmica de uso, o estudo busca comparar esses momentos e analisar quais são as modificações na dinâmica de uso da praça. Essa distinção foi realizada a fim de, criar dados que permitissem essa comparação dos padrões de uso da praça nas duas situações¹².

Portanto, os eventos impuseram algumas limitações em relação à organização dos períodos destinados à realização das observações. Dessa forma, a definição dos horários para as observações na praça levou em conta a agenda dos eventos selecionados: Feira do Príncipe e Festival de Dança. A Feira do Príncipe acontece mensalmente ao segundo domingo do mês, das 11 às 16 horas, já as apresentações do palco aberto na Praça Nereu Ramos, durante a 33ª edição do Festival de

¹² Na maioria das pesquisas sobre o uso dos espaços livres públicos, utilizadas como referência para este trabalho, a presença de um evento cultural é apenas descrita, não sendo realizadas coletas de dados para caracterização das atividades no espaço durante este período. Diante disto, esta pesquisa procura apontar a importância de considerar essas manifestações nos estudos de uso dos espaços livres.

Dança aconteceram do dia 23 a 31 de julho de 2015, das 11 às 13 horas e da 13:30 às 17:30 horas.

Além disso, com o objetivo de compreender os eventos e as características de uso do espaço neste momento, foram realizadas observações exploratórias na Praça Nereu Ramos, durante o mês de julho de 2015. A primeira observação exploratória, foi realizada durante a Feira do Príncipe, e buscou delimitar o tempo necessário para realização das observações comportamentais, bem como, para que as técnicas de coleta e registro dos dados comportamentais dos usuários nas plantas rascunho fossem familiarizadas. Neste momento, também foi testado o roteiro piloto das entrevistas direcionadas aos usuários do espaço. A segunda observação exploratória, foi realizada no primeiro dia de apresentações do Festival de Dança na praça, com o objetivo de identificar a infraestrutura instalada para receber o evento e definir as estratégias para a coleta de dados.

A partir dessas informações, foram definidos os dias e horários para observar a praça e foram delimitados os percursos adotados para realizar as observações de comportamento. Uma vez que o objeto de estudo desta pesquisa é a Praça Nereu Ramos, foram realizados mapeamentos comportamentais centrados no lugar. Nessa técnica os observadores selecionam pontos estratégicos, com boa visibilidade, de onde registram em plantas-baixas ou desenhos do local, previamente preparados, os movimentos e ações ali desenvolvidos (RHEINGANTZ et al., 2009).

De forma sistematizada, o espaço foi observado durante três dias da semana, dois dias úteis e um final de semana, no período da manhã e tarde, conforme horários especificados no cronograma das observações (Quadro 6). As observações foram realizadas durante o mês de julho e dezembro de 2015, e totalizaram um conjunto de seis observações que foram utilizadas na análise experiencial. Em função da estrutura montada para realização do evento a observação comportamental foi setorizada durante o Festival de Dança: primeiro, observou-se o comportamento dos usuários fora da tenda montada para o evento, por um período de 10 minutos, na sequência foi realizada a observação dentro deste espaço, por um período de 20 minutos. Dessa forma, o percurso percorrido durante essas coletas foi menor do que o realizado durante as observações no cotidiano. Apesar disso, nos dois momentos cada observação teve uma duração total de 30 minutos.

Quadro 6. Cronograma das observações comportamentais.

ELPL	Situação	Data	Dia	Período	Percurso
Praça Nereu Ramos	Festival de Dança	26.07	Dom	15 – 15:30h	250m*
		28.07	Ter	13:30 – 14h	
		31.07	Sex	11 – 11:30h	
	Cotidiano	20.12	Dom	15 – 15:30h	350m
		22.12	Ter	9:30 – 10h 16:30 – 17h	
		23.12	Qua	12 – 12:30h 13 – 13:30h	
* Diferença de percurso em função da estrutura montada para realização do evento o que levou a uma setorização das observações de comportamento.					

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

A partir das observações, os comportamentos observados foram sistematizados em relação à ação desenvolvida - em pé, sentado, em movimento e, a existência ou não de interação social. Assim, os comportamentos observados foram classificados em dez categorias: (1) assistir uma apresentação cultural; (2) apresentar-se – ação de desenvolver uma performance cultural; (3) comer e/ou beber; (4) ficar parado em pé sem interação social; (5) ficar parado em pé com interação social; (6) passar ou caminhar; (7) ficar sentado sem interação social; (8) ficar sentado com interação social; (9) atividades recreativas – jogar e/ou brincar; e, (10) trabalhar.

Em complemento às observações, foram realizados registros fotográficos do comportamento dos usuários, esses registros serviram como instrumento adicional de análise do comportamento dos usuários. Como apontado por Minayo (1996), o registro visual amplia o conhecimento do estudo pois documenta momentos e situações que ilustram o cotidiano, da mesma forma em que, segundo Cunha (2002) ilustra detalhes que possam não ter sido captados inicialmente.

Os dados foram levantados sobre a base cartográfica atualizada com as informações do levantamento físico e, posteriormente, foram digitalizados e manipulados com o auxílio dos *softwares ArcGIS 10.2 (Esri)* e *QGIS 2.8.3 (OSGeo)* para produzir os mapas comportamentais sínteses da observação comportamental da Praça Nereu Ramos.

Para a construção dos mapas comportamentais foram considerados todos os indivíduos presentes na praça durante o período de 30 minutos de cada observação. Em relação às ações desenvolvidas,

os comportamentos que demonstravam um uso efetivo da praça foram considerados prioritariamente sobre ações de passagem. Assim, um usuário que se deslocou pela praça e se sentou em um banco, ou iniciou uma interação com outra pessoa, foi computado apenas na categoria de comportamento que demonstrava esse uso efetivo do espaço.

Como as observações realizadas durante o evento cultural foram setorizadas, em função da presença da tenda na área central da praça, os usuários de passagem foram computados apenas nos 10 minutos iniciais da observação. Dessa forma, a fim de manter uma comparabilidade, durante as observações no cotidiano o mesmo procedimento foi adotado e foram considerados apenas os usuários de passagem observados nos 10 minutos iniciais.

4.4 ENTREVISTAS

Em conjunto com as observações comportamentais, o método de entrevista permite que a relação entre pessoa e ambiente seja examinada, agregando informações para a caracterização do perfil do usuário, suas condutas e percepções sobre o espaço. Como apontado por Rheingantz et al. (2009) o mapeamento comportamental permite que as escolhas ambientais dos indivíduos sejam relevadas, entretanto não esclarece as razões que levam a estas escolhas. Dessa forma, o autor aponta que esse instrumento deve ser complementado por outros procedimentos, como as entrevistas, que possibilitem que o pesquisador descubra essas razões de escolhas ambientais.

O objetivo principal da aplicação deste método foi compreender, a partir dos depoimentos e experiências dos usuários, se a realização de um evento cultural influenciava a motivação para o uso da praça. Para tanto, foram verificadas com os usuários cotidianos e, os presentes durante um evento, a frequência e o porquê da utilização praça; qual a atividade ali realizada; o que acham da infraestrutura da praça; quais sugestões do que poderia ser melhorado; e, o que achavam dos eventos culturais realizados em espaços livres públicos.

As entrevistas dirigidas aos usuários do espaço livre público foram semiestruturadas, seguindo um roteiro previamente estabelecido (APÊNDICE B). Para ambos os momentos avaliados, a entrevista apresentava a mesma estrutura, o roteiro de perguntas foi organizado

em quatro blocos: (I) informações gerais do usuário, (II) acesso, (III) uso e motivação e (IV) percepção usuário.

O primeiro e o segundo bloco de perguntas tinham a intenção de caracterizar o perfil do usuário em relação: ao gênero, idade, ocupação, escolaridade, renda média, local de residência e meio de transporte utilizado para se chegar a praça. A partir desses aspectos, procurou-se identificar distinções entre as pessoas que frequentam a praça cotidianamente e aquelas que ali estavam durante a realização do evento. O terceiro bloco de perguntas procurou levantar informações sobre o comportamento do usuário no ambiente, complementando os dados obtidos nas observações. Além disso, esse bloco permitiu a identificação de usuários que utilizam o espaço tanto nos eventos, quando em seu cotidiano, bem como, o porquê da utilização deste espaço. O último bloco de perguntas procurou saber a opinião dos indivíduos sobre a praça e os eventos culturais, a partir das perguntas desse bloco a afeição dos entrevistados pelo espaço pode ser identificada.

As entrevistas aconteceram em conjunto com as observações comportamentais. Primeiramente, foram realizados os percursos para a observação comportamental e coleta dos dados e, em sequência, os usuários foram solicitados a participar da pesquisa. Mesmo sendo uma entrevista semiestruturada, elas mantiveram o caráter de uma conversa informal. As perguntas do roteiro e as anotações das respostas foram realizadas pela pesquisadora, não ocupando muito tempo dos entrevistados. Em médias as entrevistas duraram de dez a quinze minutos, com a exceção de algumas situações, onde o entrevistado se mostrou disposto a alongar a conversa.

O universo da pesquisa foram os próprios usuários da Praça Nereu Ramos e, como a pesquisa tem uma abordagem qualitativa, optou-se pela utilização de uma amostra não representativa. Como apontado por Del Rio (1996), em situações onde o conteúdo e a qualidade da resposta são mais importantes para o estudo, do que uma representatividade estatística, o pesquisador tem mais liberdade para delimitar sua amostragem.

A partir da aplicação de um piloto das entrevistas, durante a Feira do Príncipe, definiu-se que a realização de 15 entrevistas por dia de evento era quantidade de respondentes viável, uma vez que as entrevistas foram realizadas sem auxílio de uma equipe. Assim, durante

os três dias em que foram realizadas visitas a campo, no Festival de Dança, foram realizadas 45 entrevistas. Em contrapartida, nas visitas a campo quando não existia um evento sendo realizado na praça, enfrentou-se uma menor receptividade dos usuários para responder às entrevistas. Por isso, para essa situação foi realizado um total de 15 entrevistas, nos três dias de observações. Como as entrevistas realizadas durante o evento também abrangiam indivíduos que indicaram utilizar a praça cotidianamente, não consideramos problemática a divergência no total de entrevistas, para uma das situações analisadas.

Ao fim do trabalho de campo, 60 entrevistas haviam sido realizadas, número que consideramos satisfatório para embasar as análises experienciais e perceptivas¹³. Para facilitar a análise dos dados, as respostas foram digitalizadas e organizadas em planilhas. O primeiro, o segundo e o terceiro bloco de respostas subsidiaram a análise experiencial, e resultaram na caracterização do perfil dos usuários dos espaços.

Já o quarto bloco embasou a análise perceptiva, para isso, o conteúdo desse bloco foi interpretado através da técnica de análise de conteúdo apresentada por Minayo (1996) e categorizado a fim de sintetizar as percepções dos indivíduos. Para a autora o trabalho com categorias compreende uma aglutinação de elementos, ideias e expressões que podem ser englobadas por um único conceito.

Nesta pesquisa, as categorias estabelecidas na análise perceptiva visam resultar em informações sobre a afeição ou aversão ao espaço e, ao evento cultural realizado nos espaços livres públicos. Logo, as categorias foram criadas a partir da coleta de dados, para essas duas situações, estratégia que segundo Minayo (1996) permite que as categorias estabelecidas sejam mais específicas e concretas. A autora recomenda ainda que o conteúdo das respostas se encaixem em pelo menos uma das categorias, respeitando o princípio da exclusão mútua, de forma que cada resposta esteja incluída em apenas uma categoria.

O método das entrevistas, também foi utilizado com o objetivo de coletar maiores informações, junto aos gestores de cultura do município, sobre o cenário cultural em Joinville, a fim de auxiliar na resposta ao

¹³ O piloto das entrevistas, realizadas durante a Feira do Príncipe no dia 12/07/2015, utilizou um roteiro de perguntas que foi modificado posteriormente. Diante disso, não utilizamos os resultados obtidos nessa coleta, como dados para as análises que serão apresentadas no próximo capítulo.

objetivo específico “a” desta pesquisa. Assim, foi realizada, em janeiro de 2016, uma entrevista aberta com a Gerente de Incentivo e Difusão Cultural da Fundação Cultural de Joinville, Sra. Mara Beatriz Souza. Na entrevista, foi apresentada a temática central do trabalho e foi pedido que a gestora apontasse suas percepções sobre o cenário cultural do município; o atual incentivo das políticas culturais, e da Fundação Cultural de Joinville, no desenvolvimento de ações culturais em espaços livres públicos e, a importância desses eventos para a cidade. A entrevista teve uma duração de cinquenta minutos e foi gravada com autorização da entrevistada. Posteriormente, realizou-se a transcrição deste material (APÊNDICE C) que se caracterizou como uma importante fonte de informações para embasar a caracterização do cenário cultural da cidade.

4.4.1 Critérios de categorização

Seguindo a técnica de análise de conteúdo de Minayo (1996), as respostas ao quarto bloco de perguntas das entrevistas, que se referem à percepção dos usuários, foram interpretadas efetuando-se categorizações que permitissem analisar a afeição ou aversão que os usuários expressaram quanto ao espaço da Praça Nereu Ramos e à realização de eventos culturais em espaços livres públicos da cidade.

Para a análise, o bloco de perguntas sobre percepção do usuário foi dividido em duas partes e suas respostas foram categorizadas a partir de critérios para sua elaboração, de forma que, cada resposta entrasse em apenas uma das categorias. O Quadro 7 apresenta os critérios estabelecidos para esse agrupamento.

As categorias relacionadas à averiguação da afeição do usuário pela praça, foram estabelecidas a partir da identificação de grupos de pessoas com comportamentos semelhantes em relação à utilização do espaço, em conjunto com a avaliação que cada um faz da infraestrutura da praça (boa, regular e ruim). A partir da definição desses grupos, a afeição ou aversão ao espaço foi identificada através da interpretação das respostas sobre a sugestão de melhorias na praça.

Quadro 7. Critérios para elaboração de categorias de análise.

	PERGUNTAS DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS	CRITÉRIOS DE AGRUPAMENTOS	CATEGORIAS
AFEIÇÃO COM O ESPAÇO	<p>Questão 10. Como você avalia a infraestrutura desta praça? a) boa; b) regular; c) ruim.</p> <p>Questão 11. O que poderia ser melhorado nessa praça?</p>	<p>Critério: A partir da relação entre a origem do usuário, uso do espaço (cotidiano ou esporádico) e motivação ao uso, identificar como os usuários avaliam a Praça (afeição ou aversão). Identificar se o usuário atribui valor à praça, a identificando como um lugar e se apropriando do espaço, ou se apenas experienciou o espaço, sem lhe atribuir nenhum significado, mantendo certo distanciamento emocional em relação ao espaço.</p>	<p>Categorias: 1 a 10 Organizadas em 6 grupos de usuários</p>
	<p>Questão 12. Qual sua opinião sobre os eventos culturais de rua que acontecem em Joinville?</p>	<p>Critério: A opinião dos usuários acerca dos eventos culturais realizados em espaços livres públicos de Joinville. Identificar se as políticas públicas de cultura municipais de difusão cultural são bem aceitas pela população.</p>	<p>Categorias: 1 a 5</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Como referência conceitual para as análises foram considerados os conceitos relacionados à percepção, discutidos no referencial bibliográfico, em especial os de topofilia e topofobia de Tuan (1980), que explicam, respectivamente, o sentimento de afeição e aversão a um espaço. Assim, conforme os espaços se tornam familiares, e passam a ser atribuídos com significado e valor, eles transformam-se em lugares. Portanto, “lugar” e “espaço” são categorias cognitivas diferenciadas para um mesmo local. A categoria cognitiva espaço, refere-se a um local

que apresenta apenas significados funcionais, sem que sejam lhe atribuídos sentimentos. Por outro lado, a categoria cognitiva de lugar refere-se a um local atribuído de valor e significado (TUAN, 1980, 1983; DEL RIO; OLIVEIRA, 1996; POL, 1996; CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011; ELALI; MEDEIROS, 2011). Procurou-se então, nos grupos e categorias estabelecidos, descobrir se os usuários percebem a Praça Nereu Ramos enquanto um lugar ou um espaço.

Já as categorias relacionadas à averiguação da afeição do usuário pela realização de eventos culturais em espaços livres públicos de Joinville, foram agrupadas a partir da similaridade entre as opiniões dos usuários. Procurou-se então descobrir se as políticas públicas de cultura municipais de difusão cultural são bem aceitas pela população. Para isso foram levados em consideração o levantamento sobre o cenário cultural municipal e as políticas municipais de cultura, bem como a visão técnica dos gestores de cultura do município pela entrevista com a Gerente de Incentivo e Difusão Cultural da Fundação Cultural de Joinville.

4.5 MAPAS DE SUPERFÍCIE DE DENSIDADE

Segundo Câmara e Carvalho (2004), a densidade Kernel é uma alternativa para análise do comportamento de pontos, permitindo uma estimativa da intensidade pontual do processo na área de estudo. Esse método estatístico realiza uma contagem dos pontos localizados em uma área de influência e os ponderam pela distância de cada uma das localizações de interesse. Para Beato (2004) esse tipo de mapeamento, que também é comumente conhecido como mapa de calor, auxilia a análise de padrões complexos de pontos, sem que ocorra perda de informação. Dessa forma, é possível identificar áreas de concentração, ou *hotspots*, seja por uma interpretação visual ou pela aplicação de uma análise estatística.

De forma simplificada, o autor procura explicar o método estatístico utilizado pelos programas de sistema de informações geográficas. O primeiro passo é a criação de uma grade sobre a área a ser analisada. Na sequência, para cada ponto da grade é identificado o conjunto de pontos que estão a uma distância menor ou igual ao raio do círculo nele centrado. O valor desse raio pode ser definido pelo pesquisador e delimita a área de interesse para essa relação. A partir da identificação dos pontos dentro da área do círculo estipulado, a função

Kernel é calculada para cada um dos pontos ali contidos, enquanto os resultados são acumulados. Por fim, o resultado da soma acumulada é o Kernel do ponto da grade.

Beato (2004) salienta ainda que, esse tipo de mapeamento tem múltiplas aplicações, a exemplo de estudos de incidência criminal, saúde pública e focos de desmatamento.

Nesta pesquisa, como resultado das observações de comportamento foram elaborados os mapas comportamentais que indicam a posição do indivíduo no ambiente e a atividade por ele realizada. Para comparar os dados sistematizados nos mapas comportamentais empregamos a técnica de mapeamento de superfície de densidade. O mapeamento foi produzido com auxílio do *software ArcGIS 10.2 (Esri)*, utilizando o algoritmo Kernel, com raio de 10 metros, que corresponde aproximadamente a área das ambiências observadas no espaço da Praça Nereu Ramos.

5. LEITURA URBANA DO CENTRO TRADICIONAL DE JOINVILLE

Este capítulo trata do estudo de caso da pesquisa, a Praça Nereu Ramos, desenvolvido a partir de análises sucessivas e complementares. A leitura urbana é apontada por Ferrara (1993) como uma forma de apreensão da cidade através das diversas fontes de informação e estímulos criados pela sociedade. A análise estrutural é uma primeira leitura da área estudada dando enfoque aos espaços livres públicos de lazer presentes no recorte. Essa análise, baseada no levantamento espacial, apresenta as principais características morfológicas e funcionais da área e aprofunda a caracterização da Praça Nereu Ramos. Posteriormente, a análise experiencial se volta para a determinação de como a praça é vivenciada e identificação de seus padrões de uso, tanto no cotidiano quanto durante a realização de um evento cultural. Por fim, são realizadas as análises da percepção dos usuários sobre o espaço e os eventos culturais, além das comparações entre as situações analisadas.

5.1 ANÁLISE ESTRUTURAL

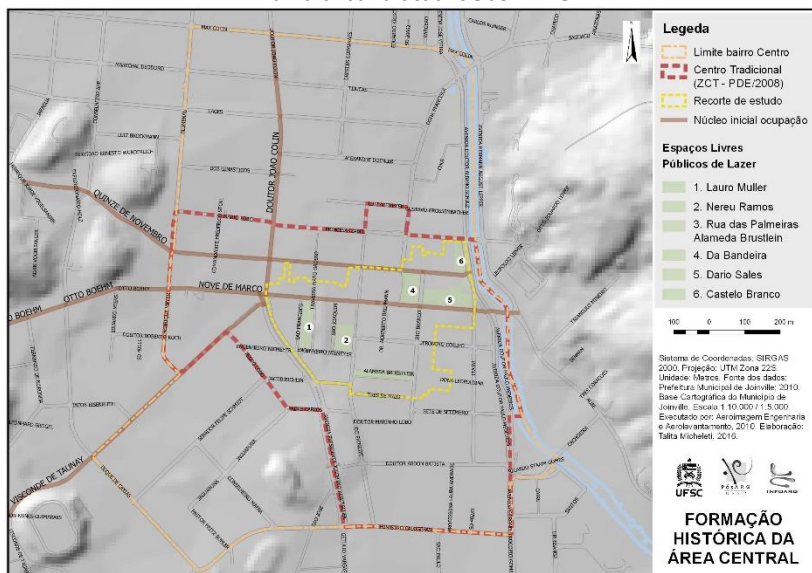
A análise estrutural apresenta uma contextualização da área central e suas dinâmicas, dando enfoque aos espaços livres públicos de lazer existentes no recorte. Nessa análise são abordadas a relação desses espaços com seu contexto, sua inserção no tecido urbano, condições de acesso e permeabilidade, bem como, são indicados os locais de permanência e convívio social, que estimulam a vida urbana na área. Um maior enfoque é dado à Praça Nereu Ramos, objeto de estudo, através da caracterização de seus atributos locais e sua relação com o entorno imediato.

5.1.1 Formação Histórica

Desde o início da formação do município, o núcleo central concentrou atividades de comércio e serviços. A ocupação do território municipal (Figura 32) teve início na confluência das atuais ruas Nove de Março, Doutor João Colin, Visconde de Taunay e Avenida Juscelino Kubitschek, próximo ao local onde hoje está localizada a Praça Lauro Mueller. Nesse espaço funcionou, no início da Colônia, os escritórios da

sociedade colonizadora e o rancho de recepção aos imigrantes (Figura 33), sendo um importante ponto para a vida urbana do assentamento.

Figura 32. Rebatimento do núcleo inicial de ocupação do território sobre a malha urbana atual de Joinville.

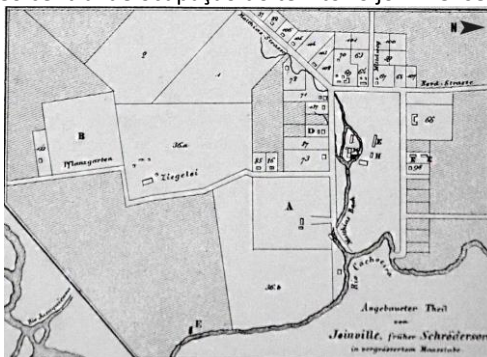


Fonte: Elaborado pela autora com base em dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Joinville (2010).

A atual malha viária da área central tem preservado o traçado urbanístico que remete ao plano de colonização de 1850. O traçado ortogonal do tecido implantado, seguiu a tradição do urbanismo germânico, que tinha seu foco nas instituições econômicas. Por isso, ao invés de edificações religiosas, o principal elemento que guiava os arruamentos era a rua comercial, atual Nove de Março, a partir de onde os primeiros lotes foram demarcados. Assim, a abertura de vias se adaptou às características do terreno, procurando manter certa ortogonalidade na área central. A ocupação do espaço se deu através de grandes lotes, com edificações recuadas em relação à via principal, que normalmente associavam outros usos ao residencial (BRÜSKE, 2002).

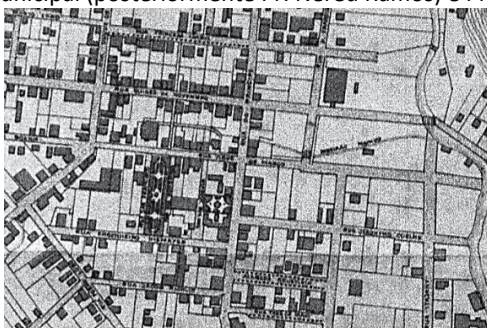
As praças Lauro Mueller, Nereu Ramos e a Rua das Palmeiras (Alameda Brüstlein), estão presentes na paisagem central desde o início do século XX e foram importantes pontos para a vida pública da cidade, desde o tempo da Colônia (Figuras 34 a 39).

Figura 33. Núcleo central de ocupação do território joinvilense. Planta de 1852.



Fonte: FICKER (1965).

Figura 34. Recorte planta de Joinville de 1924 com identificação do jardim da Intendência Municipal (posteriormente Pr. Nereu Ramos) e Pr. Lauro Mueller.



Fonte: Mapoteca online IPPUJ.

Figura 35. Recorte plantas de Joinville de 1946 com identificação da Pr. Nereu Ramos e Pr. Lauro Mueller.



Fonte: Mapoteca online IPPUJ.

A Praça Lauro Mueller foi o marco zero na ocupação da cidade e era conhecida como Praça do Mercado no período colonial. Em 1897 a Sociedade Colonizadora Hamburgo doou o terreno da praça para a Prefeitura Municipal que iniciou o processo de transformação da área em um Jardim Público, concluído no ano seguinte. A partir dos anos 1930 o espaço começou a ser desconfigurado enquanto jardim público, tendo parte de sua vegetação e o coreto removidos. Em 1951, em comemoração ao centenário de Joinville, foi construído neste espaço a Biblioteca Pública Municipal Rolf Colin, que ali permanece desde então (FICKER, 1965; ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, 2016).

A Praça Nereu Ramos foi executada na década 1930, em conjunto com a construção da Agência de Correios, ocupando o terreno onde antes funcionava a Intendência Municipal, complexo administrativo que reunia a Prefeitura Municipal, Fórum e Câmara de Vereadores. Inicialmente denominada Praça Maestro Carlos Gomes, teve seu nome alterado em 1939 para Jardim Nereu Ramos, em homenagem ao interventor federal de Getúlio Vargas em Santa Catarina. O ato foi uma tentativa de abrandar a Campanha de Nacionalização que assolava a vida pública municipal no período, fortemente ligada a cultura dos imigrantes europeus, em especial os germânicos (MARTINS, 2013).

A Alameda Brüstlein, conhecida como Rua das Palmeiras, foi concebida para servir de ligação entre a Maison de Joinville, atual Museu de Imigração, e a Rua da Olaria, atual Rua do Príncipe. As mudas foram trazidas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1867, e transplantadas no local em 1873. A Maison de Joinville, ou Palácio dos Príncipes, como é comumente conhecida, começou a ser planejado em 1867 para abrigar a sede da Direção da Colônia e sua construção foi finalizada em 1870 (FICKER, 1965).

Segundo Brüske (2002), com o processo de industrialização da cidade, várias fábricas começaram a ser instaladas próximas às residências, ou até mesmo compartilhando um mesmo lote, no próprio centro da cidade. Até a década de 1970, o centro concentrava, mescladas em sua malha urbana, funções comerciais, serviços, institucionais, residenciais e industriais (Figura 40).

Figura 36. Jardim Lauro Mueller em 1910.



Fonte: Acervo Família Hoffmann.

Figura 37. Praça Nereu Ramos na década de 1940.



Fonte: Martins (2013).

Figura 38. Praça Nereu Ramos e Correios na década de 1940.



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

Figura 39. Alameda Brüstlein em 1903.



Fonte: Ficker (1965).

Figura 40. Vista aérea do centro de Joinville em 1964.



Fonte: Alexandre Baumann.

A aprovação do Plano Diretor em 1973, impulsionou mudanças importantes na área central, as indústrias de maior porte começam a se deslocar para as zonas industriais; a Avenida Juscelino Kubitschek é aberta, melhorando a conexão do eixo norte-sul da cidade; o primeiro trecho da Avenida Beira Rio foi implantado, contribuindo para a redução da circulação de veículos pelo núcleo histórico (JOINVILLE, 1973). Mesmo com o crescimento da cidade e, o surgimento de subcentros em alguns bairros, o centro manteve uma forte polarização em relação à oferta de bens e serviços especializados (JOINVILLE, 1987).

As mudanças urbanas ocorridas ao longo da década de 1990, aproximaram o centro da sua atual configuração. Em relação ao sistema viário, a implantação da Avenida Beira Rio foi concluída, facilitando o acesso bairro a bairro. O transporte coletivo foi reestruturado em 1992, dando origem ao Sistema Integrado de Transportes, com implantação de outros três terminais além do central. Com essa mudança, algumas linhas passaram a se conectar diretamente entre os terminais, dispensando o transbordo no terminal central, o que teve impacto no comércio popular da área. Nesse período, duas edificações que abrigaram usos industriais foram convertidas em shoppings centers, o terreno da antiga Fundação Tupy deu lugar ao Shopping Mueller e, o antigo prédio da Malharia Arp foi adaptado para abrigar o Shopping Cidade das Flores (BRÜSKE, 2002).

Ao longo desse processo de estruturação urbana, Joinville não enfrentou um processo de degradação do centro, considerando que a área se manteve com uma multiplicidade de usos e dinâmicas. Além disso, a área central recebe contínuos investimentos públicos e privados na renovação de espaços públicos e implantação de empreendimentos (IPPUJ, 2010). Ainda hoje, a área apresenta um uso intenso e atrai diariamente centenas de pessoas pela concentração de comércio e serviços, empregos, equipamentos de saúde e educação e atividades de lazer.

5.1.2 Contexto urbano: acessibilidade e atratividade

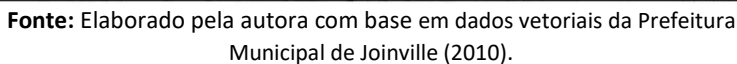
O recorte de estudo representa uma área carregada de valor simbólico, por ter sido o ponto inicial do desenvolvimento urbano do município. A área concentra uma grande quantidade de imóveis tombados como patrimônio histórico e cultural, que refletem diferentes fases da consolidação urbana de Joinville (Figura 41). Os imóveis

protegidos ao longo da Rua do Príncipe se destacam, por formarem um conjunto arquitetônico que remete à ambiência histórica da área. Além disso, essa via se conforma como um eixo visual que conecta duas edificações que são referências para o centro tradicional, o Palacete Niemeyer, que atualmente sedia a Secretaria de Integração e Desenvolvimento Econômico, e a Catedral de Joinville São Francisco Xavier (Católica).

Outro grupo de imóveis tombados significativos, são aqueles que sediam equipamentos culturais, em especial o Museu Nacional de Imigração e Colonização, em conjunto com a Alameda Brüstlein, concebida como uma ligação entre o prédio administrativo da Colônia Dona Francisca, atual sede do Museu, e a Rua do Príncipe; a Sociedade Harmonia Lyra; e, o complexo Bom Jesus – IELUSC, que abriga, além do colégio, a Igreja da Paz (Luterana) e o espaço cultural Deutsche Schule.

O recorte engloba espaços livres públicos significativos para o processo de formação da cidade. As praças Lauro Mueller, Nereu Ramos e a Rua das Palmeiras (Alameda Brüstlein), fazem parte da paisagem central desde o período colonial e se caracterizavam como jardins urbanos, locais de lazer e passeio. Já as praças da Bandeira, Dário Salles e Castelo Branco, estavam relacionadas a implantação de equipamentos institucionais, respectivamente o Terminal Central, o Ginásio Abel Schulz e a Agência dos Correios. Tanto a Praça da Bandeira, quanto a Praça Dário Salles, podem ser classificadas como praças secas, destinadas prioritariamente a passagem ao invés da permanência. Ainda assim, são significativas por serem o local das manifestações da vida pública política do município.

Entre os anos de 2000 e 2008, as praças Lauro Muller e Nereu Ramos passaram por processos de revitalização. As intervenções buscaram recuperar a pavimentação, implantar novo mobiliário urbano e iluminação, e, redistribuir a atividade de comércio ambulante (IPPUJ, 2010). A Rua das Palmeiras passou por intervenções em 2012, o projeto de requalificação urbana reabriu o caminho central destinado à circulação de pedestres e ciclistas, criando espaços de convívio e revalorizando este espaço enquanto local de permanência. As praças da Bandeira e Castelo Branco, por outro lado, não sofreram intervenções recentes, já a Praça Dário Salles encontra-se em obras, vinculada ao projeto de macrodrenagem do Ribeirão Mathias.



Batista de Ocardeiras, SFGS 2000. Projeto UFAZeta 228. Unidade: Velos.
 - entre dois eixos: Prefeitura Municipal de Jureia, 2010. Base Cartográfica do Município de Jureia.
 - escala 1:60.000 - SOD. Estação por Aeronáutica Engenharia e Aerovianterio, 2010.
 - obra: "Tudo o que há de bom", 2010.

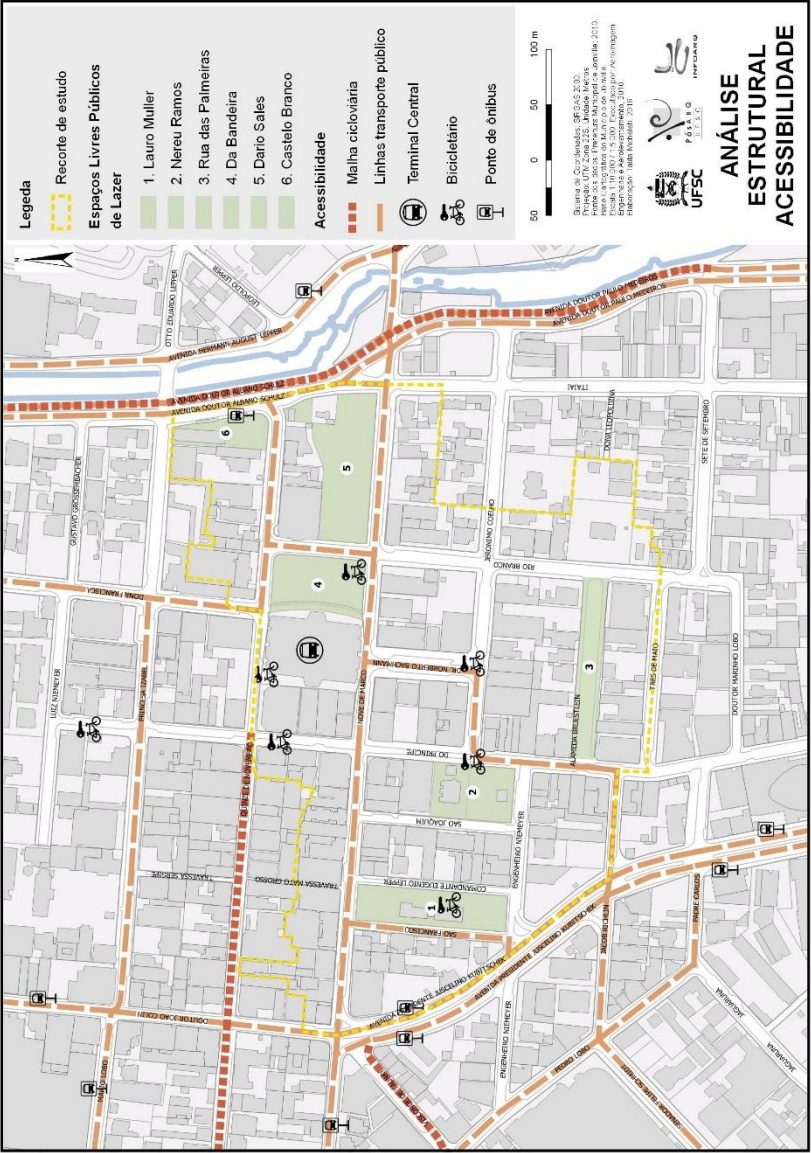
A área central também concentra atrativos relacionados a equipamentos institucionais, como a Prefeitura Municipal, a agência do INSS e o Ministério do Trabalho e Emprego. Ainda se destacam os equipamentos de saúde, como o Hospital Dona Helena e o Laboratório Municipal, além de uma série de clínicas e consultórios particulares localizados nas ruas Dr. Marinho Lobo, Dr. Abdon Batista e Avenida Blumenau. Os equipamentos educacionais existentes fazem parte da rede privada e se configuram como polos atrativos por seu porte. É o caso da Universidade Católica de Santa Catarina, implantada na antiga fábrica Wetzels; do colégio e faculdade Bom Jesus – IELUSC, fundado em 1926; e do colégio dos Santos Anjos, fundado em 1907.

Em relação à acessibilidade, o recorte de estudo abrange vias com importância histórica, que ainda se mantêm relevantes para a dinâmica do centro, como a Rua Nove de Março, Rua XV de Novembro, Rua Princesa Isabel e Rua do Príncipe. Em uma escala mais ampla, a Rua Doutor João Colin e as avenidas Juscelino Kubitschek e Beira Rio (Avenida Albano Schulz e Avenida Doutor Paulo Medeiros) são importantes conexões municipais, e configuram-se como acessos principais ao centro tradicional.

Aliado a isto, a presença do Terminal Central é responsável por boa parte do alto e constante fluxo de transeuntes na área de estudo. A pesquisa origem-destino, realizada em 2010, indica que em relação ao sistema integrado de transporte coletivo municipal o centro tradicional se caracteriza como um polo de atração de viagens. Segundo o Plano Diretor de Transportes Ativos (IPPUJ, 2016c), 24% das viagens realizadas no município são feitas com transporte coletivo, 23% a pé, 11% com bicicleta e 41% com transporte individual.

O mapa de acessibilidade através do transporte público e ativo (Figura 42), apresenta a rede de linhas de ônibus e a malha cicloviária da área de estudo. É possível observar que a rede de ônibus utiliza, em geral, os principais eixos de deslocamento, que correspondem às vias com maior hierarquia: Rua Doutor João Colin, Avenida Juscelino Kubitschek, Avenida Doutor Albano Schulz, Rua Princesa Isabel e Rua Nove de Março. Evitando grandes percursos em vias de menor caixa viária na área central.

Figura 42. Mapa de acessibilidade através do transporte público e ativo no centro tradicional de Joinville.



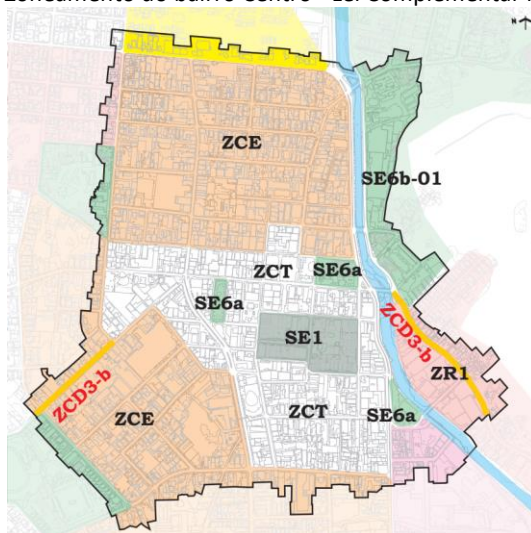
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Joinville (2010).

Comparada à outras cidades brasileiras, Joinville possui uma rede cicloviária extensa, com 145,5km, entretanto isto representa menos de 1% da malha viária do município (IPPUJ, 2006c). Apesar da rede ter crescido nos últimos dez anos, através de investimentos realizados pelo poder público municipal, a área central é pouco atendida pela malha cicloviária. Existem apenas três ciclovias desconexas no centro tradicional, junto a Av. Doutor Albano Schulz, Rua XV de Novembro e Rua Visconde de Taunay. Neste contexto, ciclistas e pedestres compartilham o espaço das calçadas que não possui uma sinalização compatível a esse uso compartilhado. Apesar disto, as praças e vias do centro tradicional apresentam alguma infraestrutura destinada ao ciclista, especialmente a oferta de bicicletários junto a pontos de interesse, como o terminal central, bancos e equipamentos institucionais.

5.1.3 Tecido urbano: uso e ocupação do solo

O centro tradicional, utilizado na delimitação da área de estudo, corresponde à área demarcada como Zona Central Tradicional (ZCT) na Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar n. 312/2010).

Figura 43. Zoneamento do bairro Centro - Lei Complementar n.312/2010.



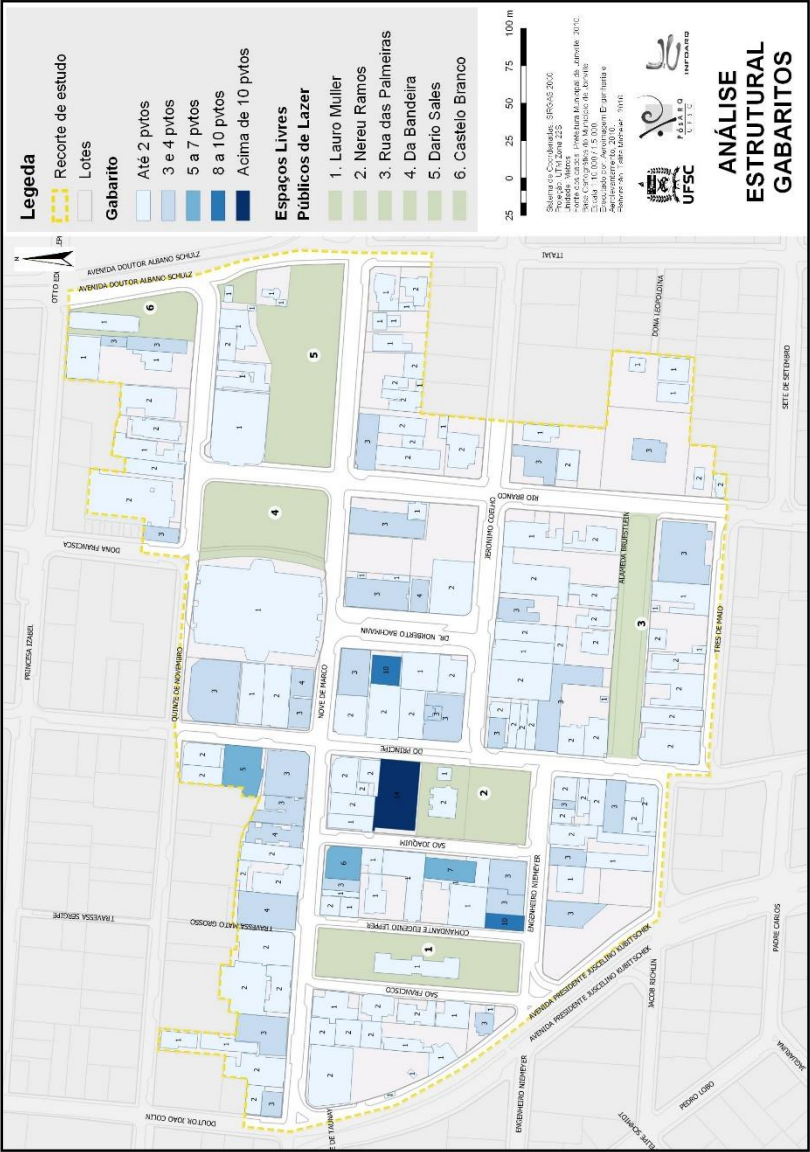
Fonte: IPPUJ (2010).

A Zona Central se destina a funções da administração pública e do comércio e serviços. Também abrange o Setor Especial do Patrimônio Ambiental Urbano (SE1), áreas que apresentam conjuntos arquitetônicos ou elementos naturais de interesse histórico, paisagístico ou cultural que devem ser preservados; e, o Setor Especial de Interesse Público (SE6), que são áreas institucionais públicas consolidadas que requerem um tratamento diferenciado. Desta forma, os atuais marcos regulatórios da política urbana do município procuram promover um adensamento da área central, adotando índices urbanísticos permissíveis quanto ao número de pavimentos, taxas e índices de ocupação e, usos. Apesar disto, o que se verifica, na área de estudo, é uma baixa densidade e pouca verticalização.

O uso do solo no recorte de estudo é quase que exclusivamente comercial, de serviços e institucional (Figura 44). Pouquíssimas edificações apresentam uso misto, normalmente concentrando o uso residencial nos pavimentos superiores e mantendo o térreo com a função comercial, o que provoca um esvaziamento do Centro fora do horário comercial. As ruas do Príncipe e Nove de Março apresentam fachada ativa em sua extensão e concentram o comércio popular, com grandes lojas de varejo de móveis, vestuário e calçados, farmácias e cosméticos, artigos domésticos e variedades. Nas outras ruas do recorte também predominam o comércio popular, porém de menor porte. Em relação à prestação de serviços predominam os escritórios de advocacia e os consultórios médicos e odontológicos. Os estabelecimentos bancários e financeiras também são muito presentes e se distribuem pelas ruas do Príncipe, Jerônimo Coelho e Engenheiro Niemeyer.

As instituições públicas relevantes são os equipamentos voltados ao lazer e cultura como a Biblioteca Pública Municipal Lauro Mueller, o Museu Nacional de Imigração e Colonização e o Ginásio Abel Schulz, que se mantêm enquanto espaços de vida pública na área central. Além deles, tem-se o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Joinville (IPREVILLE), localizado na Praça Nereu Ramos. Ainda no entorno desse espaço, no edifício Manchester, localizam-se algumas repartições públicas, como a FATMA e a COHAB, e uma série de apartamentos residenciais, fazendo com que o prédio seja um dos principais núcleos residenciais dentro do recorte analisado e, se destaca na paisagem da área por seu gabarito.

Figura 45. Mapa de gabarito das edificações no centro tradicional de Joinville.



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Joinville (2010).

A área de estudo apresenta, em geral, uma densidade construtiva baixa, a maioria das edificações possui até dois pavimentos criando certa unidade volumétrica para a região (Figura 45). As quadras próximas a Rua Nove de Março e Rua do Príncipe possuem uma taxa de ocupação mais alta, apesar do gabarito predominantemente baixo. Por outro lado, nas quadras mais próximas à Rua Rio Branco observa-se uma maior presença de terrenos vagos e espaços livres intraquadra.

As edificações com mais de cinco pavimentos são pontuais e se destacam dentro deste conjunto arquitetônico. Segundo Brüske (2002) a verticalização do bairro Centro foi impulsionada a partir da década de 1970, com a construção de edifícios de maior porte, como o Edifício Manchester. Antes disto, as edificações não haviam ultrapassado a marca dos 10 pavimentos, como é o caso do Hotel Colon, localizado na Rua São Joaquim.

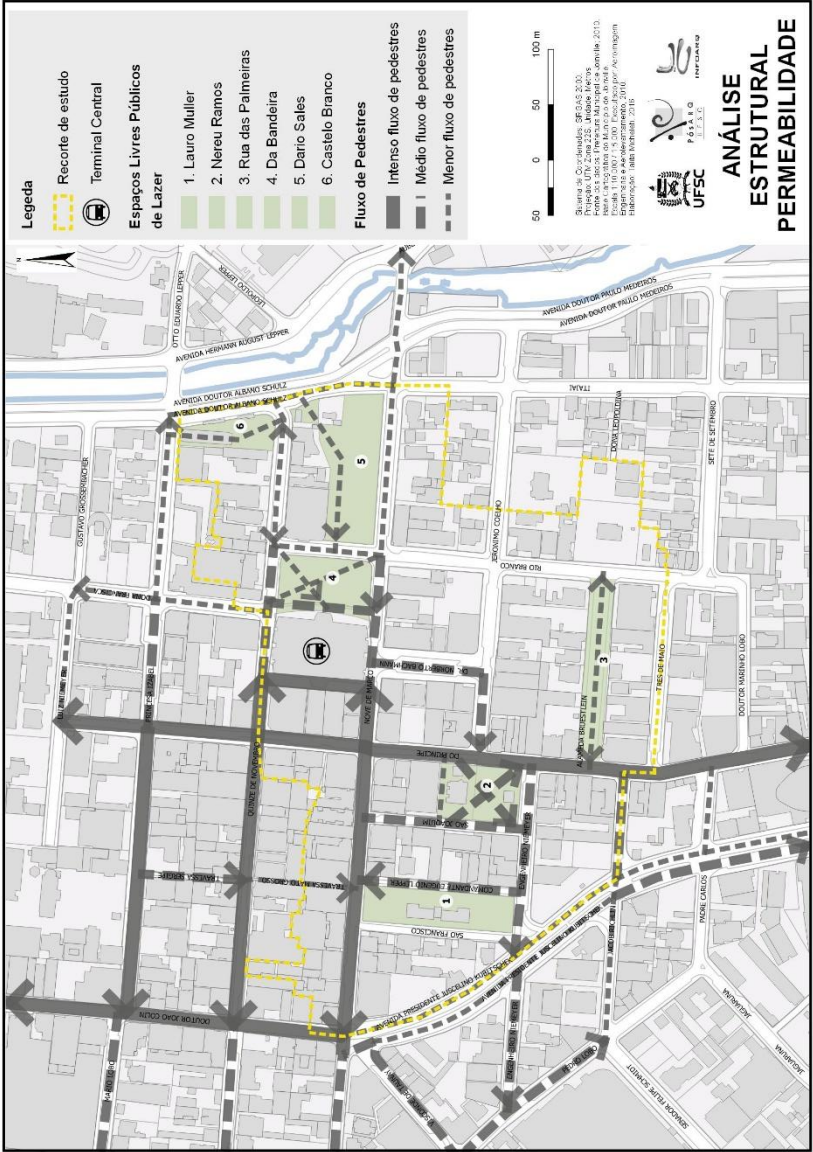
O tombamento de edificações nesta área é recente, a maioria aconteceu a partir do ano de 2000, com exceção do Museu de Imigração tombado pelo IPHAN em 1939, o que justifica a presença de edificações mais altas na envoltória dos bens tombados. Desta forma, os tombamentos têm contribuído para a contenção do aumento de gabarito no centro tradicional, fazendo com que o processo de verticalização seja mais acentuado no Centro Expandido.

5.1.4 Permeabilidade

Os principais fluxos de pedestres estão ligados à presença de atividades de comércio e de serviço, concentrando-se numa porção pequena do centro tradicional. O fluxo de pessoas mais intenso passa pelas ruas Nove de Março, XV de Novembro e Princesa Isabel (indo e vindo da direção do Terminal Central) em direção à Rua Doutor João Colin, seguido pelo fluxo transversal da Rua do Príncipe que conecta essas três vias e vai em direção a porção sul do centro tradicional.

A Rua Doutor João Colin e a Avenida Juscelino Kubitschek apresentam um intenso fluxo de veículos, especialmente nos horários de grande movimento, entretanto em relação a presença de pedestres as duas possuem características distintas. A Rua Dr. João Colin apresenta um intenso fluxo de pedestres, vinculado a presença de comércio e serviços organizadas em fachadas ativas ao longo da via. Além de promover acesso à parte norte da área central, a via também conecta o centro e o Terminal Central ao shopping Cidade das Flores.

Figura 46. Mapa de fluxos de pedestre no centro tradicional de Joinville.



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Joinville (2010).

A Avenida JK, apesar de maior arborização, apresenta um menor fluxo de pedestres em decorrência das calçadas mais estreitas, em relação à faixa livre do passeio, e a menor interface com as edificações lindeiras. No primeiro trecho, entre a Rua Nove de Março e a Rua Padre Carlos a avenida abriga atividades de comércio e serviços menos utilizadas por pedestres, como hotel, posto de gasolina, restaurante e estacionamento, influenciando a baixa circulação na área. No segundo trecho da avenida estão localizados equipamentos atrativos como o Colégio dos Santos Anjos e a Catedral de Joinville, fazendo com que a circulação de pedestres seja maior em relação ao trecho anterior. A travessia da avenida é problemática especialmente junto a Rua Engenheiro Niemayer, que conecta o centro histórico ao Shopping Mueller.

A Avenida Albano Schulz (Av. Beira Rio), que delimita as praças Castelo Branco e Dario Salles, é uma via estrutural com intenso trânsito de veículos. Entretanto, no trecho estudado, a avenida apresenta uma circulação de pedestres pouco significativa. Assim, o deslocamento a estas praças é realizado, prioritariamente, a partir da porção oeste do centro.

A Praça da Bandeira polariza o fluxo de pedestres na porção leste do recorte de estudo, tendo em vista que a edificação do Terminal Central causa uma ruptura na circulação de pedestres na Rua Nove de Março, em função da entrada e saída dos ônibus. Dessa forma, a praça direciona a circulação de pedestres e ciclistas da Rua Rio Branco e Itajaí, para a Rua Dona Francisca. Mesmo estando localizada junto a um dos acessos do Terminal Central, em função dos deslocamentos prioritários e das atividades oferecidas, o acesso oposto a praça é o mais utilizado.

A Praça Nereu Ramos, localizada junto a uma das vias mais dinâmicas e de maior circulação de pedestres do centro, também absorve parte desse fluxo, em especial o originado na Rua Jerônimo Coelho e Rua Engenheiro Niemeyer. A Praça Lauro Mueller tem seu principal fluxo junto a Rua Comandante Eugênio Leper, uma via compartilhada com baixa circulação de veículos, que se caracteriza como um prolongamento da praça. Já a Rua das Palmeiras retomou seu caráter de conector entre a Rua do Príncipe e a Rua Rio Branco, após a revitalização do espaço em 2012. Em contrapartida, o projeto também criou uma série de espaços de estar ao longo da alameda potencializando a passagem e a permanência neste espaço.

As praças localizadas no recorte de estudo apresentam relações diferenciadas com o entorno em que estão inseridas e podem ser agrupadas em dois grupos em relação à sua configuração espacial. No primeiro grupo estão aquelas fortemente delimitadas pelas edificações lindeiras: Lauro Mueller, Nereu Ramos, Rua das Palmeiras e Castelo Branco. Enquanto as praças da Bandeira e Dário Salles, em função de suas dimensões e continuidade, possuem uma relação menos rígida com as edificações em seu entorno.

No caso da Praça da Bandeira é significativa a existência de permeabilidade visual com o interior do Terminal Central, o que diminui a sensação de fechamento dessa face da praça. Na face oposta a presença da Praça Dario Salles, existe um eixo visual até a sede da Prefeitura Municipal, caracterizando-se como centro cívico municipal. Em função do fluxo de veículos na Rua Nove de Março, principalmente de ônibus, a Praça da Bandeira e a Praça Dario Salles apresentam pouquíssima interação com as edificações localizadas ao longo dessa via. O antigo Cine Colon, localizado na Rua XV de Novembro, é a edificação com maior interação com a Praça da Bandeira. Atualmente o espaço abriga uma igreja que promove ações constantes na praça.

A Praça Castelo Branco tem um vínculo direto com a edificação dos Correios, que a delimita na face oeste, tendo sido construída em conjunto com a agência. O espaço onde a praça está implantada também sedia o Camelódromo da cidade, edificação que conecta a Praça Castelo Branco à Rua Princesa Isabel. Junto a Avenida Albano Schulz, está locado um ponto de ônibus intermunicipal cujas linhas destinam-se ao litoral, configurando-se como atrator de fluxo para este espaço.

A Rua das Palmeiras está historicamente conectada à edificação que atualmente sedia o Museu da Imigração, criando um eixo visual que é uma das paisagens simbólicas da cidade. Bem delimitada pelas edificações que a conformam longitudinalmente, a alameda se relaciona especialmente as construções localizadas em sua face norte, por concentrarem atividades comerciais e de serviços. A face sul da alameda apresenta grandes edificações sem uso definido e fundos de lotes utilizados como estacionamento, que se caracterizam enquanto barreiras. Nesta face, apenas as edificações mais próximas da Rua do Príncipe apresentam relação com a alameda.

A Praça Lauro Mueller tem configuração semelhante, parte das edificações localizadas na Rua Comandante Eugênio Leper possuem um caráter de barreira, por não se abrirem para a praça. Por outro lado, a Rua São Francisco se caracteriza enquanto barreira por ser o fundo da edificação da Biblioteca Municipal, fazendo com que os usuários do espaço circulem, preferencialmente, na porção leste da praça.

A Praça Nereu Ramos é configurada pelas Ruas do Príncipe, Rua Engenheiro Niemeyer e Rua São Joaquim, bem como é ponto focal da Rua Jerônimo Coelho. O entorno da praça apresenta gabaritos mais baixos em sua face sul e leste, pelo caráter histórico de muitas edificações. As faces oeste e norte da praça são delimitadas por construções com maiores gabaritos, criando a sensação de maior fechamento nestas faces da praça. Dentre os espaços livres públicos de lazer existentes no recorte, a Praça Nereu Ramos é aquela que possui maior relação com o entorno que é predominantemente comercial. Verifica-se uma maior interação de passagem e permanência entre os usuários da praça e dos comércios lindeiros, sobretudo pela continuidade no passeio público da Rua do Príncipe.

Figura 48. Continuidade do passeio entre calçada da Rua do Príncipe e Praça Nereu Ramos.

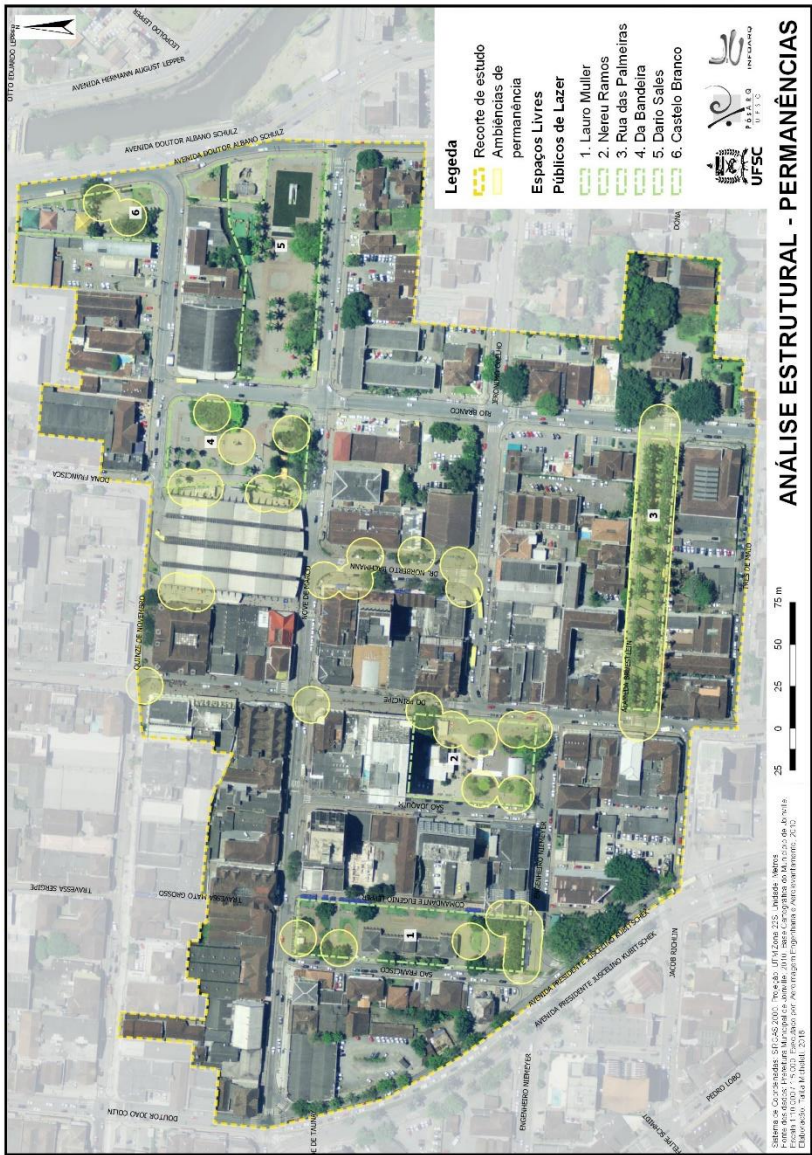


Fonte: Arquivo Pessoal (2016).

5.1.5 Ambiências

Com base nas observações foi possível identificar ambiências que favoreciam o convívio e interação social nos espaços livres públicos da área analisada. As ambiências que configuram lugares de estar e permanência estão vinculadas, em sua maioria, com as praças existentes no recorte. Todavia, alguns espaços ao longo das ruas Nove de Março, do Príncipe e Jerônimo Coelho possuem mobiliário que estimula a pausa.

Figura 49. Mapa de permanências no centro tradicional de Joinville.



As ambiências que estimulam a permanência nas praças do recorte também estão relacionadas à presença de mobiliário urbano e aos aspectos locais de cada espaço. Na Praça Lauro Mueller, a presença de uma feira de artesanato e de um parque infantil, em conjunto com a arborização e o mobiliário de estar, cria uma ambiência próximo à Rua Engenheiro Niemayer (Figura 50). Na face oposta da praça, junto a Rua Nove de Março, a existência de um quiosque que comercializa produtos alimentícios também cria um espaço de permanência (Figura 51). A Biblioteca Municipal, também é um atrativo ao uso da praça, entretanto sua edificação promove a setorização do espaço.

Na Praça Nereu Ramos as ambiências de estar também estão vinculadas à presença de mobiliário urbano, vegetação e equipamentos locados no espaço: mesas de jogos, palco e lanchonete. Pela dinâmica observada, a praça tem qualidades de praça central e abriga diferentes padrões de uso, além de receber atividades e ações culturais diversas. Apesar da intensa circulação, de pedestres e ciclistas, também é marcante a permanência no espaço (Figura 52).

A Rua das Palmeiras, se configura como uma ambiência linear de permanência e passagem, em função da remodelação do espaço que distribuiu, uniformemente, mobiliário de estar em toda sua extensão (Figura 53). O espaço também apresenta um caráter simbólico e contemplativo, em função de sua relevância para a história da cidade. O espaço também recebe um público específico, por ser um dos pontos turísticos municipais e por sua articulação com o Museu de Imigração.

Na Praça da Bandeira, além da permanência junto aos mobiliários de estar, também existe uma forte apropriação de elementos arquitetônicos, como as muretas do Terminal Central e o Monumento ao Imigrante, no centro da praça. Esses elementos são um convite para uma pausa rápida e para observação do vai e vem dos transeuntes, além de serem utilizados como pontos de encontro e local de espera (Figura 54).

A ambiência existente na Praça Castelo Branco está mais vinculada às atividades e usos desenvolvidos em seu entorno, do que a própria configuração do espaço. Desta forma, a praça abriga parte do fluxo de pessoas destinado ao ponto de ônibus intermunicipal ali implantado, caracterizando-se como um lugar de espera (Figura 55).

Figura 50. Praça Lauro Mueller setor próximo a R. Eng. Niemeyer.



Figura 51. Praça Lauro Mueller setor próximo a R. Nove de Março.



Figura 52. Praça Nereu Ramos.



Figura 53. Rua das Palmeiras.



Figura 54. Praça da Bandeira.



Figura 55. Praça Castelo Branco.



Fonte: Arquivo Pessoal (2016).

Analisando o conjunto dos espaços livres públicos de lazer do recorte nota-se que estes estão localizadas em uma área estratégica da cidade, que atrai diariamente um grande número de pessoas em função da sua importância na dinâmica municipal. A presença do Terminal Central e a proximidade com vias estruturais fazem com que esses espaços sejam facilmente acessados pela maioria da população joinvilense. O predomínio comercial do centro e a baixa densidade habitacional do bairro, por outro lado, levam a um esvaziamento do

mesmo no período noturno, ainda que existam equipamentos educacionais e restaurantes abertos durante este período.

Em geral, as praças da área central são bem utilizadas pela população, entretanto na maioria dos espaços livres públicos observados a passagem de pessoas foi superior à permanência. Ainda assim, algumas praças se destacam quanto a sua vida pública, por sediarem encontros e atividades diversificadas, é o caso da Praça Nereu Ramos e Lauro Mueller. Em ambas as praças foi observado uma maior presença de atividades sociais, apontadas por Gehl (2006) como consequência direta das possibilidades ofertadas pelo espaço e da interação entre as pessoas nesse local. Dessa forma, os atributos locais desses dois espaços, bem como suas articulações com o entorno, afetam as experiências vivenciadas pelos usuários e são elementos importantes para a qualidade desses espaços.

As praças da área central apresentam uma boa conservação, com exceção da Praça Castelo Branco, ainda que intervenções de manutenção sejam necessárias. De forma geral, o desenho urbano das praças, seu mobiliário e paisagismo, poderiam ser melhor trabalhados, a fim de, potencializar as qualidades e características de cada espaço. Apesar da proximidade, as praças não conformam um conjunto de espaços livres de lazer e recreação interconectados. A conexão entre os espaços não é explorada enquanto um percurso turístico ou uma rede de circulação de transporte ativo, o que poderia valorizar ainda mais esses espaços e ampliar seu uso.

5.1.6 Praça Nereu Ramos: atributos locais

A Praça Nereu Ramos, delimitada por três vias e o edifício que abriga o Ipreville, possui uma área de 3.572m². A localização e a dinâmica comercial do entorno dão ao espaço um caráter de praça central. Todas as ruas em interface com a praça têm estacionamento, com exceção de uma quadra da Rua do Príncipe, entre as ruas Nove de Março e Jerônimo Coelho. Na Rua São Joaquim existe ainda um amplo estacionamento privado, com funcionamento em horário comercial. A praça é facilmente acessada tanto pelo transporte individual quanto o coletivo. As calçadas do entorno apresentam uma largura média de dois metros, já na praça, em função da pavimentação nivelada e contínua, não existe uma delimitação ao acesso.

Figura 56. Praça Nereu Ramos.

Fonte: Arquivo Pessoal (2016).

Até atingir a configuração atual o espaço passou com diversas intervenções desde sua criação na década de 1930. Em 1982, aconteceu a primeira grande remodelação, que redesenhou canteiros e áreas de circulação, bem como implantou um coreto. Em 2000, a praça passou por outra grande reforma, aliada ao restauro do prédio dos Correios que passaria a sediar o Ipreville. As principais modificações consistiram na diminuição do coreto, convertido em palco, e realocado; a eliminação do banheiro público e implantação de um ponto de táxi. Em 2003 aconteceu a última reforma no espaço que passa a assumir a atual configuração: aumentou-se a área seca da praça, a fim de criar um maior espaço de visualização do palco; novos mobiliários urbanos foram implantados, bancos, rede elétrica, lixeiras e cabine de táxis, foram substituídos; e, a vegetação passou a se concentrar em canteiros e floreiras menores e bem delimitados.

A planta de implantação da Praça Nereu Ramos (Figura 57), cedida pela equipe do IPPUJ, ilustra os atributos locais e as características atuais do espaço em relação aos elementos, mobiliários e vegetação existentes.

5.2 ANÁLISE EXPERIENCIAL

Esta análise procura determinar como a Praça Nereu Ramos é vivenciada, tanto no cotidiano quanto durante a realização de um evento cultural, a fim de compreender os padrões de apropriação deste espaço e explorar a influência exercida pelas manifestações culturais neste uso. Para isto, foram realizadas observações comportamentais e entrevistas semiestruturadas com os usuários, nestes dois momentos, buscando gerar dados que permitissem uma posterior comparação. Dessa forma, identificou-se os ambientes mais utilizados, o perfil dos usuários, a frequência de utilização do espaço, bem como a motivação ao uso e as atividades ali desenvolvidas.

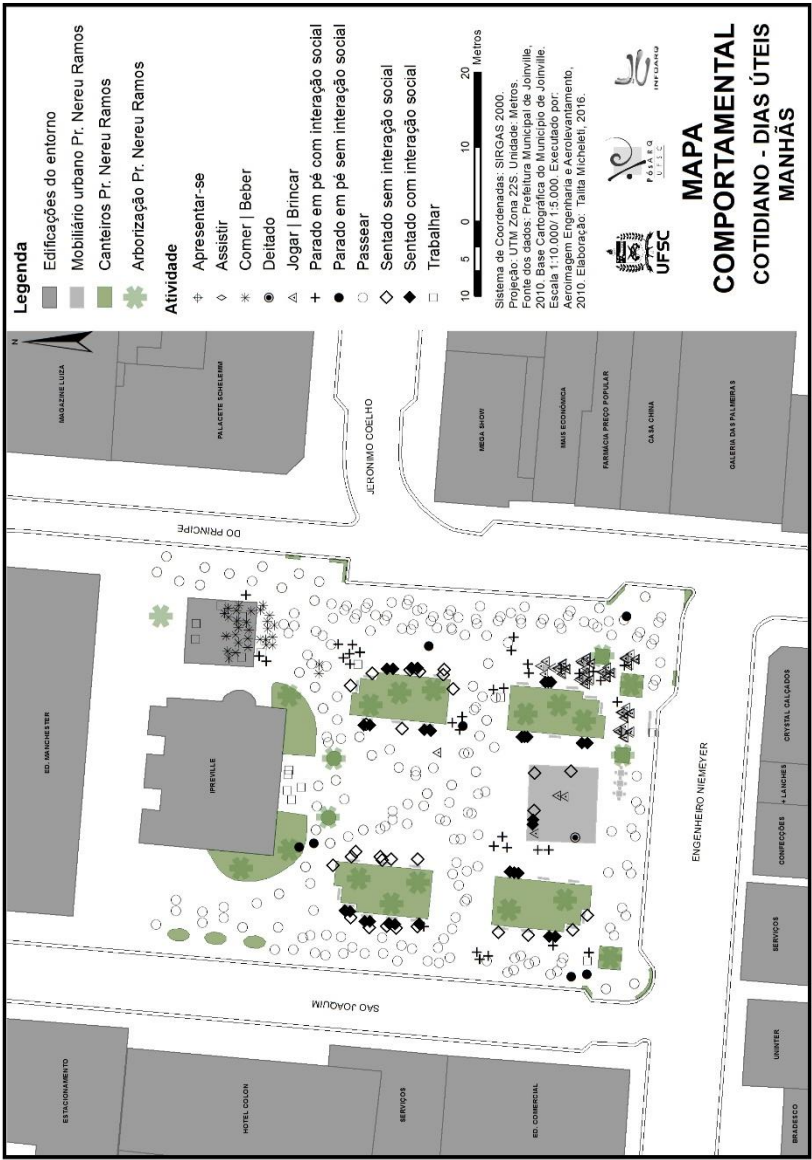
5.2.1 Vivência cotidiana

Como apontado na análise estrutural, a Praça Nereu Ramos tem característica de uma praça central, com valor simbólico ligado ao processo de formação urbana de Joinville. Localizada numa área de comércio popular, de intenso fluxo de pedestres, a praça é facilmente acessada e mantém uma forte relação com os usos desenvolvidos nas edificações limítrofes. A fim de compreender essa rica vivência urbana, foram realizadas observações de comportamento dos usuários que frequentam a Praça.

Nos três dias em que se realizou os levantamentos, foram observados um total de 986 usuários, e seus comportamentos classificados segundo as atividades desenvolvidas. Esses dados foram agrupados a partir do período em que as observações foram realizadas, resultando em mapas comportamentais para o final de semana (Figura 59); dias úteis no período da manhã (Figura 60) e dias úteis no período da tarde (Figura 61).

A praça estava constantemente ocupada nos horários de investigação e o movimento apresentou pico durante os dias úteis, no final da manhã. Foi possível identificar uma série de ambiências, configuradas pelas áreas mais utilizadas, bem como a presença de grupos distintos utilizando o espaço. A praça é mais utilizada por adultos e idosos, sendo esporádica a presença de crianças usando a praça. Isto acontece pela proximidade deste espaço com a Praça Lauro Mueller, que possui um parque infantil e a biblioteca municipal, e oferece atividades para o público infanto-juvenil, atraindo essa faixa etária.

Figura 60. Mapa Comportamental Cotidiano – Dias úteis período da manhã.

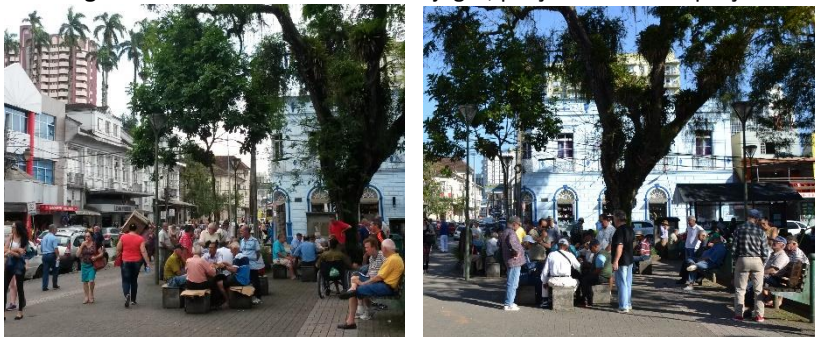


Fonte: Elaborado pela autora com base em levantamentos de campo sobre os dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Joinville (2010).

Durante as observações comportamentais constatou-se que os usuários se concentram principalmente na área das mesas de jogos, nos espaços com bancos, junto aos canteiros de maior porte, e na lanchonete, na face leste da praça, próximo à Rua do Príncipe. Também se observou um intenso fluxo de pedestres circulando pelo espaço, sobretudo nas extremidades da praça, próximo às Ruas do Príncipe e São Joaquim. O que é reforçado pela praça ser um dos caminhos de conexão entre o Terminal Central e o Shopping Mueller. A inserção urbana da praça, limitada por três vias, e a configuração simétrica de seus canteiros, induz os usuários a cruzarem o espaço no sentido diagonal e longitudinal.

Na área onde estão localizadas as mesas de jogos, concentram-se um grupo de senhores aposentados que se reúnem assiduamente para jogar cartas e dominó. Ainda que o gênero e a idade dos usuários não tenham sido distinguidos durante as observações, esse grupo, em particular, se destacou pela assiduidade com que utilizava a praça. Além da atividade de jogar, também é frequente a presença de pessoas em volta das mesas, conversando e opinando sobre as partidas, ou então, sentadas nos bancos próximos a área, interagindo com as pessoas que estão no local. Os usuários que ocupam esse espaço são majoritariamente homens idosos, a presença feminina é pequena e está mais relacionada ao uso dos bancos do que das mesas de jogos.

Figura 62. Ambiência das mesas de jogos, porção sudeste da praça.



Fonte: Arquivo Pessoal (2015 e 2016).

O posicionamento dos bancos junto aos canteiros da praça, proporciona certo sombreamento para as áreas de estar, o que se reflete no uso destes espaços. As observações comportamentais mostraram que os usuários procuram sentar-se, preferencialmente, em áreas

sombreadas, sobretudo se estão interagindo com outra pessoa. As áreas mais sombreadas estão junto aos canteiros noroeste (próximo à Rua São Joaquim e Ipreville) e sudeste (próximo à Rua do Príncipe e Engenheiro Niemeyer). Ainda é importante destacar que, no período da tarde, as edificações do Hotel Colon e do Edifício Manchester também sombreiam a praça. Fazendo com que os bancos voltados à Rua São Joaquim sejam constantemente utilizados.

Nesse sentido, o palco também se caracteriza enquanto espaço de abrigo das intempéries. Por ser um equipamento adaptável, as observações mostraram uma diversidade de atividades sendo realizadas no palco: deitar, conversar, sentar, descansar, jogar e brincar. Em relação ao público que utiliza esse local, observou-se uma pequena presença de crianças brincando neste espaço. Outra característica observada foi que as pessoas que estão interagindo socialmente (sentadas ou em pé) e as que estão descansando procuram ocupar a área mais interna da praça, e o espaço mais próximo à Rua São Joaquim.

O uso da Praça Nereu Ramos foi mais acentuado nos dias úteis do que no final de semana, indicando que a utilização do espaço está relacionada às atividades comerciais e de prestação de serviços, existentes em seu entorno. No final de semana, destacou-se a presença do grupo de idosos jogando cartas e o número de usuários utilizando a lanchonete localizada na praça.

O quiosque é o principal ponto de comercialização de produtos alimentícios no entorno imediato da praça, atraindo um maior número de pessoas que os estabelecimentos lindeiros. Seu uso é significativo tanto nos dias úteis quanto no final de semana e os usuários representam uma porção mais jovens de pessoas que utilizam a praça. Ainda em relação à prestação de serviço e o comércio, a praça abriga uma série de vendedores ambulantes (pipoqueiro, sorveteiro, vendedor de balão e artesões), além de manter relação com os funcionários da Ipreville e os taxistas que possuem um ponto na Praça. Dessa forma, os comportamentos ligados à execução de um trabalho são frequentes no espaço. De forma semelhante, observou-se que muitas pessoas que trabalham nos comércios do entorno da praça utilizam esse espaço durante suas folgas ao longo do expediente. De acordo com as entrevistas, a proximidade ao trabalho foi citada várias vezes como um dos motivos para a utilização da praça.

As pessoas entrevistadas indicaram como local de residência, tanto bairros periféricos, quanto bairros limítrofes ao centro. Dentre os 15 entrevistados, a maioria (9 usuários) mora em um bairro afastado, enquanto 6 usuários residem em bairros próximos ao centro. Em relação à forma com que acessaram o espaço, o deslocamento a pé foi o predominante (7 entrevistados), seguido do uso do transporte coletivo (6 entrevistados). Em relação a estas respostas foi possível verificar que os entrevistados consideram o acesso à praça a partir de sua localização anterior e não em relação ao local de residência. Com o desenrolar das entrevistas notou-se que as pessoas se referiam a uma dinâmica de atividades desenvolvidas no próprio centro e situavam a chegada a praça a partir desse contexto. A maioria dos entrevistados afirmaram que costumam ir até a praça sozinhos, sendo pequeno o número de usuários que afirmou ir em grupos: em casal, com a família ou com amigos.

Quando questionados sobre a frequência de uso da praça, a maioria dos entrevistados (10 respondentes) afirmou que utilizam o espaço mais de três vezes no mês, sendo que três destes relataram que utilizam a praça todos os dias. Apenas dois entrevistados indicaram usar o espaço uma vez por mês, enquanto outros três apontaram uma frequência de uso de uma a três vezes no mês.

Por sua vez, quando questionados sobre o período em costumam frequentar a praça, as respostas indicaram um equilíbrio de usuários ao longo do tempo. Para três dos respondentes não havia um período prioritário para uso do espaço, pois costumam frequentar a praça durante o horário comercial quando vão ao centro. Outros respondentes afirmaram que utilizam o espaço tanto pela manhã quando na parte da tarde, pois trabalham no local. Já os usuários que apresentaram uma preferência por frequentar a praça em um período específico relacionaram essa preferência às atividades realizadas.

As pessoas que moram em áreas próximas ao centro, indicaram que costumam frequentar a praça na parte da tarde, para passear, tomar sol, andar com o cachorro ou brincar com o irmão. O período da manhã é mais usado por pessoas que trabalham no entorno deste espaço. Nesses casos, a praça era utilizada como local de descanso e pausa do trabalho. Uma das entrevistadas afirmou que é comum encontrar pessoas que trabalham nas lojas da Rua do Príncipe usando a praça no horário do almoço, seja para esperar algum conhecido para ir comer, ou para matar o tempo antes de voltar ao trabalho.

De forma semelhante, o tempo de permanência de cada entrevistado no espaço, estava relacionado as atividades e seu comportamento no local. Assim, as informações obtidas mostram a existência de duas dinâmicas de uso. Dentre os usuários entrevistados, sete afirmaram que utilizam a praça por um período de até uma hora, frente a oito entrevistados que afirmaram utilizar o espaço por um período superior a duas horas.

Os usuários que usam a praça por mais tempo, indicaram que essa prática está relacionada à realização de atividades recreativas, como encontrar os amigos para jogar e conversar; levar o irmão para brincar de peteca na praça, por ser próximo ao apartamento onde mora; e, conversar com as pessoas que estão no espaço sobre religião, distribuindo revistas, livros e folhetos. As respostas também apontaram um uso prolongado em função do emprego dos respondentes, uma vez que foram entrevistadas pessoas que trabalham neste espaço, como taxista, gari, garçom da lanchonete e segurança da Ipreville. Neste caso, é importante destacar que, além da atividade relacionada à profissão, esses usuários também utilizam a praça para conversar, descansar e observar a vida pública na área.

O grupo de respondentes que utilizam a Praça Nereu Ramos por um período de até uma hora apontou que o uso do espaço está ligado à sua inserção urbana, próxima à área comercial e de facilidade de acesso. A soma das vitrines dos comércios, dos serviços prestados nas edificações lindeiras e o grande número de pessoas circulando torna esse espaço um lugar propício para breves pausas na rotina de atividades desenvolvidas no centro.

Desta forma, quando perguntamos o porquê da utilização da praça, as principais respostas foram: para encontrar amigos (5 menções) e pela proximidade do trabalho (5 menções). Em sequência, a existência de mobiliário urbano que permite a pausa e o descanso (4 menções), a proximidade com a área comercial ou com o local de residência (3 menções cada), a oferta de um espaço livre para desenvolver atividades, como passear com o cachorro, brincar e tomar sol (3 menções), e por fim, a facilidade de acesso (2 menções). Mostrando que tanto as características internas do espaço, quanto a sua relação com o entorno, se refletem em seu uso.

Do ponto de vista das atividades realizadas na praça, as mais mencionadas foram: realizar atividades passivas como sentar,

descansar, esperar alguém, aproveitar o ar livre e observar as pessoas e o movimento (17 menções); conversar (10 menções); realizar atividades ativas, como brincar com o irmão, jogar com os amigos, passear com filhos (8 menções) e encontrar amigos (5 menções).

Durante as entrevistas, verificou-se que as respostas dadas para as perguntas “Por que utiliza essa praça?” e “Quais são as principais atividades que realiza na praça?”, estavam conectadas e se complementavam. Assim, respostas que indicavam a utilização da praça para encontrar amigos ou pela proximidade com o local de trabalho eram seguidas pela indicação do desenvolvimento de atividades como jogar dominó e brincar com o irmão. A seguir, estão destacadas algumas falas que ilustram essa complementariedade:

Eu venho aqui pra encontrar meus amigos, a gente vem jogar dominó e um dia ou outro joga baralho. É bom pra passar o tempo, conversar com o pessoal e saber o que tá acontecendo [...]

[...] meu marido e eu sempre viemos pro centro pra pregar a palavra, tem um grupo da igreja que sempre fica logo ali distribuindo os livretos. A gente conversa com as pessoas sobre a vida delas, lemos trechos da Bíblia, convidamos pra ir no culto [...]

[...] como trabalho numa loja aqui na rua, venho aqui na praça depois do almoço pra descansar um pouco antes de voltar pra lá, as vezes venho com mais alguma menina do trabalho e a gente fica conversando um pouquinho [...]

A gente mora aqui perto num apartamento, lá não tem muito lugar pra brincar, então trago ele aqui pra jogar peteca [...]

De forma geral, tanto pelas observações de comportamento quanto pelas entrevistas realizadas, nota-se que o uso da praça e as atividades ali desenvolvidas têm um caráter mais passivo e são predominantemente de convívio e interação social, considerando os comportamentos que demonstraram um uso efetivo do local. Por não possuir equipamentos específicos para a prática de esportes ou o lazer infantil, a praça se caracteriza enquanto um espaço de estar e contemplação.

Apesar desse caráter mais calmo, o fluxo de pedestres é constante e intenso e está ligado aos usos presentes no entorno da praça e a dinâmica da área central. Além disso, o espaço sedia esporadicamente ações culturais, apresentações de artistas de rua, além de ser escolhido

como ponto de divulgação de campanhas (institucionais, políticas, religiosas, entre outras), dando dinamismo à vida pública da praça.

5.2.2 Vivência durante a realização de um evento

O evento cultural selecionado para a realização das observações comportamentais foi o Festival de Dança de Joinville, que acontece anualmente entre os meses de julho e agosto, desde o ano de 1983. Além das apresentações realizadas no Complexo Cau Hansen, os grupos participantes do Festival também se apresentam diariamente em palcos instalados pela cidade, os Palcos Abertos, cuja programação é gratuita e busca popularizar o acesso ao evento. A Praça Nereu Ramos, destaca-se por tradicionalmente sediar um dos Palcos Abertos, enquanto os outros são montados em *shoppings centers*, hospitais, asilos, e na Feira da Sapatilha. As apresentações na Praça Nereu Ramos aconteceram entre os dias 23 e 31 de julho de 2015, com início às 11 horas e encerramento às 17:30 horas, totalizando 5 conjuntos de apresentações diárias. Logo, devido a extensão do evento, foram realizadas mais de uma saída de campo a fim de investigar se o período e dia da semana influenciariam o uso do espaço.

Para sediar o palco aberto durante o Festival de Dança é montada uma estrutura especial na praça, uma tenda que ocupa todo o espaço central compreendido entre os quatro maiores canteiros até o final do palco (Figura 63). A montagem dessa infraestrutura tem o objetivo de garantir que o público assista as apresentações, mesmo em dias chuvosos, tendo em vista que o Festival acontece durante o período mais chuvoso da cidade. O acesso à tenda é realizado por duas entradas laterais, a leste voltada à Rua do Príncipe e a oeste à Rua São Joaquim, o que altera os fluxos usuais do espaço, deslocando-o para as bordas da praça. Além disso, a montagem dessa tenda ocupa praticamente toda a calçada localizada na face sul da praça, junto à Rua Engenheiro Niemeyer, o que reduz a circulação de pessoas neste trecho.

Figura 63. Tenda montada durante o Festival de Dança.



Fonte: Arquivo Pessoal (2015).

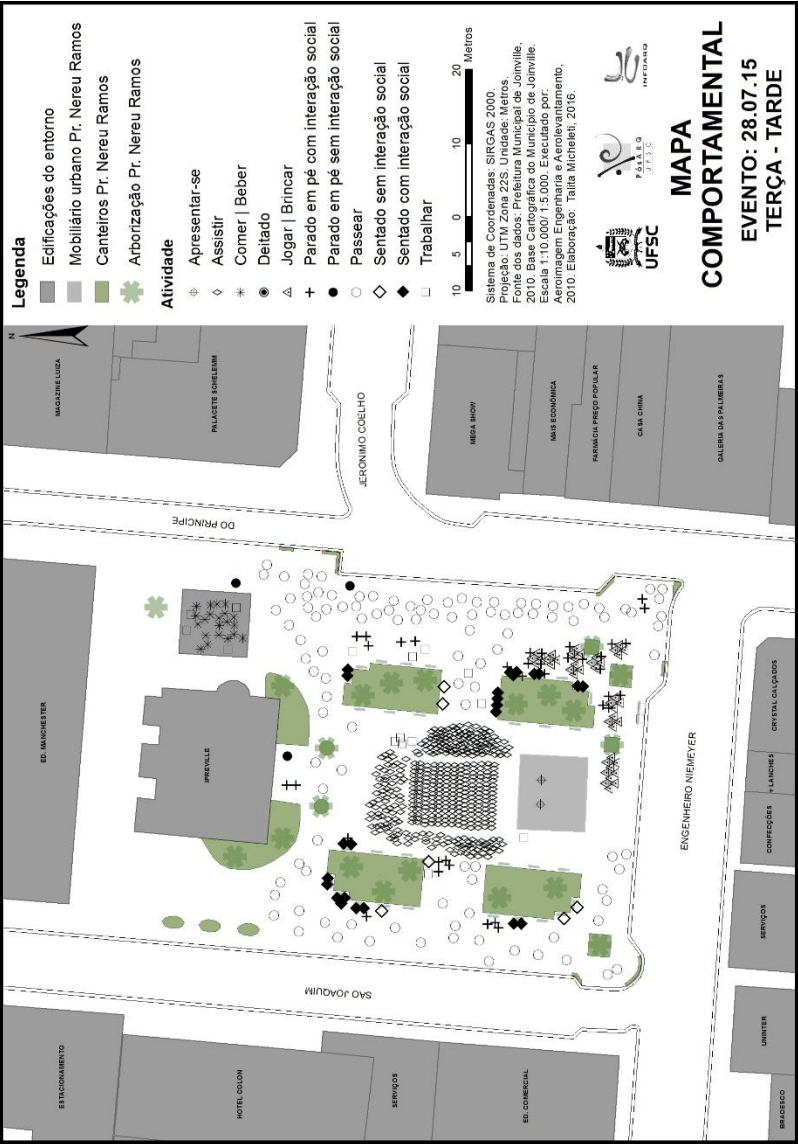
Nos três dias em que se realizou os levantamentos foram observados um total de 1.308 usuários, e seus comportamentos classificados segundo as atividades desenvolvidas, como pode ser visto nos mapas comportamentais (Figuras 64 a 66). A praça estava constantemente ocupada nos horários de investigação e o movimento apresentou pico durante os dias úteis, no período da tarde. Observou-se que o horário das apresentações teve reflexo na quantidade de pessoas utilizando o espaço. O período da manhã, apresentou um menor público assistindo às apresentações, possivelmente por oferecer uma menor quantidade de atrações.

Figura 64. Mapa Comportamental Festival de Dança (26.07.15).



Fonte: Elaborado pela autora com base em levantamentos de campo sobre os dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Joinville (2010).

Figura 65. Mapa Comportamental Festival de Dança (28.07.15).



Fonte: Elaborado pela autora com base em levantamentos de campo sobre os dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Joinville (2010).

Figura 66. Mapa Comportamental Festival de Dança (31.07.15).



Fonte: Elaborado pela autora com base em levantamentos de campo sobre os dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Joinville (2010).

Os mapas comportamentais mostram que, durante a realização do Festival de Dança, o espaço mais utilizado foi o centro da praça, onde foi montada a tenda para o evento. Em especial, a maior concentração ocorreu junto aos acessos, com destaque para o acesso leste, voltado à Rua do Príncipe. Esse comportamento está ligado aos usuários de passagem, que ficaram pouco tempo assistindo às apresentações e posteriormente voltaram às suas atividades rotineiras.

Nesse sentido, pode-se verificar o predomínio de usuários de passagem junto a Rua do Príncipe, enquanto a permanência na praça, a exemplo das pessoas sentadas interagindo socialmente, era mais frequente na ambiência voltada para a Rua São Joaquim. Aliado a isto, nota-se uma maior diversidade de atividades sendo realizadas na área da praça voltada à Rua do Príncipe, a exemplo de vendedores ambulantes e serviço de aluguel de bicicletas instalado para o evento. A lanchonete, principal ponto de venda de alimentos na praça, também apresentou uma concentração de usuários, especialmente durante a observação realizada no final de semana.

A face da praça que se volta à Rua do Príncipe, concentra uma maior quantidade de comércio onde predominam a fachada ativa e um grande número de portas voltadas para rua. Por isso, dentre as vias que conformam a praça essa é a que possui a maior intensidade de fluxo de pedestres, como foi apresentado na análise estrutural. Diante disso, a presença de atividades diversificadas na área da praça junto à Rua do Príncipe, se justifica pela própria dinâmica observada na área.

No entanto, um comportamento que se destacou foi o uso das mesas de jogo, presente em todos os dias observados. Mesmo com a realização do evento, verificou-se que os usuários utilizando este mobiliário constituíam um grupo homogêneo formado por homens idosos, que frequentam o espaço assiduamente e sempre ocupam essa ambiência da praça. A área no entorno das mesas de jogos também concentrou significativa atividade de interação social, como grupos opinando sobre as partidas e pessoas conversando tanto em pé quanto sentadas, configurando uma ambiência independente da dinâmica do evento.

Uma das limitações das observações, foi a barreira visual imposta pela infraestrutura da tenda. Dessa forma, o levantamento foi realizado através de um percurso na praça e posteriormente dentro da tenda. Por isso, não foi possível mapear as atividades que continuaram a acontecer

nas bordas da praça, o que se reflete, especialmente em um menor número de usuários de passagem, em relação ao uso cotidiano. Ainda assim, é visível um maior volume de transeuntes nas observações realizadas durante os dias úteis em relação a observação no domingo.

As observações mostraram que a praça é mais utilizada por adultos e idosos, todavia pela realização do evento, havia um considerável número de jovens e crianças acompanhadas pela família. Quando entrevistadas, a maioria das pessoas afirmaram que costumam ir até a praça em grupos: em casal, com a família ou com amigos, enquanto uma menor parcela foi à praça sozinho.

A maior parte dos 45 entrevistados mora em Joinville, e citaram como origem bairros distintos. Dentre eles, a maioria dos entrevistados são de bairros periféricos, frente a um menor número que residem em bairros limítrofes ao centro. O número de entrevistados que não moram em Joinville foi de 17 respondentes, entre eles foram identificadas sete cidades de origem diferentes, em sua maioria de outros estados: Brasília, Carapicuíba, Curitiba, Jundiaí, Rio de Janeiro, São Paulo e Araquari.

Em relação à forma com que acessaram o espaço, o transporte individual, carro ou moto, foi o predominante (21 dos respondentes). Seguido de 15 usuários que foram até a praça a pé, destes 10 eram não-moradores e afirmaram acessar a praça a pé pela proximidade com o local de hospedagem, enquanto 9 dos respondentes utilizam ônibus para chegar a praça.

Quando questionados se costumam frequentar a praça, a maioria dos entrevistados (30 respondentes) afirmou que o uso está ligado à realização do evento, frente a 15 respondentes que também utilizam o espaço no cotidiano. Entre os usuários que afirmaram também frequentar a praça no cotidiano, oito a utilizam mais de três vezes ao mês, cinco de uma a três vezes por mês, e apenas dois responderam frequentar a praça apenas uma vez por mês. Esses dados indicam que algumas das dinâmicas de uso da Praça Nereu Ramos são mantidas, mesmo durante a realização do evento, a exemplo do já citado grupo de senhores que se reúne para jogar carta e dominó. Dessa forma, ao invés de existir uma substituição de atividades, observa-se, na verdade, uma sobreposição de funções sendo desenvolvidas neste espaço.

É importante ressaltar que, dos 30 entrevistados que afirmaram usar a praça apenas nos eventos, 17 não residem em Joinville, e estavam na cidade em consequência do Festival de Dança. Assim, observa-se que

13 entrevistados, moradores de Joinville, utilizam a Praça Nereu Ramos somente quando ela sedia uma atividade cultural. Ou seja, o evento é responsável por atrair um público específico à praça, que utiliza o espaço exclusivamente em função da ação cultural ali desenvolvida.

A maioria dos entrevistados não permanece na Praça Nereu Ramos por muito tempo, a resposta mais frequente foi que este espaço é utilizado por um período de até uma hora. Desta forma, alguns dos usuários apontaram que a utilização da praça está ligada a uma atividade de passagem na área central. Ou seja, pessoas que transitam pelo centro e fazem uma pausa para assistir alguma apresentação e depois retomam suas atividades rotineiras.

Aliado a isto, alguns dos entrevistados, que eram membros de grupos que participavam do festival, relataram que, no mesmo dia, também realizariam apresentações em outros Palcos Abertos do evento. Nesse sentido, é possível estabelecer uma dinâmica própria de fluxos e permanências, motivada pelos Palcos Abertos do Festival de Dança, em diferentes pontos da área central: Praça Nereu Ramos, Shopping Mueller, Shopping Cidade das Flores e Centreventos Cau Hansen. Assim, a rotatividade de usuários utilizando a praça, para assistir alguma apresentação e ou para apresentar-se, era elevada.

Por outro lado, a maior permanência no espaço estava diretamente relacionada à existência do evento. Os entrevistados que responderam que permaneciam na praça por um período maior que duas horas indicaram, em sua maioria, que estavam em um momento de lazer com a família, especialmente com crianças, ou amigos assistindo as apresentações.

Figura 67. Presença de crianças e famílias utilizando a Pr. Nereu Ramos durante o Festival de Dança.



Fonte: Arquivo Pessoal (2015).

Quando perguntamos o porquê da utilização da praça, a principal resposta foi a presença do evento cultural (42 usuários), em sequência a localização da praça na área comercial da cidade (14 usuários), a facilidade de acesso (8 usuários) e a proximidade ao transporte público (4 usuários). Mostrando a importância da inserção urbana deste espaço para o desenvolvimento de sua vida pública. Do ponto de vista das atividades realizadas na praça, as mais mencionadas foram: assistir apresentações (36 respondentes), passear (24 respondentes), realizar atividades passivas como sentar, descansar e passar o tempo (10 respondentes) e realizar atividades ativas, como dançar, brincar com filhos (8 respondentes).

Novamente, esses dois itens mostraram-se complementares, como pode ser visto nos trechos a seguir:

[...] a praça é bem localizada é fácil de chegar, eu venho aqui desde criança, ela tem um valor sentimental pra mim [...] hoje está acontecendo o Festival e aproveito pra assistir, mas também sempre encontro amigos aqui e a gente fica conversando [...]

[...] hoje eu vim trazer meu filho pra ver as apresentações do Festival, mas costumo vir na praça quando venho no centro para resolver alguma coisa ou passear [...]

[...] estou junto com a companhia de dança só pra ver as apresentações, minha filha vai dançar hoje, vim ver.

A gente veio só pra ver as apresentações, aproveitar que está acontecendo o Festival pra passear com a família no domingo [...] as crianças aproveitam pra brincar, dançam junto [...]

Os resultados da análise experiencial, durante a realização de um evento cultural, mostram que a Praça Nereu Ramos absorve uma dinâmica de usos própria do evento, sem que haja uma exclusão dos usos observados no cotidiano. Nota-se um incremento nas atividades ativas desenvolvidas na praça, especialmente relacionado ao público específico que é atraído pelo evento. Assim, durante o evento, existe uma maior presença de crianças e adolescentes no espaço, e consequentemente outros comportamentos se tornam frequentes, como brincar, correr, cantar, dançar e andar de bicicleta. Deste modo, as funções e atividades desenvolvidas nesse espaço se multiplicam, dinamizando o padrão de uso observado durante o cotidiano.

5.3 ANÁLISE PERCEPTIVA

A análise experiencial identificou diferentes grupos de pessoas que utilizam a Praça Nereu Ramos, nos dois momentos analisados, durante a realização de um evento cultural e no cotidiano. Ela apresentou as principais diferenças entre seus comportamentos, em relação à motivação ao uso do espaço, as atividades realizadas, a frequência de uso e o tempo de permanência na praça. Entretanto, essa análise caracteriza as experiências dos usuários no espaço, sem focar na interpretação de suas percepções sobre ele.

Desta forma, a análise perceptiva procura compreender a percepção dos usuários sobre o espaço da Praça Nereu Ramos, em relação à sua infraestrutura e a realização de eventos culturais em espaços livres públicos da cidade. Utiliza como dados, o quarto bloco de perguntas das entrevistas, cujo conteúdo foi interpretado através da técnica de análise de conteúdo, efetuando-se categorizações que permitissem analisar a afeição ou aversão ao espaço e ao evento cultural.

5.3.1 Afeição do usuário em relação à Praça

A partir dos critérios de classificação apontados anteriormente nos procedimentos metodológicos, foram estabelecidos um conjunto de seis grupos de usuários, classificados em dez categorias.

Os grupos de usuários foram formados com base na relação entre a origem do usuário, uso do espaço (cotidiano ou esporádico) e motivação ao uso. A partir deles foi identificado se os usuários percebiam este espaço com afeição ou aversão. Aliado a isto, foi avaliado se os usuários atribuíram valor à praça, a identificando como um lugar e se apropriando do espaço, ou se apenas experienciaram o espaço, sem lhe atribuir nenhum significado, mantendo certo distanciamento emocional em relação a ele.

Com base nas discussões levantadas sobre categorias cognitivas de espaço e lugar, apresentadas na conceituação teórica do trabalho, procurou-se então, nos grupos e categorias que seguem, descobrir se os usuários percebem a Praça Nereu Ramos enquanto categoria cognitiva de lugar ou categoria cognitiva de espaço.

GRUPO DE USUÁRIOS 1: Não residentes com uso condicionado ao evento

Compreende as pessoas que não residem em Joinville e não costumam frequentar a Praça. O uso da praça estava condicionado à presença do evento cultural, sendo que a principal motivação ao uso deste espaço livre era a realização do Festival de Dança. O grupo 1 abrange duas categorias:

Categoria 01: Usuários do grupo 1 que avaliam a infraestrutura da praça como boa e apontam que não existe necessidade de realizar nenhuma melhoria na praça.

Categoria 02: Usuários do grupo 1 que avaliam a infraestrutura da praça como regular ou ruim, e apontam que o espaço precisa de mais manutenção.

Avalio como ruim, precisa de mais manutenção principalmente nos bancos, estão meio detonados não passa boa impressão [...]

[...] é regular [...] precisa ter mais bancos.

Achei a praça um pouco abandonada, tem pouco lugar pra comprar água e comida, as filas na lanchonete são enormes, mas talvez isso seja um problema do evento [...]

As duas categorias representam um olhar de pessoas que observam o espaço com certo distanciamento, as respostas eram genéricas e tinham pouca profundidade de conteúdo. Não foi identificada sensação de afeição ou aversão ao espaço, tratou-se, em geral, de uma avaliação dos aspectos estéticos (necessidade de manutenção) e funcionais (mais oferta de lugares para comprar comida e água).

A Categoria 01 demonstrou incapacidade em responder as perguntas sobre a avaliação da praça e apontar melhorias para esse ambiente. Essa dificuldade estava ligada ao distanciamento e pouca compreensão do ambiente, sobretudo pelo fato das pessoas não residirem na cidade e também por afirmarem que era a primeira vez que visitavam a praça. Além disso, todos os sujeitos dessa categoria foram entrevistados dentro da infraestrutura de tenda, montada para o Festival de Dança. Em função disso, percebeu-se que as pessoas se expressavam e avaliavam mais a infraestrutura do evento do que a praça em si.

A Categoria 02 conseguiu elaborar algumas observações sobre o ambiente da praça, ainda que representem avaliações e indicações de melhoria iniciais, carregadas de um caráter de “primeira impressão”. Fica evidente a predominância do sentido da visão na percepção do espaço, em relação a isto Cavalcante e Elias (2011) indicam que o olhar representa um primeiro grau de apropriação, buscando conhecer e se familiarizar com as coisas e ambientes. Comparando essas duas primeiras categorias, é possível identificar que na Categoria 02 a fala dos usuários demonstra algum nível de representação mental da praça, o que para Pol (1996), auxilia a conduta espacial e orientação do sujeito e permite uma melhor compreensão do espaço.

Ainda assim, nas duas categorias o processo cíclico de apropriação, como definido por Pol (1996) é prejudicado pela pouca interação dos entrevistados com o ambiente. A praça é percebida apenas como um cenário onde as atividades humanas se desenvolvem e assim mantém uma relação de exterioridade com o sujeito, uma vez que independe da atribuição de valor e envolvimento sentimental para sua compreensão. Para Cavalcante e Nóbrega (2011) essa é uma das características da categoria cognitiva de espaço, uma vez que o espaço representa uma totalidade que comporta tudo e todos, e por isso, permite que esses elementos sejam reconhecidos a partir de uma abordagem exterior ao indivíduo.

Dessa forma, as categorias desse grupo de usuários percebem a Praça enquanto um espaço, pois não lhe atribuem nenhum sentimento e valor simbólico.

GRUPO DE USUÁRIOS 2: Residentes com uso não frequente e condicionado ao evento

Compreende as pessoas que moram em Joinville, mas não costumam frequentar a Praça. O uso da praça estava condicionado à presença do evento cultural, sendo que a principal motivação ao uso deste espaço livre era a realização do Festival de Dança. O grupo 2 abrange três categorias:

Categoria 03: Usuários do grupo 2 que avaliam a infraestrutura da praça como boa e apontam que não existe necessidade de realizar nenhuma melhoria na praça.

Acho que a praça está boa [...] não mudaria nada.

[...] não reparei muito na praça, deixa eu olhar, acho que é boa. Não mudaria nada, está bom assim é bonita.

Categoria 04: Usuários do grupo 2 que avaliam a infraestrutura da praça como regular e apontam que a praça precisa de mais manutenção, melhoria em seu projeto paisagístico e melhoria da segurança na área.

[...] precisa de mais conservação.

[...] sempre pode melhor um pouco, acho que tem poucas árvores na praça, pouco verde, precisaria ter mais para uma área de lazer [...]

A praça é regular [...] precisa melhorar a segurança, ter mais policiamento.

Categoria 05: Usuários do grupo 2 que avaliam a infraestrutura da praça como ruim e apontam que o espaço precisa de mais manutenção e conservação, bem como sugerem a oferta de mais equipamentos e atividades, na praça.

[...] a praça está muito feia, precisa de uma manutenção geral.

Melhorar toda a estrutura [...] precisa criar uma área de lazer e podia manter o aluguel de bicicleta o ano todo, também precisa melhorar a segurança.

[...] tinha que melhorar tudo, reformar.

No segundo grupos de usuários identificado, também se nota um certo distanciamento entre pessoas e o ambiente. De forma semelhante à Categoria 01, os entrevistados da Categoria 03 também tiveram dificuldades em avaliar a praça e apontar melhorias para o espaço. Apesar de residirem em Joinville, a não utilização desse espaço público também causou um distanciamento e pouca compreensão do espaço, o que pode ser notado através do comportamento dos entrevistados ao responder às perguntas, como olhar para os lados procurando se familiarizar com as coisas e o espaço, e uma certa presa em responder a entrevista, a fim de não perder nenhum momento da apresentação.

A Categoria 04 também apresenta respostas genéricas, indicando principalmente uma necessidade de manutenção e conservação da praça, sem especificar possíveis ações e quais seriam seus desejos para este espaço público. Para Tuan (1983) esse conhecimento abstrato sobre um lugar pode ser adquirido em pouco tempo quando se é atencioso e está relacionada sobretudo a percepção visual de um ambiente. Assim, os entrevistados dessa categoria apresentaram uma melhor

compreensão espacial da praça, demonstrando algum nível de representação mental, de forma semelhante ao observado na Categoria 02. Entretanto, ainda que exista um conhecimento prévio sobre a praça, parte de uma identidade municipal e conhecimento intrínseco derivado da vivência da cidade, ele não é suficiente para sobrepor a influência que a presença do evento exerce sobre a percepção dos usuários em relação à Praça Nereu Ramos. Esse fator foi identificado principalmente no desenrolar das falas que se voltavam à uma avaliação do evento e sua infraestrutura, descolando-se do ambiente da praça em si.

A Categoria 05, apresenta respostas mais relevantes, que sugerem que a praça precisa passar por uma nova reforma, que equipamentos como o aluguel de bicicletas instalado para o evento poderiam permanecer na praça e demandam a implantação de novos equipamentos, como academia ao ar livre e um espaço lúdico. Ainda é possível identificar, em algumas das respostas dessa categoria, um sentimento de aversão pela praça, como exposto nos trechos destacados.

De forma geral, os usuários abordam os aspectos estéticos e funcionais do espaço. Os usuários das categorias 03 e 04, não atribuem uma significação à praça, compreendendo-a enquanto uma categoria cognitiva de espaço, uma vez que o tratam como espaço indiferenciado, caracterizado por Tuan (1983) como lugar da aventura, do desconhecido e inesperado. Para o autor esse espaço indiferenciado se transforma num lugar a medida em que é vivenciado e através da intensidade dessa vivência, o que lhe vai agregando valor afetivo.

Todavia, o autor também considera que a familiaridade das pessoas com o ambiente pode desencadear sentimentos negativos como aversão, desprezo ou medo por um lugar, esse sentimento é denominado topofobia (TUAN, 1980). Assim, na Categoria 05, por atribuir um valor ao local, ainda que negativo, os usuários a percebem enquanto categoria cognitiva de lugar. Nos trechos destacados nota-se uma aversão à praça e sua infraestrutura, o que se expressa em críticas à manutenção e conservação do espaço e seus mobiliários e culmina no desejo de remodelação total do espaço.

GRUPO DE USUÁRIOS 3: Residentes com uso cotidiano motivados pela localização central

Compreende pessoas que residem em Joinville e que utilizam o espaço cotidianamente, tendo como principal motivação para o uso do espaço a localização da praça em uma área central, de fácil acesso e bem servida por transporte público. O grupo 3 abrange duas categorias:

Categoria 06: Usuários do grupo 3 que avaliam a infraestrutura da praça como boa e apontam que ela possui um valor simbólico e não precisa de intervenções.

[...] eu venho aqui desde criança, ela tem um valor sentimental pra mim [...] não mudaria nada pois me lembra de muita coisa.

Categoria 07: Usuários do grupo 3 que avaliam a praça como regular ou ruim e apontam que o espaço precisa de mais manutenção, melhoria em seu projeto paisagístico e no mobiliário urbano, bem como sugerem a oferta de mais equipamentos e incremento no policiamento da área, a fim de criar uma maior sensação de segurança.

Principal questão é a conservação e, manutenção de mobiliários, principalmente bancos e mesas de jogos.

[...] os jardins precisam de mais cuidado, podia ter mais plantas.

Precisa de manutenção, principalmente do mobiliário. Pela localização poderia ter mais equipamentos.

[...] precisa modernizar, trocar mobiliários [...] a praça é toda igual, poderia criar setores e diferenciar os espaços para ter mais equipamentos.

[...] mais cuidado de uma forma geral, mais manutenção e segurança.

As duas categorias apresentam um olhar mais próximo sobre o ambiente, com respostas que dão mais informações sobre as necessidades de melhoria do espaço.

Na Categoria 06, apesar de não haver sugestões de melhoria, nota-se um grande vínculo emocional com o espaço, quando o entrevistado afirma que utiliza a praça desde a infância e por isso atribui ao espaço público um valor simbólico. Segundo Tuan (1980) afeição e familiaridade estão relacionados, ao se desenvolver familiaridade com um lugar realizamos um exercício de apreensão e domínio do espaço e passamos a lhe atribuir valores e significados, facilitando a criação de um elo de afeição ou apego. Nesse processo, a “consciência do passado”

(TUAN, 1980, p. 114) é um aspecto importante para construção do apego ao lugar, em outras palavras Elali e Medeiros (2011) expõem o mesmo princípio ao salientar a importância das experiências e da memória relacionadas ao lugar para o desenvolvimento desse vínculo.

Na categoria 07 é possível identificar uma sensação de afeição ao espaço, no que tange o desejo pela sua melhoria, apesar de apresentar uma menor intensidade afetiva do que na Categoria 06. As respostas não transmitem uma demanda pela reformulação total do espaço, mas indicam itens específicos que poderiam apresentar maior qualidade, como a melhoria do mobiliário de estar, dos jardins e oferta de mais equipamentos e atividades. Como apontado por Tuan (1980), o ambiente fornece diversos estímulos sensoriais que serão percebidos e ganharão atenção em função do temperamento individual e dos aspectos socioculturais vigentes. Assim, o desejo de melhoria das ambiências de estar e funcionalidade da praça, estão ligadas ao uso desse espaço como local de pausa e descanso.

As duas categorias atribuem uma significação à praça, mesmo que em diferente intensidade, de forma que os usuários compreendem a praça enquanto categoria cognitiva de lugar. As respostas demonstram uma maior vivência do espaço, o que se reflete na apropriação deste local e vinculação sentimental, como apontado por Cavalcante e Elias (2011).

GRUPO DE USUÁRIOS 4: Residentes com uso cotidiano motivado pela proximidade ao trabalho

Compreende pessoas que residem em Joinville e que utilizam o espaço cotidianamente, tendo como principal motivação para o uso do espaço a localização da praça em uma área próxima ao local de trabalho. O grupo 4 compreende uma categoria:

Categoria 08: Usuários do grupo 4 que avaliam a praça como regular ou ruim, e apontam que o espaço precisa de mais manutenção, melhoria em seu projeto paisagístico e no mobiliário urbano, bem como sugerem a oferta de mais equipamentos e melhoria na iluminação da praça, a fim de criar uma maior sensação de segurança.

A categoria apresenta um olhar mais próximo sobre o ambiente, com respostas mais detalhadas que dão mais informações sobre as

necessidades de melhoria do espaço. Como pode ser notado nos trechos destacados:

[...] a alguns anos houve uma reforma na praça, agora está precisando arrumar outra vez [...] poderia melhorar os bancos que encharcam com chuva e também poderia ter mais árvores na praça. Outra coisa importante é melhorar a iluminação e segurança durante a noite [...] dá um pouco de medo andar sozinha anoite.

A praça é boa [...] tem equipamentos interessantes como o palco [...] poderia ter mais árvores para que os bancos fossem mais sombreados. Os bancos que pegam mais sombra estão perto das mesas, onde sempre têm muita gente jogando, é difícil achar lugar pra sentar e pra conversar ali.

[...] deveria ter um banheiro público, muitas pessoas acabam usando o da lanchonete, mas não é um local tão aberto.

É possível identificar uma sensação de afeição ao espaço, no que tange o desejo pela sua melhoria. Mesmo apresentando algumas avaliações negativas da praça, são apontadas sugestões de melhoria que procuram induzir uma maior permanência na praça, como a implantação de um banheiro público, implantação de mais vegetação e implantação de mobiliário urbano móvel que permitisse configurar outras ambiências dentro da praça.

Além disso, nessa categoria o aspecto temporal da interação entre pessoa e espaço também é relevante, uma vez que as respostas denotam tanto um maior conhecimento e apropriação do espaço em função de uma vivência frequente do mesmo, quanto se valem da memória para explicar desejos e expressar sentimentos em relação à praça, aspecto fundamental para criação de apego ao lugar segundo Elali e Medeiros (2011) e Tuan (1980). Nesse caso, trata-se de uma apropriação por identificação simbólica, onde o espaço é reconhecido e possui significado para o indivíduo. Essa apropriação conta com processo cognitivo de representação mental que auxilia a orientação no espaço; processo afetivo de atribuição de sentimentos e significado ao espaço; e processo interativo de adaptação do ambiente para atender aos desejos do sujeito ou grupo (POL, 1996).

Portanto, nesta categoria, os usuários atribuem uma significação à praça de forma que os usuários a compreendem a praça enquanto categoria cognitiva de lugar.

GRUPO DE USUÁRIOS 5: Residentes com uso cotidiano motivado pela proximidade à residência

Compreende pessoas que residem em Joinville e que utilizam o espaço cotidianamente, tendo como principal motivação para o uso do espaço a localização da praça em uma área próxima ao local de residência. O grupo 5 compreende uma categoria:

Categoria 09: Usuários do grupo 5 que avaliam a praça como boa ou regular e apontam que a praça precisa de melhoria em seu projeto paisagístico e no mobiliário urbano, bem como sugerem a oferta de mais equipamentos e melhoria na iluminação da praça, a fim de criar uma maior sensação de segurança.

[...] moro aqui do lado no Ed. Manchester e venho aqui todo dia pra caminhar um pouco, por causa do meu joelho. Acho a praça muito agradável, ela precisa de melhorias, claro, mas é um lugar muito gostoso pra vir no final da tarde [...] podia ter de novo flores, teve uma época que tinham várias flores nos canteiro, agora só tem essa graminha embaixo das árvores. A praça está bem no centro da cidade, muita gente usa por isso, acho isso interessante, conheço e converso com pessoas diferentes [...] também encontro amigos aqui, meu marido mais que eu, ele vem jogar baralho com os amigos umas duas vezes por semana [...]

Eu sempre trago meu cachorro pra passear e no verão é muito quente, acho que esses canteiros poderiam ser no nível do piso, assim daria pra brincar com o cachorro ou até as crianças poderiam brincar [...] deveria ter algumas lixeiras nos cantos das praça, um pouco mais isoladas, todas são perto de bancos, acho ruim jogar fora a sacolinha de lixo quando tem gente sentada, o cheiro pode incomodar os outros. Também poderia ter mais equipamentos tipo um banheiro e bebedouro de água [...]

A gente mora aqui perto num apartamento, lá não tem muito lugar pra brincar, então trago ele aqui pra jogar peteca [...] acho que precisa mais cuidado com as coisas aqui na praça [...] anoite tem menos gente andando por aqui, se fosse mais iluminado acho que ia parecer mais seguro, eu não trago ele brincar anoite aqui [...] também acho que poderia ter alguma coisa para às crianças, algum parquinho ou espaço mais colorido e infantil, mesmo a praça não sendo muito grande acho que caberia [...]

Nesta categoria as respostas mostram uma compreensão do espaço, indicando um olhar detalhado sobre o ambiente. Igualmente, as respostas apontam uma relação entre a atividade desenvolvida pelo usuário com a percepção da praça e a sugestão de melhoria. Como apontado nos trechos destacados, em que os usuários estavam realizando atividades ativas de brincar e passear com o cachorro, e direcionam suas sugestões de melhoria do espaço para essas temáticas. Assim, nos trechos destacados, se destacam o desejo pela modificação do espaço para melhor responder aos padrões de uso dos entrevistados, de forma semelhante ao ocorrido na Categoria 07.

Nesse sentido, fica evidente a apropriação da praça através de um processo de projeção da pessoa no espaço e introjeção do espaço na pessoa, procurando adaptá-lo às necessidades de uso de cada um, como apontado por Cavalcante e Elias (2011). Esse processo de adaptação do espaço à um determinado grupo é denominado de personalização por Pol (1996), e se refere ao processo interativo que compõem a componente de apropriação por identificação simbólica. Segundo ele, essa forma de apropriação se desenvolve através das interações entre pessoas e ambiente, que passam a atribuir valor e significado ao espaço.

Aliado a isto, a frequência de utilização do espaço também transparece como um fator importante nas respostas, indicando que o domínio sobre o espaço tanto de compreensão da dinâmica de uso e características físicas, quanto de apego e atribuição de sentimento, estão ligados à vivência constante da praça, o que retoma aos aspectos de desenvolvimento de apego ao lugar apresentados por Elali e Medeiros (2011).

Deste modo, foi possível identificar uma sensação de afeição do usuário pela praça e como essa atribuição de sentimento pelo espaço se relaciona ao seu uso frequente. Desta forma, os usuários deste grupo atribuem valor e significado à praça, compreendendo-a enquanto categoria cognitiva de lugar.

GRUPO DE USUÁRIOS 6: Residentes com uso cotidiano motivado pelo convívio social

Compreende pessoas que residem em Joinville e que utilizam o espaço cotidianamente, tendo como principal motivação para o uso do espaço o encontro com amigos e o convívio social. O grupo 6 compreende uma categoria:

Categoria 10: Usuários do grupo 6 que avaliam a praça como regular e apontam que o espaço precisa de mais manutenção e conservação do seu mobiliário urbano, melhoria em seu projeto paisagístico, bem como sugerem a oferta de mais equipamentos e incremento no policiamento da área, a fim de criar uma maior sensação de segurança.

A categoria apresenta uma maior compreensão do espaço e sua dinâmica, mostrando um olhar mais detalhado sobre o ambiente. Apresenta respostas mais elaboradas sobre as necessidades de melhoria da praça e aponta, muitas vezes, os motivos pelos quais as intervenções precisam ser feitas. Essas respostas elaboradas e detalhadas sobre a qualidade da praça, indicam situações que só poderiam ser identificadas pelo constante uso do espaço, como pode ser visto nos trechos destacados:

Eu acho que aqui é um dos lugares do centro onde passa mais gente, tem movimento por isso a gente sempre vem aqui conversar com as pessoas [...] principal questão é a conservação e manutenção de [...] bancos e mesas de jogos. Outro problema é a condição da praça depois de chuvas, os bancos de madeira ficam encharcados, é difícil sentar. A vegetação, no geral também podia ser mais bonita, mais colorida, com mais flores nos jardins.

A praça só precisa ser cuidada, as coisas são boas tem mesas para jogar, vários bancos! Olha quanta gente aqui reunida jogando, conversando, se divertindo [...] precisa de mais cuidado e está na hora de fazer uma outra reforma - arrumar os bancos, pintar, arrumar o palco que tem algumas goteiras e empoça quando chove. [...] atualmente você vê mais pessoas pedindo dinheiro no entorno da praça, isso não acontecia antes, as vezes na praça ficam alguns mendigos e pessoas bêbadas, precisa melhorar a segurança, fazer policiamento.

A praça tem uma boa localização, muita gente usa por causa do comércio [...] as pessoas se concentram onde têm sombra e lugar para sentar, ali nas mesas de jogos e na lanchonete [...] o palco é usado como abrigo, algumas pessoas deitam lá pra descansar, principalmente no horário de almoço [...] precisa melhorar os bancos que estão velhos e poderiam ser mais confortáveis. Mais arborização, deixar praça mais verde e menos seca. A lanchonete poderia ser mais voltada para a praça, colocar umas mesas espalhadas.

[...] meu marido e eu sempre viemos pro centro pra pregar a palavra, tem um grupo da igreja que sempre fica logo ali distribuindo os livretos. A gente conversa com as pessoas sobre a vida delas, lemos trechos da Bíblia, convidamos pra ir no culto [...] para melhorar aqui tinha que ter mais árvores para sombrear [...] os bancos a maioria estão no sol. Outra coisa que um pouco ruim é que não tem banheiro, precisa usar o da lanchonete. A gente que vem aqui sempre as pessoas dali já conhecem, mas e quem não vem tanto? [...]

Através das respostas é possível identificar uma sensação de afeição do usuário pela praça e o sentimento de carinho com que falam sobre o espaço e expressam seus desejos para sua melhoria. O sentimento de apego dos entrevistados com a praça pode ser notado nas experiências narradas, nas memórias relacionadas à vivência da praça e também nas expectativas que eles têm sobre a melhoria desse ambiente.

Além disso, como a principal motivação desse grupo para o uso da praça é o convívio e interação social, é possível entender esse apego ao lugar como um sentimento de comunidade e pertencimento a um dos grupos específicos que interagem com esse espaço (idosos jogando dominó e baralho, e religiosos distribuindo material espiritual). Esse sentimento de comunidade é apontado por Elali e Medeiros (2011) como resultado da interação entre o envolvimento social cotidiano e as características do ambiente, que favorecem a criação de uma identidade pessoal e comunitária em função da conexão afetiva e cognitiva entre pessoa e ambiente. Desta forma, os usuários deste grupo atribuem valor e significado à praça, compreendendo-a enquanto categoria cognitiva de lugar.

Em síntese, a análise perceptiva a partir dos grupos, mostrou que a medida que os usuários utilizam o espaço com mais frequência, sua percepção dele se torna mais complexa e eles passam a se apropriar do local. Os quadros a seguir procuram ilustrar as principais relações observadas entre as categorias cognitivas de espaço e lugar, os grupos de usuários e o referencial teórico discutido no Capítulo 2.

Quadro 8. Síntese da percepção de afeição do usuário em relação à Praça –
Categoria cognitiva de Espaço.

CATEGORIA COGNITIVA DE ESPAÇO				
PARÂMETROS DE ANÁLISE	GRUPO	CATEGORIA	CONSIDERAÇÕES	
De acordo com as definições de categoria cognitiva de espaço de Cavalcante e Nóbrega (2011), o espaço é reconhecido como totalidade, base para organização do ambiente e ação humana. Para Tuan (1983), o espaço indiferenciado é o local do desconhecido, do inesperado e da aventura, o espaço se transforma em lugar com a vivência, o que lhe agrega valor afetivo. Como categoria cognitiva o espaço é neutro, sem significado ou atribuição de valor (TUAN, 1983; CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011).	Grupo 1: Não residentes com uso condicionado ao evento	Categoria 01	A categoria mostrou incapacidade de avaliar a praça, abstendo-se de expressar sugestões de melhoria, especialmente por não residirem em Joinville. O evento teve influência na percepção dos usuários.	
		Categoria 02	As respostas são avaliações estética e funcional do espaço, com caráter de impressões iniciais de um olhar forasteiro. O sentido da visão é predominante e representa para Cavalcante e Elias (2011) a busca por familiaridade, sendo o olhar o primeiro grau de apropriação. Usuários criaram uma representação mental da praça, o que para Pol (1996) permite uma melhor compreensão do espaço.	
	Grupo 2: Residentes com uso não frequente e condicionado ao evento	Categoria 03	Pouca compreensão do espaço marcada por ações de olhar para os lados antes de dar respostas sobre a praça. A pouca interação dos entrevistados com o ambiente dificulta o processo cíclico de apropriação definido por Pol (1996).	
		Categoria 04	Mesmo tendo conhecimento sobre a identidade da cidade decorrente da vivência, os entrevistados apresentaram pouca familiaridade com a praça. As respostas indicaram uma compreensão superficial da praça. Segundo Tuan (1983), um conhecimento abstrato de um ambiente pode ser adquirido brevemente a partir de uma observação atenta.	

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 9. Síntese da percepção de afeição do usuário em relação à Praça –
Categoria cognitiva de Lugar.

CATEGORIA COGNITIVA DE LUGAR			
PARÂMETROS DE ANÁLISE	GRUPO	CATEGORIA	CONSIDERAÇÕES
A apropriação é o processo temporal e sequencial desenvolvido a partir da interação entre pessoa e ambiente , permitindo que este se torne profundamente conhecido, que sejam criadas referências mentais que auxiliem à orientação espacial e que significados e valores lhe sejam atribuídas pelos indivíduos e grupos (CAVALCANTE; ELIAS, 2011; POL, 1996). Como categoria cognitiva o lugar é um espaço identificado, definido, reconhecido enquanto referência e dotado de valor e significado pela vivência e pelos sentimentos , que podem ser positivos ou negativos (CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011; TUAN, 1983). Conceitos de Topofilia e Topofobia definidos por Yi-Fu-Tuan (1980). Topofilia: afeição ao lugar; Topofobia: aversão ao lugar.	Grupo 2: Residentes com uso não frequente e condicionado ao evento	Categoria 05	O sentimento de repulsa ao lugar é expresso pelo desejo de remodelação total da praça (estética e funcionalmente). Para Tuan (1980) a familiaridade com o ambiente também pode gerar sentimentos negativos (repulsa) ao lugar, chamado topofobia.
	Grupo 3: Residentes com uso cotidiano motivados pela localização central	Categoria 06	A praça tem um valor simbólico pelo uso do espaço desde a infância, assim trata-se de um envolvimento emocional e físico com o lugar que o dota de significado e cria apego (CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011). As memórias são especialmente importantes nesse processo de construção do apego ao lugar (ELALJ; MEDEIROS, 2011; TUAN, 1980).
		Categoria 07	A categoria consegue expressar seus desejos em relação à praça indicando melhorias específicas, sobretudo com ambiências de estar e mobiliários. Segundo Tuan (1980) um ambiente fornece inúmeros estímulos sensoriais que serão percebidos de forma diferente por cada um, em função de suas experiências e pretensões. O grupo 3 utiliza a praça por curtos períodos, motivados pela localização central para descansar. A praça representa um lugar de pausa em meio ao movimento do espaço central, relação espaço-lugar já apontada por TUAN (1983).

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quadro 9. Síntese da percepção de afeição do usuário em relação à Praça – Categoria cognitiva de Lugar (Continuação).

CATEGORIA COGNITIVA DE LUGAR				
PARÂMETROS DE ANÁLISE	GRUPO	CATEGORIA	CONSIDERAÇÕES	
Como categoria cognitiva o lugar é um espaço identificado, definido, reconhecido enquanto referência e dotado de valor e significado pela vivência e pelos sentimentos , que podem ser positivos ou negativos (CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011; TUAN, 1983).	Grupo 4: Residentes com uso cotidiano motivado pela proximidade ao trabalho	Categoria 08	Aspecto temporal e sequencial da interação pessoa-ambiente é relevante para a categoria. A vivência frequente da praça se reflete na apropriação do espaço, as respostas usam memórias para explicar desejos e expressar sentimentos sobre a praça. Para Elali e Medeiros (2011) e Tuan (1980), a memória é um aspecto fundamental para criação de apego ao lugar.	
O conceito de apego ao lugar abrange os conceitos de topofilia, lugar e apropriação, com foco nas relações entre características físico-espaciais do ambiente e vínculos afetivos e simbólicos decorrentes da interação entre pessoa e ambiente. Envolve as dimensões funcional, simbólica, relacional e processual, alterando-se ao longo da vida dos indivíduos. Por isso, memórias e expectativas são importantes nessa construção. Pode-se desdobrar em um sentimento de comunidade e pertencimento (ELALI; MEDEIROS, 2011).	Grupo 5: Residentes com uso cotidiano motivado pela proximidade à residência	Categoria 09	Categoria tem uma percepção detalhada do ambiente, valendo-se de múltiplos sentidos para experienciar o ambiente. Existe uma relação entre desejos de melhoria e atividades realizadas, indicando uma intenção de adaptação e personificação do espaço (POL, 1996; CAVALCANTE; ELIAS, 2011). O apego ao lugar se desenvolve pelo uso frequente, compreensão de dinâmica de uso e atribuição de sentimentos à praça, como apontado por Elali e Medeiros (2011).	
	Grupo 6: Residentes com uso cotidiano motivado pelo convívio social	Categoria 10	Categoria também tem uma percepção detalhada do ambiente, valendo-se de múltiplos sentidos para experienciar o ambiente. O apego ao lugar é notado no carinho com que os entrevistados narram suas vivências passadas e atuais, e nas expectativas futuras para a praça. Existe também um "sentimento de comunidade (ELALI; MEDEIROS, 2011) e pertencimento aos grupos que frequentam esse espaço.	

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A realização dos eventos culturais, neste espaço livre público, contribui para uma construção afetiva da praça, mas não aumenta a sua apropriação por parte dos usuários. Tendo em vista, que as análises mostraram que, o público específico que é atraído à praça pela realização do evento, compreende esse espaço na categoria cognitiva de espaço.

Nesse sentido, nos grupos que compreendem a Praça Nereu Ramos enquanto espaço, as pessoas mostraram uma percepção do espaço a partir de uma observação com certo distanciamento, sem avaliar e experimentar o espaço a partir de múltiplos sentidos, mas prioritariamente através da visão. Em comparação com o outro grupo prevalece um aspecto cognitivo ligado aos aspectos funcionais e estéticos, não incorporando à sua percepção a subjetividade da afeição pelo espaço. Assim, as respostas demonstram um olhar inicial do visitante sobre o espaço, carregados de um senso de “primeira impressão”.

Tuan (1980), já indicava que existem diferenças entre o olhar do nativo e do visitante, que focalizam aspectos bem diferentes de um mesmo ambiente. Para ele, esse olhar de passagem do visitante se volta para aspectos estéticos e pode captar méritos e defeitos que não são visíveis aos usuários cotidianos. No caso estudado, observou-se que essa avaliação do espaço se mesclou à avaliação do evento, fazendo com que os entrevistados das Categorias 01 a 04, opinassem mais sobre o evento, suas características e benefícios, do que sobre as características da Praça Nereu Ramos.

Por outro lado, nos grupos que compreendem a Praça Nereu Ramos enquanto lugar, sobretudo os Grupos 4 e 5, as pessoas mostraram que conhecem a paisagem da praça de modo íntimo e qualitativo. O que se reflete na indicação de componentes da paisagem que podem passar despercebidos ou serem ignorados. Isto está relacionado ao fato desses indivíduos vivenciarem este local como uma extensão de seus corpos, incluindo na percepção dessa paisagem aspectos táteis, olfativos, sonoros, além dos aspectos visuais, usualmente o sentido mais considerado. Portanto, existe uma apreensão subjetiva e afetiva da praça, transformando esta paisagem em um conjunto de significados e significantes. Essa relação íntima com o ambiente é o que permite converter esse espaço em um lugar.

Para essas categorias, tanto os conceitos de Topofilia e Topofobia de Tuan (1980), quanto o vínculo ou apego ao lugar apresentado por Elali e Medeiros (2011), puderam ser identificados a partir dos relatos coletados. O contato físico mais próximo e constante com a praça cria uma maior familiaridade com esse espaço fazendo com que os sentimentos de afeição e desprezo se manifestassem. Segundo Tuan (1980; 1983) esse elo afetivo pode variar em intensidade e modo de expressão, como pode ser observado nas categorias apresentadas. Então, mesmo contando com algumas críticas, a maior parte das categorias expressaram um sentimento de afeição pela Praça Nereu Ramos e almejaram sua melhoria, demonstrando uma predominância de um sentimento de topofilia com esse espaço público.

5.3.2 Afeição do usuário em relação aos eventos culturais

As categorias relacionadas à averiguação da afeição do usuário pela realização de eventos culturais em espaços livres públicos de Joinville, foram agrupadas a partir da similaridade entre as opiniões dos usuários. Procurou-se então, nas categorias que seguem, descobrir se as políticas públicas de cultura municipais de difusão cultural são bem aceitas pela população.

Quando questionada a opinião dos respondentes em relação aos eventos culturais realizados nos espaços livres públicos de lazer e recreação da cidade de Joinville, as respostas foram majoritariamente positivas. As categorias estabelecidas foram:

Categoria 01: Consideram que os eventos são uma boa iniciativa promovida na cidade e demandam a realização de uma maior quantidade de eventos culturais na cidade pois eles são uma boa opção de lazer.

A categoria reúne as respostas dos entrevistados que apontaram que os eventos são uma boa iniciativa cultural realizada pelo poder público da cidade e indicaram a necessidade de que se realizem mais ações de difusão e promoção cultural, como mais eventos nos espaços livres públicos. Também consideram a realização dos eventos culturais como um atrativo e mais uma opção de lazer sendo oferecida na cidade. Algumas das falas que demonstram essa opinião:

*Excelente ter esses eventos na cidade.
Muito bonito, boa iniciativa.*

Legal, tem várias coisas acontecendo nessa praça, mas na cidade em geral são poucos. As feiras são legais, mas acontecem poucas vezes.

Bom para ter mais o que fazer, o evento é muito bonito [...].

Podia ter mais atrações e eventos como o Festival que é lindo e a cada ano fica mais bonito, muita coisa bonita pra ver, reúne gente de todo lugar.

[...] sempre venho nos eventos, é bom pra levar as crianças.

[...] as feiras por exemplo dão mais opção de coisas pra fazer final de semana.

É muito bom ter os eventos mais são poucos deveria ter mais e deveriam ser mais divulgados.

Bom, poderia ter mais é uma forma de lazer.

Categoria 02: Consideram que os eventos são uma boa iniciativa cultural, mas não costumam frequentar.

Nessa categoria foram agrupadas as respostas que indicavam uma opinião positiva sobre a realização dos eventos culturais, mesmo que os usuários não participem dessas manifestações culturais. Alguns dos entrevistados são usuários que utilizam a praça no cotidiano e não costumam ir nas atividades culturais ofertadas. Abaixo estão algumas dessas falas:

Não costumo participar de nada, mas acho que não influência as outras atividades que acontecem na praça, continuo vindo jogar dominó quando tem um evento.

Acho bom ter, mas não participo.

Sei dos eventos que acontecem em Joinville, já vi na TV, acho interessante, mas não viemos pra cidade por causa do Festival de Dança, estamos viajando pelo estado e as datas coincidiram.

No Festival acho que junta muita gente, não venho fazer evangelização nesses dias [...] mas acho bonito ter as danças na praça.

Legal ter os eventos, mas não costumo ir muito tenho preguiça.

Categoria 03: Os eventos culturais se caracterizam como uma boa ferramenta de difusão cultural e são um incentivo à prática de atividades culturais.

Essa categoria reúne as respostas dos entrevistados que mencionaram os eventos culturais como uma maneira de divulgar a produção artística local e promover um maior acesso à diferentes expressões culturais. Também consideram a que realização de um

evento cultural é um incentivo para que várias pessoas, especialmente crianças, se interessem em desenvolver atividades culturais.

Ótimo ter esses eventos ao ar livre a cidade ganha muito, mais gente tem acesso e pode assistir as apresentações.

[...] é uma oportunidade de todos entrarem em contato com uma atividade cultural.

[...] pessoas entram em contato com a atividades culturais, cidade vê a cultura com importância.

[...] as crianças gostam muito de ir ver as danças, é bom para elas terem acesso a mais cultura.

[...] incentiva as crianças a fazerem alguma atividade artística.

[...] eventos assim incentivam principalmente crianças a fazer alguma atividade cultural e não ficar nas ruas ou usar drogas [...].

Categoria 04: Os eventos culturais gratuitos promovem uma democratização do acesso à cultura.

Essa categoria engloba as respostas que frisam a gratuidade dos eventos culturais, indicando que este é um modo de fazer com que uma maior quantidade de pessoas tenha acesso a atividades culturais. As falas a seguir destacam essa opinião:

Bom ter os eventos, permite que gente de diferentes lugares e rendas se misturem, dá acesso a quem não poderia pagar pra ir no Festival ou que se sentiria constrangida de ir num lugar mais formal.

Acha legal ter esses eventos, é bom eles serem de graça pois permite qualquer um ir ver.

Boa iniciativa, ainda mais por ser de graça, pessoas entram em contato com cultura.

Permite que gente de todos os lugares se reúnam, por sem de graça permite que gente que não teria como pagar [...] também tenha acesso [...].

Categoria 05: Os eventos culturais aumentam a dinâmica da área central, atraindo muitas pessoas para esse espaço.

Essa categoria reúne as respostas que apontam para um acréscimo no número de pessoas circulando na área central em função da realização de eventos culturais na Praça Nereu Ramos. Abaixo destacamos algumas dessas falas:

Ter o evento na praça é um incentivo, [...] é bom pois traz gente para o centro, é bom pra movimentar o comércio também.

[...] legal, acontecem vários na Praça Nereu Ramos [...] movimenta a área, traz muita gente.

A análise indicou uma boa aceitação dos indivíduos entrevistados em relação a realização dos eventos culturais, mesmo nos casos em que os usuários não costumam frequentar os eventos. Assim, a opinião das pessoas reforçou as considerações da Fundação Cultural de Joinville quanto ao desenvolvimento de políticas de difusão cultural tendo como base a realização de eventos culturais em espaços livres públicos, como é o caso dos programas Feira nos Bairros, Feira do Príncipe, do próprio Festival de Dança e dos Concertos Matinais.

É importante destacar que, muitos dos entrevistados consideraram que esse tipo de política cultural é uma boa ferramenta de difusão cultural, aproximando a população de atividades e práticas que muitas vezes elas não têm acesso. Os entrevistados também reforçaram a importância da oferta de uma programação cultural gratuita na cidade, permitindo que toda a população desfrute de ações e atividades culturais. Além disso, a indicação dos eventos como uma opção de lazer mostra que a população tem se apropriado dessas atividades e as considera como uma atividade rotineira, o que pressiona, a longo prazo, a manutenção dos programas de difusão cultural.

A fim de ilustrar essa visão institucional sobre a utilização de eventos como parte da política cultural municipal, destacamos trechos da entrevista com a Gerente de Incentivo e Difusão Cultural da Fundação Cultural de Joinville¹⁴:

Assim a priori se pensa em fazer uma grande feira pensando no entretenimento e nós da Fundação Cultural, a gente enxerga longe, é uma parte de entretenimento para o município, é uma opção de lazer para o povo. Mas o intuito maior de uma feira não é esse, além do entretenimento, de apoiar a parte de visitação, é geração de renda, é popularizar nossa cultura, é mostrar para os bairros da comunidade os artesões de Joinville. É oportunizar eles a ter um espaço, de aparecer mesmo, de mídia, porque existe toda a questão de divulgação dos trabalhos deles, é uma chance de eles exporem, de estarem lá em frente mostrando todo esse trabalho.

¹⁴ A transcrição completa da entrevista pode ser visualizada no Apêndice C.

[...]

O que a gente entende assim, tudo que tu fizeres na praça, numa área externa, tu acabas oportunizando a mais pessoas a estarem vendo, conhecendo e acompanhando. Então tu oportunizas essas pessoas aquela chance de ver uma aula de balé, de ver uma dança, de ver uma apresentação de teatro. Por que se você faz num lugar fechado, a pessoa só vai entrar se for convidada, então ela já não entra. Dificilmente ela vai entrar. Sempre vai ter uma barreira: posso ir, não posso ir? E se já é externo, automaticamente a pessoa está livre, ela entra, vai, participa, fica assistindo é muito livre. Aí a Fundação entende que se ela é mais livre, ela tem um alcance maior, então a gente fomenta assim que quanto mais eventos externos nas praças, melhor.

Como indicado no Plano Municipal de Cultural, a realização de eventos também auxilia na construção da cidadania e na difusão cultural. Logo, as políticas públicas de cultura que têm buscado dar incentivo à circulação da produção cultural estão sendo reconhecidas e bem aceitas pela população. Assim, o objetivo da Fundação Cultural de Joinville de se aproximar da população que têm pouco acesso às ações culturais tem sido alcançado através da oferta de manifestações culturais utilizando como apoio os espaços públicos.

5.4 COMPARAÇÃO ENTRE PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

As análises experiencial e perceptiva mostraram como os usuários se comportam e percebem o espaço da Praça Nereu Ramos durante sua vivência cotidiana e na realização do Festival de Dança. A fim de comparar os padrões de usos encontrados e o nível de afeição identificado, esse item apresenta uma síntese comparativa das análises anteriores.

Durante os levantamentos foram observados um total de 2.594 usuários na praça, que tiveram seus comportamentos classificados segundo as atividades desenvolvidas. A Tabela 3 identifica o número de usuários levantado, segundo a atividade e data da observação. Nela é possível verificar que o número de usuários da praça sofreu um significativo incremento durante a realização do evento cultural.

Tabela 3. Número de usuários e atividades observadas na Praça Nereu Ramos.

Atividade	Número de usuários									
	EVENTO			COTIDIANO						
	26.07.15 Domingo (15h – 15h30)	28.07.15 Terça (13h30 – 14h)	31.07.15 Sexta (11h – 11h30)	20.12.15 Domingo (15h – 15h30)	22.12.15 Terça (9h30 – 10h)	22.12.15 Terça (16h30 – 17h)	23.12.15 Quarta (12h – 12h30)	23.12.15 Quarta (13h – 13h30)		
Apresentar-se	1	2	9	-	-	-	-	-		
Assistir	338	439	256	-	-	-	-	-		
Deitado	-	-	-	1	-	2	1	1		
Comer/Beber	33	21	13	15	18	38	23	8		
Jogar/Brincar	17	42	16	22	29	18	30	30		
Parado em pé com interação social	14	36	37	12	17	20	19	19		
Parado em pé sem interação social	0	3	4	1	6	3	2	2		
Passar/Caminhar	38	110	71	43	115	66	130	128		
Sentado com interação social	11	24	22	7	14	28	17	22		
Sentado sem interação social	-	6	4	1	10	4	18	13		
Trabalhar	16	17	15	4	7	6	10	7		
Total	468	697	443	106	215	185	250	230		

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Esse aumento no número de usuários é significativo, especialmente, quando considerado o número de pessoas que frequentaram a praça no final de semana (dia 26.07). A opção por separar uma categoria exclusiva para o ato de assistir as apresentações do evento, buscou evidenciar essa distinção, uma vez que esses usuários poderiam ser incluídos nas categorias em pé ou sentado. Em conjunto com as entrevistas, esse dado aponta que a realização do evento cultural atrai um público específico para a utilização deste espaço livre público, cuja motivação ao uso é exclusivamente a ação cultural. As outras atividades elencadas, não sofreram grandes modificações na quantidade de usuários observados, no cotidiano e no evento. O que indica que a dinâmica de uso cotidiano da praça, em relação às atividades desenvolvidas, se manteve mesmo com a realização do Festival.

A inserção da praça em uma área comercial faz com que a passagem de transeuntes esteja ligada às atividades desenvolvidas no entorno. Por isso, nota-se uma diminuição significativa no número de pessoas passando pela praça no final de semana, em comparação com o fluxo nos dias úteis. Nesse sentido, a presença de um evento cultural reforçou o uso periódico da Praça Nereu Ramos, auxiliando a manutenção da vitalidade da área central também nos finais de semana. Quando comparado o fluxo de passagem nos dias em que o evento estava acontecendo e nos dias comuns, nota-se que o fluxo se mantém equivalente quanto a sua intensidade.

Outra mudança importante, durante o evento, é a permanência no espaço, uma vez que a realização de pausas rápida aumenta. Desta forma, a usual utilização dos bancos para descansar e passar o tempo é substituída por assistir às apresentações. Por outro lado, comportamentos frequentes de interação social de grupos específicos, como a utilização das mesas de jogos pelo grupo de senhores aposentados e o uso da lanchonete, se mantêm inalterados.

Buscando ilustrar as ambiências que concentram um maior número de pessoas, ao longo do tempo, foram elaborados os mapas de densidade de apropriação (Figura 68 e Figura 69), que transformam os dados pontuais dos mapas comportamentais, em áreas de influência. A partir desses mapas, ficam visíveis os fluxos e a centralização de pessoas junto aos espaços da praça onde estão locados o mobiliário urbano e equipamentos, que também coincidem com a face da praça voltada à via de maior intensidade de fluxo, conexões e com maior atratividade.

Figura 68. Mapa de densidade de apropriação – Cotidiano.

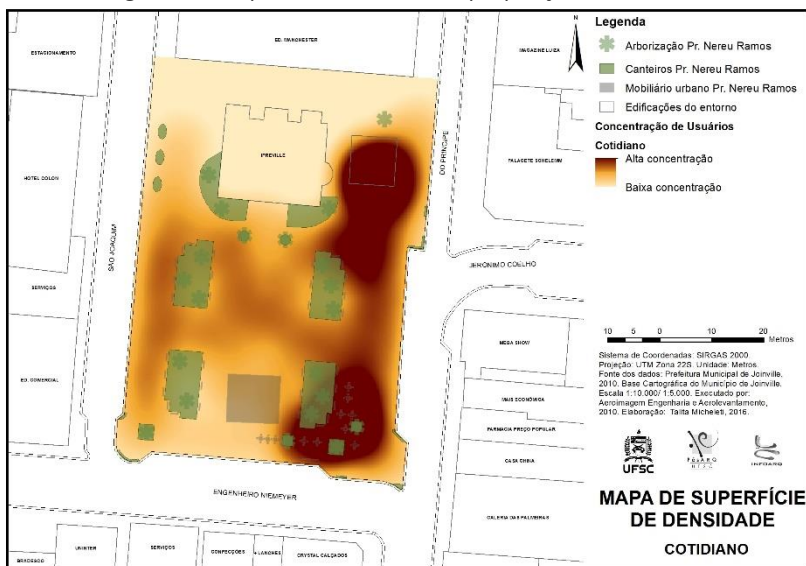
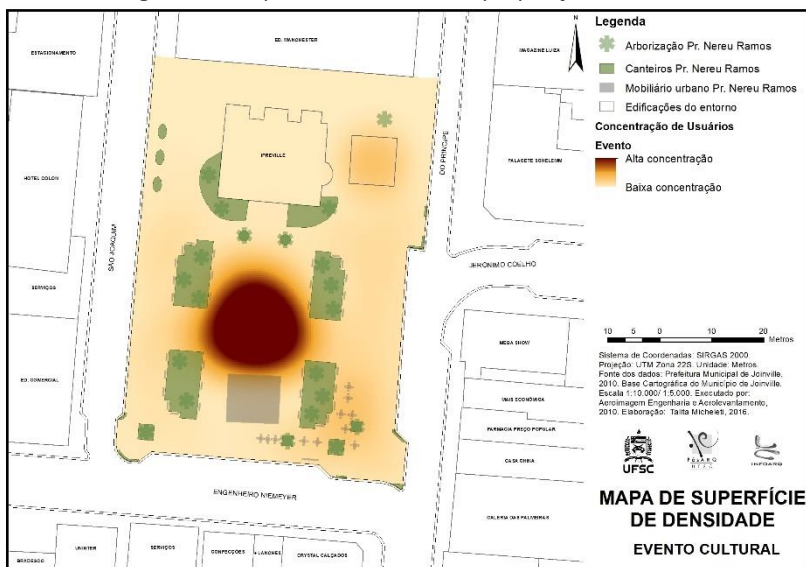


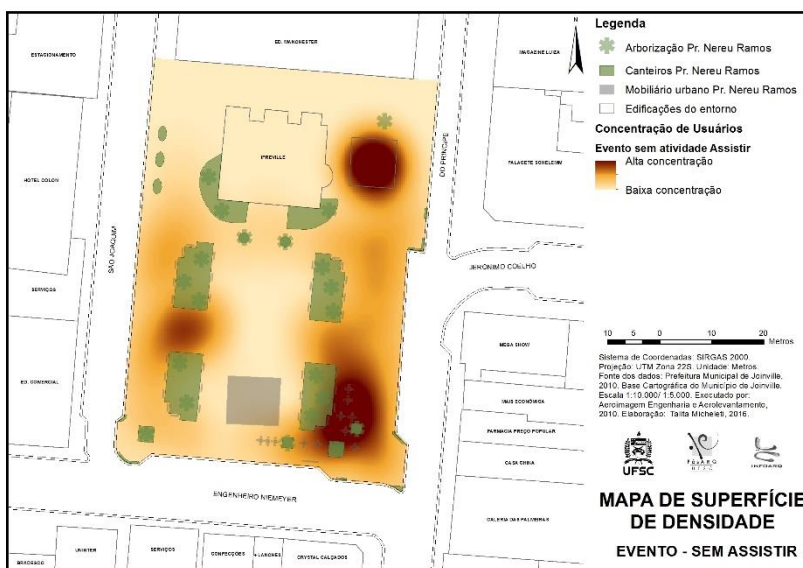
Figura 69. Mapa de densidade de apropriação – Evento.



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Joinville (2010).

No caso do evento, fica visível a centralização de pessoas, junto ao palco, promovida pelo Festival de Dança, o que encobre as outras ambiências existentes na praça, de forma que se destacam apenas a lanchonete e a área das mesas de jogo. Entretanto, ao se desconsiderar o comportamento “assistir” é possível visualizar outras ambiências que também concentram usuários durante o evento. Assim, o segundo mapa de densidade do evento (Figura 70) permite uma melhor comparação com o mapa de densidade de apropriação do cotidiano.

Figura 70. Mapa de densidade de apropriação – Evento sem considerar a atividade “assistir”.



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Joinville (2010).

De forma geral, as principais ambiências de estar e convívio social são as mesmas nas duas situações analisadas, a área de jogos e a lanchonete. Durante a realização do evento a face da praça voltada à Rua São Joaquim concentra um número relevante de pessoas na área que dá acesso à tenda. Uma vez que o acesso voltado à Rua do Príncipe é mais utilizado pelos indivíduos que fazem uma pausa em suas atividades para assistir a alguma apresentação.

Em relação ao perfil dos usuários que utilizam a Praça Nereu Ramos, observou-se uma maior presença de crianças, jovens e mulheres

no espaço durante a realização do evento. Enquanto no cotidiano os usuários eram predominantemente adultos e idosos e havia equilíbrio de gênero, com exceção do grupo que se reúne para jogar cartas e é majoritariamente masculino. As entrevistas identificaram alguns grupos para os dois momentos analisado: Pessoas que não costumam utilizar o espaço da praça e somente utilizavam o espaço pela presença do evento; Pessoas que utilizam o espaço com pouca frequência, perfil vinculado à motivação de uso pela localização junto à área comercial, o que caracteriza um uso de passagem; Pessoas que utilizam o espaço frequentemente mas permanecem pouco tempo, perfil vinculado a motivação de uso pela localização junto à área comercial, próximo ao trabalho ou casa, caracteriza um uso de passagem ou convívio social; Pessoas que utilizam o espaço frequentemente por um longo período, perfil vinculado a uma motivação de uso pela localização próxima ao trabalho, ou por ser o local de trabalho, e para encontrar amigos.

A distinção entre esses perfis se refletiu na percepção que os usuários têm da Praça Nereu Ramos. Os indivíduos que utilizam a praça com maior frequência e por um período mais longo mostraram uma maior compreensão do espaço e indicaram que haviam se apropriado dele. Igualmente atribuíam a ele valor e sentimento, os compreendendo enquanto um lugar. Entretanto, os usuários que não costumam utilizar o espaço da praça e somente o usavam pela presença do evento, mostraram uma percepção desprovida de sentimento, considerando a praça como um espaço, ainda desprovido de valores.

A partir destas análises, verificou-se que a realização de um evento cultural exerceu influência no uso do espaço livre público estudado. As principais alterações verificadas foram, a atração de um público que não costuma frequentar a praça, mostrando que a realização de ações culturais, em espaços livres públicos, potencializa o acesso às atividades culturais. Seguida da alteração dos fluxos internos do espaço, em função da infraestrutura montada para o evento. As atividades e comportamentos usuais identificados na praça, não se alteram com a realização do evento. De forma que, o espaço sobrepõe os comportamentos específicos relacionados ao evento, como dançar, se apresentar e assistir, aos comportamentos cotidianos da praça, que apresentam um caráter mais passivo de convívio e estar. Logo, o padrão de uso do espaço é dinamizado pela realização do evento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço livre público é o ambiente que potencializa a vida pública e abriga as manifestações cotidianas de uma sociedade. Ao estudar os espaços livres públicos de lazer e recreação da área central de Joinville esta pesquisa constatou a importância desses locais para o desempenho da vida pública e manifestações cotidianas da cidade. A retomada de interesse no espaço públicos das cidades, aliada a uma maior demanda da população pela utilização destes espaços, têm feito com que uma série de iniciativas de valorização da dimensão pública se desenvolvam.

A retomada de interesse no espaço público, em Joinville, pode ser observada nas ações do poder público municipal e da sociedade civil organizada. Multiplicaram-se a oferta de atividades e programações nos espaços abertos da cidade, e a gestão municipal têm implementado programas que procuram potencializar o uso de ruas, praças e parques. Deste modo, as políticas públicas de cultura, esporte e lazer, começam a se articular aos espaços livres buscando intensificar seu uso e apropriação.

Diante da reestruturação das políticas culturais no país, que assumiram uma abordagem mais inclusiva, iniciou-se um processo de descentralização da gestão cultural para os municípios. Neste contexto, o município de Joinville apresenta uma legislação cultural avançada, alinhada com a estrutura federal. A forte estrutura institucional e legal de Joinville quanto ao setor cultural e as políticas públicas de cultura, tornam a cidade uma referência no cenário nacional. A aprovação do Plano Municipal de Cultura de Joinville, no ano de 2012, foi um marco para a política cultural do município, e definiu as diretrizes, ações e metas dessa política, até o ano de 2021. Portanto, a existência de um sistema de cultura estruturado e um plano municipal de cultura aprovado têm permitido que a cidade avance na implementação de programas e ações culturais.

Os atuais projetos e programas da Fundação Cultural de Joinville, tem como base o Plano Municipal de Cultural e procuram descentralizar a cultura no município através de ações de difusão cultural. Destacam-se as atividades culturais que se articulam com os espaços livres públicos, utilizando-os como palco para as ações de difusão e descentralização da cultura, realizadas ou apoiadas pela Fundação

Cultural de Joinville. Logo, o Plano Municipal de Cultura aponta para algumas articulações entre a política cultural e sua territorialização no espaço livre público, incentivando a realização de ações culturais nesses espaços e procurando ampliar essa oferta para toda a cidade.

Apesar disso, ainda se verifica uma concentração de ações culturais na área central da cidade, tanto pela existência uma maior oferta de equipamentos públicos de cultura no centro, quanto pela escolha da área central para sediar eventos, em função do valor simbólico e por concentrar uma grande quantidade de espaços livres públicos.

O recorte de estudo compreendeu parte do centro tradicional de Joinville, o núcleo inicial de ocupação com uma importância histórica, funcional e econômica na dinâmica da cidade. Apesar dos diversos processos de transformação urbana observados na área central, o centro da cidade não se degradou, mantendo uma multiplicidade de usos e dinâmicas. O centro reúne atividades de comércio e serviço e é o lugar melhor dotado de equipamentos e infraestrutura, do município. Portanto, é um espaço intensamente utilizado por toda a população, independente de classe social, faixa etária ou gênero. Área de fácil acesso pela a presença do Terminal Central, possui um uso intenso pela concentração de comércio e serviços, empregos, equipamentos de saúde e educação e atividades de lazer.

A dimensão de análise estrutural indicou que as seis praças localizadas no recorte estudado são bastante utilizadas pela população e se caracterizam pela diversidade de pessoas, gênero, faixa etária, classes sociais e presença de grupos. Há distribuição de pessoas ao longo do tempo nos espaços, mostrando que, mesmo nos locais menos frequentados, existe uma dinâmica de atividades ali desenvolvida. Em função do grande fluxo de pedestres, na maioria das praças, foi observado uma maior passagem, do que permanência. Ainda assim, as Praças Lauro Mueller e Nereu Ramos se destacam em função dos equipamentos das ambiências de estar oferecidos, o que atraem um público cotidiano para utilização desses espaços livres públicos.

A Praça Nereu Ramos tem característica de praça central, com valor simbólico ligado ao processo de formação urbana municipal. Localizada numa área de comércio popular e prestação de serviços, mantém uma relação intensa com os usos das edificações limítrofes. A

praça é facilmente acessada e apresenta um intenso fluxo de pedestres dentro de seus limites e no seu entorno.

A dimensão de análise experiencial procurou determinar como a Praça Nereu Ramos é vivenciada, nos dois momentos estudados: no cotidiano e durante a realização de um evento cultural, a fim de estabelecer padrões de uso da praça. O Festival de Dança foi escolhido, como evento base para as análises, por seu valor simbólico para a cidade e por ser uma das ações culturais consolidadas no que tange à utilização da Praça Nereu Ramos, enquanto espaço de apresentações gratuitas. Por ser um dos eventos de maior escala realizado na cidade, e possuir uma abrangência internacional, sua realização influencia a dinâmica de todo o município, que se prepara para receber participantes do evento e turistas.

A observação da vivência cotidiana do espaço apontou que, desconsiderando a atividade de passagem, as atividades desenvolvidas na praça têm um caráter mais passivo, abrangendo comportamentos como sentar, conversar, jogar dominó. As atividades também apontam uma característica de convívio e interação social, muito presente no espaço. Os espaços mais utilizados estão ligados a essas atividades e correspondem a área que concentra as mesas de jogos, a ambiência criada pelo canteiro, os bancos próximos à Rua São Joaquim e ao Ipreville, e a lanchonete O Quiosque.

As entrevistas realizadas com os usuários que utilizam a praça no cotidiano mostraram que a maioria das pessoas vai até a praça sozinho e utiliza o espaço mais de três vezes por mês. O tempo de permanência está vinculado a atividade que o indivíduo desempenha no espaço. Isto posto, os usuários que utilizam a praça por um curto período de tempo indicaram utilizar a praça como um espaço de descanso e pausa na rotina de atividades do dia. Por outro lado, os indivíduos que utilizam a praça por mais tempo costumam realizar atividades recreativas ou trabalham na área.

As motivações ao uso do espaço no cotidiano foram diversas, desde encontrar os amigos para uma partida de baralho; localização da praça próxima ao trabalho, casa e área comercial; até a oferta de mobiliário urbano que permite uma pausa e o descanso. As respostas indicam que os indivíduos usam o espaço tanto por seus atributos internos (mobiliário urbano, vegetação, sombra), como pela inserção urbana da praça (facilidade de acesso, área comercial, proximidade a

pontos de referência), o que ilustra a vivacidade do espaço e reforça a relação da praça com seu entorno.

As observações da vivência do espaço, durante a realização de um evento cultural, apontam uma absorção de atividades mais ativas, que passam a desenvolver-se a partir da realização do evento, como correr, cantar, dançar e brincar. Entretanto, também é incorporada à dinâmica de atividades da praça a atividade de assistir, predominantemente passiva e contemplativa. Deste modo, durante a realização do evento as atividades desenvolvidas no espaço se multiplicam, enriquecendo a vida pública da praça. O ambiente da praça mais utilizado nesta situação é a área central defronte ao palco, que concentra um grande número de usuários. Entretanto outras ambiências da praça permanecem com um uso intenso, sobretudo a área de jogos e a lanchonete.

As entrevistas realizadas com os usuários que utilizam a praça durante o evento, mostraram que a maioria das pessoas vai até o espaço acompanhada e não costuma utilizar o espaço com frequência, tendo o uso condicionado à presença do evento. Para a maioria dos usuários o tempo de permanência na praça é pequeno, as permanências mais longas estavam relacionadas ao evento, assistir as apresentações com família, amigos, casal. A presença do evento cultural foi indicada como a principal motivação ao uso para a maior parte dos respondentes, indicando a existência de um público específico que utilizava a praça exclusivamente em função da ação cultural ali desenvolvida.

Em síntese, para o caso estudado, não houve supressão das atividades observadas no cotidiano, para dar lugar a uma atividade específica relacionada ao evento. Verificou-se, todavia, algumas modificações nos fluxos internos da praça e perfil dos usuários, especialmente quanto a faixa etária, meio de acesso, permanência no espaço, frequência e motivação de uso. Também foi verificada a atração de um público específico ao espaço e com isso notou-se a realização de atividades mais ativas nas observações realizadas durante o evento enquanto no cotidiano predominavam as atividades mais passivas. Deste modo as atividades desenvolvidas no espaço se multiplicam, durante a realização do evento cultural, enriquecendo a vida pública da praça em relação ao uso cotidiano.

No que diz respeito à articulação entre a política cultural municipal e os espaços livres públicos destaca-se a diretriz do Plano Municipal de Cultura que aponta a necessidade de que a realização de

eventos culturais consolidados seja mantida como uma ação da política de cultura. Com base na dimensão de análise experiencial essa diretriz se mostra extremamente relevante e atual, uma vez que esses eventos de maior porte atraem um público significativo enriquecendo o perfil de usuários e padrões de uso dos espaços livres públicos.

A dimensão de análise perceptiva procurou compreender a percepção dos usuários sobre a Praça Nereu Ramos, observou-se que os usuários que frequentam a praça apenas em função da realização do evento, mostraram uma percepção do espaço baseada em observações racionais ligados, principalmente a aspectos funcionais e estéticos da praça. Dessa forma, não se verificou no discurso desse grupo de pessoas um vínculo sentimental com o espaço, indicando que a compreendem a praça segundo a categoria cognitiva de espaço.

Por outro lado, os usuários que frequentam a praça no cotidiano e, por isso, tem uma maior vivência e proximidade com o espaço mostraram uma percepção mais apurada dos detalhes e informações sutis sobre o ambiente desta, compreendendo a mesma enquanto categoria cognitiva de lugar. Igualmente, os grupos que utilizam a praça com maior frequência e por um período mais longo indicaram, em suas respostas, que haviam se apropriado desta, e vivenciavam esse ambiente como uma extensão de seus corpos, com todos seus sentidos e considerando as subjetividades decorrentes do sentimento de afeição.

Em relação à percepção dos usuários sobre a realização de eventos em espaços livres públicos de Joinville, verificou-se que as políticas públicas de cultura que buscam a difusão cultural são reconhecidas e bem aceitas pela população. A percepção dos entrevistados sobre os eventos culturais realizados em espaços livres públicos foi majoritariamente positiva e mostraram que a população tem se apropriado dessas manifestações, fortalecendo sua manutenção enquanto política pública de cultura.

Diante da análise da influência de uma ação cultural no espaço livre público da Praça Nereu Ramos, pôde-se constatar que a presença de um evento cultural, sobretudo um de grande porte como o Festival de Dança, dinamiza as relações de interação social e sobrepõem diversas camadas de comportamento às atividades usualmente observadas. A análise apontou que, para o caso estudado, não houve uma supressão de uma atividade para dar lugar a uma atividade específica relacionada ao evento. Verificou-se algumas adequações, sobretudo nos fluxos

internos da praça, que foi deslocado em decorrência da infraestrutura instalada para o evento.

A vida pública na área mostrou-se muito mais rica durante a realização do evento, pelo simples fato de proporcionar mais encontros, estabelecer a copresença entre diferentes grupos sociais, econômicos e culturais. Tendo em vista que a vida pública se transforma e adapta constantemente quanto aos seus usos, é necessário que a análise e observação de suas dinâmicas seja constante para que construa espaços livres públicos mais qualificados.

Da mesma forma, é preciso ampliar os estudos que avaliam as implicações da territorialização de políticas públicas, na paisagem das cidades brasileira. Além da influência sobre os espaços livres públicos, as políticas de cultura podem ser estudadas a partir de diferentes abordagens vinculadas ao estudo do espaço urbano e do planejamento urbano municipal. Dentre elas, podemos destacar: identificar as dinâmicas de deslocamento para acesso à rede de equipamentos de cultura; a distribuição da rede e sua relação com as características socioeconômicas municipais; e, a relação entre patrimônio histórico e a evolução urbana.

REFERÊNCIAS

ALVARES; Lucia Capanema; VAINER, Carlos Bernard; QUEIROGA, Eugênio Fernandes. *Conflitos urbanos e espaços livres públicos: construção de uma metodologia para estudos comparativos*. In: TÂNGARI, Vera Regina; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Mônica Bahia (Org.) **Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 124-149.

A NOTÍCIA. *CEU Aventureiro será inaugurado em março em Joinville*.

Jornal A Notícia, 23 jan. 2015. Disponível em:

<<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/joinville/noticia/2015/01/ceu-aventureiro-sera-inaugurado-em-marco-em-joinville-4686840.html>>.

Acesso em: 09 de dezembro de 2016.

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. **Acervo Hemeroteca**. Joinville:

Fundação Cultural de Joinville. Consultado em 30 de março de 2016.

BEATO, Claudio (org.). **Compreendendo e avaliando: projetos de segurança pública**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 219p.

BENEDET, Michelle Souza. **Apropriação de praças públicas centrais em cidades de pequeno porte**. 2008. 165f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.343**, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura**. 1ª edição. Brasília, 2011a. 108 p.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Políticas Culturais. **Metas do Plano Nacional de Cultura dezembro 2011**. Brasília: MinC, 2011b. 98 p.

BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. 3ª edição. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2013. 216 p.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura: Relatório da 1ª fase da consulta pública de revisão das metas do PNC**. Brasília: Minc, 2016a. 283 p.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Políticas Culturais. **Plano Nacional de Cultura: Relatório 2013 de Acompanhamento das Metas**. Brasília: Minc, 2014. 242 p.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Políticas Culturais. **Plano Nacional de Cultura: Relatório 2014 de Acompanhamento das Metas**. Brasília: Minc, 2015. 285 p.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Políticas Culturais. **Plano Nacional de Cultura: Relatório 2015 de Acompanhamento das Metas**. Brasília: Minc, 2016b. 297 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda (ISPER). **Número de empregos formais em dezembro de 2013**. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php>. Acessado em: 02 de setembro de 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/caged/estatisticas.htm>>. Acessado em: 02 de setembro de 2015.

BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura e políticas públicas*. Páginas 73-83. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 15, n. 2, 2001.

BRÜSKE, Dinorah Luisa de Melo Rocha. **A área central de Joinville: sua configuração atual e aspectos de seu processo de expansão entre 1950 e 2001**. 2002. 208 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: Balanços e Perspectivas*. In: III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007, Salvador. **Anais do III ENECULT**. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2007, v.1.

_____. *Problemáticas contemporâneas no campo das políticas públicas*. In: VIII ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em

Cultura, 2012, Salvador. **Anais do VIII ENECULT**. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2012, v.1.

CÂMARA, Gilberto; CARVALHO, Marília Sá. *Análise espacial de eventos*. Capítulo 2. In: Druck, Suzana Carvalho, Marília Sá; Câmara, Gilberto; Monteiro, Antônio Miguel Vieira (eds). **Análise Espacial de Dados Geográficos**. Brasília, EMBRAPA, 2004. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/analise/>>. Acesso em: 07 jan 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 85p.

CARVALHO, Mara Ignez Campos de; CAVALCANTE, Sylvia; NÓBREGA, Lana Mara Andrade. *Ambiente*. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011, páginas 28-43.

CARVALHO, Cristina A.; SILVA, Rosimeri C. da; GUIMARÃES, Rodrigo G. **Sistema Nacional de Cultura: a tradução do dinâmico e do formal nos municípios da região Sul**. Cadernos EBAPE.BR, v.7, nº.4, artigo 10, dez. Rio de Janeiro, 2009.

CARVALHO, Manoel José Ferreira de; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; GALINDO, Ernesto. *Megaeventos de rua: a contribuição teórica e metodológica do plano de estruturação físico-ambiental do carnaval de Salvador (PEC) para o planejamento dos eventos e das cidades*. In: 5º PLURIS - Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável, 2012, Brasília. **Anais do PLURIS 2012**. Brasília: UnB, 2012.

CASTELLO, Lineu. *A percepção em análises ambientais: O Projeto MAB/UNESCO em Porto Alegre*. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1996, p. 23-37.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 698p.

CAVALCANTE, Sylvia; ELIAS, Terezinha Façanha. *Apropriação*. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011, páginas 63-69.

CAVALCANTE, Sylvia; NÓBREGA, Lana Mara Andrade. *Espaço e lugar*. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011, páginas 182-183.

CUSTÓDIO, Vanderli. et al. *Espaços livres públicos nas cidades brasileiras*. Páginas 1-31. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, 2011.

CUNHA, Rita Dione Araújo. **Os usos, funções e tratamentos das áreas de lazer da área central de Florianópolis**. 2002. 372p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

DALONSO, Yoná da Silva. et. al. *A influência dos eventos na construção das políticas públicas das cidades: o caso do Natal Luz em Gramado (Brasil)*. In: 5º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável, 2012, Brasília. **Anais do Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável - PLURIS 2012**. Brasília: UnB, 2012.

DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane Rose; RHEINGANTZ, Paulo Afonso. **Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / PROARQ, 2002. 392p.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

ELALI, Gleice Azambuja; MEDEIROS, Samia Thaís Feijó. *Apego ao lugar*. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011, páginas 53-62.

FERRARA, Lucrécia D. **Leitura sem palavras** (1986). São Paulo: Ática, 1993.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE (FCJ). **Feira do Príncipe – Informações**. Disponível em: <fundacaocultural.joinville.sc.gov.br>. Acessado em: 15 de julho de 2015.

GEHL, Jan. **Life between buildings: using public space**. Copenhagen: The Danish Architectural Press, 2006.

_____. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo. Atlas. 2000.

HALL, Peter. *Planning: millennial retrospect and prospect*. Páginas 263 - 284. **Progress in Planning**, Londres, v. 57, 2002.

HOLLANDA, Ana de. *O pleno exercício dos direitos culturais*. In: BRASIL. Ministério da Cultura (MinC). **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura**. 1ª edição. Brasília, 2011. p. 13.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: 08 de julho de 2015.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: cultura – 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 106p. Disponível em: <
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm>. Acessado em: 12 de outubro de 2016.

IPPUJ - Fundação Instituto de Pesquisa de Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville (Org.) **Joinville Cidade em Dados 2015**. Joinville: Prefeitura Municipal, 2015. 180 p.

IPPUJ - Fundação Instituto de Pesquisa de Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville (Org.) **Joinville Cidade em Dados 2016**. Joinville: Prefeitura Municipal, 2016a, 158p.

IPPUJ - Fundação Instituto de Pesquisa de Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Inventário dos espaços públicos de lazer de Joinville**. Joinville: Prefeitura Municipal, 2016b, 136p.

IPPUJ - Fundação Instituto de Pesquisa de Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville (Org.). **PlanMOB Volume II - Plano Diretor de Transportes Ativos - PDTA**. Ed. 02. Joinville: Prefeitura Municipal, 2016c, 171p.

IPPUJ - Fundação Instituto de Pesquisa de Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Mapoteca on-line – Mapas Antigos de Joinville- SC**. Disponível em:
<<https://ippuj.joinville.sc.gov.br>>. Acessado em: 08 de setembro de 2015.

IPPUJ - Fundação Instituto de Pesquisa de Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Requalificação da Área Central de Joinville: abril 2010. Prefeitura Municipal de Joinville.** Joinville: Prefeitura Municipal, 2010. 54p.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** 3ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. 510p.

JOINVILLE, Secretaria de Planejamento e Coordenação. **Plano de Estruturação Urbana: Análises e Recomendações.** Joinville, SC. 1987.

JOINVILLE. **Lei nº 1.262**, de 27 de abril de 1973. Reestrutura o Plano Diretor e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Joinville, 1973.

JOINVILLE. **Lei Complementar nº 261**, de 28 de fevereiro de 2008. Dispõe sobre as diretrizes estratégicas e institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Joinville e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Joinville, 2008.

JOINVILLE. **Lei Complementar nº 312**, de 19 de fevereiro de 2010. Altera e dá nova redação à Lei Complementar nº 27, de 27 de março de 1996, que atualiza as normas de parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de Joinville e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Joinville, 2010.

JOINVILLE. **Lei Orgânica do Município de Joinville**, 2 de abril de 1990. Prefeitura Municipal de Joinville, 1990.

JOINVILLE. **Lei nº 6.705**, de 11 de junho de 2010. Institui o Sistema Municipal de Cultura e dispõe sobre as diretrizes, composição e funcionamento do Conselho Municipal de Política Cultural, e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Joinville, 2010.

JOINVILLE. **Lei nº 5.372**, de 16 de dezembro de 2005. Institui o Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura - Simdec, e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Joinville, 2005.

JOINVILLE. **Lei nº 7.258**, de 06 de julho de 2012. Institui o Plano Municipal de Cultura de Joinville e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Joinville, 2012a.

JOINVILLE. Fundação Cultural de Joinville (FCJ). **Plano Municipal de Cultura de Joinville.** Joinville: FCJ, 2012b. 208p.

JOINVILLE. Secretaria de Planejamento e Coordenação. **Plano de Estruturação Urbana - PEU/87**. Joinville: 1987.

KLIASS, Rosa Grena; MAGNOLI, Miranda Martinelli. *Áreas verdes de recreação*. Páginas 245-256. **Paisagem e Ambiente - Ensaios**, São Paulo, n. 21, 2006.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **Metamorfoses nas áreas livres públicas das cidades brasileiras: identidade cultural e interação social**. Stuttgart: Universität Stuttgart, 2002.

KUHNEN, Ariane. *Percepção Ambiental*. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011, páginas 250-266.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDRY, Charles. **The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators**. London: Comedia, 2000. 300p.

LARRAÍN, América. **O “negócio” da arte e da cultura: Para uma antropologia do Festival de Dança de Joinville**. 2008. 114 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

LOPES, Aderbal Rodrigo Castellan. **Memória urbana: diagnóstico do patrimônio cultural no bairro Centro de Joinville**. 2011. 207 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2011.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227p.

MACEDO, Silvio Soares. *Espaços Livres*. Páginas 15-56. **Paisagem e Ambiente – Ensaios**, São Paulo: FAUUSP, n. 7, 1995.

_____. **Paisagem, Urbanização e litoral: do Éden à cidade**. 207p. Tese (Livre Docência) – FAUUSP. São Paulo, 1993.

_____. **Paisagismo brasileiro na virada do século: 1999-2010**. São Paulo/Campinas: Edusp, 2012. 344p.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. **Espaços Livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. 119p. Tese (Livres Docência Departamento Projeto) – FAUUSP. São Paulo, 1982.

_____. *Em busca de “outros” espaços livres de edificação*. Páginas 141-174. **Paisagem e Ambiente - Ensaios**, São Paulo, n. 21, 2006a.

_____. *Espaço livre-objeto de trabalho*. Páginas 175-198. **Paisagem e Ambiente - Ensaios**, São Paulo, n. 21, 2006b.

_____. *O parque no desenho urbano*. Páginas 199-214. **Paisagem e Ambiente - Ensaios**, São Paulo, n. 21, 2006c.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

MARTINS, Rosana Barreto. **Dos processos migratórios e ciclos econômicos à preservação da paisagem urbana: multiculturalidade no município de Joinville-SC**. 2013. 445 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org). **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa; SANCHES, Odécio. *Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?* **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.

PEIXE, João Roberto. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Coord.). **Sistema Nacional de Cultura**. Salvador: P55 Edições, 2013. 44 p. (Coleção Política e Gestão Culturais). Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=118>>. Acessado em: 02 de agosto de 2016.

POL, Enric. La apropiación del espacio. In IÑIGUEZ, Lupicínio; POL, Enric (Org.). **Cognición, representación y apropiación del espacio**. Barcelona: Universitat de Barcelona, Monografies Psico-Socio-Ambientals nº 9, 1996. p.45-62. Disponível em: <<http://www.publicacions.ub.edu/ficha.aspx?cod=08586>>. Acessado em: 20 de abril de 2017.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 284p. Tese (Livre Docência - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) – FAUUSP. São Paulo, 2012.

_____. *Da relevância pública dos espaços livres: um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras*. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 58, p. 105-132, jun. 2014.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes et al. *Notas gerais sobre os sistemas de espaços livres na cidade brasileira*. In: CUSTÓDIO, Vanderli (Org.) **Sistemas de espaços livres: conceitos, conflitos e paisagens**. São Paulo: FAUUSP, 2011, p.11-20.

REIS, Antônio Tarcísio da Luz; LAY, Maria Cristina Dias. *Avaliação da qualidade de projetos – uma abordagem perceptiva e cognitiva*. Páginas 21-34. **Revista Ambiente Construído**. Porto Alegre, v.06, n.03, 2006.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso et al. **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Coleção PROARQ/FAU-UFRJ, 2009. 117 p.

ROCHA, Sofia Cardoso. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Coord.). **Planos de Cultura**. Salvador: P55 Edições, 2013. 36 p. (Coleção Política e Gestão Culturais). Disponível em: < <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=118>>. Acessado em: 02 de agosto de 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: EDUSP, 2014. 136 p.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006. Coleção Milton Santos. 259 p.

SANTOS, Carlos Nelson F.; VOGEL, Arno. (Coord.). **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 3ed. São Paulo: Projeto, 1985.

SCHLEE, Mônica Bahia et al. *Sistema de espaços livres nas cidades brasileiras: um debate conceitual*. In: TÂNGARI, Vera Regina; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Mônica Bahia. (Org.) **Sistema de espaços livres: o**

cotidiano, apropriações e ausências. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 29-49.

SEBRAE-SC. **Santa Catarina em Números: Joinville.** Florianópolis: SEBRAE-SC, 2010. 126p.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES (SOL). **Minuta para construção do Plano Estadual de Cultura de Santa Catarina.** Florianópolis: SOL, 2013. 45p.

SEIXAS, João. **A cidade na encruzilhada: Repensar a cidade e a sua política.** Porto: Edições Afrontamento, 2013. 352p.

SILVA, Aline Martins da. **Atratividade e dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer e turismo.** 2009. 250f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA, Suelen Soares da Silva. *A Biblioteca Rolf Colin se reinventa para traçar novos projetos de educação e cultura em Joinville.* **Jornal Notícias do Dia**, 06 mar. 2015. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/joinville/plural/a-biblioteca-rolf-colin-se-reinventa-para-tracar-novos-projetos-de-educacao-e-cultura-em-joinville>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2016.

TENORIO, Gabriela. S. **Ao desocupado em cima da ponte. Brasília, arquitetura e vida pública.** 391f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Brasília. Brasília, 2012.

VENTURINI, Suellen dos Santos. *Bibliotecas públicas de Joinville atraem mais de 3 mil pessoas por mês.* **Jornal Notícias do Dia**, 29 maio 2015. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/joinville/noticias/3-200-pessoas-por-mes-frequentam-as-bibliotecas-publicas-de-joinville>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2016.

VICENZI, Tales. **Festas rurais do bairro Vila Nova e seus processos de identificação.** 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio

Cultural e Sociedade) - Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2012.

VILLAÇA, Flávio. *São Paulo: segregação urbana e desigualdade*. Páginas 37-58. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 25 n. 71, 2011.

WALKOWSKI, Marinês da Conceição. **O planejamento integrado baseado na produção associada ao turismo: o caso do espaço rural de Joinville - SC**. 2014. 315 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

WHYTE, Willian. H. **The social life of small urban spaces**. Nova York: Project for Public Spaces, 2012.

Sites

ESCOLA BOLSHOI NO BRASIL. **A Escola**. Conheça a Escola Bolshoi. Disponível em: < <http://escolabolshoi.com.br/> >. Acesso em: 09 de dezembro de 2016.

INSTITUTO JUAREZ MACHADO. **O instituto. O espaço**. Disponível em: <<http://institutojuarezmachado.com.br/>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2016.

SOCIEDADE HARMONIA LYRA. **Área Cultural**. Disponível em: <<http://www.harmonialyra.com.br/>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2016.

SESC-SC. **Unidade Joinville. Serviços. Agenda. Palco Giratório**. Disponível em: <<http://www.sesc-sc.com.br/>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2016.

MINC. MINISTÉRIO DA CULTURA. **CEUs – Centros de Artes e Esportes Unificados**. Disponível em: <<http://ceus.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2016.

FONPLATA. FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA. **Proyecto Eje Ecológico Este y Estructuración de Parques Ambientales (BR-10)**. Disponível em: <http://www.fonplata.org/index.php/paises-miembros/item/1356-br-10-eje-ecologico-leste-y-estructuracion-de-parques-ambientales>. Acesso em: 27 de dezembro de 2016.

APÊNDICE A

Quadro 10. Rede de equipamentos públicos de cultura de Joinville.

Arquivo Histórico de Joinville	
	<p>Criado em 1972 pela Lei Municipal nº 1.182, o arquivo está localizado no bairro Saguau e é reconhecido internacionalmente pelo seu acervo, constituído por documentos textuais, cartográficos, iconográficos e sonoros, significativos para a pesquisa histórica. Suas ações buscam organizar, conservar, restaurar e preservar documentações de interesse público, garantindo acesso à informação pela comunidade em geral.</p>
<p>Imagem: Fundação Cultural de Joinville (site).</p>	<p>Fonte: JOINVILLE (2012).</p>
Biblioteca Pública Municipal Prefeito Rolf Colin	
	<p>Criada em 1945, a biblioteca pública entrou em funcionamento em 1951 com a Lei nº 301. Localizada na praça Lauro Mueller, no centro, além do acervo com 46.492 exemplares, a biblioteca também oferece programas voltados para educação e cultura, destinados a todas as faixas etárias. Possui setores de literatura, de periódicos, de literatura infantil, de processamento técnico, livros em braille e exemplares raros. Também disponibiliza acesso gratuito à internet e espaço para estudo e pesquisa. Atende cerca de 2.200 usuários por mês e possui cerca de 23.000 sócios.</p>
<p>Imagem: Fundação Turística de Joinville (site).</p>	<p>Fonte: SILVA (2015) e VENTURINI (2015).</p>
Biblioteca Pública Municipal Prof. Gustavo Ohde	
	<p>Criada em 1966 pelo Decreto nº 1.565, a biblioteca está localizada junto a Estação da Cidadania Max Lutke, no distrito de Pirabeiraba. Possui espaço para leitura, pesquisa e disponibiliza acesso gratuito à internet. Atende cerca de mil usuários por mês, dentre os quais aproximadamente 800 são sócios e possui um acervo de 39.896 exemplares.</p>
<p>Imagem: Prefeitura Municipal de Joinville (site).</p>	<p>Fonte: VENTURINI (2015).</p>

Casa da Cultura Fausto Rocha Júnior



Imagem: Fundação Cultural de Joinville (site).

Criada em 1970 e inaugurada em 1972, está localizada no bairro Saguaçu. O espaço procura oferecer formação técnica em diversas linguagens artísticas (visual, musical, teatral e corporal). A Casa da Cultura agrupa a Galeria Municipal de Arte e três escolas de formação artística.

- **Escola Municipal de Ballet**
- **Escola de Música Villa-Lobos**
- **Escola de Artes Fritz Alt**

Além dos cursos promovidos na sede, também realiza o Programa de Extensão Comunitária, que possibilita o acesso às ações culturais pelas comunidades dos bairros de Joinville. A Casa mantém um calendário de eventos culturais internos e externos abertos à comunidade em geral.

Fonte: JOINVILLE (2012).

Casa da Memória e Cemitério do Imigrante



Imagem: Fundação Turística de Joinville (site).

Criada em 1984 após a aquisição da edificação junto ao Cemitério do Imigrante, a Casa da Memória visa promover reflexões sobre as memórias do município e preservar o patrimônio cemiterial. O Cemitério do Imigrante é um patrimônio tombado pelo IPHAN, desde 1962. O espaço sedia o programa Concertos Matinais, realizado pela Sociedade Cultural Alemã em parceria com a FCJ.

Fonte: JOINVILLE (2012).

Centreventos Cau Hansen



Imagem: Fundação Cultural de Joinville (site).

Inaugurado em 1998, com recursos da lei Rouanet, foi idealizado para abrigar eventos de grande porte, como o Festival de Dança, compreende três equipamentos:

- **Arena Multiuso**
- **Centro de Convenções Alfredo Salfer**
- **Expocentro Edmundo Doubrawa**

Também abriga o Teatro Juarez Machado e é sede da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, do Instituto Festival de Dança e da Fundação Cultural de Joinville.

Fonte: JOINVILLE (2012).

Centro de Artes e Esportes Unificados do Aventureiro



Imagem: Ministério da Cultura – CEU (site)

Inaugurado em 2015, o Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) está localizado no bairro Aventureiro e foi construído a partir da parceria entre União e município através do programa homônimo do Ministério da Cultura. O espaço integra programas culturais, esportivos e de lazer, serviço de assistência social, ações de inclusão digital e também sedia a Subprefeitura Nordeste e uma base dos Bombeiros Voluntários.

Fonte: MINC (2016) e A NOTÍCIA (2015).

Cidadela Cultural Antartica



Imagem: Fundação Turística de Joinville (site).

Adquirida pelo poder público na década de 1990, o prédio tombado pelo município abrigava a antiga Cervejaria Catarinense. O espaço destinado a se tornar um centro cultural ainda funciona de maneira provisória, abrigando atividades de teatro, as associações artísticas (Ajote e Aapla) e instalações do Museu de Arte de Joinville em seus anexos. A edificação principal da antiga cervejaria foi cedida ao Instituto Luiz Henrique Schwanke, para sediar o futuro Museu de Arte Contemporânea.

Fonte: JOINVILLE (2012).

Estação da Memória



Imagem: Fundação Cultural de Joinville (site).

Criada em 2010 pelo Decreto nº 17.008, o edifício construído em 1906 para abrigar a estação ferroviária da cidade foi restaurado e tombado pelo IPHAN em 2008. Inaugurado como Estação da Memória o espaço atua como centro de referência de memória, identidade e diversidade cultural da cidade e região. O local conta com área de lazer, cultura e educação patrimonial e é sede da Coordenação de Patrimônio Cultural da FCJ. Mensalmente ocorre neste espaço o programa cultural Sábado na Estação, evento que conta com mercado de pulgas (feira destinada a venda ou troca de bens antigos, usados e outras mercadorias), feira de arte e artesanato e apresentações culturais diversas.

Fonte: JOINVILLE (2012).

Galeria Municipal de Arte Victor Kursancew



Imagem: Fundação Cultural de Joinville (site).

Criada em 1982 pelo Decreto nº 4.461, a galeria está localizada na Casa da Cultura e seu espaço expositivo tem 130 m², nele se promovem além de exposições, oficinas e palestras procurando promover a interação entre visitantes e também com a comunidade. O Salão dos Novos de Joinville é o principal projeto realizado pela galeria.

Fonte: JOINVILLE (2012).

Museu Arqueológico de Sambaqui



Imagem: Fundação Cultural de Joinville (site).

Criado em 1969, o museu tem o objetivo de proteger e gerenciar o patrimônio arqueológico do município. As ações do museu se expandem com o aumento do acervo por conta de doações particulares, pesquisas e localização de novos sítios. Possui uma biblioteca especializada em arqueologia e é reconhecido por seu programa de educação patrimonial.

Fonte: JOINVILLE (2012).

Museu Casa Fritz Alt



Imagem: Fundação Cultural de Joinville (site).

Inaugurado em 1975, o espaço preserva a antiga residência do escultor Fritz Alt localizada no Morro do Boa Vista, o espaço proporciona uma vista panorâmica da cidade. O acervo conta com obras de arte do escultor e utensílios de sua vida cotidiana. O Museu possui um programa de ações educativas e exposição itinerante que percorre as escolas da cidade.

Fonte: JOINVILLE (2012).

Museu da Bicicleta de Joinville



Imagem: Fundação Turística de Joinville (site).

Inaugurado em 2001, em comemoração ao aniversário de 150 anos da cidade o museu, localizado junto à Estação da Memória, procura preservar a memória municipal com seu acervo que dá ênfase às bicicletas, que já foram o principal meio de transporte utilizado pelo joinvilense, concedendo ao município o título de Cidade das Bicicletas. O único do gênero na América Latina, possui centenas de bicicletas expostas.

Fonte: FCJ (2016).

Museu de Arte de Joinville



Imagem: Fundação Cultural de Joinville (site).

Inaugurado em 1976 e criado pela Lei Municipal nº 1.271/1973, o museu está localizado no bairro América, em frente a Cidadela Cultural. Tem o objetivo de desenvolver programas de comunicação museológica e de educação patrimonial e artística. Seu acervo é composto por cerca de 765 obras de arte e também possui uma biblioteca especializada em artes. Os jardins do museu também são uma atração com suas esculturas sendo palco de diversas ações culturais. Além desse espaço, o museu possui dois anexos na Cidadela Cultural onde acontecem exposições como a Coletiva de Artistas de Joinville, importante evento cultural do município.

Fonte: JOINVILLE (2012).

Museu Nacional de Imigração e Colonização



Imagem: Fundação Turística de Joinville (site).

Criado em 1957 pela Lei Federal nº 3.188, o museu está localizado no centro e tem como sede o edifício projetado em 1870 para abrigar a administração da Colônia Dona Francisca. Tombado pelo IPHAN em 1939 o edifício, junto com Rua das Palmeiras (Alameda Brüstlein), é a principal paisagem histórica do município. O museu reúne objetos e documentos relacionados ao processo de imigração e colonização da região sul e seus espaços expositivos narram a histórias da vida rural e urbana da região.

Fonte: JOINVILLE (2012).

Teatro Juarez Machado



Imagem: Fundação Cultural de Joinville (site).

Inaugurado em 2001 o teatro foi concebido inicialmente para servir como laboratório cênico da Escola do Teatro Bolshoi do Brasil. Atualmente funciona como auditório público, com capacidade para 500 expectadores, e se caracteriza como um dos principais locais para abrigar shows, espetáculos de dança, teatro e música.

Fonte: JOINVILLE (2012).

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

APÊNDICE B

**ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS:
USUÁRIOS DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE JOINVILLE**

Número: Data: Horário:
Período: ☐ Manhã ☐ Tarde ☐ Noite
Local (Nome e Endereço):

I. INFORMAÇÕES GERAIS DO USUÁRIO

Sexo: ☐ F ☐ M

Faixa Etária: ☐ Adolescente ☐ Adulto ☐ Idoso

Profissão/Ocupação: _____

Escolaridade:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Fundamental - Incompleto | <input type="checkbox"/> Superior - Incompleto |
| <input type="checkbox"/> Fundamental - Completo | <input type="checkbox"/> Superior – Completo |
| <input type="checkbox"/> Médio - Incompleto | <input type="checkbox"/> Pós-Graduação |
| <input type="checkbox"/> Médio - Completo | |

Renda Média Familiar:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Até 3 salários mínimos | <input type="checkbox"/> De 5 e 10 salários mínimos |
| <input type="checkbox"/> De 3 e 5 salários mínimos | <input type="checkbox"/> Mais de 10 salários mínimos |

II. ACESSO**1. Onde mora?**

- ☐ Joinville
☐ Outra cidade – Qual?

2. Em que bairro mora?**3. Como veio à praça?**

- ☐ A pé ☐ Bicicleta ☐ Ônibus ☐ Carro

Outros:

III. USO E MOTIVAÇÃO**4. Veio acompanhado para a praça? Com quem?**

5. Com que frequência utiliza a praça?

- ☐ Nunca
☐ Uma vez por mês
☐ De 1 a 3 vezes por mês
☐ Mais de 3 vezes por mês
☐ Somente em eventos

Outros:

6. Em que período frequenta a praça?

- ☐ Manhã ☐ Tarde ☐ Noite

Outros:

7. Quanto tempo em geral permanece na praça?

- ☐ Até 1 hora
☐ Entre 2 e 3 horas
☐ Entre 4 e 5 horas
☐ Mais do que 5 horas

Outros:

8. Por que utiliza essa praça?**9. Quais são as principais atividades que realiza na praça?****IV. PERCEPÇÃO USUÁRIO**

10. Como você avalia a infraestrutura desta praça? Considerar: Mobiliário; Equipamentos; Segurança; Conservação; Localização; Paisagismo e Vegetação; Conforto Ambiental.

- ☐ Ruim ☐ Regular ☐ Bom

Comentários:

11. O que poderia ser melhorado nessa praça?**12. Qual sua opinião sobre os eventos culturais de rua que acontecem em Joinville?**

APÊNDICE C

ROTEIRO PARA ENTREVISTA ABERTA: GESTOR MUNICIPAL DE CULTURA DE JOINVILLE

I. PERCEPÇÃO DO CENÁRIO CULTURAL MUNICIPAL

1. Como você vê / avalia o cenário cultural atual de Joinville?
2. Qual sua opinião sobre o desenvolvimento do setor cultural na cidade?
3. O que poderia/precisa ser melhorado para esse desenvolvimento acontecer?
4. Como você avalia a demanda populacional por atividades de cultura no município?

III. PERCEPÇÃO DOS EVENTOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E SUA ARTICULAÇÃO COM OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

5. Como você vê/avalia o incentivo ao desenvolvimento de eventos culturais em locais públicos (praças, parques, ruas)?
6. Na sua opinião qual a importância desses eventos para a cidade? E para o desenvolvimento do setor cultural municipal?
7. Como se deu a escolha desses espaços públicos que atualmente sediam eventos? Por que esses espaços foram os escolhidos?
8. Como você avalia o impacto desses eventos no uso desses espaços?
9. Qual tem sido a aceitação pública desses eventos?
10. Existe a previsão de realização frequente de outros eventos?

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA ABERTA: GESTOR MUNICIPAL DE CULTURA DE JOINVILLE

Entrevistada: Mara Beatriz Souza, Gerente da Casa da Cultura Fausto Rocha Junior e Centro de Artes e Esportes Unificados – Aventureiro, da Fundação Cultural de Joinville.

Talita: Eu queria primeiro ouvir sua opinião sobre esse cenário atual das políticas culturais em Joinville, que realmente está muito à frente de outras cidades brasileiras, eu participei da última pré-conferência de cultura e lá foi falado que já ultrapassou as conferências nacionais, já está uma à frente, então eu vejo que tem todo um cenário de política pública cultural muito bem estruturado, muito bem desenvolvido e eu queria ouvir sua opinião sobre como isso realmente está se refletindo no dia-a-dia e nessa apropriação cultural na cidade, tanto pelas pessoas e como a secretaria vê isso, se está tendo demanda, se essa demanda aumentou ou não, se os programas da Casa da Cultura estão dando conta de suprir ou não essa demanda, enfim, como está esse panorama da cultura.

FCJ: Bem Talita, eu vou fazer alguns relatos e depois tu tentas suprimir o que tu precisas de resposta e aí a gente está aberto a qualquer momento o que tu precisar de novo a continuar conversando.

Assim, em termos das praças, primeiro por partes: a ideia das feiras nas praças, quando a gestão iniciou em 2013 nós estávamos realizando o mercado de pulgas que era o primeiro nome, lá na estação ferroviária. Acontecia no sábado e era muito legal, chegou a ter noventa, noventa de poucos expositores. Naquele período lá tinha brechó, antiguidades, artesanato e alguma coisa da gastronomia. Aí vinha a Fundação com toda a parte de apresentações, banda, show, teatro, corais, escolas que participavam. Artistas nossos da Casa da Cultura, artistas da cidade e todo mundo era muito livre. Então, nós montávamos a programação com o apoio da comunidade em geral, oportunizando as pessoas a mostrarem os seus trabalhos também durante as feiras. Era muito bom, nessa época eu já organizava as feiras também, então era muito bom o movimento, era muito forte o movimento ali. Depois veio a ideia da feira do príncipe no ano seguinte, a primeira feira começou tímida, com alguns expositores e hoje passa de duzentos expositores na feira do príncipe, então cresceu bem rápido e passou a ser num domingo para suprir ainda mais demandas da cidade.

Assim a priori se pensa em fazer uma grande feira pensando no entretenimento e nós da Fundação Cultural, a gente enxerga longe, é uma parte de entretenimento para o município, é uma opção de lazer para o povo. Mas o intuito maior de uma feira não é esse, além do entretenimento, de apoiar a parte de visitação, é geração de renda, é popularizar nossa cultura, é mostrar para os bairros da comunidade os artesões de Joinville. É oportunizar eles a ter um espaço, de aparecer mesmo, de mídia, porque existe toda a questão de divulgação dos trabalhos deles, é uma chance de eles exporem, de estarem lá em frente mostrando todo esse trabalho. Hoje de manhã estávamos falando sobre isso no nosso estudo, da gente começar a capacitar também esses nossos artesões, principalmente se eles

estão nas nossas feiras. Que a gente tem um resgate de artesanato, não artesanato por artesanato, artesanato cultural, artesanato com resgate da cultura de Joinville. Que a gente consiga mostrar algo nosso, da nossa cidade, nem que seja a própria cuca mesmo, a cuca alemã, um chineque, seja o que for, mas as coisas que resgatam nossa cultura. Então essa é a luta para a gente também começar a capacitar, estamos pensando nessa informação ainda de manhã, enquanto estávamos conversando sobre isso.

Eu acho muito importante, porque uma coisa é fazer arte, outra coisa é fazer cultura, a cultura é intrínseca de um povo e é nosso papel como uma Fundação Cultural, manter e resgatar essa cultura, deixar ela arraigada para que não fique abandonada. Então esse é nosso papel também e através do quê, produzindo arte, uma coisa leva a outra. Mas às vezes as pessoas confundem cultura e arte, não é a mesma coisa, quando falamos em cultura, ela é muito maior. A gente fala desde uma dança de roda que se for para aquela cidade, é explícita daquela cidade, até uma comida ou uma arquitetura, seja o que for aquilo ali é cultura do povo daquela região. A religião que se torna assim mais contundente numa certa cidade, como tem as cidades menores; como a luterana em umas o catolicismo em outra, o candomblé em outras cidades. A luta da Fundação, e pelo plano municipal, é trabalharmos tudo isso. Que não é fácil, às vezes é meio abstrato tudo isso.

Talita: Na maioria das vezes tudo é meio abstrato.

FCJ: E daí tem toda essa questão, nós temos o setor de patrimônio, tem todo esse cuidado com o tombamento, patrimônio cultural, patrimônio material, tem um setor que fica cuidando disso, lutando por isso e por causa disso acabamos até casando situações, uma coisa leva a outra.

E as feiras foram crescendo para os outros bairros porque entendemos que é o mesmo feeling, resgatar também nos bairros o que ele tem de bom, por que às vezes o que é a vocação lá do Aventureiro, que a gente vai começar a feira no Aventureiro também, lá no centro de artes, se a vocação daquele bairro, a vocação cultural, não é a mesma vocação da zona sul, por exemplo. A feira da Floresta, ela está fortalecida em cima de hamburguês e food trucks e alimentação, aí tem as outras coisas, o artesanato, o brechó. Mas a força, a potência da feira, está no food truck. Aí tu vais para a feira do Vila Nova, a força a potência da feira do Vila Nova não é alimentação, é alimentação, mas é alimentação da região, produtos artesanais da região: compotas, cucas, bolachinhas e pães.

Talita: Aliado ao rural, ao que está mais próximo a eles.

FCJ: Verduras, vai lá compra suas verdurinhas junto na feira, é outra vocação daquela feira.

Como agora nós vamos também iniciar lá no Ulisses Guimarães, a partir de junho ou julho, não sei, está marcado um grande evento da comunidade e a gente aproveita esse evento e já inicia as feiras nesse bairro também. Nós estamos organizando junto com a comunidade, eles têm lá uma organização no bairro de várias entidades públicas e não governamentais. Normalmente eles se encontram na Escola Amadora Aguiar. Até a guarda municipal está envolvida, nós estamos envolvidos, o CRAS, a saúde, a assistência à saúde, pessoal dos CEIs ali de volta, todo mundo está envolvido com a comunidade, a associação dos moradores, a associação

de idosos, todo mundo participa desse grupo que vai começar a montar. E qual a vocação dessa região? A gente já percebeu que lá vai ser muito mais os atrativos culturais do bairro, como aquele que toca violão, aquele que canta, aquele que tem um grupo de dança, o idoso que tem os grupos de artesanatos. Até tivemos uma reunião lá essa semana, para fazer a lista do que vai ter dentro dessa primeira feira nossa e dessa primeira festa. Vai ser uma festa da cidadania lá também. Em cada região ela fica muito explícita, muito diferenciada, então cada feira para nós não é igual, ela é específica daquele bairro.

Talita: Então a escolha desses lugares está muito mais atrelada à própria comunidade, essa de vir procurar e ter essa demanda para organizar.

FCJ: Sim todas essas que aconteceram, a demanda veio da comunidade para a Fundação. Não é a Fundação que disse agora vamos sonhar e vamos fazer lá, vamos tentar implantar, não, a gente faz o contrário, acho que isso que é importante. O povo e a comunidade que diz o que quer.

Talita: Porque aí eles já chegam mais valorizados, pois já tiveram a ideia.

FCJ: A gente só faz uma coisa, vai dar os caminhos, fazemos toda a parte de liberação, de cadastramento para ser mais organizada, porque tem que ter uma organização, não é de qualquer forma que se faz. Fazemos todas as liberações, encaminhamos tudo para deixar o evento totalmente legal, mas a demanda vem da comunidade.

Talita: E a infraestrutura também usa a da prefeitura?

FCJ: Alguma coisa às vezes a prefeitura ajuda, porque a gente coloca até pessoas nossas para trabalhar. Então, nós, a equipe de eventos que tem aqui, que faz todos esses encaminhamentos e que acompanha. Mas a organização em si, a ideia é que a população daquele bairro que já nos procurou, que eles sejam os donos, por assim dizer, dessa feira. Porque tu tens que empossar a comunidade. A comunidade tem que ser a protagonista. Nós temos que ser os coadjuvantes mesmo. Nós temos que chegar e ajudar, só. Porque, vamos supor, que se a gente quiser que isso se alastre que aumente e que dê mais oportunidade para mais bairros. O poder público não tem pernas para acompanhar isso. Se fores em Curitiba, tem, nem sei quantas feiras, acho que tem mais de cem feiras que acontecem nos finais de semana e acontece porque teve o intermédio da Fundação Cultural de lá. Mas elas têm vida própria, elas acontecem pelos bairros. Eles que se organizam. Eles que fazem.

Por exemplo, a feirinha que existe a tantos anos ali na biblioteca, eles não dependem de nós para nada, só que são atrelados a nós, só que eles têm sua autonomia de trabalho sua organização, são organizados, seguem regras, pagam seus alvarás. Agora até vai ter uma alteração de alvarás passa tudo pela Fundação de novo, a gente autoriza novamente eles vão ter as autorizações, o CEMA também, mas eles têm uma vida própria. Eu não preciso saber, será que a feira aconteceu ou não aconteceu. Porque as pessoas têm que saber que o empoderamento é delas. Sai ou não sai, a decisão é delas. Porque não adianta você querer impor para a feira ser legal e ela acontecer de fato. As pessoas têm que querer muito estar lá.

Eu acho bem legal. Eu acho que é um grande projeto e incentiva muito a comunidade, anima a comunidade. Aí é onde começa a mudar a parte mais social da coisa. Começa a mudar a forma do povo ver e enxergar aquela praça. Começam a

cuidar, a limpar a não deixar estragar as coisas – Poxa nós vamos ter feira semana que vem não vamos deixar quebrar o banco, não vamos deixar quebrar as lixeiras – se começa a ter vandalismo a comunidade mesmo já toma providências, ou já arrumam ou já limpam, já organizam. Porque o viver em sociedade tu não pode esperar só pelo governo, por mais que eu seja governo, eu sei que não podemos esperar só pelo governo.

Talita: É quando o próprio cidadão cria um laço afetivo com aquele espaço, ele mesmo começa a cuidar.

FCJ: Nós temos que fazer a nossa parte para que o indivíduo, o cidadão tenha amor pela cidade, amor pelos bens públicos como se fosse sua casa, seu canto, seu jardim, aquela praça não é a praça da cidade, a praça, lá, é a sua praça, seu jardim também. Quando tu começa a criar isso na comunidade, e graças a Deus é o que acaba acontecendo com essa invencionice nossa de fazer essas feiras, isso começou a dar vida e cor.

E a gente já percebe que onde já tem isso diminui os vandalismos, diminui os estragos, pois a gente começa a ter mais pessoas cuidando e criam-se hábitos, novos hábitos novas culturas, tipo assim – a praça tem a feira em tal dia. O pessoal do Ulisses está muito encaminhado para isso, mas a professora do CEI, ela vai pegar os seus alunos durante a semana e vai fazer um piquenique lá na praça com as crianças. Porque automaticamente, tendo isso, aquele que é o morador de rua, ou aquele que infelizmente está nas drogas, essas pessoas que precisam também muito de ajuda, elas mesmas vão começando a ficar integrada. De repente tu estás numa praça, está lá um grupo de pessoas que moram na rua, vamos supor assim - pessoas que estão no mundo das drogas, que a gente tem um monte infelizmente, não adianta fechar os olhos, tu não podes tirar essas pessoas dali porque primeiro, ela é um cidadão, ela tem o direito de ir e vir, já muitos dos direitos dela já estão reprimidos nessa hora, então esse direito dela já não pode ser retirado. A praça é livre é pública, ele tem o direito de ir e vir não está entrando dentro da sua casa, no bem privado, ali ele pode ficar. Eu sou contrária quando diz que tem que espantar todo mundo, não tem que espantar ninguém. Tu tens que deixar ele ali sentadinho e de repente ele escuta uma orquestra ou um violino, ele escuta uma banda de música ou ele vê um grupo dançando e vai que ele cria um afeto uma vontade de querer aquilo para ele também e a gente resgata também esse cidadão que é do bairro, que normalmente não é de longe, ele mora ali ele é filho de alguém do bairro, ele é neto de alguém do bairro.

Se você quer melhorar a sua sociedade, tu começa no teu bairro, na tua pracinha e aí tu vais melhorando aos poucos, e graças a Deus essa visão a Fundação tem talvez até pela minha formação ser serviço social, ajuda um pouco. Tem uma mistura aqui de disciplina, vamos supor, uma é assistente social, outra é formada em direito, outra é formada em administração, outra em arquitetura a gerente patrimonial é arquiteta também que era do IPUJI, então assim não tem um olhar só de arte, a gente tem um olhar de sociedade.

Talita: É isso é importante para conseguir essa visão da cultura.

FCJ: Sim pode ser, porque às vezes quando o gestor for somente uma pessoa, só da área da arte, um artista já - tenho meu nome, sou o artista - de repente ele sem querer, o que é normal do ser humano, ele vai “tendenciar” aquela área dele, aí

ele é músico ele vai “tendenciar” a música, não adianta porque é a área dele. Como talvez acaba acontecendo comigo, que dá meio certo por eu ser de uma área de assistência, minha formação foi..., pois hoje eu me sinto muito mais cultura do que assistência, mas eu consigo ser ampla, eu vejo sociedade, eu vejo comunidade, vejo bairro, vejo a praça eu vejo tudo lá, até aquele cachorrinho que está lá e precisa ser ajudado. Tem que tirar da praça sim então vamos ajudar o cachorrinho a encontrar uma casinha, por exemplo. Você tem que ir pensando num todo, aí tu lembra que tem que ser limpa aquela praça, então tu não começa a pensar só: Oh! Eu tenho que fazer o meu evento lá no final de semana! - não a gente tem aqui esse cuidado na Fundação de ver mais a fundo a sociedade que está envolvida naquele bairro. É onde vem também a casa da Cultura com todo projeto de extensão.

A Casa da Cultura tem todo o know-how de diversos cursos dentro da Casa da Cultura. Como, daí, automaticamente também era um anseio da comunidade participar, e às vezes não tem esse acesso a ir à Casa da Cultura, a gente conseguiu, gostaríamos de ter mais, mas nessa gestão, conseguimos se não me engano, são vinte e um pontos, fora externo (extensões), com aulas na área cultural de alguma função, por exemplo, música ou dança, ou teatro. Tem teatro com as crianças com síndrome de Down, tem teatro com idosos.

Talita: E daí essas extensões normalmente acontecem em escolas?

Mara: Sim em escolas, associações, por exemplo, lá o CEU Aventureiro a gente aproveita o próprio CEU, tem equipamento público tem o professor nosso lá de música que dá aula de violão para as crianças. Acho que é lá no Morro de Meio se não me engano, Morro do Amaral, tem outra extensão depois se tu quiseres tem a lista dos cursos certinho.

Talita: Depois eu vou querer se tiver.

Mara: Daí tem esse material, tipo assim, quais são todos os cursos, onde estão e quantas crianças são. Hoje deve ter mais de quinhentas crianças nas extensões, dessa forma, as crianças entram.

Talita: Porque é bem isso, crianças principalmente, muitas vezes não vão conseguir vir sozinha, precisam do pai, da mãe, do irmão...

Mara: Não tem condições financeiras, tem que pagar um ônibus para vir e nós não temos também espaço físico e nem condições de manter todos dentro da Casa da Cultura. Então o problema de extensão para nós eu acho assim que é o fundamental, que é a parte mais forte da questão social que a Fundação tem, de conseguir levar a arte, conseguir melhorar a cultura daquela região, conseguir fazer eles criarem afeto por essas coisas, é um outro caminho para eles. É bem interessante, nossos professores são excepcionais nessa área, sempre professores muito bem selecionados para estar nos bairros porque tem que ter um fino trato para poder ajudar essas pessoas também.

Talita: E além das feiras, eu vi que, além do festival, que é um grande carro chefe, e de outras festas grandes tem alguns projetos um pouco menor, como dança na praça, como é que a Fundação vê isso. Vocês estão tentando ampliar esse tipo de projeto também? Outro dia eu vi que teve um lançamento de um livro ali na Nereu Ramos também. Como vocês veem esse aproveitamento desses espaços para fazer esse tipo de evento mais esporádico?

Mara: O que a gente entende assim, tudo que tu fizeres na praça, numa área externa, tu acabas oportunizando a mais pessoas a estarem vendo, conhecendo e acompanhando. Então tu oportunizas essas pessoas aquela chance de ver uma aula de balé, de ver uma dança, de ver uma apresentação de teatro. Por que se você faz num lugar fechado, a pessoa só vai entrar se for convidada, então ela já não entra. Dificilmente ela vai entrar.

Talita: Então tem certa barreira.

Mara: Sempre vai ter uma barreira: posso ir, não posso ir? E se já é externo, automaticamente a pessoa está livre, ela entra, vai, participa, fica assistindo é muito livre. Aí a Fundação entende que se ela é mais livre, ela tem um alcance maior, então a gente fomenta assim que quanto mais eventos externos nas praças, melhor.

E é aquela questão da sensação de ocupação desses espaços livres que, se ele ficar ocioso e jogado, ele será ocupado somente pela “drogadição”, pelas pessoas de má índole que estão lá, por vandalismo, porque você vai dar esses espaços abertos para eles, está desocupado. Como diz os outros, se está desocupado eu posso usar e pronto ninguém me tira. Agora automaticamente se tem outras coisas, ou ela se insere e participa como um bom cidadão, ou ela mesma vai procurar outra coisa para ela também. Eu entendo que a praça deveria estar ocupada de segunda a segunda, normalmente, todo dia ter um tipo, nem que fosse um cara só tocando violão lá no meio da praça, mas deveria ter, porque quanto mais ocupada menos problema tem na praça. Isso para toda cidade deveria ser, mas isso depende da comunidade, tem que inserir isso como um hábito da comunidade de utilizar a praça.

Talita: E vocês tem algum tipo de controle de quantas pessoas vão nesses eventos?

Mara: Sim, normalmente contabilizamos em média, a passagem de pessoas, por exemplo, na feira do príncipe já tem mais ou menos em média uma contagem de mais de duzentas mil pessoas que já passaram na feira. Isso é só uma média porque temos alguns órgãos que participam da feira e fazem mais ou menos essas contagens para nós. Perfeito não tem, não é como aqui no teatro ou no Centreventos que eu consigo ter o controle quase que mecânico, no teatro eu tenho o controle mecânico mesmo, eu tenho lá a contagem certinha do número de pessoas que entram no teatro. No Centreventos é um pouquinho diferente porque tem eventos que são muito amplos então não temos também cem por cento, mas tentamos fazer uma boa média, é muito próximo. Nas feiras fica um pouquinho mais difícil de se ter uma contagem, mas mesmo assim tem sempre uma média de pessoas que passam por lá.

Talita: O número da feira é bem alto...

Mara: Sim na feira do príncipe o número é bem alto, bem específico.

Talita: E você percebe a diferença quando as feiras são um pouco mais temáticas? Eu acompanhei no ano passado e vi que teve bastante: dia das mães, aniversário de Joinville. Enfim, quando está perto de datas especiais tem uma movimentação maior ou você acha que elas estão acontecendo bem independente disso? Já estão num nível de movimento constante todo o final de semana, já criou um público próprio?

Mara: Das feiras né?

Talita: Sim

Mara: Das feiras agora na verdade, a gente já está tendo um conflito de datas e vai aumentar esse conflito. Nós só pedimos para nenhum bairro ter feira no segundo domingo do mês, porque no segundo domingo é a feira do príncipe. Então naquele final de semana a gente não tem nenhuma outra feira - mas daí no primeiro, no terceiro e quarto, está livre para ter feira em qualquer bairro. A gente tenta distanciar uma feira da outra, por exemplo, se vai ter feira no Floresta - a do Floresta se não me engano é o quarto sábado do mês - e a da Estação é o terceiro, que são mais próximos esses ali do Floresta, mas se for para ter uma no Floresta e uma lá o CEU Aventureiro, não vai ter problema porque não é o mesmo público, uma não interfere na outra.

Porque é o que vai acontecer, porque nós vamos ter feira no Floresta, na Estação, Vila Nova, a do CEU e lá no Ulisses Guimarães e é para sair uma em Pirabeiraba. Então são seis feiras e não tem seis finais de semana, então vamos ter de casar feiras sim, mas vamos tentar fazer que isso se distancie para não ficar na mesma região, todas da Zona Sul tudo no último final de semana, para gente tentar separar. Estamos tentando fazer isso já, separando, a gente induz a comunidade a não fazer próximas uma da outra, ah, ainda tem a feirinha do portal do mar que acontece também não sei qual o final de semana, mas também é uma feira que acontece e lá a vocação já é bem diferente. Ela saiu e nasceu pelos artesanatos, pelos grupos da geração de renda do SAS –Secretaria de Assistência – então saiu de outro nicho que perpassa para a cultura por que está lá o artesanato, está lá o trabalho de geração e renda e também de economia criativa, mas saiu pela Assistência, não saiu pela Cultura, a gente apoiou, ajudou, mas tem uma vida própria, por isso que a gente diz que é muito bom quando a demanda vem das pessoas, do povo pra gente, porque daí a gente faz o que o povo quer - que é melhor porque daí tu já tem o teu público feito, não corre atrás de plateia.

Talita: É mais difícil. E como você avalia isso? Muitas vezes a gente vê ou as pessoas têm uma imagem de Joinville como uma cidade muito industrial, muito vinculada com essa questão do trabalho em função da economia da cidade, como que a Secretaria e a Fundação avaliam isso, tem procedência ou não?

Mara: Eu acho que isso é um conceito já mais antigo, a cidade realmente é industrializada, vamos dizer assim, uma capital das indústrias. Aqui, o nosso povo ainda não consome arte, muito pouco, eu tiro por base, vamos supor, você tira pela sua família eu tiro pela minha, eu estou dentro de uma Fundação Cultural trabalhando e tenho uma filha que trabalha nessa área também e daí começa a murchar - por quê? - porque os outros esporadicamente vão assistir, talvez um dia, uma apresentação de dança, de resto, eles não consomem, eles não vão lá na feira, e a família é enorme, minha própria família por mais que eu esteja aqui dentro ainda consomem pouca cultura, pouca arte, eles não vão nos eventos, eles ainda vão muito pouco, então existe sim essa cultura da pessoa - eu trabalhei a semana inteira, eu estou cansada, eu vou ficar em casa, ou vou assistir joguinho ou sei lá, vou dar uma volta na praia, vou sair de Joinville. O que a gente luta na Fundação é vender esse peixe que é verdadeiro, porque ele é verdadeiro, que existe muita coisa a se fazer dentro da cidade. Então se pegar nossa agenda cultural tem eventos

espalhados de segunda a segunda na cidade, a gente que está trabalhando aqui nesse meio se não cuidar, tu não consegues ir para casa nem um dia antes das dez horas da noite. No mínimo, tu vais trabalhar o dia inteiro e vai ter evento a noite, vai trabalhar durante a tarde e à noite vai ter evento para participar porque tem muita, muita coisa: é lançamento de livro, é lançamento de exposição, tem todos esses nossos museus, tem aqui no folheto do teatro uma exposição, tem ali na galeria, tem lá no MAJ, então tem lugares para você ir assim infinitos, em Joinville. Então ainda é uma mania é uma cultura do povo, dizer que não tem nada para fazer aqui, na verdade tem muita coisa para fazer em Joinville.

Talita: Eu acho que era isso Mara, basicamente estou dando uma olhada aqui e conseguiu responder todas as coisas que estavam sugeridas. Está ótimo Mara, obrigada.